

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

**Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major –
a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador**

Mônica Celestino Santos

Salvador - Bahia
2005

Mônica Celestino Santos

**Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major –
a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador**

Dissertação desenvolvida sob orientação do professor doutor Israel Pinheiro e apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, em cumprimento ao pré-requisito parcial do curso de mestrado.

Salvador - 2005

À memória de Cosme de Farias, um homem
ímpar, e aos meus avós Marcodes, Eneide,
Adélia e Fagundes.

Agradecimentos

Após quatro anos de pesquisa antes e durante o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social, é preciso agradecer a muitas pessoas por motivos diversos. Algumas por confiarem a mim a responsabilidade de fazer uma primeira abordagem sobre Cosme de Farias, em uma grande reportagem no jornal *Correio da Bahia*, e acompanharem o desespero de uma jornalista atormentada pelo tempo exíguo para apuração de um tema sem fontes sistematizadas: muito obrigada a Ana Paula Ramos, Linda Bezerra e Hilcélia Falcão, em nome de toda redação. Outras pessoas por colaborarem para meu ingresso e permanência no mestrado, como os professores Antônio Guerreiro e Maria Hilda Baqueiro, e por lerem atentamente o texto, fazerem críticas e sugestões construtivas e me estimularem para o trabalho, como os professores Jeferson Bacelar, Lina Aras e Luis Henrique D. Tavares. Ao meu orientador, professor Israel Pinheiro, por ter, desde o primeiro momento, acolhido a idéia da pesquisa e por respeitar o meu tempo e ritmo de produção. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), da Associação Baiana de Imprensa (ABI), da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, do Arquivo Público de Salvador/Fundação Gregório de Matos, do Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia/Fundação Clemente Mariani, que me acolheram durante a apuração. Às fontes orais, sobretudo ao filho de Cosme - Antônio Fernandes Pinto - que prestou informações, mesmo doente. Ao jornalista e professor Luis Guilherme P. Tavares, por sempre ter embalado o meu sonho de elaborar um texto consistente sobre o Major, discutindo o assunto comigo ou indicando possíveis fontes e abordagem. A Antônio Brotas e Tattiana Teixeira, por se revelarem grandes amigos ao incentivarem meu ingresso no curso e contribuírem para meu crescimento profissional. E principalmente aos meus irmãos – Magali, Marcelo e Michele – e aos meus pais – Nélia e Luiz -, que partilharam comigo os momentos de felicidade e de angústia tão comuns a quem se aventura no desafio da pesquisa.

Folha de aprovação

A mestranda Mônica Celestino Santos defendeu, diante da banca examinadora infracitada, a dissertação *Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major - a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*, visando a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, no dia 30 de novembro do ano de dois mil e cinco, tendo sido:

() Aprovada com distinção

() Aprovada

() Reprovada

Prof. dr. Jeferson Bacelar
Examinador externo

Prof. dr. Israel Pinheiro
Orientador

Profa. dra. Lina Aras
Examinadora interna

Sumário

Introdução	08
1 - De filho de barraqueira a rábula	
1.1 - O mulato pobre	18
1.2 - O Major e o patriota	27
1.3 - O homem das letras	31
1.4 - O último rábula	41
2 - De assistencialista a militante	
2.1 – A ação assistencial	54
2.2 – Abaixo o analfabetismo!	59
2.3 – Contra carestia	64
2.4 – Pelo trabalho digno e pela democracia	71
3 - De ativista político a deputado	
3.1 - O parlamentar da República Velha	79
3.2 – Um seabrista contra Góes Calmon	93
3.3 – Às vésperas da “Revolução”	102
3.4 – Vitórias e derrotas	109
4 - De deputado a deputado	
4.1 – Derrota na abertura política	113
4.2 – Experiência na Câmara	119
4.3 – Recuperação de mandato	126
4.4 – Retorno à Assembléia Legislativa	130
4.5 – Instabilidade eleitoral	139
5 - Da eleição à tribuna do plenário	
5.1 – Apego ao seabrismo	142
5.2 – “Caminho mais difícil da oposição”	148
5.3 – Entre moções e projetos de lei	152
5.4 – <i>Modus operandi</i> do Major	160
6 – Conclusão	164
7 – Iconografia	181
8 – Referências	195

Lista de tabelas

Tabela 01 – Desempenho de candidatos a conselheiro municipal – 1907

Tabela 02 – Desempenho dos deputados estaduais eleitos no primeiro distrito – 1915/1917

Tabela 03 – Desempenho de candidatos a deputado estadual, conforme oposição – 1915/1917

Tabela 04 – Desempenho de candidatos a deputado estadual – 1917/1919

Tabela 05 – Desempenho de candidatos a deputado estadual – 1919-21

Tabela 06 – Desempenho de candidatos a deputado estadual – 1921/1923

Tabela 07 – Desempenho de candidatos a deputado estadual – 1923/1925

Tabela 08 – Desempenho de candidatos a deputado estadual – 1925-1927

Tabela 09 – Desempenho de candidatos a deputado estadual – 1927-1929

Tabela 10 – Desempenho de candidatos a deputado estadual – 1929-1931

Tabela 11 – Desempenho dos vereadores eleitos – 1948-1951

Tabela 12 – Desempenho dos vereadores eleitos – 1951-1955

Tabela 13 – Desempenho dos vereadores eleitos – 1955-1959

Tabela 14 – Desempenho dos vereadores eleitos – 1959-1963

Tabela 15 – Desempenho dos vereadores eleitos – 1963-1967

Tabela 16 – Desempenho de candidatos a deputado estadual – 1967-1970

Tabela 17 – Desempenho dos deputados estaduais eleitos – 1970-1974

Tabela 18 - Panorama eleitoral de Cosme de Farias no século XX

Tabela 19 - Panorama partidário de Cosme de Farias no século XX

Resumo

Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major - a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador traça um panorama da sua vida e obra (1875-1972) e investiga a inserção social e política dele na cidade, com ênfase nos períodos eleitorais em que teve candidatura a cargo público. Ou seja, versa sobre a participação deste mulato de baixa escolaridade que se tornou vereador e deputado estadual, apesar da estrutura sócio-política da Bahia durante o período republicano, e revela como sua atuação como rábula, fomentador da alfabetização, militante, jornalista e trovador sustentava seu trabalho benemérito. Demonstra que o Major era um homem sensível à tragédia cotidiana, um engajado sem a pecha revolucionária ou mesmo reformista.

Introdução

O dia 15 de março de 1972 marcou a história da cidade de Salvador. Logo cedo, as edições de jornais esgotaram-se. À tarde, a capital baiana registrou uma movimentação atípica: cerca de 100 mil pessoas reuniram-se para um cortejo fúnebre¹. Pessoas de várias idades e classes sociais, intelectuais e artesãos, advogados e prostitutas, estavam desolados diante da manchete: “Morreu Cosme de Farias”. Naquela madrugada de quarta-feira, chegou ao fim da vida o Major Cosme (1875-1972), jornalista, escritor, militante de movimentos sociais e classistas, vereador e deputado estadual, que por mais de 70 anos combateu o analfabetismo e atuou como rábula na defesa de réus de Salvador e do interior - a maioria, pobre. Morreu, aos 96 anos, um “símbolo” da cidade.

Com ele, levou um pouco da história da comuna. Ele já vivia quando eclodiram fatos históricos relevantes para o país, como a abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889), a “Revolução de 1930”, a era getulista, as duas grandes guerras mundiais, o golpe militar de 1964 e a luta armada, tendo sido participante ativo da história cultural, política e social da República Velha à consolidação do regime republicano. Quando faleceu, era deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e posicionava-se a favor da convocação de eleições diretas.

Elaborada dentro do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sob orientação do professor doutor Israel Pinheiro, *Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major - a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador* é biográfica, mas não é uma simples biografia. Como indica o subtítulo, a dissertação traça um panorama da sua vida e obra e investiga a sua inserção social e política na cidade, com ênfase nos períodos eleitorais em que teve candidatura a cargo público. Ou seja, aborda como este mulato de baixa escolaridade se tornou parlamentar, apesar da estrutura sócio-política da Bahia durante o período republicano, e como sua atuação como rábula, fomentador da alfabetização, militante, jornalista e trovador sustentava seu trabalho benemérito. O estudo demonstra que o Major era um homem sensível à tragédia cotidiana, um engajado sem a pecha de revolucionário ou mesmo de reformista.

Biografia está na moda, mas, ao contrário do que se possa imaginar, este é um gênero complexo que exige algo além da documentação e do talento para escrever. Quando há o

compromisso com a história, não se pode limitar a obra à incursão psicológica despreziosa e sem espírito crítico, ancorada em lembranças exóticas e até anedóticas do passado, salvo nos casos em que esses dados são constitutivos da personalidade enquadrada. Diz Le Goff, na apresentação da sua biografia sobre São Luís²:

“A biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história. (...) a biografia é um modo particular de fazer história. Mais que isso, ela não exigia apenas os métodos intrínsecos à prática da história: posição de um problema, busca e crítica das fontes, tratamento num tempo suficiente para determinar a dialética da continuidade e da troca, redação adequada para valorizar um esforço de explicação, consciência do risco atual – ou seja, antes de tudo, da distância que nos separa – da questão tratada. A biografia confronta hoje o historiador com os problemas essenciais – porém clássicos – de seu ofício de um modo particularmente agudo e complexo. Faz isso, todavia, num registro a que freqüentemente já não estamos habituados”.

As biografias desafiam os autores porque há sempre o risco iminente de se fazer uma abordagem restrita, que não contribua para a compreensão do contexto mais amplo e da história local. Sobre isso, Jeferson Bacelar reitera citado Rouanet³:

“Podemos, numa biografia, ignorar a história da época? Nesse caso a história da vida se tornaria abstrata e ininteligível. Temos o direito de privilegiar a história coletiva? Nesse caso a história individual que nos propomos narrar seria submersa pela história global. São os indivíduos que fazem a história? Neste caso, a história coletiva se limitaria a um feixe de biografias individuais”.

Com Cosme, busca-se equilibrar a relação entre o indivíduo e sua época, com diálogo permanente entre os dois planos, e aplicar procedimentos metodológicos com rigor. De início, pode-se dimensionar o significado da dissertação a partir de dois aspectos: a relevância social e política de Cosme de Farias no cenário baiano do século passado e o ineditismo da proposta, porque hoje não há obras dedicadas exclusivamente a ele. Carismático, ele, ainda hoje, é considerado uma personalidade folclórica por seus contemporâneos. Acredita-se que a inexistência de texto consistente e de envergadura acadêmica, por si, já justifique tal investimento, que deve auxiliar a própria compreensão da Bahia do século passado.

A finalidade é subsidiar futuros trabalhos com enfoque em pontos específicos da sua vida e obra, a exemplo da sua dedicação ao jornalismo ou da sua incansável atuação como rábula. Em torno dele, surgem inúmeras possibilidades de investigação - política, social, cultural -, contudo conhecer e apreender todos estes domínios é uma busca utópica. Faz-se necessário respeitar as lacunas deixadas pela documentação, evitar a reconstituição do que fora silenciosa-

do por ele e sobre ele, indicar sem angústia as incoerências da personagem e das fontes, vislumbrando sempre a composição de um texto inteligível e comprometido com a personagem.

Até então, os poucos registros sobre ele estão dispersos, sujeitos às intempéries dos seus curadores e à ação do tempo. Como foi vereador por várias legislaturas, foi homenageado em 03 de agosto de 1980, quando o plenário da Câmara Municipal de Salvador passou a chamar-se Cosme de Farias, mas as lembranças ficaram restritas a isso, a poucos verbetes em livros como aqueles citados aqui, ao fato de sua alcunha também nomear um bairro soteropolitano e escolas baianas e à existência de um mal conservado busto em bronze, feito pelo artista plástico Jair Brandão quando ele tinha 83 anos e instalado no fim de linha da antiga Quinta das Beatas (hoje bairro de Cosme de Farias).

Como a maior parte das fontes orais é formada por pessoas idosas e com saúde já debilitada, que estão perdendo a memória e a capacidade de falar, pode-se dizer que a possibilidade de construção da história se esvai. Seu filho “adotivo” e único herdeiro, Antônio Fernandes Pinto, perdeu as fotografias e os documentos do pai. Vítima de derrames e infarto recentes, ele passou meses sem condições de falar da relação com o pai, dos documentos sobre ele, do seu legado. Várias fontes inclusive já morreram, antes ou logo depois de serem ouvidas ou deixarem apontamentos deste relacionamento no âmbito pessoal, afetivo, religioso e profissional, como o senador Josaphat Marinho, o jornalista Jeová de Carvalho, os jornalistas e ex-deputados Joaquim Cruz Rios e Wilson Lins, e o seu afilhado coronel Octavio Brandão Sobrinho.

Do ponto de vista pessoal, o trabalho significa o cumprimento de um compromisso, firmado comigo mesma, de resgate da memória de uma personagem de personalidade rara e ainda sem o reconhecimento devido. O objetivo sempre foi buscar compreender a sua atuação e o contexto em que ele estava inserido, através de conceitos e técnicas da história. Neste sentido, o Programa de Pós-graduação me ofertou ferramentas e viabilizou o meu amadurecimento através das aulas e do diálogo com colegas, professores e o orientador, influenciando, sem dúvidas, nos resultados obtidos no final deste ciclo.

O trabalho divide-se em cinco capítulos, antecidos por esta apresentação da temática, do estado da questão, do problema, da justificativa para a elaboração deste estudo, das hipóteses levantadas, dos objetivos traçados, dos procedimentos metodológicos e técnicos, além das etapas do trabalho e do referencial teórico utilizados ao longo do processo produtivo. Neste trecho, indica-se a forma de abordagem e a linha de raciocínio seguida pela autora.

Denominado *De filho de barraqueira a rábula*, o primeiro capítulo trata da história social da personagem, contextualizando-a com a história da Bahia e do Brasil. Faz uma iniciação do leitor no universo de Cosme, dando a dimensão da sua importância social através da apresentação de informações sobre sua origem pobre, sua passagem pela Guarda Nacional, seu patriotismo, sua trajetória na literatura e no jornalismo e sua atuação como rábula. Já o segundo capítulo, *De assistencialista a militante*, sistematiza suas ações assistenciais, como a criação de escolas e distribuição de materiais escolares, e sua participação em movimentos sociais e políticos, a exemplo dos comitês contra a carestia e do Centro Operário da Bahia. Portanto, investe na sua iniciação na vida política da cidade e na constituição dos seus referenciais neste campo.

O terceiro e o quarto capítulos, *De ativista político a deputado* e *De deputado a deputado*, traz as informações levantadas na investigação sobre as campanhas e o desempenho do Major nas eleições em que participou, independente do resultado alcançado e da sua vinculação partidária nestes pleitos. Constam ali votação, assiduidade nas sessões, reação às derrotas, além da contextualização e da análise do desempenho do rábula em comparação aos demais candidatos e considerando-se o cenário político de cada época. Segue-se a ordem cronológica das disputas, de 1907 a 1970. O terceiro aborda os pleitos da Primeira e Segunda Repúblicas, enquanto o quarto se debruça sobre a fase entre as lutas pela democratização na década de 1940 e a morte de Cosme.

Em *Da eleição à tribuna do plenário*, são focalizados o apego do Major ao seabrismo, seu posicionamento político e os projetos de lei, pronunciamentos e moções impetrados ou subscritos por ele. A partir disto, são tecidas associações entre as múltiplas atividades desenvolvidas pelo rábula, suas campanhas eleitorais, seu desempenho nas consultas populares, sua atuação na Câmara e na Assembléia e o contexto histórico, evidenciando as estratégias adotadas por ele para galgar e se manter engajado nas discussões travadas durante a sua vida produtiva e a sua participação na estrutura social e política do Estado. Este é o momento de tecer relações entre a inserção social e política do Major em Salvador.

Como Cosme de Farias desenvolveu atividades em frentes diversas simultaneamente e até então não havia trabalhos que pudessem ser utilizados como fonte referencial, exigindo a apuração em fontes primárias dispersas pela cidade, a autora preferiu fazer um delineamento temático com ênfase na incursão social e política, mas também buscou apresentar uma visão panorâmica da personagem. Analisou-se a vida produtiva do Major (entre 1892, quando ele começou a primeira campanha contra o analfabetismo, e 1972, quando ele morreu), tendo

como foco principal os momentos em que exerceu cargos eleitorais, de forma que estejam contempladas todas as suas legislaturas e de que seja possível identificar as eventuais mudanças nas estratégias e no perfil do rábula.

Acredita-se que o recorte temporal poderia gerar uma falha na compreensão do seu universo, em decorrência das suas constantes mudanças de posicionamento e da sua instabilidade política. A seleção de apenas um período produtivo (Primeira República, por exemplo) dificultaria a percepção de singularidades apresentadas em um momento específico, assim como a compreensão dos avanços, dos retrocessos ou da estagnação e do anacronismo das suas táticas. Porém, para viabilizar o trabalho com tal baliza temporal e impedir a dispersão durante o estudo, foram pré-estabelecidas fontes e amostras adequadas ao recorte, baseadas numa investigação preliminar em fontes primárias e secundárias acerca da biografia do Major.

Em decorrência principalmente do lapso de tempo estudado, da multiplicidade das áreas de atuação da personagem e da busca pelas principais características e pelo *modus operandi* de Cosme, preferiu-se a abordagem por temas, em detrimento, por exemplo, da narrativa com a reconstituição minuciosa dos passos do biografado. Ao final, faz-se um breve cruzamento entre essas frentes de atuação, na tentativa de começar a delinear sua personalidade e indicar seu legado. A autora interrompe o fio da narrativa biográfica para interpretar os problemas e as opções do rábula e apresentar informações sobre assuntos como seabrismo e autonomismo, que facilitam a compreensão do universo da personagem, conforme aconselhado pela banca do exame de qualificação.

O texto resulta da coleta e do cruzamento de dados levantados em periódicos diversos, inclusive Diário Oficial do Estado da Bahia, e documentos (habeas corpus e textos regidos pelo próprio Cosme de Farias, por exemplo), em literatura acerca da personalidade e das áreas em que ele atuou, nas obras do Major e ainda nas entrevistas com depoentes que conviveram com ele. A priorização do confronto de fontes documentais e orais, periódicos, artigos e livros, em detrimento da opção por apenas um tipo de fonte, decorre de duas razões: a) a necessidade de conciliar o restrito tempo disponível para o trabalho (dois anos) com a demanda de pesquisa de dados básicos (não havia sistematização de informações como data de nascimento e morte, filiação, quantidade de legislaturas, períodos de mandatos como vereador e deputado estadual); b) a obrigatoriedade de atenuar os efeitos de um certo encantamento das pessoas em relação ao Major, verificado tanto em obras impressas quanto nos depoimentos. A comparação assegurou a reconstituição mais apropriada dos fatos, para posterior análise. Considerando-se que os atores sociais fazem recortes do real em documentos, depoimentos orais ou

publicações, adotou-se o diálogo entre as fontes como norma na execução do trabalho, visando a compreensão dos eventos com maior proximidade do que, de fato, ocorreu.

A imprensa foi utilizada porque, ao relatar versões acerca do real, ela possibilita que o historiador conheça as representações do seu objeto de estudo e o contexto em que ele está inserido, as visões oficiais e oficiosas. Entretanto, o resultado depende da linha editorial e da cultura organizacional das publicações analisadas e da metodologia adotada (análise do discurso, análise de conteúdo, análise comparativa etc.).

Já as entrevistas, ricas qualitativa e quantitativamente, suprem a carência de obras impressas e fragilidade e dispersão da documentação, além de ratificar ou negar o conteúdo apanhado junto a outras fontes. A pesquisadora Verena Alberti⁴ diz que “há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar; eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistas sumidas que só eles podem lembrar”. Da lista inicial de depoentes, houve cortes pela resistência em conceder a entrevista, pela pressão do tempo para conclusão da dissertação e principalmente pelo caráter reiterativo. Em comum entre as pessoas consultadas, ressaltou-se o apreço por Cosme e a repetição de “causos” da sua vida, com destaque para seu bom-humor e sua astúcia.

Os procedimentos de entrevista eram definidos a partir de informação sobre o papel social do entrevistado, para gerar a empatia. Foram realizadas entrevistas abertas e livres. Os depoimentos foram gravados e transcritos na íntegra. A utilização das informações foi feita à luz do contexto histórico e das relações da fonte com o objeto de estudo, observando-se ainda as circunstâncias da coleta (omissão, gestual, tom de voz, local escolhido para entrevista, receptividade etc.), o desejo de omitir ou enaltecer determinado aspecto, e as eventuais falhas de memória em decorrência do hiato entre os fatos e os dias de hoje, anotadas no caderno de campo. Autor da biografia *Mário Gusmão: um príncipe negro na terra dos dragões da mal-dade*, Jeferson Bacelar afirmou⁵:

“Em si, a memória é subjetiva, porém, ela é também um fato social. Muitas das nossas recordações são privadas e pessoais, mas, ao mesmo tempo, elas espelham a realidade social e cultural. Portanto, a divisão entre memória pessoal e social é relativa, na medida em que ela contém um aspecto social e um aspecto individual. (...) A ‘realidade construída’ pelos investigados – assim como a dos documentos – se deu de forma seletiva, com eles revelando o que achavam que deveriam revelar e também não dizendo tudo o que pensavam, esquecendo, escondendo ou mitificando o passado. E que esse passado seria recordado no presente – com esse grupo procurando validar sua própria concepção de passado – ao passo que o presente forneceria o conceito externo em que o passado seria interpretado”.

Para atenuar os efeitos disto, a análise de documentos, das publicações, do material audiovisual e dos depoimentos foi norteadada pela metodologia da análise do discurso (AD) de matriz francesa, com base em autores como Michel Pêcheux e Eni Orlandi, que formularam conceitos como Formação Discursiva e Tipos de Discurso⁶, úteis para a pesquisa em história, embora não tenham sido necessariamente elaborados para esta área do conhecimento. A AD oferece subsídios para a “atribuição de sentido(s) ao texto, procurando mostrar tanto a materialidade do sentido como os processos de constituição do sujeito, que instituem o funcionamento discursivo de qualquer texto”⁷, pressupondo então o exame do contexto da enunciação e do “lugar de fala” do enunciador.

A dissertação tem uma linguagem híbrida, entre a historiográfica e a jornalística, para assegurar o prazer da leitura, mas obviamente respeita as regras da norma culta. Os depoimentos tiveram a linguagem atualizada, de acordo com as normas da língua portuguesa atual, a exceção dos trechos que exigiam a manutenção da forma original para evitar o comprometimento da inteligibilidade. Já os textos de documentos e fontes impressas foram transcritos sem correções, como no original. Preferiu-se a adoção da grafia mais atual dos nomes como Associação Tipographica da Bahia e Liga Bahiana Contra o Analfabetismo, que, na época da fundação das entidades, eram grafados assim, mas posteriormente passaram a ser escritos substituindo-se o PH por F e o suprimindo-se o H.

O processo produtivo foi gratificante para a autora, em decorrência da própria natureza e relevância do objeto, mas foi preciso superar várias dificuldades. São elas: a) a paixão pelo objeto; b) a necessidade de atenuar os efeitos da falta de formação específica em história na graduação, que vão desde o domínio de técnicas e conceitos como o de história oral, da linguagem e até técnicas de pesquisa em arquivo; c) a necessidade de conciliar a pesquisa com a atividade profissional, inclusive para subsidiar os investimentos no estudo; d) a limitação de tempo disponibilizado pelo sistema de pós-graduação no país (dois anos para a conclusão do mestrado); e) o encantamento das fontes em relação à personagem; f) a exigência de superação de problemas pessoais inesperados – doença e morte em família - ao longo do primeiro ano do curso.

Um dos maiores desafios deste percurso foi atenuar os efeitos da afeição da autora pelo objeto no produto, fortalecido sobretudo através do contato com depoentes que nutrem por ele uma relação idílica e quase folclórica. Para tanto, foi necessário a autora compreender as virtudes e os defeitos como traços inerentes às pessoas, pontuando um a um no trabalho. Antes de tudo, firmou-se um compromisso com a personagem, do jeito que ela era. Os efeitos da

tendência das fontes mitificarem o Major, atribuindo a ele juízo de valor positivo, em detrimento da descrição das ações, do desempenho e do discurso, têm sido minimizados graças à metodologia adotada calcada no confronto de informações advindas do contato com diversas fontes.

A princípio, realizou-se o levantamento de menções a Cosme de Farias em verbetes de publicações sobre personalidades baianas, conforme indicado em bibliografia, e de notícias e reportagens acerca dele e de suas atividades veiculados em jornais locais, a partir das datas do seu aniversário (02 de abril), da sua morte (15 de março de 1972) etc. Apurou-se citações do Major na obra *Bahia de Todos os Fatos*⁸, publicação da Assembléia Legislativa que traz o registro dos principais acontecimentos da República ano a ano. Concomitantemente, foram localizadas e lidas as obras escritas por ele, sobre ele e sobre temas que poderiam contribuir para a compreensão do objeto, além de realizadas as entrevistas.

O trabalho começou antes do ingresso no Programa de Pós-graduação, durante a elaboração da reportagem do *Correio da Bahia*. Nesta etapa, iniciou-se o levantamento dos dados no *Diário Oficial do Estado da Bahia*, em documentos e periódicos e também foram colhidos depoimentos. A maioria, entretanto, está registrada apenas em anotações em papel, porque, como o propósito era apenas jornalístico, foram seguidos os procedimentos sedimentados neste meio de não fazer gravações. Ainda assim, serviram de indicativo inclusive sobre quais fontes deveriam ser consultadas novamente, já com o rigor característico da História.

Os dois primeiros capítulos foram traçados a partir do confronto de informações verificadas em textos publicados em periódicos diversos veiculados especialmente na ocasião da missa em ação de graças pelo seu aniversário (02 de abril), da sua morte (15 de março de 1972), funeral e homenagens pela passagem dos seus 30 anos de morte; em documentos (pedidos habeas corpus impetrados pelo Major e carta com seus últimos desejos); nas poucas obras que o cita e principalmente nas obras de sua lavra; e nas entrevistas com Antônio Pinto e nos depoimentos do historiador Cid Teixeira, do político Newton Macedo Campos e do advogado João de Melo Cruz. Embora não seja descartada notícia de nenhum título, foram selecionados para leitura sistemática os periódicos⁹ *A Tarde* (que tem a maior circulação no Estado há décadas, foi fundado em 1912 pelo jornalista Simões Filho e esteve em funcionamento durante toda a trajetória de Cosme de Farias como parlamentar), *Jornal da Bahia* e *Tribuna da Bahia* (que surgiram nas suas últimas legislaturas, e fizeram ampla cobertura da sua morte).

Com o objetivo de caracterizar a produção jornalística de Cosme de Farias, foram consultados o acervo da Associação Baiana de Imprensa e o livro *Lama & Sangue* de autoria de Cosme, levantados os perfis dos veículos onde ele atuou, e analisados todos os artigos intitulados *Linhas Ligeiras*, publicadas em abril e dezembro de 1937 pelo jornal *O Imparcial*, sempre em páginas dedicadas à cobertura do cotidiano da cidade. Ao todo, foram localizados nove. O ano de 1937 foi escolhido por ter registrado uma convulsão social e política, que deu início ao Estado Novo e repercutiu em todos os Estados, inclusive na Bahia. Abril foi selecionado porque, neste mês, o Major comemorava seu aniversário que, habitualmente, era agendado pela mídia devido à popularidade da personagem e ao fato de se realizar eventos públicos durante os festejos. Já dezembro foi selecionado porque, neste mês, geralmente se divulga balanços das ações desenvolvidas no ano e porque, assim, haveria um distanciamento temporal de abril que propiciaria a identificação de mudanças no conteúdo e formato dos textos. A indicação deste jornal especificamente deve-se ao fato de, neste período, ter sido ele que publicava as *Linhas Ligeiras*.

Para delinear seu trabalho como rábula, foram colhidos depoimentos e analisados todos os 25 processos catalogados no sistema do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) com o nome de Cosme de Farias como impetrante; outros 20 processos escolhidos aleatoriamente em estantes da Seção Judiciária que guardam as petições de habeas corpus impetradas nos períodos de exceção, das décadas de 1940 e 1960; e todos os 15 processos envolvendo seu nome, catalogados no sistema do APEB como Cível 1 e localizados pelos funcionários da instituição.

O material dos capítulos sobre a performance eleitoral do Major foi extraído de boletins eleitorais (publicados a partir de 1916 no Diário Oficial do Estado da Bahia e também disponíveis como documentos avulsos), dos anais da Câmara de Vereadores e da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia veiculados no DO¹⁰ e, quando não há anais no DO, das notícias das fases pré-eleitorais (dois meses anteriores às consultas) dos jornais *A Tarde*, *O Imparcial*, *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia*, com prioridade para o primeiro. Também foram consultadas fontes orais e impressas. A escolha do período pré-eleitoral deve-se ao fato de que, nesta fase, habitualmente as disputas por votos são acirradas e as intenções mais evidentes. Já a delimitação do tempo visa assegurar a viabilidade e execução do trabalho no prazo estabelecido por esta Universidade, de dois anos.

O conteúdo dos projetos de lei, pronunciamentos e moções escritas ou subscritas pelo parlamentar Cosme de Farias foi analisado a partir da leitura das seções Diário da Assembléia

(ou Diário da Assembléia Geral) e Câmara Municipal de Salvador do *Diário Oficial do Estado da Bahia* e edições dos jornais *A Tarde*, *Gazeta do Povo* e *Jornal da Bahia*. A amostragem foi aleatória, mas se concentrou, sobretudo, nos meses de campanha, das eleições (janeiro, fevereiro, outubro e novembro, a depender do período), da divulgação dos resultados dos pleitos, dos preparativos e da promoção dos festejos de seu aniversário natalício (março e abril). Nestes períodos, potencialmente ocorriam as disputas por votos em plenário, através de discursos e de apresentação de projetos, e eventos com possibilidade de cobertura pelos diários (comícios, missas etc.). Para propiciar a identificação de eventuais alterações no direcionamento do trabalho parlamentar do Major, o estudo concentrou-se em anos diversos de mandatos diferentes na Câmara e na Assembléia (1916, 1917, 1950, 1954, 1959, 1962, 1963 e 1971), escolhidos aleatoriamente. Para ajustar os objetivos desta dissertação ao tempo disponível para a pesquisa, decidiu-se analisar os requerimentos, independente da sua aprovação ou não em plenário. Os focos foram, portanto, suas iniciativas e idéias, em detrimento do resultado material alcançado, que pode ser tema de um novo trabalho no futuro.

Para a compreensão do contexto, foi lida bibliografia acerca da história da Bahia, com ênfase no campo político, mas sempre com interface com aspectos econômicos e sociais que se mostram como determinantes desta propalada singularidade do Estado. O contato com as obras consagradas, de autores como Luis Henrique Dias Tavares e Consuelo Sampaio, e recentes estudos acadêmicos foram relevantes para a compreensão da formação das elites e das demais classes sociais, da mobilidade social, do comportamento da sociedade, das características econômicas e as composições políticas do Estado.

O resultado deste esforço de pesquisa é apresentado nas páginas que seguem.

¹ A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 (primeiro e segundo clichês), 16 e 17 de março de 1972; TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 e 17 de março de 1972.

² LE GOFF, Jacques. **São Luís. Biografia**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999. p. 20

³ BACELAR, Jeferson Afonso. **Mário Gusmão: um príncipe negro na terra dos dragões da maldade**. Salvador: Jeferson Bacelar, 2003. 414 f. il. Tese de doutorado em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Orientador: Ordep Serra. p. 14

⁴ ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

⁵ BACELAR, Jeferson Afonso. **Mário Gusmão**. Op. cit. p. 21-22

⁶ Formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição e/ou conjuntura estabelecida, determinada pelo estado de luta de classes, indica o que pode ser dito; lugar da constituição do

sentido de um discurso. Os Tipos de Discurso são definidos a partir das condições de produção e podem ser lúdico-brincadeira, polêmico-discussão ou autoritário-ordem. Discurso lúdico é aquele que seu objeto se mantém presente, enquanto os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamamos de polissemia aberta. Discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, mas os participantes não se expõem e procuram dominar o referente (dá uma direção, indica perspectivas particularizantes), resultando na polissemia controlada. Discurso autoritário é aquele que mantém o referente 'ausente', oculto pelo dizer, e não há interlocutores (mas um agente exclusivo), resultando na polissemia contida que pode (caso haja exagero) provocar a transformação do sujeito num instrumento de comando. Ver ORLANDI, Eni. **Linguagem e seu Funcionamento – as formas do discurso**. 2ª ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 130, 15-16.

⁷ ORLANDI, Eni. **Linguagem e seu Funcionamento**. p. 13

⁸ BAHIA DE TODOS OS FATOS - Cenas da Vida Republicana 1889-1991. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1996.

⁹ As edições destes jornais encontram-se na Seção de Periódicos e na Seção de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

¹⁰ As atas disponíveis na Seção Legislativa do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e no Arquivo Municipal.

Capítulo I

De filho de barraqueira a rábula

1.1 - O mulato pobre

Filho do comerciante de madeira Paulino Manuel e de Júlia Cândida de Farias, nascido em São Tomé de Paripe, em 02 de abril de 1875, Cosme de Farias fez somente o curso primário, porém, ainda assim, se destacou em diversas áreas do conhecimento. Aprendeu as primeiras letras na freguesia da Conceição da Praia, na Escola Benvindo Barbosa, a partir dos seis anos¹.

Quando nasceu, a Província da Bahia² tinha uma economia agro-exportadora e baseada no trabalho escravo. Mantinha-se com a venda no mercado internacional de produtos primários (açúcar, fumo, cacau etc.) e fazia importação de manufaturados (tecidos, lã, carnes, vinhos, carvão em pedra etc.) em especial da Inglaterra, França, Alemanha, Portugal e Estados Unidos. No século XIX, a produção industrial era quase inexistente e seu incremento dependia de dois fatores de difícil superação: a falta de mão-de-obra qualificada - utilizava-se principalmente escravos sem treinamento para suprir a demanda - e a retaliação dos países da Europa e dos Estados Unidos, que tinham interesse em continuar a negociar seus produtos para o Brasil. Em Salvador, predominavam casas comerciais de origem francesa e inglesa, cujos proprietários eram beneficiados pelo contato estreito com os centros de produção dos seus países de origem, pela maior segurança e rapidez dos seus navios mercantes e pelas taxas de cabotagem mais baratas. Grandes casas comerciais funcionavam também como bancos, oferecendo empréstimos a juros com exigência de hipotecas de bens (inclusive escravos).

O acesso à educação formal era restrito, sobretudo para os negros. Em 1881, somente 21.626 pessoas estavam matriculados em escolas na Bahia, enquanto estima-se que a população da província chegasse a 1,5 milhão de habitantes. Em 1875, registravam-se outros avanços em Salvador, também destinados a áreas e grupos limitados: já havia iluminação a gás, água encanada canalizada pela Companhia do Queimado, máquinas de transporte a vapor que ligavam o centro a vários pontos da cidade, além do Elevador Lacerda (inaugurado em 1873).

Em abril de 1875, a Bahia era presidida³ por Venâncio José de Oliveira Lisboa, logo sucedido por Luis Antônio da Silva Nunes. Depois desse, ainda tomaram posse 13 presidentes até que fosse proclamada a República, em 1889. Neste período, em Salvador e no interior,

fazia-se a campanha republicana, embora mais tímida do que em províncias como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Além da utilização da imprensa, houve a criação de organizações como o Clube Republicano, em 1878. O movimento foi incrementado a partir de 1888, com a implantação do Clube Federal Republicano (1888) e do jornal *A República Federal* (1889), que se constituíram nas duas principais referências locais contra o império vigente há 65 anos e as proposições dos partidos Conservador e Liberal.

As manifestações republicanas⁴ na Bahia, entretanto, eram inexpressivas do ponto de vista político, a ponto de o governo monárquico provincial eleger a Bahia como espaço de resistência pela manutenção do regime e em defesa do imperador Dom Pedro I, quando houve a proclamação da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, no Rio de Janeiro, e a posse do Governo Provisório presidido por Deodoro da Fonseca. Tanto o presidente da Província, José Luís de Almeida Couto, quanto a Câmara Municipal de Salvador e o comando das armas das províncias da Bahia e Sergipe protestaram contra a “ditadura militar”. Somente em 18 de novembro, três dias após a queda do império, Virgílio Damásio assumiu como governador republicano do Estado da Bahia. No dia 23, ele transmitiu o cargo a Manuel Vitorino Pereira, em obediência à determinação do Governo Provisório do qual o baiano Ruy Barbosa era ministro da Fazenda.

No período de consolidação do regime republicano, a vida profissional de Cosme de Farias começava. Na adolescência, ele foi trabalhar ao lado do pai. Aos 19 anos, estreou como repórter do *Jornal de Notícias*⁵, abraçando a carreira em que militaria por décadas. Fundado em 1879 e reformulado em 1886 por Carlos Moraes & Carvalho, o periódico, na première de Cosme, proclamava-se “a folha de maior circulação no Estado”, tinha correspondente exclusivo em Paris (França) para comercialização de anúncios, e pertencia a Aloysio de Carvalho e irmãos. Sua sede funcionava na Rua Nova das Princesas, 16.

Durante o exercício do jornalismo neste jornal, Cosme conquistou o direito de atuar como rábula. Mais tarde, tornou-se fiscal externo da Recebedoria de Rendas Estadual, onde atuou durante apenas dois anos. Por não conseguir multar⁶, em 1934, obteve autorização da Secretaria da Fazenda e Tesouro do Estado para transferir-se⁷ para a Imprensa Oficial, sem perda de remuneração. Aposentou-se como servidor público. Em paralelo à carreira, iniciou sua atuação política como militante em campanhas e organizações e também como parlamentar.

Por 65 anos, permaneceu casado com a dona-de-casa Semíramis de Andrade Farias, morta em 05 de dezembro de 1963. Sisuda e discreta, ela pouco saía de casa. Morena de cabe-

los ondulados e olhos graúdos, desfilava seu corpo esguio pelos corredores da sua residência, onde cuidava sozinha dos afazeres domésticos e recebia os amigos e beneficiários das benesses do seu marido. Apesar do casamento duradouro, o jornalista cultivava a fama de ter tido muitas mulheres. O escritor Jorge Amado lhe atribuiu, pelo menos, três amásias e as descreve com a licença outorgada aos literatos⁸:

“Na Liberdade, gorda e tranqüila crioula, bem servida de seios e quadris, com seus quarenta e vários anos, reside Emerência, que prepara almoços baianos para casas ricas, dona de freguesia selecionada o mais antigo dos atuais amôres de Major – há mais de 25 anos ele a roubou de casa. Em Cosme de Farias, costura para fora a meiga Dalina, costura e borda: mãos de fada, rosto picado de bexiga, trintona, loiraça, graciosa. Em Itapagipe, numa casinhola de fachada verde e janelas cor-de-rosa, Mara, cabocla e linda com dezoito anos e dois dentes de ouro, faz flor de papel crepom para um armarinho da Avenida 7 e quantas faça, vende. O dono do armarinho, aliás, já lhe propôs outros acordos e vantagens; também Floriano Coelho, artista pintor, bonito e falante – um ou outro querendo tomá-la a seus cuidados. Mara, porém, é fiel a suas flores e a seu homem. Quando o Major chega, ele se aninha em seus braços magros, sente-lhe o hálito forte, ouve a rouca voz noturna: ‘- Como vai, meu passarinho?’”.

Em reportagem de 1971, a revista *Realidade*⁹ afirma: “Cosme gosta de mulher – agora diz que está apenas com uma namorada. Seus amigos, entre línguas, sugerem que ele já enterrou a esposa – dona Semíramis – e quatro filiais”. Após sua morte, a imprensa noticiou até que ele havia deixado viúva e desamparada Adalgisa Araújo de Jesus¹⁰, mas ela mesma negava o envolvimento amoroso e não há confirmação documental disto.

Apesar da fama, o Major não deixou descendente. Também não ficaram parentes consanguíneos de primeiro grau, porque seu único irmão morreu ainda pequeno. Ele tinha uma legião de afilhados – no passado, era hábito comum agradecer alguém por um favor, dando-lhe um filho para batizar –, criou uma jovem chamada Delza Santiago da Cruz que faleceu antes de ter filhos¹¹ e deixou um herdeiro a quem se referia, ainda em vida, como filho adotivo - o Antônio Fernandes Pinto. Ao longo dos anos, a imprensa lhe atribuiu outros filhos adotivos, incluindo um rapaz conhecido como Jayme¹², mas não há provas sobre isso. Acolhido aos 15 anos, em 1954, Pinto não foi adotado oficialmente nem morou em definitivo com o casal Farias, mas acompanhou o cotidiano do “pai” e o ajudava nas tarefas do dia a dia. Com a ajuda de Cosme, formou-se em professor primário e, depois, em direito na Faculdade Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Mais tarde, elegeu-se vereador de Salvador e permaneceu como parlamentar municipal entre 1974 e 1988, utilizando a memória do “pai”.

Como herança, o bacharel recebeu um casebre no distrito periférico de Brotas, na Quintas das Beatas, rebatizada como Cosme de Farias em homenagem ao ilustre morador, através de projeto apresentado na Câmara Municipal pelo parlamentar Americano da Costa e aprovado em plenário. A choupana foi adquirida em 1964, por Cr\$ 900.000,00 ou Cr\$ 1.100.000,00, obtidos a partir da venda da antiga moradia do casal Farias¹³, na Rua 28 de Setembro, número 37. Localizada em uma transversal sem calçamento, ela tinha apenas duas salas, um quarto, um sanitário e uma cozinha de chão batido, por onde se espalhavam poucos móveis e utensílios. Este era o único patrimônio do Major e, de tão insalubre, obrigava-o a passar a temporada de Inverno no domicílio dos amigos, na área do Santo Antônio, para evitar a frieza e umidade.

Ainda assim, foi motivo de disputa¹⁴ entre Pinto e Railda Araci Pitanga, uma espécie de governanta designada pelo filho adotivo para cuidar do rábula nos dez anos que antecederam sua morte. Railda Araci argumentava que havia preterido sua vida, em favor do político, e chegou a acusar a esposa de Pinto de agressão, mas a estratégia não surtiu efeito. O próprio Major redigiu em 1964 uma espécie de carta-testamento¹⁵, que tem cópia mimeografada arquivada na Associação Baiana de Imprensa (ABI), onde não mencionou o bem, mas também firmou documento escrito a próprio punho, cedendo o imóvel ao filho. Com seu direito comprovado, Antônio Pinto vendeu o imóvel a terceiros. Os novos proprietários desmancharam a casinha e, no terreno, ergueram uma morada conjugada com um armarinho. O texto da doação foi transcrito pela imprensa¹⁶ durante a querela:

“Eu abaixo firmado, Cosme de Farias, 89 anos de idade, viúvo, solicitador provisionado, sem parentes e sem herdeiros, declaro pelo presente documento que por meu falecimento a casinha que possuo, casinha esta que tem duas janelas, e uma porta, localizada na Travessa Heitor Dias, número quatro, na Rua Cosme de Farias, Distrito de Brotas, desta capital, ficará pertencendo ao Senhor Antônio Fernandes Pinto, como justa recompensa pelos justos auxílios valiosos que me tem prestado como meu companheiro de trabalhos forenses e como Primeiro Secretário da Diretoria da Liga Baiana contra o Analfabetismo revelando-se assim meu distinto e dedicadíssimo amigo”.

Depois de sua saída de Paripe, local onde nasceu, Cosme habitou dos anos 1920 até novembro de 1960 um sobrado na antiga Rua das Verônicas (atual Rua São Francisco), número 26, de onde se transferiu para a Rua 28 de Setembro e posteriormente para a Quinta das Beatas, em 1965. Registrado em nome da sua esposa, o imóvel onde o rábula morou por mais tempo¹⁷ foi arrematado em hasta pública em 1917, do acervo do Coronel Carlos Augusto de

Barros Palácio, por três contos e quinhentos réis. Em sete metros de frente e 22,68 metros de fundo, originalmente estavam distribuídos duas salas, dois quartos e um corredor sob telha vã, uma cozinha do lado de fora e quintal, além de cinco lojas divididas com madeira e um sótão interno que eram ocupados gratuitamente pessoas desabrigadas. Em 1960, o patrimônio foi vendido por motivo desconhecido, a um vizinho, o alfaiate Adrião Evangelista da Silva, por Cr\$ 600.000,00.

Por seu estilo de vida e sua obra, Cosme virou personagem do livro *Tenda dos Milagres*¹⁸, do escritor Jorge Amado, onde figura como Damião. Amante de cerveja quente, cachaça e vermute antes e durante o almoço, ele freqüentava o bar Bahia, a Pastelaria Triunfo – reduto de advogados, magistrados e autoridades situado na Ladeira da Praça - e outros botequins do Centro, onde bebia até sem pagar. Há quem diga que era capaz de secar os alambiques do Recôncavo baiano, sem ficar trôpego¹⁹, e até escreveu uma quadrinha²⁰ sobre o assunto (“Bebedores de cerveja,/ Bravos à vossa alegria!/ Tristezas não pagam contas/ Viva, pois, a boemia!”). Aliás, atribuía a sua longevidade²¹ ao consumo de bebida e ao fato do seu irmão Cícero Farias ter morrido jovem, cedendo-lhe alguns anos de vida.

O franzino mulato também era inseparável do seu charuto. Andava com chapéu de palhinha na cabeça, gola alta típica do século XIX, peitilho e punhos engomados para esconder a falta da camisa sob o paletó já surrado mas enfeitado com fitinhas verde-amarelas que expressavam o seu patriotismo. Na época da sua morte, em 1972, tinha apenas dois ternos de linho, um par de sapatos e outro de sandálias, camisas brancas, um chapéu, e os acessórios que compunham sua indumentária²². O cotidiano quase franciscano era denunciado através da observação de sua residência: nos seus últimos anos, mantinha em casa apenas um retrato dele aos 45 anos, a imagem de Santa Bárbara, além da cama onde dormia, uma mesa com cadeiras e uns poucos objetos²³. Nunca teve automóvel e circulou pela cidade a pé, de bonde ou ônibus na maior parte da vida, sendo guiado por afilhados e amigos nos últimos anos de vida²⁴.

O Major discursava²⁵ sem embaraço e declamava na Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa, durante os seus mandatos como parlamentar; no Tribunal do Júri, nos julgamentos em que atuava como rábula; e em praça pública, em datas cívicas como os dias dedicados à Independência da Bahia (Dois de Julho) e ao poeta Castro Alves (14 de março) e, principalmente, no aniversário da Liga Baiana contra o Analfabetismo (12 de outubro), entidade que ajudou a fundar. Adquiriu a habilidade a partir das comemorações pela abolição da escravidão, aos 13 anos, quando fez seu primeiro discurso²⁶. Não perdeu o hábito nem na velhice, mesmo já tendo voz rouca e quase inaudível. A comicidade e a destreza para dar so-

luções rápidas aos desafios impostos a ele na tribuna o destacariam. Ele foi escolhido inclusive para fazer o discurso de despedida do governador Luis Viana, no Cemitério do Campo Santo, na Federação, quando protagonizou uma cena de humor:

“Ia terminando assim: - ‘É tal a orfandade que a todos nos deixa a sua morte, que sentimos vontade de também com ele ser sepultados’. Atrás dele estava o professor Hermano Santana, filólogo do Colégio da Bahia (...). Naquele instante, deu um espirro tão forte que Cosme de Farias tomou um susto, desequilibrou-se e quase caiu dentro da cova. Sem perder o fio da meada, olhou para trás e consertou: - ‘Mas isto é uma mera figura de retórica’”²⁷.

Como um exemplar cavalheiro, ele saudava quem se destacava em um segmento social. Assim foi com a primeira mulher a participar de um júri em Salvador, a estudante de direito Expedida²⁸. Em 1947, o Fórum da Rua da Misericórdia era um território exclusivamente masculino e ela compareceu à tribuna na companhia do acadêmico que se tornaria seu marido, o hoje historiador Cid Teixeira, em substituição ao advogado Edgar da Matta. Antes da abertura dos trabalhos, Cosme pediu que o presidente da sessão providenciasse uma flor para a universitária e disse que, em caso contrário, o julgamento deveria ser suspenso. Compreensivo, o juiz designou um funcionário para cumprir a tarefa, mas o início das atividades precisou ser adiado por cerca de meia-hora, até que a homenagem fosse prestada, porque não era comum a venda de flores na área.

Gentil, costumava fazer agrados aos amigos e até aos adversários políticos. O ex-vereador Newton Macedo Campos lembra²⁹ que, quando ele comemorava o seu aniversário no dia 18 de abril de 1971, no bairro da Pituba, foi surpreendido por Antônio Pinto com um papelzinho e um embrulho de presente. No bilhete, lia-se a frase nunca mais esquecida por ele: “Toda criança que nasce toma logo um banhozinho, por isso vai para você esse sabonetezinho”.

Católico praticante, ele passou seus últimos anos trabalhando em um escritório improvisado nas dependências da Igreja de São Domingos de Gusmão e mandava rezar missas em ação de graças pelo seu aniversário³⁰ (em 02 de abril) e para lembrar a data de fundação da Liga Baiana contra o Analfabetismo (12 de outubro), além de freqüentar celebrações em datas cívicas como os dias de comemoração da Abolição da Escravatura (13 de maio)³¹ e da Independência da Bahia (Dois de Julho). Pertencia a diversas ordens e irmandades³² fundadas e mantidas sob os auspícios da Igreja: Ordem Terceira do Boqueirão, Ordem Terceira do Carmo, Irmandade de São Benedito, Irmandade de Nossa Senhora das Angústias, Ordem Terceira

da Santíssima Trindade, Irmandade do Senhor da Redenção, Irmandade do Senhor dos Passos, e Irmandade do Senhor da Paciência.

Nas suas quadrinhas, suscitava elementos da fé cristã: “JESUS, pregando a Justiça,/ Faltou assim, para os Judeus: - ‘Daí a César, o que é de César!’/ - ‘Daí a DEUS, o que é de DEUS!’”³³. Na sua carta-testamento, pediu que seus restos mortais fossem colocados na catacumba 56 da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, onde estavam depositados os despojos do seu pai, da sua mãe e do seu irmão e deveriam ser também recolhidos os ossos de sua mulher, Semíramis de Farias. O desejo não foi atendido e, ainda hoje, o espólio permanece na ala Nossa Senhora do Pilar do cemitério da Quinta dos Lázaros, em túmulo reformado pela Prefeitura Municipal em 2003.

Entretanto, Cosme aproximou-se também do candomblé. Entre os ritos católicos pós-morte, o candomblecista ligado ao Terreiro do IAPI Mestre Caiçara coordenou um ritual fúnebre típico da religião afro-brasileira, em que o corpo é sacolejado e são entoados cânticos sagrados. O Major seria guiado por Oxalá³⁴, “pai de todos os orixás” e “orixá da procriação”³⁵ que se veste de branco, tem a sexta-feira dedicada a ele e manifesta-se de duas formas – jovem, chamado de Oxaguiã, ou idoso, o Oxolufã. Pelo sincretismo religioso, tem como correspondente no catolicismo o Nosso Senhor do Bonfim e comumente realizam suas festas no dia destinado ao santo católico, em janeiro.

Cosme de Farias morreu às 4h40min de 15 de março de 1972³⁶, uma quarta-feira, dia consagrado à Santa Bárbara, divindade de devoção do rábula. Nos seus derradeiros dias, ele padeceu de cegueira, surdez, desnutrição, mas teve como *causa mortis* uma arteriosclerose cerebral. Antes, já vinha sendo abatido por problemas respiratórios frequentes. Devido à intervenção de amigos como Genebaldo Figueiredo, Antônio Luiz de Oliveira Franco e Carlos Alberto Roque dos Santos, estava assistido por uma equipe médica (formada pelos médicos Luiz Vieira Lima, Jaime Rodrigues e Jaime Viana, enfermeiros, auxiliares) e freiras, no Hospital Português, na Barra Avenida, em Salvador. A instituição dispensou a caução e cedeu o tratamento gratuitamente, já que a primeira secretaria da Assembléia Legislativa havia se negado a fazer o depósito da taxa de Cr\$ 2.000. Neste período, Antônio Fernandes Pinto estava no Rio de Janeiro, resolvendo questões relativas ao seu curso de direito.

O rábula permaneceu internado na semana anterior e, diante dos sinais de recuperação, recebeu alta médica no sábado, dia 11 de março. Na terça-feira, dia 14, teve o quadro agravado, foi levado à clínica Sames, em Nazaré, e posteriormente transferido para o Português, onde entrou em coma e faleceu na madrugada seguinte. Sua morte era, de certa forma, espe-

rada pela gravidade da situação e ele chegou a receber do padre Antônio Python a extrema unção, bênção católica concedida aos enfermos antes do falecimento. No dia anterior, como que adivinhasse, teria se agarrado a uma imagem de Cristo³⁷.

No alvorecer do dia 15, o clima de pesar tomou o Centro Histórico, onde ele mantinha seu escritório improvisado e passou boa parte da vida. Os ex-vereadores da capital Newton Macedo Campos e Genebaldo Figueiredo trasladaram o corpo para a Igreja de São Domingos de Gusmão, no Terreiro de Jesus, e pediram ao arcebispo primaz recém-chegado à cidade, Dom Avelar Brandão Vilela, que celebrasse a missa de corpo presente³⁸ enquanto uma cartilha do ABC repousava sobre seu peito.

Cerca de 100 mil pessoas reuniram-se naquela tarde³⁹, para seu cortejo fúnebre pela cidade e sepultamento no cemitério da Quinta dos Lázaros. Comovida, a multidão rejeitou os dois carros mortuários com forro de veludo e flores, oferecido por autoridades, e arrebatou o féretro das mãos do governador Antonio Carlos Magalhães e do prefeito Clériston Andrade, ainda na Praça da Sé. Populares carregaram o caixão por quase duas horas, do Terreiro de Jesus à Baixa de Quintas, passando pela Rua da Misericórdia, Ladeira da Praça, Baixa dos Sapateiros, Sete Portas e Dois Leões. No caminho, choro, gestos com lenços brancos, uma faixa com bordas verde e amarela com o lema “Abaixo o Analfabetismo!” e a exigência de que os comerciantes fechassem seus estabelecimentos, para evitar a invasão. Sobre as homenagens, a *Tribuna da Bahia*⁴⁰ afirma:

“Foi difícil baixar o caixão até o chão. Gritos, choros, desmaios, empurrões, mãos acenando para o alto, lenços brancos. Ninguém conseguiu ouvir as últimas orações do padre Heleno (Medeiros) nem o toque da Banda do Corpo de Bombeiros, cuja presença violava outro pedido do Major que simplesmente queria um corneteiro para tocar o silêncio. (...) O povo queria participar e, no fim, cantou o Hino Nacional”.

A dor uniu pessoas de várias idades e classes sociais, intelectuais e artesãos, estudantes, advogados, prostitutas e infratores. Houve até a prisão de foragidos. Apelidado de Rei dos Pássaros e arrolado em inquéritos na Delegacia de Furtos e Roubos, Carlos Costa⁴¹, mesmo procurado pela polícia, arriscou-se indo à despedida para prestar uma última homenagem ao homem que lhe assegurou assistência judiciária e acabou capturado. Ocorreu ainda um princípio de briga⁴² entre dois corneteiros ávidos para fazer o toque de silêncio e atender a um dos últimos desejos do político. Foram ao cemitério o cabo do Corpo de Bombeiros Nestor de Jesus, encaminhado pela corporação, e o cabo da Polícia Militar Adelvando Barbosa, a quem o rábula teria solicitado a gentileza. A vontade do Major de ter o toque teria surgido no sepul-

tamento do ex-governador Octavio Mangabeira, quando ele chegou a desmaiar de tanta emoção. Quatro anos antes da sua morte, ele entregou Cr\$ 10 ao provedor do Colégio dos Órfãos de São Joaquim - ao qual costumeiramente fazia doações -, para contratação de um músico, e pediu ainda que mais Cr\$ 10 fossem acrescentados, caso o custo de vida subisse. Sobre isso, ele chegou a fazer uma quadrinha: “Quando eu morrer corneteiro,/ alma piedosa e nova/ tocai, por favor, Silêncio,/ Junto da minha cova!”⁴³. Para evitar conflito maior, depois de tocarem em tons diferentes, cada cabo fez uma parte da música.

Cosme de Farias expressou seus derradeiros anseios na carta-testamento de 1964, que teve cópias mimeografadas distribuídas entre amigos e jornalistas. O documento evidenciava o desejo de uma despedida simples, sem pompa, de maneira que traduzisse sua trajetória. Abaixo, em fac-simile⁴⁴:

“Caso o governo do Estado, a Assembléia Legislativa da Bahia, a Prefeitura deste Município e a Câmara dos Vereadores do Salvador, queiram, num belo gesto de fidalguia espiritual, fazer o meu enterro, dispenso esta delicada atitude. Quero ser sepultado em cova rasa, na Quinta dos Lázaros, sendo o meu caixão de 3ª classe, tendo por cima, apenas umas florizinhas. Se algumas pessoas generosas quiserem oferecer-me coroas, e flores, capolas, peço-lhes encarecidamente, que apliquem o dinheiro destinado a compra das mesmas, em favor das casas-pias, como por exemplo: a Vila Vicentina Instituto Alberto de Assis, antigo Instituto dos Cegos da Bahia, Orfanato Ruth Aleixo, Abrigo do Bom Pastor, Orfanato Conde Pereira Marinho e do Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Faço questão para que ao descer o meu corpo à terra fria, um corneteiro civil ou militar dê o toque de silêncio”.

A população rechaçou a oferta dos representantes do poder público, um grupo de amigos fez o sepultamento em cova rasa, e corneteiros tocaram o silêncio. Entretanto, o caixão não foi tão simples e com poucas flores, como desejado. Tinha um forro cor de rosa e foi coberto por flores.

Por ter 96 anos de vida ativa, Cosme já fazia parte da história da capital. Morreu durante o cumprimento de mandato na Assembléia Legislativa, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e foi substituído pelo também educador e advogado Hildérico Pereira de Oliveira, proprietário de três colégios em Salvador e no município de Nazaré, incluindo o famoso Nossa Senhora de Lourdes (já extinto). Vivia-se o auge da repressão política a quem se dispusesse contra o governo federal ditatorial e do chamado “milagre brasileiro”, com crescimento anual de até 11,2% do Produto Interno Bruto (PIB)⁴⁵. Estava no poder o general Emílio Garrastazu Médici, militar que dividiu seu governo em três frentes – a militar, a econômica e a política. Enquanto a economia crescia devido ao incremento da produção industrial, das ex-

portações e dos empréstimos tomados no exterior, adotava-se uma política de concessão de crédito e isenção de tributos aos exportadores, por exemplo. Mas com o aumento do preço do petróleo no mercado internacional, a inflação e a dívida externa elevaram-se, desencadeando uma longa crise econômica e, mais tarde, influenciando na decisão pela gradual abertura política do país.

O movimento de luta armada urbana, que, a princípio, desestabilizou o governo, estava arrefecido. No Sudeste do Pará, na região do Rio Araguaia, o Exército brasileiro estava em guerrilha contra militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que só terminaria em 1975. Três anos antes, em 1972, os militares haviam descoberto o centro da manifestação. A esquerda estava enfraquecida, em decorrência da repressão, dos resultados econômicos positivos e da campanha pelo voto nulo em sinal de protesto contra o regime. As consequências foram sentidas nas eleições parlamentares de 1970, quando foram renovados dois terços do Senado e a Câmara de Deputados – a Arena elegeu 41 senadores e 223 deputados, contra apenas cinco e 87 do MDB, respectivamente⁴⁶.

Na Bahia⁴⁷, o médico e jornalista Antonio Carlos Magalhães (ACM) havia assumido o governo em março de 1971, depois de ter sido eleito pela Assembléia Legislativa para suceder o professor universitário Luís Viana Filho e ter seu nome aprovado pelo presidente Médici. Como governador, ACM começou uma reforma urbana de Salvador, criando avenidas de vales; construiu a Avenida Luís Viana Filho (a Paralela) e o Centro Administrativo da Bahia, para onde foram transferidas as secretarias do Estado e o seu gabinete; negociou com o governo federal e empresários para a implementação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Apesar da ampliação da sua rede de relações políticas na capital e interior, ele não conseguiu convencer seus aliados – entre os quais os ex-governadores Juracy Magalhães, Lomanto Júnior e Luís Viana Filho e representantes do governo federal – de que seu sucessor deveria ser o pastor batista e advogado Clériston Andrade. O ex-assessor de Antonio Carlos foi preterido em favor do médico e professor universitário Roberto Figueira Santos e tornou-se governador.

1.2 - O Major e o patriota

Uma das principais características de Cosme de Farias era o seu patriotismo. O amor à Pátria pode ser comprovado nas fitas verde-amarelas que enfeitavam a sua lapela e eram anexadas às correspondências encaminhadas a autoridades, com seus pedidos ou suas homenagens; na *Carta do ABC*⁴⁸ ilustrada por ele com hinos patrióticos (o Nacional, ao Dois de Julho, à Bandeira) e citações a personalidades baianas (médicos, militares, juristas, professores

primários, escritores, vultos históricos); na sua atuação como parlamentar, quando chegou a solicitar que o Estado distribuisse bandeiras do Brasil nas escolas; e nas festas do calendário baiano. No aniversário da Liga Baiana contra o Analfabetismo e em datas cívicas, ele era acompanhado por estudantes e promovia atos públicos com execução do hino nacional, declamação de versos e discursos em apologia à Pátria⁴⁹.

Seu civismo era exacerbado nas festividades cívicas, especialmente no Dois de Julho⁵⁰, data em que se celebra na Bahia a consolidação da Independência e a separação política do Brasil de Portugal, após a entrada de tropas brasileiras em Salvador por terra e mar para expulsar os resistentes portugueses e afastar definitivamente a possibilidade de nova intervenção armada da Europa, como ocorrera na Espanha e em Piemonte (Itália). Desde 2 de julho de 1923, comemora-se a retirada dos portugueses, relembrando a trajetória dos batalhões do Brasil e de populares entre Cachoeira, Cabrito-Campinas-Pirajá, Lapinha-Soledade e Centro de Salvador. Sobre a festa, afirma Luis Henrique Dias Tavares:

“O 2 de julho ficou na reverência patriótica dos baianos que desde logo estabeleceram a tradição de comemorá-lo anualmente com a repetição da entrada do Exército Pacificador na cidade do Salvador. Aos batalhões e aos heróis mais conhecidos foram acrescentadas, posteriormente, as figuras simbólicas do Caboclo e da Cabocla”⁵¹.

Grupos representando os batalhões patrióticos seguem as esculturas dos caboclos – que representam a participação do povo nas lutas –, da Lapinha ao Terreiro de Jesus durante a manhã, quando se interrompe a caminhada para a promoção de discursos e o descanso, e de lá ao Campo Grande (oficialmente denominado de Largo Dois de Julho) à tarde, quando se realiza uma cerimônia cívica com a presença de autoridades locais. Na década de 1970, a população ainda vestia-se de branco e usava fitas verde-amarelas na braçadeira, na lapela e no chapéu de palha para acompanhar as festas⁵². Atualmente, as pessoas louvam as imagens e colocam bilhetes com pedidos junto a elas, como se tivessem poderes sobrenaturais e capacidade para solucionar seus problemas, em uma associação aos caboclos cultuados em ritos afro-baianos.

Em sua trajetória, Cosme até participou da Grande Comissão Organizadora e Executiva dos Festejos de Dois de Julho⁵³, tradicionalmente presidida pelo representante do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Durante os festejos, ele saudava o povo do alto de um carro ou carroça, fazia balançar a faixa com o lema “Abaixo o Analfabetismo!” desenhado em letras garrafais, e proferia discursos sobre os feitos e os participantes das batalhas. Sobre o tema, diz Sebastião Nery, na *Tribuna da Imprensa*:

“Sempre de branco, magrinho, elegante, colarinho duro até o pescoço, gravata de nó duplo, um Ghandi baiano, todo ano ele desfilava na frente do cortejo das celebrações do 2 de julho, independência da Bahia, distribuindo cartilhas como presidente da Liga contra o Analfabetismo (sic). (...) deixou uma legenda de amor e lutas pelo povo. Ainda ontem, aqui, no desfile, um velho negro anonimamente carregava seu retrato”.

O patriotismo, entretanto, não tem ligação direta com a sua patente da Guarda Nacional. Cosme de Farias ficou conhecido pela alcunha de Major após ter recebido o título do 224º Batalhão de Infantaria de presente do tenente Pedro Celestino Brandão e de outros amigos, que o compraram por 350 mil réis. Já atuante como jornalista e rábula, ele foi incorporado em cerimônia oficial com duas horas de duração no Quartel General, no dia 04 de setembro de 1909. Na solenidade, o comandante geral, coronel Deraldo Leite, fez oração de exaltação a ele por seu trabalho na campanha contra o analfabetismo. Em seguida, houve almoço comemorativo na residência do tenente. Ele transformou-se em Major R-2 sem saber, ao menos, manipular armas; fez o juramento uniformizado com a farda emprestada de outro amigo; e comparecia a paisana às solenidades militares, por falta de uniforme no guarda-roupa⁵⁴.

A constituição da Guarda Nacional foi proposta pelo padre Diogo Antônio Feijó, então ministro da Justiça, e aprovada pela Câmara em 18 de agosto de 1831. Ela surgiu no começo do período regencial pós-abdicação de Dom Pedro I (1831-1842), quando eclodiu uma acirrada disputa por poder. O quadro desencadeou levantes populares e motins militares, reprimidos com violência. Pela primeira vez, os chefes de governo foram eleitos por seus pares, mas os pobres continuavam aliados do processo. Havia, pelo menos, três grandes facções: liberais radicais, liberais moderados e restauradores. As duas últimas alas se associaram no final do período regencial e se sobrepunham à primeira até a proclamação da República, em 1889. Instituída a regência trina, a Constituição do Brasil foi alterada, favorecendo principalmente a descentralização do poder e o fortalecimento das províncias. Em 1832, foi modificada a organização do Poder Judiciário. Em 1834, substituiu-se a regência trina pela una, eletiva e temporária, com um mandato de quatro anos para o regente.

Portanto, a Guarda foi instituída no bojo de um processo de mudanças que visava a manutenção do controle do aparelho do Estado. Subordinada às câmaras municipais e aos juizes de paz, ela foi inspirada na "guarda burguesa", criada pós-Revolução Francesa de 1789 como uma milícia civil armada ligada aos proprietários e substituta das forças tradicionais destituídas pelos revolucionários. Os batalhões⁵⁵ chegaram a ter milhares de homens, mas, em momentos de declínio, até as paradas cívicas foram suspensas por falta de soldados, a exemplo

do ano de 1871, no pós-Guerra do Paraguai, quando não se realizou o desfile do Sete de Setembro. Cada localidade tinha seu próprio regimento sob o comando do chefe político local - o “coronel” -, mediante o pagamento de emolumentos.

Praças e oficiais da Guarda eram nomeados, no início, pelo Governo Imperial e, depois, pelos presidentes das províncias, ou recebiam o título após eleições presididas pelo juiz de paz local. O governo, depois, passou a vender os títulos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel, mas o posto de general continuava sendo prerrogativa exclusiva do Exército. Inicialmente, para ingressar na Guarda, era preciso ter recursos ou ser patrocinado por alguém disposto a arcar com custos de uniforme e armas (exigia-se renda anual de 100 mil réis no campo e 200 mil réis nas cidades). Quem servia à Guarda gozava de foro militar e podia participar de paradas e cerimônias cívicas e religiosas. Diz Robert Ames Hayes, em *Nação Armada - A Mística Militar Brasileira*, citando Barrace de Castro:

*“No início, como a inspiração para a organização da Guarda era buscada em modelos estrangeiros, seus claros de oficiais eram preenchidos através de eleição, mas esta prática se revelou prejudicial à determinação dos proprietários rurais de controlá-la. As condições interioranas, que se originavam da predominante mentalidade familiar-patriarcal, levavam o povo a ‘pensar em termos de privilégios pessoais ou de classe, enquanto a noção de obediência aos preceitos legais, em benefício do estado, tinham pouca significação’. Em consequência, o preenchimento dos claros de oficiais passou a ser feito por indicação”*⁵⁶

Oficialmente, a instituição foi criada em 1831 para auxílio ao Exército e às tropas de linha durante expedições, como as contra Rosas (1851-1852) e Solano Lopez (1864-1870), e seus corpos substituíram as milícias, ordenanças e guardas municipais com unidades de infantaria, cavalaria e artilharia, nas capitais e em vilas remotas do Sertão. Entretanto, ela foi forjada para neutralizar as forças armadas regulares – até precedia o Exército em paradas oficiais, tinha prioridade no recebimento de recursos – e se firmou como uma força armada diretamente vinculada à aristocracia rural, com organização descentralizada e oficiais eleitos em cada região, dando origem ao coronelismo político no Brasil. Tal sistema perdurou até a época da República Velha (1889-1930), caracterizado pela concentração de poder nas mãos de um proprietário de terras, que desencadeou uma forma de fazer política, um modo de ser e viver e uma cultura peculiares⁵⁷. Ainda neste século, sobrevive no Brasil, identificado com o passado agrário e obsoleto.

Já sem atingir os seus objetivos, a Guarda entrou em decadência principalmente a partir de 1870, com o final da Guerra do Paraguai, quando civis evitaram servir fazendo-se substitu-

ir por escravos e houve dificuldade para compor as tropas por falta de remuneração pelos serviços prestados. Comprovada a ineficácia militar da Guarda durante a Guerra, foi aprovada em 1873 uma lei de proibição do seu emprego em atividades governamentais. A partir de então, ela foi esvaziada e passou a funcionar como um “clubes para a elite política”, enquanto o Exército voltou a ser a principal força armada nacional⁵⁸.

Duas das consequências da Primeira Guerra Mundial⁵⁹ no Brasil foram a extinção da Guarda pelo presidente Wenceslau Braz, através do Decreto nº 1.790 de 12 de janeiro de 1918, e a sua deslocação do âmbito do Ministério do Interior e Justiça para o Ministério da Guerra. Seus cerca de 44 mil oficiais passaram a integrar a tropa de reserva não-remunerada do Exército brasileiro. O Major Cosme de Farias se tornou um destes oficiais, mesmo sem estar ligado a nenhum coronel. Conquistou o título pela defesa dos direitos humanos e foi “um Major com todas as significações semânticas da palavra, de um maior dos nossos serviços”⁶⁰.

1.3 - O homem das letras

Apesar de ter concluído apenas o curso primário, Cosme de Farias era um homem vocacionado para o mundo das letras, tendo manifestado essa habilidade tanto no exercício do jornalismo quanto para produção literária, sobretudo de poesia popular. Escreveu discursos, trovas, artigos patrióticos - em homenagem a personalidades, denúncia do quadro social, político e econômico do país, ou defesa de causas sociais como a reinserção dos presidiários na sociedade e a alfabetização -, além de hinos classistas e institucionais como os atribuídos aos jornalistas, aos encarcerados, aos motoristas, aos policiais, às enfermeiras e ao Abrigo Filhos do Povo⁶¹. Em decorrência desta sua vocação, foi membro do Grêmio Literário da Bahia, do Grêmio Brasileiro dos Trovadores e da Casa da Poesia.

A sua lavra era declamada em eventos públicos, como as homenagens anuais ao poeta Castro Alves realizadas no mês de março na praça homônima, e divulgada em jornais, na *Carta do ABC* e em publicações independentes para distribuição à comunidade, em troca de contribuições para as campanhas de combate ao analfabetismo. A primeira quadrinha foi publicada em um 15 de Novembro, dia de aniversário da proclamação da República, quando o poeta tinha apenas 21 anos: “Meus amigos, gente boa/ A luz do cristianismo é grande/ Á luz do cristianismo reforcem/ também a luta/ contra o analfabetismo”⁶². São de sua autoria as múltiplas edições da *Carta do ABC*, as coletâneas de poemas *Estrophes*⁶³ (1933), *Trovas e Quadras*⁶⁴ (sem data), *Singellas* (1900) e *Lira do Coração* (1902), e ainda a seleção de artigos políticos *Lama & Sangue*⁶⁵ (1926). Outro, com o título *O Descobrimento do Brasil*, teve a

intenção de sua publicação anunciada, porém nenhum exemplar ou notícia sobre a edição foi localizado.

Editada várias vezes com tiragens de 5 mil a 10 mil exemplares e distribuída até os anos 1970, a *Carta* é uma cartilha para alfabetização de crianças e adultos, com aproximadamente 30 páginas, e representa uma inovação na técnica de ensino à leitura (o aprendiz soletra para formar palavras que, interligadas entre si, compunham uma frase completa, a exemplo de gato/pe-ga/o/ra-to origina "Gato pega o rato")⁶⁶. O livreto é ilustrado com hinos patrióticos (ao Dois de Julho, à Bandeira, o Nacional), traz trovas de autoria do próprio Major como Versos à Infância, e destaca personalidades baianas (médicos, militares, juristas, professores primários, escritores, benfeitores como Alberto de Assis, criador do Instituto de Cegos da Bahia), em detrimento das personagens estrangeiras e de visibilidade nacional. Era cedida gratuitamente a professores leigos e pessoas analfabetas. Um exemplar utilizado para esta dissertação foi consultado na coleção particular do fotógrafo Anísio de Carvalho.

O libelo *Singellas*⁶⁷ contém quatro poesias, além de duas páginas dedicadas à memória do “poeta dos Prelúdios”, Martiniano Junior, e uma voltada para o doutor Carlos Leitão. Conforme periódico, a renda auferida com a venda dos exemplares desta obra foi destinada ao Asylo Filhas de Anna, localizado em Cachoeira, no Recôncavo baiano. Nenhum exemplar foi localizado, para análise. Já *Estrophes* traz, em 41 páginas, uma série de poesias e hinos, precedidos por agradecimentos e dedicatória a personalidades baianas como o Major Arthur Baltazar da Silveira, o conselheiro Antônio José Seabra e sua esposa Anizia Seabra, e o juiz Horácio Lucatelli Dorea. Entre eles, estão os hinos aos jornalistas e aos prisioneiros, que enfocam temas relacionados ao seu cotidiano como profissional de imprensa e rábula; as saudações ao governador José Joaquim Seabra (*Salve, Triumphador!* e *Avê*); e um texto dedicado à Nossa Senhora da Conceição (*Linhas Ligeiras*), escritos entre os anos 1910 e 1930.

Estes dois livros de poesia são pontuados pelas mesmas temáticas (liberdade, mobilização social, civismo, religiosidade) e por rimas fáceis, como se percebe abaixo em trechos do *Hymno dos Jornalistas*:

*“Defendendo a Liberdade,
Pela Grandeza do Povo,
Contra o germen da maldade
Soltemos um grito novo! (...)*

*Da tribuna gloriosa
Fundada por Gutemberg
Levemos a luz formosa
Desde o palácio ao albergue. (...)*

*Jamais dobreemos a fronte
Ao terror do despotismo:
DEUS – é um bello HORIZONTE,
Lindo pharol – o CIVISMO.
Façamos das nossas armas,
Caneta e penna aparada,
Às vezes clarins de alarmas,
Às vezes rosa orvalhada. (...)”⁶⁸*

Em 1902, Cosme de Farias lançou outro livro de versos, o *Lira do Coração*. A renda obtida com as vendas deste título foi revestida em benefício do Orfanato Pia União, situado em Salvador, e do Asilo Maria Auxiliadora, com sede em Maragojipe⁶⁹. Nenhum exemplar foi encontrado na pesquisa implementada em livrarias de publicações antigas, no Arquivo Público do Estado da Bahia ou na Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Também não há informações sobre seu conteúdo.

O libelo *Lama & Sangue* versa sobre política. Após sucessivas gestões no parlamento estadual, entre 1915 e 1923 (reconduzido a cada dois anos), Cosme de Farias amargou longo período sem cargos públicos, quando se dedicou aos movimentos sociais, à assistência social e ao combate contra seu maior adversário, o governador Góes Calmon. Neste livro, em 124 páginas, ele reúne textos críticos contra o governador Francisco Marques de Góes Calmon⁷⁰, publicados anteriormente por ele ou por outros autores em jornais locais como *O Imparcial* na década de 1920. Na obra, tratou o opositor de "voluntarioso bacharel" cuja gestão foi "imposta pelo Exército e estado de sítio" e denunciou a perseguição contra quem estava contrário ao governo. Acabou preso e seu livro teve circulação proibida. “Ninguém tinha o direito de articular uma palavra sequer contra essa clamorosa situação. O regimento do crê ou morre estava ferozmente plantado na Bahia”, afirma um dos trechos. A rivalidade entre ambos pode ter relação com a oposição Góes Calmon X Seabra, como será discutido em capítulo posterior.

Ao todo, são 21 capítulos, que mesclam textos e fotografias de políticos baianos. O prefácio assinado pelo jurista Carlos Ribeiro, *Vômito Negro*, dá início às sucessivas denúncias contra o governador, com predomínio de tom coloquial (“o seu primeiro cuidado foi fazer demissões a torto e a direito”, “mandou para o olho da rua”) e o apelo emocional ao leitor (“levando, por este modo, a fome, o desespero e a desolação a dezenas de lares dignos e sem a menor piedade pela sorte de esposas honestíssimas e ternas e inocentes criancinhas”).

Já nos dois primeiros capítulos, *Na Força Pública* e *De Foice em Punho*, o Major delata respectivamente a dispensa de mais de 800 praças e a pressão contra 40 oficiais simpatizantes de J. J. Seabra para que pedissem a reforma, e a demissão do diretor da Biblioteca Pública,

ex-deputado federal Francisco Luis da Costa Drummond. Em seguida, em *Vingança de Pyrrho*, transcreve artigo de José Vicente, publicado inicialmente com o título *A Casa de Loucos* no *Correio do Povo*, mas atribuído por Cosme equivocadamente a Israel Ribeiro.

Em *Um Retrato: misticismo e cangaço* e *A Sanguera de Lenções*, ele faz uma interpretação da disputa de poder entre o governador Góes Calmon e Horácio de Mattos, onde o coronel da Chapada Diamantina sai vitorioso. No capítulo seguinte, *Nas Mãos de Bandidos*, ele acusa a Polícia Militar de não ter feito homenagem póstuma ao tenente coronel João da Motta Coelho, morto nos ataques de Lençóis contra o grupo do coronel Mattos. A inauguração da estrada Muritiba-Castro Alves, considerada propaganda enganosa por ser adequada apenas para “carroças”, é o tema de *Mystificador & Mystificações*. No oitavo texto, *Usurpador de Votos e Magarefe da Lei*, são enfocadas as fraudes eleitorais em Jaguaquara e Salvador, nos anos de 1923 e 1925, quando, no caso da última, um dos prejudicados foi o próprio Major. Diz ele⁷¹:

“Politiqueiro desabusado, fazendo tremenda concorrência aos politicoides profissionaes, o bacharel Góes Calmon, chefiado grosseiramente ao governo da Bahia, tem sido um grande e escandaloso usurpador do voto popular. Inimigo feroz das urnas livres, espírito enfezado e consciência de regulo, elle detesta as eleições honestas e sente-se á vontade no meio das actas falsas”.

Nos dois artigos seguintes, *Outras Victimias* e *Folhas Negra*, respectivamente, o Major explica a prisão do jornalista e ex-funcionário do Tribunal de Contas, Israel Ribeiro, e repudia os deputados que teriam traído Seabra, ao se aliarem a Góes Calmon. Depois, em *Mais Uma Infâmia*, atribui a demissão do escrivão Eurípides Gomes de Menezes, da localidade de Amargosa, à sua recusa em falsificar uma ata eleitoral. Em *Subsídios para a História*, elenca decretos de estado de sítio na Bahia formulados pelo governador Góes Calmon. No 13º capítulo, em *Alma de Chacal*, trata das suas prisões em 12 de julho de 1924 e em 05 de abril de 1925, na cela da Secretaria de Segurança. No 14º tópico, em *A Bolsa ou a Vida*, fala da extorsão do Tesouro do Estado com a cobrança de tributos superiores ao devido.

Em *Correligionário de Ladrões e Protetor de Sebaças*, ele critica a transferência da sede do município de Sento-Sé para o distrito de Aldeia e a atribui novamente a uma represália política do governador e, em *Um Gesto Nobre*, elogia a atitude do coronel Marcelino Figueiredo de escrever artigo contrário a Góes Calmon. Depois, em *A Delação de um Pústula e o Granir da Cobardia*, trata do anúncio feito pelo governador de um possível atentado revolu-

cionário contra ele, em março de 1925, e o clima de terror vivido pela cidade, com o policiamento ostensivo nas ruas para coibir a ação anunciada.

Os gastos com a propaganda oficial (pagamento à imprensa local por elogios) são o foco de *Cabotinismo & Cabotinagens*, enquanto *Um Rol de Bandalheiras e o Grito de Justiça* aborda o desperdício da herança de Cecília Mendes praticado pelo coronel José Rodrigues Mendes. *Villanias & Tropeços* recrimina a suspensão pela “ruindade viva” da subvenção de seis contos de réis ao Asylo da Mendicidade, na Boa Viagem, e o esquecimento do projeto de Cosme para construção de casas para o operariado. Por fim, *Última Pá de Cal* traz uma maldição do Major contra seu adversário.

Como exposto anteriormente, a maior parte do conteúdo deste livro já havia sido publicada pelo Major no exercício do jornalismo. Ele se tornou repórter aos 19 anos, quando começou a atuar no *Jornal de Notícias*, veículo de propriedade de Carlos Moraes. Já na maturidade, atribuiu seu ingresso na imprensa⁷² a Amaro Lelis Piedade, jornalista defensor da abolição da escravatura, do regime republicano e das vítimas da Guerra de Canudos e deputado estadual entre os séculos XIX e XX, admirado inclusive pelos adversários pelo tom pacífico como apresentava seus pontos de vista. Lelis Piedade⁷³ manteve-se como diretor do *Jornal de Notícias* de 1886 até sua morte, em 1908, estando no exercício do cargo quando Cosme estreou por volta de 1894, e foi responsável para criação da seção *Chronica do Bem*, em defesa dos direitos de pessoas pobres, viúvas e órfãos.

Em mais de setenta anos, Cosme de Farias trabalhou como funcionário ou teve seus textos publicados como colaborador em periódicos como *Diário de Notícias*, *Diário da Bahia*, *Gazeta do Povo*, *A Bahia*, *Diário da Tarde*, *A Hora*, *Jornal de Notícias*, *O Jornal*, *A Noite*, *O Democrata*, *A Tarde* e *O Imparcial*⁷⁴. Por anos, dividiu-se entre as atividades de parlamentar, rábula, servidor público, fomentador da educação e jornalista⁷⁵, exercendo neste ramo as funções de repórter, redator e até diretor. Em 1927, por exemplo, foi diretor do jornal *A Noite*⁷⁶. Entretanto, como as matérias não eram assinadas pelos seus atores, é inviável a identificação daqueles redigidos por Cosme a partir da leitura dos periódicos.

Entretanto, a maior referência da sua produção jornalística é a série *Linhas Ligeiras*. Os textos de caráter opinativo, eram produzidos para publicação em variados jornais locais, a título de colaboração, a depender da disponibilidade dos periódicos, sem periodicidade estabelecida. Como demonstra o artigo que segue abaixo em fac-simile, o Major posicionava-se em poucas linhas e com linguagem simples e direta, às vezes com utilização de provérbios e tom panfletário:

“Linhas Ligeiras

Os trabalhos do ‘Albergue Nocturno’, desta capital, estão, felizmente, quasi terminados.

A sua ‘inauguração’ vae ser, por estes dias efectuados, graças aos beneméritos esforços dos meus distinctos amigos coronel Ricardo Machado e dr. João Lino da Rocha.

Falta, porem, ainda, para derrubar o derradeiro impecilho existente na grande jornada um pouquinho de ouro.

Peço, portanto, ao digno leitor d’O Imparcial que mande, já e já o seu obulo para auxiliar a installação daquella casa, onde vai tremular, lindamente, o pavilhão da ‘Solidariedade Humana’.

‘Quem tiver perolas que offereça perolas e quem possuir tamaras que offereça tamaras...’

COSME DE FARIAS”⁷⁷

Acima, consta-se a apropriação de adágio, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar os leitores do veículo de cunho integralista para contribuírem com a campanha de arrecadação de donativos para o Albergue Noturno, casa de acolhimento sobretudo de migrantes com origem no interior do Estado. Também com o propósito de suscitar a emoção do público e gerar o comprometimento, o autor alternava versos e prosas e citava nominalmente os destinatários, apesar desta não se constituir em uma prática do jornalismo da época:

“Linhas Ligeiras

O Dr. Manuel Artur Vilaboim, ilustrado secretário de Saúde Pública deste grande Estado, prestará um grande benefício à educação das crianças da Bahia mandando comprar duas mil bandeiras do Brasil, tipo médio, para serem distribuídas gratuitamente pelas escolas primárias, públicas e particulares de todo o nosso querido território, onde, infelizmente, em dezenas de localidades o auriverde pendão ainda é desconhecido, conforme por diversas vezes tenho dito.

Faço, pois, neste sentido, um sincero e forte apelo aos sentimentos cívicos de S. Exa. E espero que desta feita o meu justissimo reclamo seja, sem delongas, atendido.

‘Uma casa de ensino sem o pavilhão da Pátria equivale a um bosque sem passarinhos’.

Que tristeza!

Serenata que recorda

Antiga felicidade;

Não vive longe, quem vive

No perfume da Saudade.

COSME DE FARIAS”⁷⁸

Outra característica do jornalista era suscitar temas que estavam fora da agenda social e política daquele momento. Pode-se concluir que seu objetivo era provocar discussão, polemizar, e influenciar na tomada de decisão por quem de direito. Isso porque as agendas midiática e pública interagem constantemente, ou seja os *media* abordam temas que serão debatidos pela sociedade e vice-versa. Como produtor e reprodutor de conhecimento a partir de um recorte do real, o jornalismo assegura o status de acontecimento aos fatos através da sua publicação⁷⁹. A partir de então, pode gerar repercussão. No texto abaixo, divulgado durante um intenso debate sobre a extinção dos partidos políticos, fica evidente essa sua tentativa de deflagrar a discussão sobre o sistema de recolhimento, reeducação e reinserção social de adolescentes infratores, assunto que só seria explorado com regularidade pelos media em Salvador em 1990, em decorrência da elaboração e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

“Linhas Ligeiras

A permanência de menores na Casa de Detenção desta Capital é uma verdadeira miséria.

Os infelizes ficam alli em promiscuidade com delinquentes de toda natureza e assim ‘a emenda torna-se peor do que o soneto’.

Não existem no referido presídio nem escolas nem oficinas... Sombras. Péssimos exemplos.

Quem ambiente perigoso!

Peço, pois, ao illustre dr. Procurador Geral do do Estado que providencie para que seja installado junto ao Collegio Profissional das Pitangueiras um compartimento, para aquelles desaventuradinhos.

S. excia., attendendo-me, praticará, elegantemente, um bello acto de patriotismo e de humanidade. Tenho dito e deste jeito posso finalizar esta desataviada chroniqueta, escripta ao correr da perna e á luz da sinceridade.

COSME DE FARIAS”⁸⁰

Ao analisar o conteúdo das *Linhas Ligeiras* publicadas nos meses de abril e dezembro de 1937 pelo jornal *O Imparcial*, sempre em páginas dedicadas à cobertura do cotidiano da cidade⁸¹, e dos artigos reunidos em *Lama & Sangue*, constata-se que o jornalismo foi utilizado por Cosme de Farias como tribuna política, inclusive durante o período em que ele não ocupava cargo político-eleitoral. Tal posicionamento desencadeou consequências penosas para ele, como sua prisão, mas também lhe serviu como relevante instrumento para obter êxito nas suas atividades sociais. Sua visão fica clara em *Hymno aos Jornalistas*: “Façamos das nossas armas,/ Caneta e penna aparada,/ Às vezes clarins de alarmas,/ Às vezes rosa orvalhada”.

A apreciação indica que seus textos ácidos, diretos e às vezes hilários eram utilizados: a) em protesto contra as condições sócio-econômicas e questões políticas (com abordagem de temas como o sistema judiciário, o combate ao analfabetismo e o cerceamento da liberdade); b) como mecanismo de constrangimento e pressão das autoridades municipais e até estaduais, empresários e intelectuais, para obtenção de um benefício; c) como instrumento de mobilização da sociedade; e d) para elogio e homenagem a terceiros.

Ele enviava ainda seus textos para leitura no rádio, acompanhado de um pedido de divulgação (“Ouvinte desta emissora gente boa, que já se vê,/ ajude, também, alegre, / a Campanha do ABC”)⁸². Mesmo quando atuava apenas como colaborador, sem compromisso formal para o aproveitamento dos textos, ele não hesitava em, diante da demora da publicação, reclamar e reiterar o pedido através de bilhetes e presentinhos (*Cartas do ABC*, sabonetes etc.) remetidos aos chefes de redações locais. Desta época, lembra Jorge Amado:

*“À noite estava nos jornais. Quantas vezes não o vi debruçado sobre a carteira de Edgard Curvelo, carteira que era a perfeita representação do caos, no antigo O Imparcial, escrevendo em pé, em prosa e em verso, pois seus pequenos artigos, invariavelmente assinados, costumavam começar com prosa e terminar em verso. Não havia matéria mais sagrada para os linotipistas e para os paginadores. Podia deixar de sair o telegrama mais sensacional, o tópico mais esclarecedor, o artigo de fundo, porém a matéria do Major figurava na página. Ia às outras redações, suas múltiplas campanhas exigiam apelos seguidos”*⁸³.

Historicamente, os periódicos da grande imprensa de Salvador manteve vínculos e até foi patrocinada por grupos políticos, inclusive legendas partidárias. As organizações por onde o Major passou tinham linhas editoriais diversas, mas, nas primeiras décadas do século XX, mereceram destaque as que se diziam “democratas”, ligadas ao líder político José Joaquim Seabra. Ressalte-se que, nesta fase, os periódicos tinham, em geral, relações declaradas com partidos políticos e ainda não se discutia sobre a necessária independência da grande imprensa. Constituída em 1905 por Seabra, a *Gazeta do Povo* tornou-se o órgão oficial do Partido Democrata - depois chamado de Partido Republicano Democrata (PRD)⁸⁴ -, legenda que tinha em suas fileiras os jovens Octavio Mangabeira e Ernesto Simões Filho.

Instituído em 1913, *O Democrata*, como o próprio nome indica, também era seabrista e difusor dos ideais democratas⁸⁵. O próprio jornalista Simões Filho inaugurou, em 1912, o jornal *A Tarde*, único periódico daquela época ainda em circulação no Estado, que inicialmente posicionou-se a favor da legalidade, mas aderiu aos “revolucionários” ainda em outubro de 1930⁸⁶. *O Jornal*⁸⁷ foi dirigido por Leopoldo Amaral, teve entre os seus redatores os deputa-

dos Manuel Novaes e Nelson Carneiro, guardou ligação com o seabrismo e até divulgou textos de entusiastas da Aliança Liberal, na fase inicial da “Revolução de 1930”, sob influência do ex-governador Seabra.

O jornalista também passou por veículos, sem vinculação a esta legenda. Já o *Diário da Bahia*, em funcionamento a partir de 1850, fazia oposição ao seabrismo na Primeira República⁸⁸ e defendeu na Primeira República os interesses de quem detinha o poder político e econômico no Estado, incluindo o investimento agrário em detrimento da industrialização e o liberalismo⁸⁹. Como estratégia para angariar leitores e por ser um jornal político-partidário, discutia questões urbanas, como o combate à carestia e a luta por moradia.

Ainda na República Velha, surgiu o vespertino *A Hora*, pelas mãos de Artur Ferreira, doutor convocado para atuar no Comitê Popular contra a Carestia enquanto Cosme presidia a entidade⁹⁰. Inaugurado em 1879, o *Jornal de Noticias* considerava-se apartidário⁹¹. E *O Imparcial*⁹² foi fundado em 1918, por Lemos Brito, para “participar e defender a candidatura de Ruy Barbosa à presidência da República, na conhecida segunda campanha civilista”. Na década de 1930, passou a ser propriedade do capitalista Otávio Catharino e a difundir as ações do integralismo, doutrina que priorizava a defesa da propriedade privada, do nacionalismo e da ordem política e social dominante, liderada pelo escritor e jornalista Plínio Salgado, cujo lema era “Deus, Pátria e Família”. Adquirido pelo coronel Franklin Lins em 1934, ganhou o cunho popular para reverter a imagem de integralista, mas continuou publicando textos sobre o assunto.

O constante flerte entre o jornalismo e o discurso e atuação política de Cosme de Farias pode ter desencadeado a ira de adversários e uma série de punições contra ele. Em *Lama & Sangue*⁹³, ele se coloca como vítima de prisão em 12 de julho de 1924, seguida de deportação para o Rio de Janeiro, onde teria permanecido até 28 de fevereiro de 1925. No Arquivo Público do Estado da Bahia, não há documentação catalogada sobre essas ocorrências.

Neste período, Góes Calmon tinha acabado de assumir o governo e, fiel ao presidente Artur Bernardes, tinha mandado tropas da Polícia Militar baiana para conter a “Revolução de 1924” em São Paulo. Formaram-se forças legalistas civis na Bahia, para auxiliar no combate aos “revolucionários”, tendo sido a primeira aquela surgida no Centro Operário da Bahia, instituição a qual estava ligado o Major. No dia 16 de julho, havia sido decretado estado de sítio na Bahia e em Sergipe (com toque de recolher às 23 horas, proibição de saída da capital e do Estado sem prévia autorização da Prefeitura e indicação de censores para os jornais lo-

cais), conforme ocorrido anteriormente em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, como forma de conter o movimento sedicioso surgido entre tenentes no território paulista.

Mesmo depois de libertado em fevereiro de 1925, o Major voltou a ser perseguido. Por 30 dias, ele manteve-se em exílio voluntário na casa de amigos, durante o estado de sítio na Bahia, para evitar sua prisão por suspeita de envolvimento com um complô para matar o governador Góes Calmon, durante uma explosão à dinamite prevista para o dia 09 de março de 1925⁹⁴. Calmon solicitou à polícia a prisão de Cosme, por ele ter sido acusado espontaneamente por Fernando de Luna Freire, a quem, em *Lama & Sangue*, o rábula chama de “gatuno conhecido e typo de costumes asquerosos”. O atentado não ocorreu e a participação do rábula na trama não foi comprovada.

Na oportunidade, do esconderijo, ele enviou três cartas sobre o caso para o governador e requereu, sem sucesso, três habeas-corpus preventivos para si à Justiça Estadual (dois) e Federal (um). Sem dinheiro para continuar a se manter foragido, decidiu entregar-se à polícia em 05 de abril de 1925 e ficou detido por um dia, na cela da Secretaria de Segurança Pública do Estado, em Salvador. No dia 18 do mesmo mês, publicou artigo agradecendo o apoio recebido e dedicando aos seus “perseguidores” o “desprezo de homem que nunca fez mal a ninguém” e o perdão da sua “consciência de cristão”⁹⁵.

Ele ainda ficou recluso em outras oportunidades. Em 04 de outubro de 1930, foi preso em uma ação que também desencadeou a reclusão dos jornalistas Joel Presídio e Alfredo Lopes, em Salvador, e Franklin Queiroz, no interior. Neste dia, incidiu na cidade a manifestação rotulada do “quebra-bondes”⁹⁶. Ocorreu a destruição de veículos, oficinas e edifícios da Companhia Linha Circular de Carris Urbanos e do jornal *A Tarde*, em repúdio ao aumento das passagens nos meios de transportes e aparentemente sem relação com a “Revolução de 1930”, que eclodiu no dia anterior em vários estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco) mas, até então, sem intervenção na Bahia.

Como se verá no capítulo seguinte, Cosme de Farias, nesta época, militava no movimento contra majoração dos preços e pela melhoria do poder aquisitivo da população e foi detido. Os líderes da “quebra-bondes” eram desconhecidos, porém foram efetuadas prisões de pessoas suspeitas de participação no movimento. Somente quatro dias depois, os jornalistas foram liberados, após pleito da Associação Baiana de Imprensa (ABI) junto à Secretaria de Segurança Pública e ao governador interino, Frederico Costa, e protestos contra a censura de jornais, que passaram a circular com espaços em branco. O Major era membro fundador da ABI, foi eleito em sucessivas vezes como suplente e titular da comissão fiscal e de contas da

entidade, pelo menos entre 1943 e o ano da sua morte, e pleiteou benefícios para a categoria durante seus mandatos de parlamentar⁹⁷.

Além dos episódios de perseguição e privação de liberdade por motivos políticos, Cosme esteve envolvido em, pelo menos, mais um caso policial, desta vez movido pelo sentimento de justiça. No dia 19 de junho de 1914, uma comissão popular fez passeata e comício e, depois, retirou da fachada da residência universitária, na Rua da Mouraria, uma placa com nome e esfinge do Dr. Fausto Cardoso⁹⁸. Composto por mais de 1.000 pessoas e coordenado pelo Major, o grupo, em seguida, depositou a peça na casa do delegado da 1ª Circunscrição, Aurélio Gomes Velloso. Confeccionada para identificar a instituição batizada como Dr. Fausto Cardoso, a esfinge foi encaminhada à Vara Cível, cujo juiz criticou a polícia por não ter efetuado o flagrante e determinou que a placa fosse devolvida aos proprietários. O ato foi organizado em protesto contra quatro estudantes de medicina, direito e engenharia, acusados de terem estuprado e assassinado a jovem Houry de Britto, um crime conhecido como “troça funestra”. Considerando-se que houve a acusação e até condenação antecipada dos acadêmicos pelo grupo coordenado por Cosme, este caso se constitui como singular na história do rábula, que, no tribunal, fez exclusivamente defesas.

1.4 - O último rábula

De todas as frentes sociais em que Cosme de Farias atuou, a defensoria gratuita é uma das mais representativas. Durante 73 anos, ele interveio em mais de 30 mil processos⁹⁹, inclusive no leito de morte, sempre na defesa de réus denunciados em casos de infrações penais e em causas cíveis, uma das suas facetas pouco conhecidas. Nunca acusou. Ele começou a atuar décadas antes da criação da Defensoria Pública na Bahia, fundada em 1966¹⁰⁰, e da sistematização da atuação das defensorias públicas no país, com a Constituição Federal de 1988, e ganhou notoriedade pela persistência na defesa, pelo volume de causas que assinou gratuitamente e por ter desafiado a conjuntura vigente, inclusive durante períodos ditatoriais, quando as prisões para averiguações eram difundidas e recorrentes apesar de ilícitas.

O atendimento era improvisado em seu desconfortável escritório no Centro da cidade, montado em locais como a Rua da Oração, Rua do Bispo e, nos últimos anos, no Terreiro de Jesus, mais precisamente no corredor lateral da Igreja de São Domingos¹⁰¹. Por fim, sobraram no gabinete¹⁰² apenas uma mesa tosca envelhecida, um banco de madeira, duas cadeiras de lona, uma caixa de biscoito utilizada como cesto de lixo, uma folhinha na parede e uma faixa já corroída onde se lia o lema “Abaixo o Analfabetismo!”, além de fotografias da sua juven-

tude, de homenagens que lhe foram prestadas em vida e de sua atuação como vereador e deputado. Tais recordações tiveram paradeiro desconhecido¹⁰³.

As pessoas que batiam à sua porta eram atendidas independente do crime que cometessem, dos prejuízos causados à sociedade e que representasse em convívio social. Uma vez, por exemplo, o tesoureiro da Igreja do Senhor do Bonfim – a mais famosa da Bahia – questionou se o católico rábula teria coragem de defender um homem que cometeu o sacrilégio de assaltar o cofre do santo¹⁰⁴. Como resposta, ouviu que não havia preconceitos, para defesa alheia¹⁰⁵.

Considerado um dos principais juristas do seu tempo, Calmon de Passos, em entrevista ao jornal *Correio da Bahia*¹⁰⁶, lembra que "na Tribuna, ele dizia que nós queríamos mal ao próximo. Eu ficava calado. Ele podia dizer o que quisesse. Ele era o Major Cosme". Por sua atuação, teve seu retrato fixado no Tribunal do Júri, do Fórum Ruy Barbosa, palácio da justiça fundado em 1949, e também na sede da Defensoria Pública do Estado da Bahia, órgão subordinado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e sediado atualmente no Vale do Canela, em Salvador.

Quem tinha condições financeiras pagava pelo serviço, mas o montante coletado era revertido em favor da população de baixa renda, que, além da assistência jurídica, recebia ajuda para alimentação, transporte e remédio. O escritor Jorge Amado explora esse aspecto em seu guia *Bahia de Todos os Santos*:

*“Nas épocas de júri, Cosme absolve dezenas de indivíduos que ele nunca viu, que não lhe pagaram nem um centavo, mas cujas esposas ou mães recorreram a ele. Requereu milhares de habeas-corpus, vários por dia. Um dia sem requerimento de habeas-corpus era um dia perdido para Cosme de Farias. Vai à Secretaria de Segurança Pública soltar tipos presos por malandragem, por mal-entendidos, ladrões de galinha, bicheiros, prostitutas (...) Certa vez ele me disse, há muitos anos, numa confidência: ‘- Já defendi trinta mil novecentas e oitenta e duas pessoas... Nunca acusei nenhuma...’”*¹⁰⁷.

Em 45 petições de habeas-corpus impetradas por Cosme de Farias e analisadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) para esta dissertação¹⁰⁸, fica evidente que ele atendia a réus de Salvador e interior (municípios como Candeias, Vitória da Conquista, Itaparica, Correntina, Nilo Peçanha, Jaguaquara); predominantemente do sexo masculino; inclusive internos de manicômios, detidos em cadeias ou foragidos; acusados principalmente de crimes como agressão com ferimento por arma branca ou de fogo, homicídio, sedução ou estupro. Também no APEB, há duas reclamações assinadas por ele e arquivadas, demonstrando sua

persistência. Na primeira, de 1933, recorreu ao Tribunal de Justiça¹⁰⁹ do indeferimento do pedido de novo exame psiquiátrico para João Severiano dos Santos, vulgo João de Saubara, internado no Hospital São João de Deus após cometer um crime. No processo, ele alegou que o juizado de Mata de São João negou sua petição, apesar da primeira análise médica ter sido “graciosa” e de “golpe de vista” na porta do xadrez. Sua solicitação foi novamente negada.

Mais tarde, em 1937, o rábula encaminhou à Côrte de Apelação da Bahia requerimento documentado com recortes de editais¹¹⁰, para que fossem retomadas as audiências de julgamento em Santarém, onde há quase um ano o júri não se reunia apesar de estar preso Everal-dino Ignácio Ferreira. O rapaz havia sido julgado por homicídio contra um homem, em “defesa da honra da irmã”, e foi absolvido em primeiro júri por seis votos contra dois, mas ainda estava recluso. A Côrte encaminhou o pedido a Santarém, para posicionamento.

Em outros 13 processos cíveis datados entre 1931 e 1950 consultados para o trabalho¹¹¹, fica comprovado que o rábula também colecionou requerimentos de tutoria em favor de pessoas menores de idade, órfãos, com pais desconhecidos ou cujos genitores residiam em local ignorado. Os objetivos eram de que eles pudessem deixar orfanatos e tivessem um lar, oficializassem casamento, se matriculassem em instituições como a Escola de Aprendizes de Marinheiro da Bahia, ou até prestassem queixa-crime em delegacia por terem sido deflorados. A legislação de então exigia autorização de um responsável legal, para assegurar tais direitos.

Em 12 dos 13 casos, o próprio Cosme foi nomeado tutor, sendo a única exceção aquele cuja beneficiária, Elvira dos Santos¹¹², de 16 anos, havia sido “ofendida em sua honra” por um motorista que se negava a “reparar a sua falta consorciando-se”, mas tinha pais vivos e morando no município de Alagoinhas, e foi estimulada a procurar a família biológica. Em um dos processos, o advogado foi nomeado pelo Juízo de Orphans, em 1931, como tutor¹¹³ das crianças Maria Josephina de Mattos, parda com oito anos, João Borges, “preto” com dez anos, e Cícero Jeronymo, pardo com dez anos, todas internas do Asylo dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia da Bahia. Ele havia proposto à instituição retirar os meninos do orfanato e, em dez dias, o juiz autorizou o procedimento, o designando para a tarefa de cuidar de ambos. Não foram localizados registros sobre o paradeiro dos três.

Apesar da dedicação à advocacia, Cosme nunca cursou faculdade de direito e, talvez, tenha sido o último rábula (advogado provisionado) do Estado da Bahia. Sua carreira neste segmento começou em 1895, enquanto era repórter do *Jornal de Noticias*, com atuação frequente no Fórum (então instalado na Rua da Misericórdia). O próprio rábula explicou, em entrevista ao jornalista Sebastião Nery, como ingressou no ofício¹¹⁴:

“No começou, eu era repórter. Fui repórter 48 anos. Trabalhava em quase todos os jornais. Mas logo no princípio vi que, para defender melhor os pobres, era preciso ser também advogado. Não era formado, mas ia para o Fórum e defendia. Estou há 75 anos só defendendo. Topei todos os grandes advogados da Bahia. Nunca tive medo de nenhum deles. E nunca acusei ninguém. Só defendendo, porque eu sou a defesa”.

A iniciação foi ocasional. Voluntariamente, na hora de um julgamento, ele apresentou-se no Tribunal do Júri ao juiz Vicente Tourinho como defensor de Abel Nascimento, negro e pobre acusado de roubo de quinhentos mil-réis, e o livrou da cadeia, apesar de desconhecer o processo e a íntegra da legislação penal vigente na época. Baseado apenas na conversa com o réu, delineou sua argumentação e optou por fazer uma comparação entre o tratamento dado ao negro ladrão, preso por cinco meses numa cadeia suja, e quatro banqueiros que haviam aplicado um golpe de mais de quinhentos contos contra mais de cem pessoas e estavam impunes no Rio de Janeiro. Em sua performance, ainda teria recorrido à obra do padre Antônio Vieira, dizendo que “nesta terra, quem rouba pouco é ladrão; quem rouba muito é barão!”. No final, além da absolvição de Abel, teria assegurado o título de rábula¹¹⁵.

Sobre a temática, há o seguinte trecho de reportagem do jornal *Tribuna da Bahia*¹¹⁶:

“Conta-se que o primeiro acusado que defendeu foi exatamente nesta época: Cosme fazia a cobertura do Tribunal do Júri para o jornal onde trabalhava quando ia ser julgado um pretinho acusado de haver furtado uma pequena quantia em dinheiro. O repórter se ofereceu para defendê-lo (já que o molecote não tinha advogado) e acabou absorvendo-o com um trabalho que surpreendeu a todos no Tribunal principalmente se levando em conta que ele não teve tempo para examinar o processo. Depois de outros trabalhos como esse, Cosme de Farias ganhou carta de rábula e a sua fama foi crescendo tanto quanto seu trabalho. (...) Dizem também que poucos dias antes de morrer, mesmo no quarto do hospital onde achava-se doente, o Major CF conseguiu libertar um agenciador de ‘jogo do bicho’. Foi a última pessoa por quem o velho Cosme pôde fazer alguma coisa”.

O mesmo episódio tem versão pontuada pela licença literária do escritor Jorge Amado, em *Tenda dos Milagres*. Lá, a iniciação do Major no universo jurídico teria ocorrido a convite do juiz Santos Cruz, que, irritado com a ausência do advogado Alberto Alves, conclamou um contínuo de escritórios de advocacia e “ratazana” de delegacias e do Fórum para a defesa do acusado de homicídio Zé da Inácia. Acostumado a salvar jovens advogados, por seu domínio dos trâmites legais, o rapaz aceitou o desafio e alegou defesa da honra, mesmo sem saber a real causa do crime. Dono de boa oratória, ele provocou o choro da assistência e dos jurados com uma fábula em torno do caso e, por unanimidade, conseguiu a absolvição do réu, que

tinha passado um ano detido e nem lembrava porque desferiu facadas fatais contra o amigo Afonso Boca Suja. Amado descreveu o desfecho:

“Na assistência, um mar de lágrimas. Por unanimidade, o conselho de sentença absolveu o réu. ‘Pouco faltou para que eu também chorasse, nunca vi em minha vida coisa igual’, disse o meritíssimo promotor em pânico. ‘Vou lhe obter carta de rábula, nunca mais faltará advogado para os pobres’. (...) Assim se deu a formatura do Major”¹¹⁷.

O apelo emocional, o realce das desigualdades sociais, a surpresa ao opositor, o humor e o sub-aproveitamento da legislação iriam perpassar toda a trajetória de Cosme de Farias, em detrimento da lógica jurídica e da argumentação forense calcada na razão pura. Havia invocação dos preceitos legais, mas nem sempre. Ele explorava principalmente a emoção para vencer delegados, investigadores, juizes e júri popular da inocência ou da necessidade de concessão de uma nova chance aos réus. Era artiloso, sagaz, sarcástico e estava sempre pronto para a resposta.

Assim, desbancou o famoso autor de clássicos do direito Caio Monteiro de Barros, no julgamento do estivador Agdo Eleotério, principal suspeito do homicídio de João da Conceição Costa¹¹⁸. O crime havia abalado a cidade, na primeira metade do século XX. As docas estavam divididas entre duas facções do Sindicato dos Estivadores – a estiva branca e a estiva vermelha. A primeira era vinculada aos interesses dos exportadores de cacau, cujo cultivo conduzia a economia e marcava a cultura e a política baiana. A segunda era combativa e atuava sob a influência ideológica de Agripino Nazaré, um dos precursores socialistas no Estado. O conflito entre os grupos culminou com o assassinato: Agdo Eleotério, membro da estiva vermelha, matou o filho do grande líder da estiva branca, o Adão da Conceição Costa. Preso, o homicida não tinha quem o defendesse, enquanto a promotoria era auxiliada por um dos maiores penalistas do país, trazido de São Paulo para Salvador, por exportadores como F. Steverson, Odebrecht e Manoel Joaquim de Carvalho. Aquela era uma demonstração de apreço do empresariado a Adão e seu grupo. O Major, então, abraçou o desafio de representar o réu.

Estudantes, bacharéis, profissionais de diversas áreas lotaram o Fórum da Misericórdia¹¹⁹ para ouvir a aula de ciência jurídica do advogado “importado”. Cosme de Farias, solitário, mal sabia as nuances do crime. Monteiro de Barros, envolto de expectativa e cheio de compostura dentro da sua toga, foi para a tribuna e começou a sua oração com algo como “Sr. juiz, Srs. jurados, quem supor que o direito...” Antes que concluísse a frase, foi interrompido pelo rábula: “É por isso que eu presido a Liga Baiana contra o Analfabetismo. Supuser, dou-

tor; o verbo é irregular. O senhor não sabe português, quanto mais direito”. Logo depois, ele sacou uma *Carta do ABC* do bolso e entregou ao oponente, dizendo-lhe: “Quando o senhor souber que Ivo viu a uva e que A bola é de Lili, volte para conversar comigo”. Uma falha como esta não passava incólume pelo rábula, que aproveitou o deslize como recurso para fragilizar o eloqüente bacharel. Envergonhado, o penalista calou-se, não conseguiu prosseguir com a argumentação maculada pelo erro crasso de língua portuguesa. E o alvará de soltura de Agdo Eleotério foi expedido na mesma noite.

Em geral, o rábula surpreendia provocando riso da assembléia e do próprio júri, para inocentar o paciente. Transformava, por exemplo, os tiros desferidos contra as vítimas em ‘tirinhos’, as facadas em ‘facadinhas’ e o facão em ‘facãozinho’. Assim, argumentava: “Srs. jurados, o promotor, que gosta muito de exagerar, falou todo o tempo em facão, facão, facão. Mas ele não entende nada de facão. Ele é um homem da cidade que nunca pegou num facão. Esse facão de que fala, não passa de um facãozinho!” ou “Meu cliente está acusado de ter dado quatro tiros na vítima. Foram quatro, sim. Mas não foram tiros (e dava ênfase especial em tiroooooos) foram quatro tiros, com um revolverzinho...”¹²⁰.

Em outra oportunidade, revoltado contra “a injustiça que estavam cometendo contra o réu”, na primeira metade do século XX, o rábula levantou-se da platéia e aproximou-se do juiz e dos jurados como se estivesse procurando um objeto perdido pelo chão. Intrigado, o jurista perguntou o que estava ocorrendo e teve a resposta rapidamente: “A Justiça, meu senhor, que nesta casa anda escondida...”¹²¹. Lembra o jornalista Samuel Celestino, contemporâneo de Cosme: “Conta-se que, certa vez, defendendo um popular acusado de estupro, sustentou que fora levado ao ato por provocação da vítima. O promotor desqualificou o argumento. O velho Cosme fulminou-o, questionando: ‘E quem guiou a ceguinha?!’”¹²².

Em um dos seus júris, para ironizar o eloqüente promotor Joaquim José de Almeida Gouveia¹²³, que impressionava os participantes com a leitura de citações doutrinárias, o aparteou: “Permite, vossa excelência, que eu também ofereça aos jurados uma citação?”. Com a exposição consentida pelo juiz, o Major, então, pegou um livro e leu (ou fingiu ler) um trecho favorável ao réu. Questionado sobre a autoria do texto, respondeu que se chamava Ninguini, com disfarçado sotaque italiano, buscando a simpatia da platéia. O mesmo Gouveia foi vítima em outro episódio. Cosme insistia em se dirigir ao promotor como José Joaquim de Almeida Gouveia e foi corrigido pelo bacharel: “Major, eu já lhe disse que meu nome é Joaquim José tal como o alferes”. Logo, o rábula retrucou: “Que ironia do destino! Tiradentes morreu na forca, lutando pela liberdade, e vossa excelência continua vivo, lutando contra ela”.

Por vezes, tal estratégia desconcentrava, gerava constrangimento e surtia efeito positivo para o advogado provisionado. Sobre isso, diz o advogado Mário Cabral, em *A Bahia de Luto*:

“(Ele) agigantava-se na tribuna com o argumento do bom senso, com a dialética da rotina e do cotidiano, com uma pitoresca oralidade popular que logo o identificava com a massa dos assistentes e, principalmente, com o conselho de jurados. E tudo isso ele misturava a ironia, a anedota, o detalhe peculiar, o aparte xistoso e contundente que ia atingir o adversário no seu ponto mais vulnerável, confundindo-o, deixando-o atônito e muita vez sem saber prosseguir”¹²⁴.

Nas petições, nem sempre acertava na escolha dos artigos e da lei mais adequada para a caracterização dos crimes e indicação das penalidades aplicáveis àqueles casos, e era corrigido pelos juristas por falhas sobre a situação do réu perante a justiça. Talvez, por estratégia - como é comum entre os profissionais desta área -, por erro crasso de interpretação ou por desconhecimento. No conjunto de petições analisadas, há registros de equívocos desta natureza. Isso fica evidente, por exemplo, em uma petição de Cosme de Farias para outorga em 1960 de habeas-corpus “preventivo” para um acusado de homicídio, quando ele já tinha contra si ordem de prisão decretada compulsoriamente por se tratar de crime de morte, portanto não poderia ser “preventivo”¹²⁵. Em outra, onde o nome do réu é colocado errado: Guilherme de Deus Figueiredo, ao invés de Guilherme Dias Figueiredo¹²⁶. Em outras tantas, ele alega que o acusado não havia sido sumariado, após meses de detenção, o que contrariava o Código do Processo Penal Brasileiro no seu artigo 401, mas a pessoa já tinha sido sumariada¹²⁷. Também era recorrente a caracterização do delito com base no Código do Processo Penal Brasileiro, quando é o Código Penal quem define os tipos de crime.

As petições pareciam seguir a algumas fórmulas, aplicadas de acordo com o caso. Quase sempre, elas evocavam “bondade e justiça” dos prepostos da justiça e terminavam com o pedido de isenção das taxas de selos, porque o réu não tinha condições financeiras de arcar com tais custos. Pela diferença entre os traços da caligrafia do texto e da assinatura, eram copiadas por terceiros, mas havia frequentemente correções gramaticais e ortográficas feitas a próprio punho por Cosme. Por vezes, seguiam anexados os pedidos por bilhete ou carta remetidos ao rábula pelo acusado, onde ele contava o episódio em que estava envolvido e a sua situação (foragido, detido). Há casos em que, na correspondência, revela-se que o texto foi feito a pedido do defensor [“(...) Quero dar as informações de meu caso conforme foi pedido por vossa senhoria. Meu caso foi o seguinte (...)”]¹²⁸. Segue abaixo um dos modelos, em fac-símile:

“Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Apelação da Bahia: Cosme de Farias, no exercício de um direito que lhe assiste, vem perante V. Ex. requerer uma ordem de hábeas corpus, em favor de Barbelino Prates da Luz, preso no Hospital Juliano Moreira, desde 28 de dezembro de 1939, acusado de delito de ferimento e à disposição do ilustrado, distinto e honrado sr. dr. juiz de direito da Comarca de Itabuna. Alega o impetrante, para justificar este seu pedido, que o paciente acha-se ali sofrendo constrangimento ilegal, visto que não sofre das faculdades mentais e até agora sequer fora sumariado, apesar de ter reclamado para aquele juízo, solicitando a sua requisição afim de poder ali decidir logo da sua sorte. Não sendo portanto possível que o paciente, porque é desvalido e não tem ninguém por si, fique indefinidamente naquele manicômio. O peticionário diante da carta da Junta e em face de outras informações que tem recebido, jura ser a verdade o que afirma e solicita dispensa de selos por se tratar de pessoa paupérrima. Confiado, pois, na bondade e na justiça de V. Exa. Espera ser atendido. Pede deferimento.

*Bahia, 11 de julho de 1943.
Cosme de Farias”¹²⁹*

Acredita-se que Cosme de Farias nem lia os autos do processo. Já na velhice, atuava no Tribunal do Júri como patrono ou servia como auxiliar de advogados conhecidos, embasando-se pela manifestação da acusação e dos seus demais profissionais de defesa. Em entrevista ao jornal *Correio da Bahia*¹³⁰, o criminalista Edson O’Dwyer afirma que “mesmo que já tivesse estourado o tempo de defesa, o Major tinha o direito de falar, e nenhum promotor ou juiz era capaz de se opor. Cosme era Cosme, os prazos não valiam para ele”. Por fim, ele sintetiza o quadro, no artigo *Advogados Criminais*:

“Cosme, em regra, não sabia quem era o réu, qual o seu crime, muito menos qual era a tese da defesa. Pouco depois de duas horas da tarde, que era a hora habitual do júri, ele chegava, cumprimentava, já na bancada de defesa de longe, com maneios de cabeça, os jurados, o juiz, o promotor e nos perguntava: ‘- Qual é o caso?’ E nós dizíamos qual era o caso e qual a tese que defenderíamos. Isso bastava. (...) Ouvia atentamente o promotor e seus colegas de defesa, já que todos reservávamos uma parte do nosso tempo, 10, 15 minutos, meia-hora, para que ele falasse. E quando subia à tribuna parecia que havia passado horas e dias estudando os autos”¹³¹.

O rábula participou de julgamentos históricos pela comoção popular e pelas circunstâncias do crime, ao lado de lentes bacharéis como o penalista Raul Chaves. Um exemplo é o júri do homicídio do Café das Meninas¹³², bar que habitualmente reunia intelectuais, artistas e profissionais liberais na Rua Chile. Ensandecido pelo sentimento de defesa da sua mulher, que durante uma discussão teria levado um tapa do promotor público Hélio Meira, o alfaiate Waldemar Torres teria cometido o homicídio contra o bacharel. A acusação do réu ficou a

cargo do colega da vítima, o renomado promotor Sena Malheiros. Do outro lado da tribuna, estavam Chaves e seu auxiliar, Cosme de Farias. Horas depois, o réu foi absolvido no evento que ficou conhecido como o “Júri do Cinquentenário”, porque em 1942 celebrou-se os 50 anos do Tribunal de Apelação.

O advogado João de Melo Cruz, que também dividiu a tribuna com Cosme, descreve sua atuação¹³³:

“Cosme de Farias era um homem de poucas letras - e quase nenhuma delas jurídicas -, que não poderia valer-se da dogmática e da jurisprudência, que é o saber sedimentado pelos tribunais superiores. (...) Incapacitado para elaborar arrazoados que os processos exigem do profissional técnico, a atuação do Major no foro da Bahia deu-se marcadamente através da impetração de habeas corpus, o chamado remédio heróico, para livrar os pacientes de prisões ilegais e que as constituições sempre reservaram a qualquer do povo a faculdade de requerer. Também sua atuação completava-se no tribunal do júri, que, por ser um tribunal popular, o cidadão jurado é concitado a examinar a causa com imparcialidade e a proferir a sua decisão de acordo com a sua consciência e os ditames da justiça. Reconhecido pelas suas virtudes e abnegação, Cosme de Farias, que atuou muitas vezes sozinho, premido pela circunstância de quem não se dispusesse de fazer o patrocínio da defesa, (...) era também constantemente convidado a participar de julgamentos patrocinados pelos grandes tribunos do júri da Bahia, quando o foro ainda era na Misericórdia e (...) também no Convento da Palma. Então, Edgar Matta, Carlito Onofre, Arnaldo da Silveira, Rui Penalva, Dorival Passos, professor e querido mestre Raul Chaves valiam-se todos do carisma de Cosme para respaldar suas defesas”.

Entre suas atuações mais famosas, está a defesa, também em 1942, de Sérgia Ribeiro da Silva (Dadá), viúva do alagoano Cristiano Gomes da Silva (Corisco ou Diabo Louro), substituto de Virgulino Ferreira da Silva (Lampião) na liderança do cangaço. Apesar de encarregada pela feitura das bolsas utilizadas nas viagens, ela foi a única mulher do bando a manipular armas. O Major impetrou recurso de habeas-corpus pela soltura da cangaceira, baleada na perna direita e presa pelas Forças Volantes em maio de 1940, no distrito de Barra do Mendes, no interior da Bahia, em uma ação encerrada com a morte do seu marido¹³⁴. Foi acusada por sua participação, entre as décadas de 1920 e 1930, nas ações do grupo que atazanou o cotidiano no interior do Nordeste com o roubo de latifúndios e os crimes de mando, mas que também promoveu a doação de alimentos e utensílios a comunidades de baixa renda. A cangaceira amputou a perna ferida e morreu em 1994, depois de anos de trabalho como costureira para sustentar a família.

O Major também auxiliou o advogado Edgar da Matta na defesa do guarda civil Vicente Dias dos Santos¹³⁵, homicida de Horácio de Matos - o coronel da Chapada Diamantina - ab-

solvido pelo Conselho de Sentença por sete votos contra um, no dia 02 de novembro de 1934. A defesa argumentou que ele teria agido por emoção. Vicente, logo após a sua prisão, declarou que havia tirado “uma fera do sertão” e sua defesa explorou ainda que o assassinato era uma vingança pessoal, porque o coronel tinha praticado atos violentos contra o pai e o irmão garimpeiro do homicida. No processo, alegou Da Matta: “Se não fora a transformação do ultimo cyclo da historia e da política brasileira, com a grande revolução de outubro, a scena rubra de 15 de maio não teria logar ao largo Dois de julho. O passional político que até então não encontrara o seu meio de acção, estaria perdido no seio das massas anônimas (sic)”¹³⁶.

Em uma época em que os júris eram eventos sociais concorridos, este julgamento especificamente atraiu a atenção de acadêmicos de direito, magistrados, advogados e até comerciantes e profissionais liberais. Na entrada, guardas civis exigiam apresentação de ingresso especial, por determinação do magistrado que presidiu a sessão, Santos de Souza. O funcionário aposentado do Senado Federal, Manuel José Machado, suspeito de ser o mandante e responsável pelo fornecimento de arma e dinheiro ao guarda, também se livrou das acusações, explorando a história pessoal pontuada por atos de violência praticados pelo coronel.

A repercussão do julgamento pode ser atribuída à inevitável conotação política do crime. Poucos meses antes, havia eclodido a “Revolução de 1930”. Horário de Matos acabara de ser libertado a mando do interventor Artur Neiva, depois de um período preso no Quartel da Guarda Civil da cidade de Salvador, junto com outros quatro coronéis. Convocados pelo presidente deposto Washington Luís, pelo governador eleito da Bahia, Pedro Lago, e por outros políticos, coronéis haviam enviado homens armados para fortalecer as tropas governistas contra “Revolução”, acreditando que contribuíam para uma nova luta contra a Coluna Prestes. Como retaliação, as forças revolucionárias do Norte ordenaram as prisões e o recolhimento das armas dos coronéis, medida acatada mas gradativamente relaxada pelo interventor local.

Inconformado com a libertação de Matos, o tenente Hamilton Pompa de Oliveira, responsável pela captura em Lençóis e transporte dele até Salvador, invadiu armado o Palácio do Rio Branco e gritou que iria depor Neiva e prender o secretário de Justiça, Bernadino José de Sousa. Acabou alvejado pela guarda da interventoria. Realizado no dia da morte, o funeral do oficial foi a primeira manifestação pública que confirmava o novo regime na Bahia. Militares e civis acompanharam o cortejo até o cemitério do Campo Santo e promoveram discursos no percurso, clamando punição para o interventor e o secretário e protestando contra a suposta proteção dada aos coronéis. No dia seguinte, Neiva foi deposto e o cargo foi assumido pelo

general Raimundo Barbosa. Dois dias após o sepultamento, Horário de Matos foi assassinado pelo guarda Vicente¹³⁷.

Por décadas, Matos “chefiou” o sertão. Ele formou uma espécie de “estado independente” dentro da Bahia – onde as eleições legitimavam sua indicação, por exemplo - e participou de ações políticas como a campanha contra a candidatura de J. J. Seabra ao governo, que uniu anti-seabristas a coronéis. Após longa disputa e negociação, Matos comprovou seu poder, sendo nomeado pelo próprio Seabra como delegado de polícia da região entre a Chapada Diamantina e o Rio São Francisco¹³⁸.

Outros casos significativos como demonstração da postura do Major envolvem os cidadãos José da Circuncisão e Silva e Artur da Cunha, acusados respectivamente de atentar contra a vida do governador José Marcelino de Sousa¹³⁹ e do homicídio do filho dele, com um guarda-chuva, na Rua Chile. Sem advogados, ambos tiveram suas causas abraçadas pelo rábula, que logrou vitória, ao final de uma série de audiências¹⁴⁰. O próprio rábula contou o caso ao jornalista Sebastião Nery¹⁴¹:

“Uma vez, José Marcelino era governador, estava chegando de navio. Um homem chamado Circuncisão foi à frente dele e deu um tiro na cabeça. A bala resvalou pela testa, o governador se salvou. Houve uma revolta muito grande na cidade, ninguém queria defender o homem, porque a população estava indignada. Me apresentei para defender. Todo mundo dizia que o homem seria condenado. Na hora do júri, escandalizei a Bahia. Provei que aquele homem não tinha motivo nenhum para querer matar o governador, que ele nunca tinha visto antes. O homem tinha sido instrumento de outros chefes políticos que queriam, com a morte do governador, ocupar seu lugar no Estado. E eu citei os nomes dos chefões que tinham mandado Circuncisão matar José Marcelino. Foi um escândalo e o homem foi absolvido por unanimidade”.

José Marcelino de Sousa sucedeu Severino Vieira no governo do Estado da Bahia, mantendo-se no poder entre 1904-1908. Tomou posse sob clima tenso, quando houve intensa repressão aos manifestantes contra Severino. Formado no Partido Conservador, era juiz de direito e proprietário de terras e engenho em São Felipe, no Recôncavo baiano. Em cumprimento a acordo firmado antes do pleito, fortaleceu seu antecessor, apoiando a sua escolha para a presidência do Partido Republicano da Bahia (a legenda oficial) e influenciando positivamente para sua eleição para o senado federal. As medidas enfraqueceram o poderio de José Joaquim Seabra, na Bahia. Em 1907, Severino rompeu com Marcelino, e Seabra aproveitou para se aproximar do governador. Mais tarde, os dois iriam se afastar de novo, cada um apoiando seu candidato próprio na campanha para a presidência.

A despeito do seu desempenho em uma série de episódios de grande repercussão, Cosme classificava como uma das suas maiores causas a obtenção de habeas-corpus para 36 funcionários grevistas da empresa Leste Brasileiro¹⁴². Em 1934, no país, eclodiram paralisações de trabalhadores de diversos setores da economia, por aumento de salários e redução da jornada de trabalho, entre outras reivindicações. Na Bahia, mobilizaram-se ferroviários da Leste, telefonistas, telegrafistas e empregados dos serviços de transporte por bonde, com pleitos similares aos exigidos em outros estados, e portuários, contra irregularidades no pagamento de aposentadorias e pensões. Todas as manifestações foram reprimidas com rigor pela polícia e não lograram êxito¹⁴³.

O contexto era de mudanças¹⁴⁴. A tentativa de revolução paulista havia terminado em novembro de 1933. Getúlio Vargas mudava de tática para manter-se no poder, através da edição do Código Eleitoral que ampliava o direito de voto, da nomeação de uma comissão para elaborar uma nova Constituição e da convocação de eleição para Assembléia Nacional Constituinte em 1933. Ele conquistou o direito de permanecer na presidência, por meio do voto indireto dos constituintes, em 1934, com a promessa de que seria promovida eleição direta da próxima vez. As greves do operariado – sobretudo dos setores de transportes, comunicações e bancos - e a efervescência da classe média, além dos conflitos entre fascistas e integralistas em São Paulo, em outubro de 1934, foram respondidos pelo governo com o envio da proposta de uma Lei de Segurança Nacional ao Congresso, no início de 1935. Apesar dos protestos de sindicalistas, da imprensa e de oficiais da Marinha e do Exército, foi aprovado pelos deputados um substitutivo do projeto, com apoio de políticos liberais. A lei de 04 de abril de 1935 estabeleceu os crimes contra a ordem pública, inclusive “a greve dos funcionários públicos, a provocação de animosidade nas classes armadas, a incitação de ódio entre as classes sociais, a propaganda subversiva, a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social, por meios não permitidos em lei”¹⁴⁵. Em seguida, em 1936, foram instalados órgãos específicos para a repressão, como a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, do Ministério da Justiça, e o Tribunal de Segurança Nacional, e fortaleceu-se o poder da polícia do Rio de Janeiro¹⁴⁶.

O Major acreditava que o ambiente social corrompe e marginaliza o homem e, por isso, defendia que as melhores alternativas de combate à criminalidade eram o incremento da oferta de empregos e a escolarização de adultos e crianças. Ainda queixava-se das injustiças, assegurando que a cadeia era lugar apenas para os “desprotegidos” e aqueles que não sabiam da necessidade de obter um advogado. Certa vez, disse à revista *Realidade*¹⁴⁷: “Faça um teste

(...) Anote a situação de cada preso e veja depois a proporção entre pobres e ricos, entre escravizados e analfabetos”.

Ele pregava a liberdade e a atenção aos direitos humanos dentro e fora do Fórum. Por compreender a maldade como manifestação da loucura, requeria ao júri que réus permanecessem recolhidos em hospital psiquiátrico até que recuperasse a sanidade¹⁴⁸ e rogava pelo tratamento humanitário aos detentos. Em suas gestões como deputado estadual e vereador, também se voltou para a temática. Um dos exemplos é o requerimento encaminhado ao plenário da Câmara de Vereadores para que o então secretário do Interior e Justiça, Josaphat Marinho, fizesse “uma visita à Casa de Detenção desta capital para verificar ‘in loco’ o estado de miséria” da instituição, cujo diretor nada podia fazer para melhorar a situação por falta de recursos financeiros¹⁴⁹. Outro pedido confirmava o seu senso humanitário: ele requisitou a extinção do “bárbaro uso de algemas e de espancamentos de presos” pela polícia e pelos agentes de presídio, por tratar-se de fatos que atentam gritantemente contra os sentimentos cristãos da nossa ‘boa gente’ e do elevado grau de civilização da Bahia”¹⁵⁰.

Quando se debruçava sobre a literatura, também pregava a favor daqueles que estavam à margem da lei e esboçava a sua posição acerca do assunto. Em *Hymno do Encarcerado*, publicado no livreto *Estrophes*¹⁵¹ de 1933, ele atribui a incursão das pessoas na criminalidade a uma fatalidade, conseqüentemente eximindo o preso de qualquer culpa, e acena com a possibilidade de recuperação através da religiosidade (O destino impiedoso/Jogou-me nesta prisão,/ JESUS CHRISTO, pae bondoso,/ Dae-me a vossa compaixão”). Em outros trechos, clama pela oportunidade de reinserção social do presidiário (“O vadio é typo morto,/ a caridade é virtude,/ Quem trabalha tem conforto,/ Paz, alegria e saúde”) e reconhece os efeitos da criminalidade sobre o cotidiano de quem entra na marginalidade (“Conquistam louros e palmas/ Todas as grandes acções,/ O crime corrompe as almas/ E degrada os corações”). Por fim, explora tal repercussão e deposita na religiosidade a chance de atenuar o drama do encarcerado (“Dos erros da minha vida/ Eu tenho arrependimentos,/ Virgem-Santa, mãe querida/ Confortae meus sofrimentos”).

A bandeira foi levantada por ele, antes mesmo da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1948, e da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, em abril de 1948, que abriram o processo de criação de instrumentos legais internacionais de direitos das pessoas e posteriormente de grupos sociais específicos, como mulheres, negros, homossexuais, presidiários. Cosme era um homem que acreditava no homem. Sua feição humanista está provada através da sua performance na assistência e no apoio a quem

vivia marginalizado, por ter sido abandonado pela família ou se dedicado à criminalidade, ou da sua militância e do seu trabalho social. Estes últimos estão enfocados no capítulo II.

¹ A TARDE. Salvador, edição de 18 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 02 de abril de 1965; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 14 de março de 1973.

² TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001. p. 484-488; BAHIA DE TODOS OS FATOS - Cenas da Vida Republicana 1889-1991. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1996. p. 270-301

³ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. 270-301

⁴ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. 294-303

⁵ JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 03 de outubro de 1899, ano XXI, nº 5915.

⁶ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 29 de março de 1967.

⁷ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 05 de janeiro de 1934.

⁸ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos – Guia de ruas e mistérios**. Ilustrações de Carlos Bastos. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1977. p. 44-46. Ver também COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. In: Revista Realidade. Abril de 1971, ano VI, nº 61. p. 126.

⁹ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. In: Revista Realidade. Abril de 1971, ano VI, nº 61. p. 126.

¹⁰ A TARDE. Salvador, edição de 08 de janeiro de 1998.

¹¹ PINTO, Antônio Fernandes. Entrevista concedida à autora no dia 21 de outubro de 2005, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

¹² TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 17 de março de 1972.

¹³ TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 14 de fevereiro de 1973; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 04 de setembro de 1971 e 21 de março de 1972.

¹⁴ TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 14 de fevereiro de 1973; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 04 de setembro de 1971 e 21 de março de 1972.

¹⁵ FARIAS, Cosme de. **Minhas últimas vontades**. Salvador, 02 de abril de 1964. Mimeografado (cópia no Museu da Associação Baiana de Imprensa).

¹⁶ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 21 de março de 1972.

¹⁷ ESCRITURA DE COMPRA E VENDA. Juízo de Direito da Vara Civil, número 6.715, livro 3-E. Salvador, 08 de abril de 1920; ESCRITURA DE COMPRA E VENDA. Cartório do Terceiro Ofício, livro 46, fl. 135. Salvador, 25 de novembro de 1960. Documento original do acervo pessoal de Sandra Marisa da Silva Costa, única herdeira de Adrião Evangelista da Silva.

¹⁸ AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Martins, 1969.

¹⁹ MARTINS, Ezequiel da Silva. **A Bahia, Suas Tradições e Encantos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Funceb, Egba, 2000. Verbete Cosme de Farias.

²⁰ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 129

²¹ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 129

²² TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 17 de março de 1972.

²³ A TARDE. Salvador, edição de 11 e 12 de fevereiro de 1973.

²⁴ TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edições de 04 de setembro de 1971 e de 14 de fevereiro de 1970.

²⁵ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 25 de dezembro de 1970.

²⁶ COSTA, Adroaldo Ribeiro. **O Major foi à Hora da Criança**. In: A Tarde. Salvador, 14 de março de 1970, página infantil.

²⁷ NERY, Sebastião. **A Retórica do Ibope**. Site <http://www.tribuna.inf.br/anteriores/2004/julho/03-04/coluna.asp?coluna=nery>, acesso em 27/07/2004.

²⁸ TEIXEIRA, Cid. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.

- ²⁹ CAMPOS, Newton M. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.
- ³⁰ Para celebrar os seus aniversários, até comissão organizadora era composta para articular a programação. Reclames com o programa eram anunciados em jornais da cidade. Para os seus 80 anos, por exemplo, segundo o jornal *A Tarde*, foram previstos alvorada na manhã do dia 02 de abril, missa celebrada na Igreja de Nossa Senhora de Sant'Anna e sessão magna no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. A TARDE. Salvador, edição de 31 de maio de 1955; e GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 17 de março de 1916.
- ³¹ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 25 de dezembro de 1970.
- ³² FARIAS, Cosme de. **Minhas últimas vontades**. Op. cit.
- ³³ FARIAS, Cosme. **Trovas & Quadras**. In: Saudades do Velho Cosme de Farias. Salvador: Academia de Letras da Bahia. [s.a] [s.d] mimeografado.
- ³⁴ AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. Op. cit. p. 208
- ³⁵ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos – Guia de ruas e mistérios**. Ilustrações de Carlos Bastos. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1977 p. 185-186
- ³⁶ A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 (primeiro e segundo clichês), 16 e 17 de março de 1972; TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 e 17 de março de 1972.
- ³⁷ CAMPOS, Newton M. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.
- ³⁸ CAMPOS, Newton M. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.
- ³⁹ A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 (primeiro e segundo clichês), 16 e 17 de março de 1972; TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 e 17 de março de 1972.
- ⁴⁰ TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 de março de 1972.
- ⁴¹ TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 de março de 1972.
- ⁴² A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 16 de março de 1972.
- ⁴³ FARIAS, Cosme de. **Minhas últimas vontades**. Op. cit.
- ⁴⁴ FARIAS, Cosme de. **Minhas últimas vontades**. Op. cit.
- ⁴⁵ Ver FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000; e também TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, Salvador, BA: Editora da UFBA, 2001.
- ⁴⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Op. cit. p. 468-489
- ⁴⁷ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 484-488
- ⁴⁸ FARIAS, Cosme. **Carta do ABC**. Salvador, Bahia. [s.e] [s.d]
- ⁴⁹ AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. Op. cit. p. 44-46
- ⁵⁰ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 124
- ⁵¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 237-246
- ⁵² AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos – Guia de ruas e mistérios**. Op. cit. p. 140
- ⁵³ Em 1959, por exemplo, era ao lado do parlamentar Arthur Guimarães Cova o representante da Câmara de Vereadores na dita Comissão. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 27 de maio de 1959, ano XLIII.
- ⁵⁴ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 04, 05 e 06 de setembro de 1971, 15 de março de 1972.
- ⁵⁵ PARADAS da Guarda Nacional. In: Annaes do Archivo Publico da Bahia. Alfredo Vieira Pimentel (direção). Salvador: Imprensa Oficial do Estado, v. 25, 1937, p. 341-348
- ⁵⁶ HAYES, Robert Ames. **Nação Armada - A Mística Militar Brasileira**; tradução de Delcy G. Doubrawa, Rio de Janeiro, BiBliEx, 1991. Disponível em <http://cadete.aman.ensino.eb.br/histgeo/HistMildoBrasil/GdNac.htm>, acesso em 04 de abril de 2005.
- ⁵⁷ ASCENSÃO E QUEDA DO CORONELISMO. Disponível em educater-ra.terra.com.br/voltaire/500br/coronelismo.htm, acesso em 04 de abril de 2005.
- ⁵⁸ HAYES, Robert Ames. **Nação Armada - A Mística Militar Brasileira**; tradução de Delcy G. Doubrawa, Rio de Janeiro, BiBliEx, 1991. Disponível em <http://cadete.aman.ensino.eb.br/histgeo/HistMildoBrasil/GdNac.htm>, acesso em 04 de abril de 2005.

- ⁵⁹ O marechal Hermes da Fonseca foi ministro da Guerra (1906-10), instituiu o serviço militar obrigatório (1908), foi eleito presidente da República (1910-1914), construiu vilas operárias na Gávea no Rio de Janeiro, e enfrentou a Revolta da Chibata (1910) e a questão do Contestado (1912). Outras mudanças sucederam-se, havendo inclusive a remodelação do Exército Nacional em 1915. Em 1918, o presidente Wenceslau Braz extinguiu a Guarda Nacional. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Op. cit. p. 612; HAYES, Robert Ames. **Nação Armada - A Mística Militar Brasileira**; tradução de Delcy G. Doubrawa, Rio de Janeiro, BiBliEx, 1991. Disponível em <http://cadete.aman.ensino.eb.br/histgeo/HistMildoBrasil/GdNac.htm>, acesso em 04 de abril de 2005; EVOLUÇÃO DA estrutura organizacional. In: **Revista Verde-Oliva**, nº 170. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Artigos/0021405.htm>, acesso em 10 de novembro de 2005.
- ⁶⁰ TEIXEIRA, Cid. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.
- ⁶¹ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 129
- ⁶² TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 04 de setembro de 1971.
- ⁶³ Nos casos de *Estrophes* e *Lama & Sangue*, há exemplares recolhidos no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, enquanto que os demais ainda não foram localizados, sendo as informações aqui mencionadas baseadas em citações na imprensa, em textos mimeografados ou em livro, conforme indicado em notas abaixo.
- ⁶⁴ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de outubro de 1971.
- ⁶⁵ FARIAS, Cosme. **Lama & Sangue**. Salvador, BA, s.e., 1926.
- ⁶⁶ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de outubro de 1971.
- ⁶⁷ A COISA. Salvador, edição de 11 de fevereiro de 1900. Coluna Salinha Nobre.
- ⁶⁸ FARIAS, Cosme. **Estrophes**. Salvador, BA: Oficinas Graphics d'A Luva, 1933. p. 14-15
- ⁶⁹ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Salvador, BA: Assembléia Legislativa, 1996. p. 54
- ⁷⁰ O banqueiro Francisco Marques de Góes Calmon foi governador do Estado da Bahia entre 1924 e 1928, empossado após processo eleitoral pontuado por denúncias de fraude de lado a lado (dos calmonistas e dos seabristas). Era um intelectual e trouxe para o seu governo jovens bacharéis a exemplo do notável educador Anísio Teixeira. Pertenceu ao chamado grupo dos autonomistas – liderado pelo também governador Octavio Mangabeira. Comprometido com os presidentes Artur Bernardes e Washington Luís, cedeu tropas para lutar na Revolução de 1924, em São Paulo, e apoiou a candidatura de Júlio Prestes à sucessão presidencial que teria desencadeado a Revolução de 1930. Sem perceber a crescente insatisfação com o governo federal no país, perseguiu seus opositores na Bahia, como o político Cosme de Farias, que fora preso na sua gestão. TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 349-351
- ⁷¹ FARIAS, Cosme. **Lama & Sangue**. Op. cit. Capítulo VIII.
- ⁷² O IMPARCIAL. Salvador, edição de 03 de abril de 1937.
- ⁷³ O IMPARCIAL. Salvador, edição de 21 de janeiro de 1935.
- ⁷⁴ Os dados pessoais e profissionais, no campo do jornalismo, constam na ficha de inscrição do Major na Associação Baiana de Imprensa (ABI), preenchida na época da fundação da entidade; AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**. Op. cit. p. 199-200; FARIAS, Cosme. **Lama & Sangue**. Op. cit. Capítulo 01-21; A TARDE. Salvador, edição de 15 de março de 1972.
- ⁷⁵ A TARDE. Salvador, edição de 15 de março de 1972.
- ⁷⁶ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)**. Salvador, BA: Edufba, 2001. p. 166
- ⁷⁷ O IMPARCIAL. Salvador, edição de 04 de abril de 1937.
- ⁷⁸ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**. Op. cit. p. 200-201
- ⁷⁹ Ver melhor em TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo – análise e texto da Teoria do Agendamento**. Coimbra (Portugal): Minerva, 2000.
- ⁸⁰ O IMPARCIAL. Salvador, edição de 04 de dezembro de 1937.
- ⁸¹ Foram analisados todos os artigos intitulados *Linhas Ligeiras*, publicadas em abril e dezembro de 1937 pelo jornal *O Imparcial*, sempre em páginas dedicadas à cobertura do cotidiano da cidade. Ao todo, foram localizados nove. O ano de 1937 foi escolhido por ter registrado uma convulsão social e política, que deu início ao Estado Novo e repercutiu em todos os Estados, inclusive na Bahia. Abril foi selecionado porque, neste mês, o Major comemorava seu aniversário que, habitualmente, era agendado pela mídia devido à popularidade da personagem e ao fato de se realizar eventos públicos durante os festejos. Já dezembro foi selecionado porque, neste mês, geralmente se divulga balanços das ações desenvolvidas no ano e porque, assim, haveria um distanciamento temporal de abril que propiciaria a identificação de mudanças no conteúdo e formato dos textos. A indicação

deste jornal especificamente deve-se ao fato dele estar publicando as *Linhas Ligeiras*, neste período. O IMPARCIAL. Salvador, edições de 03, 04 e 06 de abril de 1937, e 12, 18, 23, 29 e 31 de dezembro de 1937.

⁸² NERY, Sebastião. **Pais e Padrastos da Pátria**. Recife, PE: Editora Guararapes, 1980. p. 183

⁸³ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**. Op. cit. p. 199-200

⁸⁴ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 322; SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República – Uma política de acomodação**. Salvador, Edufba, 1998. p. 103-128; GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 1º de março de 1916.

⁸⁵ O DEMOCRATA. Salvador, edição de 02 de julho de 1924; GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 1º de março de 1916.

⁸⁶ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 225

⁸⁷ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)**. Salvador, BA: Edufba, 2001. p. 222-223

⁸⁸ DIARIO DA BAHIA. Salvador, edição de 10 de julho de 1924.

⁸⁹ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 181-183

⁹⁰ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 156, 166

⁹¹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 03 de outubro de 1899.

⁹² A TARDE. Salvador, edição de 30 de novembro de 1987.

⁹³ FARIAS, Cosme. **Lama & Sangue**. Op. cit. Capítulo 13.

⁹⁴ FARIAS, Cosme. **Lama & Sangue**. Op. cit. Capítulo 13.

⁹⁵ FARIAS, Cosme. **Lama & Sangue**. Op. cit. Capítulo 13.

⁹⁶ CADENA, Nelson Varon. **Associação Bahiana de Imprensa 1930-1980, 50 anos**. Salvador: ABI, 1980. p. 20-21

⁹⁷ CADENA, Nelson Varon. **Associação Bahiana de Imprensa 1930-1980, 50 anos**. Op. cit. p. 41-97

⁹⁸ APEB/Núcleo Tribunal de Justiça, Seção Judiciária, Série Depósito, estante 136, caixa 27, documento 11.

⁹⁹ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**. Op. cit. p. 199

¹⁰⁰ BARRETO, Luciana. **Júri do povo**. In: Correio da Bahia. Salvador, BA, 04 de novembro de 2003. Caderno Repórter. Malabarismos da defesa.

¹⁰¹ LEAL, Geraldo da Costa. **Pergunte Ao Seu Avô... Histórias de Salvador – Cidade da Bahia**. Salvador: [s. e], 1996. Verbete Cosme de Farias.

¹⁰² TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de fevereiro de 1973.

¹⁰³ PINTO, Antônio Fernandes. Entrevista concedida no dia 12 de outubro de 2003, na sua residência, no Horto Florestal.

¹⁰⁴ Cosme de Farias confirmou, anos depois, que o réu havia cometido o crime, mas que ele utilizou a dissimulação para evitar a condenação: “Ele tinha roubado mesmo. Entrou na Igreja e tirou as esmolas que o povo joga para o Senhor do Bonfim. Eu fui para o júri e mostrei que não tinha sido um crime, mas um milagre. Senhor do Bonfim, que não precisa de dinheiro, é que tinha ficado com pena da miséria do homem, que estava com mulher e filhos em casa com fome, e deu dinheiro a ele, dizendo assim: ‘Meu filho, esse dinheiro não é meu. Eu não preciso de dinheiro. Esse dinheiro foi o povo que trouxe. É do povo. Você é o povo com fome, pode levar o dinheiro’. E o homem levou. Que crime ele cometeu? Se houve um criminoso foi o Senhor do Bonfim, que distribuiu o dinheiro da Igreja. Então vão buscá-lo agora e ponham na cadeia. E ainda tem mais. Senhor do Bonfim é Deus. Deus pode tudo. Se ele não quisesse que o acusado levasse o dinheiro, tinha impedido. Se não impediu é porque deixou. Se deixou, não é crime. Há milagre. O homem foi absolvido por unanimidade. No dia seguinte, eu fui à Igreja do Senhor do Bonfim e disse a ele que me perdoasse, porque eu sou a defesa”. NERY, Sebastião. **Pais e Padrastos da Pátria**. Op. cit. p. 185-186

¹⁰⁵ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 124

¹⁰⁶ BARRETO, Luciana. **Júri do povo**. Op. cit. Malabarismos da defesa.

¹⁰⁷ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**. Op. cit. p. 199

¹⁰⁸ Foram analisados todos os 25 processos catalogados no sistema do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) com o nome de Cosme de Farias como impetrante, além de outros 20 escolhidos aleatoriamente em estantes da Seção Judiciária que guardam as petições de habeas corpus impetradas nos períodos de exceção, das décadas de 1940 e 1960. APEB, Seção Judiciária, estantes 219 (caixa 128, documentos 27, 55, 54, 53, 39, 02, 42, 28, 10, 08, 09, 01), 40 (caixa 1440, documentos 02, 03, 06, 13, 14, 20, 24, 01, 22; caixa 1441, documentos 04, 05, 06, 07), 216 (caixa 15, documentos 14, 12, 07, 19, 18, 33, 30, 24) e 93 (caixa 14, documentos 10, 07, 06, 21, 20, 17, 26, 30, 23, 31, 15, 14).

¹⁰⁹ APEB/Núcleo Tribunal de Justiça, Seção Judiciária, Série Reclamação, estante 120, caixa 17, documento 11.

¹¹⁰ APEB/Núcleo Tribunal de Justiça, Seção Judiciária, Série Reclamação, estante 120, caixa 07, documento 20.

¹¹¹ Foram analisados todos os 15 processos envolvendo o nome de Cosme de Farias catalogados no sistema do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), como Cível 1, e localizados pelos funcionários da instituição. Mas

apenas 13 se referiam a tutoria. Dois eram reclamações sobre casos penais, discutidas nesta dissertação anteriormente. Os outros três ou não foram localizados ou não envolvem o Major. APEB, Seção Judiciária, Série Cível 1, estante 115 (caixa 19, documento 11; caixa 14, documentos 42 e 09; caixa 11, documento 09; caixa 18, documentos 04 e 11; caixa 26, documento 18; caixa 20, documento 04; caixa 25, documento 34; caixa 31, documento 06; caixa 29, documento 27; caixa 17, documentos 32 e 20; caixa 28, documento 12), estante 116 (caixa 47, documento 10), estante 120 (caixa 17, documento 11; caixa 07, documento 20), estante 136 (caixa 27, documento 11).

¹¹² APEB, Seção Judiciária, Série Cível 1, estante 115, caixa 17, documento 20.

¹¹³ APEB, Seção Judiciária, Série Cível 1, estante 115, caixa 14, documento 42.

¹¹⁴ NERY, Sebastião. **Pais e Padrastos da Pátria**. Op. cit. p. 184

¹¹⁵ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 124 e 126

¹¹⁶ TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 21 de outubro de 1972.

¹¹⁷ AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. Op. cit. p. 27, 148-153

¹¹⁸ TEIXEIRA, Cid. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.

¹¹⁹ O Fórum só foi transferido para o Campo da Pólvora em 1949, recebendo o nome de Ruy Barbosa, famoso bacharel e político republicano baiano.

¹²⁰ O'DWYER, Edson. **Advogados Criminais**. Site http://ool.adv.br/pdfs/advogados_criminais.pdf, acesso em 27 de julho de 2004.

¹²¹ CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. In: Memórias da Bahia. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002, p. 10-13

¹²² CELESTINO, Samuel. **Uma crise, o telefone e o Major Cosme**. In: A Tarde. Salvador, BA, 05 de julho de 2003.

¹²³ SANTANA, Andréia. **Verbos da justiça**. Site <http://www.correiodabahia.com.br/2004/09/30/noticia.asp?link=not000098979.xml>, acesso em 30 de setembro de 2004.

¹²⁴ CABRAL, Mário. **A Bahia de Luto**. In: A Tarde. Salvador, BA, 16 de março de 1972.

¹²⁵ APEB, Seção Judiciária, estante 216, caixa 15, documento 30.

¹²⁶ APEB, Seção Judiciária, estante 40, caixa 1441, documento 07.

¹²⁷ A exemplo da petição arquivada no APEB, Seção Judiciária, estante 93, caixa 13, documento 23.

¹²⁸ APEB, Seção Judiciária, estante 93, caixa 14, documento 26.

¹²⁹ APEB, Seção Judiciária, estante 40, caixa 1440, documento 06.

¹³⁰ BARRETO, Luciana. **Júri do povo**. Op. Cit. Malabarismos da defesa.

¹³¹ O'DWYER, Edson. **Advogados Criminais**. Site http://ool.adv.br/pdfs/advogados_criminais.pdf, acesso em 27 de julho de 2004.

¹³² CRUZ, João de Melo. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT. e SANTANA, Andréia. **Verbos da justiça**. Site <http://www.correiodabahia.com.br/2004/09/30/noticia.asp?link=not000098979.xml>, acesso em 30 de setembro de 2004.

¹³³ CRUZ, João de Melo. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.

¹³⁴ CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. Op. cit. p. 10-13; BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 169-178

¹³⁵ BARRETO, Luciana. **Júri do povo**. Op. Cit. Encantos do Tribunal.

¹³⁶ BARRETO, Luciana. **Júri do povo**. Op. Cit. Encantos do Tribunal.

¹³⁷ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p.386-387

¹³⁸ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 341-346

¹³⁹ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 314-334

¹⁴⁰ A TARDE. Salvador, edição de 15 de março de 1972.

¹⁴¹ NERY, Sebastião. **Pais e Padrastos da Pátria**. Op. cit. p. 185

¹⁴² JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 04 de setembro de 1971.

¹⁴³ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 148

¹⁴⁴ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Op. Cit. p. 331-363

¹⁴⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Op. Cit. p. 358

¹⁴⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Op. Cit. p. 361-362

¹⁴⁷ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 126.

¹⁴⁸ A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972.

¹⁴⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril de 1959, ano XLIII.

¹⁵⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 06 de fevereiro de 1963, ano XLVII.

¹⁵¹ FARIAS, Cosme de. **Estrophes**. Op. cit. p. 36-37

Capítulo II

De assistencialista a militante

2.1 – A ação assistencial

O alvoroço nas despedidas fúnebres reflete a aprovação do trabalho social do Major Cosme de Farias. Ele prestou assistência jurídica gratuita, fez encaminhamento de pessoas com transtornos mentais e desabrigados a instituições especializadas em tratamento e acolhimento, além de empregar seus subsídios¹ e donativos de terceiros em ações como a construção de escolas, a impressão de cartilhas para alfabetização de adultos e crianças, a doação de numerário a casas pias, organizações assistencialistas e diretamente ao contingente que o procurava todos os dias. Realizava de 25 a 30 atendimentos diários, na maioria das vezes feitos a pessoas “pretas e pobres”².

O rábula atuava em um escritório improvisado, primeiro, no Porão do Seminário São Damasco; depois, na Rua do Bispo; e, por último, no corredor lateral da Igreja de São Domingos de Gusmão, no Terreiro de Jesus, no Centro de Salvador. Entretanto, chegou a retirar as portas da sua casa, para dar abrigo, a qualquer hora, a quem não tinha onde pernoitar, e a dividir o próprio almoço em pedaços de papel para doar a famintos³. Durante o dia, abordava amigos e até desconhecidos nas ruas, solicitando dinheiro para que pudesse distribuir entre os pedintes. No guia *Bahia de Todos os Santos*, Jorge Amado lembra um dos fatos recorrentes no seu cotidiano:

*“Um homem mal vestido se aproxima dele numa esquina qualquer e lhe pede alguns cruzeiros. O Major não leva no bolso magro senão uns níqueis parcos. Mas isso não é problema. (...) O importante é lhe dar o auxílio pedido. E Cosme dirige-se ao primeiro desconhecido que passa. Toma-lhe os cruzeiros, que vão para o homem mal vestido”*⁴.

O jornalista era capaz de protagonizar cenas inusitadas para atenuar a dor alheia. Um episódio exemplar ocorreu na sessão solene do centenário de nascimento do escritor e vereador Manuel Querino⁵, realizada no salão nobre do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), na Praça da Piedade, na capital. Ao final da oração proferida pelo folclorista Antônio Viana, o Major pediu a palavra. Utilizou a oportunidade para dizer que, enquanto o grupo estava festejando o aniversário de Querino, sua irmã padecia com a pobreza extrema e solicitava a contribuição dos participantes da solenidade para minorar seu sofrimento. Depois que

correu o chapéu, contou o dinheiro e entregou à senhora que o aguardava no próprio IGHB. No final do evento, sua peraltice veio à tona. Os professores Cid Teixeira e Nelson de Araújo, então atuando como editores, questionaram se a mulher teria algum escrito inédito do bedel da Faculdade de Medicina, consagrado por sua produção sobre a cultura e religiosidade baiana. Dona de feições parecidas com as do autor - negra de rosto pequeno, alta e magra -, ela respondeu: “Moço, eu hoje de manhã estava sem nada para comer, fui ao escritório do Major Cosme de Farias. Ele disse que eu aparecesse aqui à noite, que ele me dava esse dinheiro, e Deus que abençoe o Major. Agora o senhor me diga quem foi esse Querino, que eu quero rezar por ele”⁶. Cosme havia mentido para sensibilizar a platéia e obter os recursos necessários para aliviar o sufoco de quem ele nem conhecia.

Cosme costumava doar até o que recebia como presente. No seu aniversário de 96 anos, disse, em notícia do *Jornal da Bahia*⁷, que queria ganhar “uma pena” e gostaria que dessem *Cartas de ABC* e livros aos analfabetos, começando pelas cartilhas. O matutino realizou, em parte, o desejo do Major e deu-lhe a caneta. A “pena” foi guardada para premiar o melhor aluno do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia do ano, um dos antigos hábitos do jornalista. Ele próprio justificou o ato: “Antigamente eu fazia muita festa, mas hoje não tem mais isso. Hoje sou sozinho. Não tenho um parente nem um dente. Não posso ter festa”. No Natal⁸, ele presenteava crianças com dinheiro para compra de bolachinhas de goma e brinquedos, e material escolar (incluindo cartilhas), dizendo que Papai Noel mandou os mimos.

Em busca de empregos, vagas em escolas públicas, medicamentos e alimentos para a comunidade, ele mandava bilhetinhos com saudações e pedidos para autoridades, na esperança de ser atendido. Pela causa, acionava do governador do Estado ao editor de jornal e empresário, sem restrições ideológicas, e obtinha êxito em parte das solicitações. Há dois exemplos do sucesso das suas investidas⁹. A vida do aposentado José Souza de Oliveira poderia ter outro enredo, caso ele não contasse com a mão acolhedora de Cosme. Em 1961, um ano de crise política que culminou com a renúncia do presidente Jânio Quadros, o rapaz clamou por auxílio, recebeu do rábula um bilhete indicando-o para trabalhar na Construtora Nacional como ajudante, e obteve uma vaga rapidamente. Já a dona-de-casa Elisabete de Jesus entrou na escola e foi alimentada na infância graças a interferência dele.

Em *Vultos, Fatos e Coisas da Bahia*¹⁰, Carlos Torres registra que o Major estava sempre rodeado por várias pessoas e nem os desafetos escapavam de sua cordialidade, visto que, nas festas de fim de ano, por exemplo, ele encaminhava pela imprensa saudações a amigos e

adversários igualmente. Carlos Coelho e Hamilton Ribeiro¹¹, em reportagem da revista *Realidade*, descrevem essa sua faceta:

“Em cada carta, ofício, pedido com que bombardeia todo mundo, ele põe junto uma tirinha verde e amarela, de pano. Quando a mensagem é para pessoa ou instituição muito importante, coloca ainda, em diagonal, sobre o envelope, uma tira mais larga. Sempre pedindo, quase sempre bronqueado, seu linguajar é no entanto doce e macio: - Eminentíssimo, Distintíssimo, Bondoso e Nobre Amigo General Juracy Magalhães. Quando uma sua solicitação é atendida, ele manda presentes de agradecimento: copos, santinhos, ramalhetes atados em fitas verde-amarelas. Recentemente mandou um sabonete ao governador Antônio Carlos Magalhães. Que agradeceu: - Meu venerando Major: recebi com muita alegria o seu presente”.

Os jornalistas continuam¹² e revelam certa picardia do Major:

“Quando a ocasião exige, Cosme deixa de lado suas mensagens manuscritas – que são a sua marca – e recorre ao correio. Recentemente, lembrou-se um pouco atrasado do aniversário da mulher do governador. Chamou um dos seus secretários (geralmente pessoas que ele ajudou e que o cercam permanentemente) e ordenou: - Menino, prepara aí um telegrama de parabéns. Governador é preciso puxar o saco. – Mas, Major, o aniversário foi anteontem! – Faz o telegrama. O atraso a gente põe na culpa do correio”.

Também marcaram sua trajetória assistencialista os requerimentos para acolhimento de mendigos, idosos, crianças e loucos, direcionados diretamente aos abrigos e hospitais psiquiátricos patrocinados pela sociedade civil ou pelos governos. O jornal *Gazeta do Povo*¹³, entre outros, noticiava sua ação neste segmento: “A pedido do nosso colega Cosme de Farias, o dr. Alvaro Cova benemérito chefe de policia do Estado, mandou recolher, ontem, no Hospital São João de Deus, o alienado Cyrillo de Lemos. Esse doente se acha furioso”. O mesmo veículo publicou¹⁴ que ele havia requisitado o acolhimento de Esperança Assis de Jesus, indigente de 18 anos, na mesma instituição.

Outras estratégias adotadas por Cosme com fim social eram a publicação de artigos em jornais e o pronunciamento nas tribunas dos parlamentos estadual e municipal. Como deputado estadual, ainda em 1916, solicitou ao Conselho Municipal o incremento da oferta de vagas para indigentes maiores de 60 anos de idade no Asylo de Mendicidade. Mais tarde, também na Assembléia Legislativa, solicitou que a Prefeitura de Salvador construísse albergue noturno, para proteção de viajantes que passavam pela cidade, e os demais prefeitos criassem pa-

tronatos agrícolas para crianças e abrigos destinados ao atendimento ao idoso, chamados de Casa da Paz¹⁵. Ainda como deputado, solicitou que a polícia não levasse as pessoas com distúrbios mentais para a penitenciária, como era habitual, porque lá não receberiam o tratamento adequado para o controle da sua doença, e requereu a construção de uma unidade de pronto-atendimento psiquiátrico ao então governador Antonio Carlos Magalhães, na sua primeira gestão (1971-1975)¹⁶. O teor das suas propostas, aliás, é abordado mais tarde nesta dissertação.

Empenhado na resolução de problemas alheios, foi pioneiro na defesa de pessoas com distúrbios mentais, por considerar que elas tinham direito a um cotidiano digno e até voltar ao convívio da família e da sociedade. Por muito tempo, ele acreditou que os manicômios representavam uma oportunidade de tratamento e recuperação para as pessoas com transtornos mentais. Portanto, encaminhou doentes para asilos como o São João de Deus, manicômio que começou a funcionar em 1874 em Salvador, e chegou até a receber autorizações de acolhimento em branco, apenas assinadas pelos médicos, para facilitar a internação de pacientes em instituições da cidade. Na falta de hospitais apropriados, levou doentes inclusive para sua própria casa como uma tentativa para suprir a carência¹⁷.

Humanista, atuou na “campanha dos loucos”, no final do século XIX, obtendo a transferência de pacientes da Casa de Correção (depois chamada de Casa de Detenção) para o Asilo São João de Deus¹⁸, onde acreditava que os pacientes poderiam buscar a recuperação. Entretanto, mudou sua postura quando percebeu que juízes e promotores utilizavam o manicômio para punir pessoas acusadas de terem cometido crimes. Então, passou a protagonizar de uma das primeiras ações antimanicomiais da Bahia¹⁹, ao requisitar habeas corpus para internos de hospitais psiquiátricos que haviam sido julgados como inimputáveis em processos criminais e recolhidos para recuperação, mas que continuavam asilados, mesmo depois de superado o surto, conforme se verifica em petição transcrita no capítulo 1.

Enquanto implementava ações sociais, defendia seus réus na Justiça e trabalhava como jornalista, o Major também militou em iniciativas de cunho político, social, sindical e religioso até exerceu liderança em agremiações, que, na maioria das vezes, tinham como pauta a melhoria da qualidade de vida da população (contra a carestia, por melhores salários e condições de trabalho, contra o analfabetismo). Em geral, ele operava em várias frentes simultaneamente. Conforme sua carta-testamento²⁰, fez parte do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, das bolsas (Patriotas e Caridade), do Montepio dos Artífices, da Sociedade Beneficente de Santana, de associações (Funcionários Públicos da Bahia, Baiana de Imprensa, Tipográfica da Ba-

hia e dos Empregados do Comércio da Bahia), do Centro Operário da Bahia, além de ordens terceiras, irmandades e da Liga Baiana contra o Analfabetismo.

No passado, havia sido membro do Grêmio Literário da Bahia, uma confraria de intelectuais, entre os quais o juiz Bráulio Xavier, que chegou a editar uma revista literária nas primeiras décadas do século XX²¹. Em 1935, junto com outras instituições literárias do Estado, o Grêmio agonizava aos 75 anos de funcionamento e dependia da subvenção governamental para continuar sua atuação²².

A estas e outras tantas, ele fez doações em dinheiro, colaborando para a manutenção dos trabalhos. Em 1963, encaminhou ao jornal *A Tarde*²³ o valor que foi acrescido aos seus subsídios de vereador, cerca de Cr\$ 150.000,00 por mês, e pediu que o montante fosse distribuído entre diversas entidades como o Instituto Alberto de Assis, o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a Vila Vicentina da Bahia, o Orfanato Ruth Aleixo, o Grupo Espírita Santo Agostinho, a Igreja do Tororó (que precisava ser reconstruída), o Grêmio Machado de Assis, o Asilo Bom Pastor, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, o Abrigo Santo Antônio, a Escola Cosme de Farias, o Hospital Santa Luzia, a Escola Eutiquio Bahia, o Abrigo Salvador, o Orfanato Medalha Milagrosa, a Escola Osvaldo Gordilho, a Escola São Francisco Xavier, as Obras Sociais Franciscanas e a Escola Milton Barbosa.

No texto *Minhas Últimas Vontades*²⁴, revelou seu desejo de cooperar com elas até após sua morte, solicitando a aplicação em casas-pias do dinheiro que seria destinado por amigos à compra de caixão luxuoso e flores para seu sepultamento. Como beneficiários desta derradeira concessão, enumerou a Vila Vicentina da Bahia, Instituto Alberto de Assis, antigo Instituto de Cegos da Bahia, o Orfanato Ruth Aleixo, o Abrigo Bom Pastor, o Orfanato Conde Pereira Marinho e o Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

Junto à população e às instituições públicas, ainda defendeu os interesses de organizações sem fins lucrativos, com as quais não tinha ligação oficial, como as Obras Assistenciais de Irmã Dulce, por quem conclamou o apoio da sociedade²⁵, e a Santa Casa da Misericórdia de Salvador, a favor de quem discursou quando a Prefeitura Municipal ameaçava de penhora de bens em 1951²⁶. Em 1958, em ato público na Praça da Sé, assumiu posto no Conselho Estadual da União Operária Camponesa²⁷. Pelos serviços prestados à comunidade, recebeu o título de Rotariano Honorário²⁸, do Clube Rotary, em 1968, e de *doutor honoris causa* pela Universidade do Chile²⁹. Sobre seu trabalho assistencial, o historiador Cid Teixeira³⁰ afirmou:

“Agradeceria se cada qual dos integrantes dessas associações atuais (as organizações não-governamentais) fizesse pelos direitos humanos um déci-

mo do que aquele homem solitário fez durante a sua vida e tudo estaria resolvido em termos de direitos humanos. Não precisaria mais do que isso. (...) Não tenho notícia de que ele tenha freqüentado nenhum congresso, nenhuma mesa-redonda, nenhum simpósio, nem nada para fazer com que prevalecessem os direitos humanos. Ele exercitou os direitos humanos, ele fez com que as coisas acontecessem”.

Cosme de Farias foi um precursor do chamado terceiro setor, cujas raízes no Brasil estão fincadas na época colonial, quando ocorreu a instalação da Santa Casa da Misericórdia, mas que eclodiu no país apenas nos anos de 1970. Até então, destacava-se o trabalho assistencialista desenvolvido por instituições sem fins lucrativos, empresários e políticos, além da atuação militante por causas voltadas, em última instância, para atenuar os efeitos das desigualdades sociais sobre grupos específicos como mulheres e negros e pela abertura política. Gradativamente, tais pautas foram sendo substituídas por proposições direcionadas ao desenvolvimento de políticas públicas e ações concretas que assegurem o cumprimento da legislação e melhores condições de vida para os brasileiros. Dois dos maiores referenciais nacionais desta fase são a Constituição Federal de 1988, rotulada como Constituição Cidadã, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos firmou um compromisso entre países e deflagrou o debate internacional sobre o tema após a Segunda Guerra Mundial, sendo, portanto, mais recente que as atividades em defesa do cidadão realizadas pelo Major.

2.2 – Abaixo o analfabetismo!

As ações sociais de Cosme de Farias provavelmente começaram³¹ com as campanhas “dos loucos” e, depois, “do ABC” pela erradicação da ignorância, em 1892. Entretanto, a campanha pela alfabetização de crianças, jovens e adultos foi institucionalizada a partir da criação da Liga Baiana contra o Analfabetismo (LBA), em 12 de outubro de 1915. O trabalho do rábula neste ramo começou décadas antes da obrigatoriedade do ensino primário (hoje Ensino Fundamental) para crianças com idade acima dos sete anos, que foi determinada pela União em 1963. Pela sua manutenção por quase seis décadas e pela intensidade da dedicação do Major a ela, inclusive com doação de seus subsídios, percebe-se que a Liga foi a organização social mais representativa e a educação, a bandeira mais relevante da sua trajetória.

Com apenas o curso primário concluído, Cosme apostava na educação como uma espécie de redenção e possibilidade de ascensão social do pobre. Sobre isso, afirmou na Assembleia Legislativa do Estado, ao reassumir em 1971 o cargo de deputado estadual: "A todos, crianças e adultos, tenho procurado colocar nas mãos uma cartilha de ABC como o instru-

mento maior de conquista da liberdade. (...) O povo não pode ser escravo de ninguém”³². A sua visão está presente também na poesia Versos à Infância, criada em 1920 e publicada na *Carta do ABC*: “Correi, portanto, às escolas,/ Para o batismo da Luz.../ Palpita na voz dos mestres/ A doce voz de JESUS!/ Firmes, então, na porfia,/ P’ra obterdes o saber,/ Provai ser nobres e fortes,/ Cumprindo o vosso dever!”³³. Os próprios versos declamados durante a instalação da Liga demonstram sua posição: “Brasileiros, meus amigos/ Pelo amor de Jesus/ Aos pobres analfabetos/ Daí um punhado de luz”³⁴.

Cosme fundou a Liga na sede do Grêmio Literário da Bahia, na Rua Chile, junto com confrades políticos, professores e poetas como Álvaro Cova, Bráulio Xavier, Custódio Teixeira, Adolfo Sanches e Antônio Fragoso. Por anos, ela funcionou precariamente em locais como um escritório emprestado no Edifício Bráulio Xavier, no Centro, e o corredor da Igreja de São Domingos de Gusmão, onde o rábula manteve seu “gabinete” improvisado no final de sua vida. Mesmo sem fundos e sede própria, a entidade só teve as atividades suspensas gradualmente na década de 1970, após a morte do Major³⁵. Três anos após seu falecimento, em 1975, 14 escolas primárias de Salvador ainda eram vinculadas à Liga. Suas atividades encerraram-se entre 1976 e 1977, porque o Movimento Brasileiro pela Alfabetização (Mobral) e outros programas governamentais teriam se sobreposto a ela³⁶. A finalização das ações contrariou um dos últimos desejos do político esboçado no texto *Minhas Últimas Vontades*³⁷:

“Rogo aos distintos confrades da Liga Bahiana contra o Analfabetismo, especialmente ao professor Valdir Oliveira, tenente Arthur Brandão de Barros, Claudionor Ribeiro Sanches, Antonio Fernandes Pinto, Capitão Bernardo Assis, professor Demosthenes do Bonfim Alves e Antônio Luiz de Oliveira Franco, que, não deixem, absolutamente, a instituição desaparecer, porque será isto uma tristeza e vergonha para a Bahia”.

De acordo com o jornal *A Tarde* e a revista *Realidade*³⁸, a LBA manteve cerca de 200 escolas públicas de ensino primário, implementou medidas que propiciaram a alfabetização de mais de 10 mil pessoas e editou cerca de 2 milhões de cartilhas, até 1972. Pode ter havido falhas nas estimativas da imprensa quanto aos resultados – o *Jornal da Bahia*³⁹ cita a emissão de 20 mil *Cartas* por ano e de 2 mil escolas -, mas o trabalho da instituição frutificou, de fato. Dentre as unidades criadas ou mantidas pela entidade, estão a Escola São Roque (da Federação), Cosme de Farias (do Centro de Salvador), Joviniano dos Passos e Antônio Viana⁴⁰. Em geral, a Liga incentivava a alfabetização de pessoas por professores leigos, em casa mesmo, e a criação de escolas através de iniciativas de juizes, pretores, promotores, delegados, vigários, pastores, espíritas, membro de sociedades beneficentes, esportistas, vereadores, prefeitos,

advogados, médicos, comerciantes e donas-de-casa, oferecendo como contrapartida o apoio às atividades e cartilhas⁴¹. Os fundadores de unidades de ensino primário recebiam o título de delegados da entidade.

Desta forma, as ações se multiplicaram, inclusive, ao interior do Estado. Em 1939, por exemplo, o capitão Wanderlino de S. Nogueira⁴² foi escolhido por Cosme de Farias para ser delegado geral da Liga em “Camassary, Matta de São João, Catú, Pojuca e Alagoinhas”, com a atribuição de intensificar a campanha do ABC na área, através de conferências, da fundação de pequenas escolas e da instalação de “núcleos de combate à ignorância” com participação de pessoas do local inclusive “senhoras e senhorinhas”. O jornal *A Tarde* publicou notícia que comprova a incursão fora da capital e os mecanismos de expansão das unidades adotados pela organização. O texto está em fac-simile:

“O Major Cosme de Farias, presidente da Liga Baiana contra o Analfabetismo, nomeou o sr. Arlindo Andrade, para exercer funções desta patriótica e humanitária instituição em todo o município de Itarantim, sendo conferida a incumbência de incrementar por ali a meritória jornada pelo desenvolvimento de Instrução Primária, principalmente entre crianças pobres. A diretoria da Liga, confiante nos seus sentimentos cívicos e na sua boa vontade, espera que a sua atuação por aquelas plagas seja muito eficiente”⁴³.

As parcerias para a inauguração de novas salas de aula eram firmadas independente de ideologia política ou religião. O Major recebeu até mesmo o apoio de integralistas, através da difusão da campanha que o jornal da Ação Integralista Brasileira (AIB), *O Imparcial*, com a alcunha de “Jornada da Luz”, e do incentivo aos militantes camisas-verdes de cooperarem com a Liga⁴⁴. Três fatores devem ter influenciado na adesão: a afinidade entre os referenciais patrióticos da iniciativa e os da AIB; a possibilidade de participação dos camisas-verdes nas manifestações promovidas pela LBA contra o analfabetismo, vislumbrando a divulgação dos ideais integralistas, inclusive durante os períodos em que a Ação era perseguida pelo governo de Getúlio Vargas; e a empatia gerada a partir da atuação de Cosme de Farias como jornalista neste mesmo veículo. Não há constatação, entretanto, de qualquer aproximação político-partidária entre Cosme e os camisas-verdes. O chefe integralista da Bahia, J. Araújo Lima, publicou n’*O Imparcial*, em 1936, artigo sobre educação exaltando o trabalho do rábula, mas explicando o distanciamento entre eles⁴⁵:

*“Si cada unidade da Federação tomasse a si a incumbência sincera de agir nesse campo, fazendo o governo o que lhe compete e o povo também, mais cedo conquistariamos a Victoria.
Há na Bahia, um louco, dessa loucura bendita de amor ao próximo. É o Major Cosme de Farias. Não nos ligam os laços de campanhas políticas*

nem entretanto relações. Admiro, entretanto, esse humilde batalhador das causas justas que não se sente bem quando sabe que alguém soffre. (...) Solidários com o Major Cosme de Farias muito poderíamos fazer, nós integralistas, pela alphabetização dos bahianos. Não pediríamos para isso que nos auxiliassem as autoridades do interior do Estado, mas apenas que não nos creassem embaraços, fechando as escolas que vamos abrindo com esforço (...)”.

Além do estímulo à criação de unidades de ensino primário e da inauguração e manutenção de escolas a partir de parcerias com governos e sociedade civil, as principais ações da instituição eram a publicação e oferta gratuita da *Carta do ABC*, a distribuição de material escolar (lápis, borracha, régua, às vezes do livro *A Ciência do Bom Homem Ricardo*⁴⁶, de autoria de Benjamin Franklin) diretamente aos analfabetos ou a pessoas que se dispunham a utilizar o recurso para ensinar as primeiras letras a um vizinho ou amigo. A entidade realizou ainda a campanha pela uniformização do livro didático para melhoria da qualidade de ensino⁴⁷ e apoiou o Mobral. Quando o Mobral estava sendo lançado no país, o então ministro Jarbas Passarinho pediu, por telegrama, a colaboração do rábula, que obviamente se posicionou favorável ao trabalho. Aos amigos, teria dito: “Oxente, então eu ia ser contra? Não estou fazendo isso desde esse Passarinho nascer?!”⁴⁸.

Pioneira no Estado, a Liga coleciona vários méritos em sua trajetória⁴⁹. Ela foi responsável pela inauguração da primeira escola pública destinada à educação de adultos e sensibilizou a diretoria do Colégio Ipiranga – uma das instituições de ensino privadas mais famosas da capital – para acolher gratuitamente analfabetos e ensiná-los a leitura e escrita. Em 1937, por exemplo, promoveu comício pela erradicação do analfabetismo, na Capelinha de São Caetano, em Salvador, e inaugurou a Escola Livino de Amorim, em homenagem ao professor homônimo que ensinou por 30 anos. Na época, a unidade tinha 35 crianças matriculadas.

Como secretário da entidade, Cosme⁵⁰ buscou que as autoridades do município de Cachoeira adquirissem a casa onde nasceu o jurista Teixeira de Freitas, com auxílio da população local, para transformá-la em uma escola; e incentivou que o Estado propiciasse o ensino primário na penitenciária, para que os presidiários tivessem em vida condições de refazer sua vida após o cumprimento da pena. Já como presidente da Liga, em 1938, Cosme apelou a 95 prefeitos municipais que instalassem escolas primárias para crianças de baixa renda, onde não houvesse instituição oficial de ensino; em 1940, requisitou ao então secretário de Educação do Estado, Isaías Alves, que implantasse grupos escolares nos municípios carentes; e em 1941 começou uma campanha para que o governo estadual comprasse a casa onde nasceu o governador J. J. Seabra, em uma antiga roça na Rua do Uruguai, em Salvador, para instalação de

um grupo escolar com seu nome. Um ano depois, distribuiu 5 mil cartilhas com o Hino Nacional⁵¹.

As atividades eram mantidas com recursos do próprio Cosme de Farias, patrocínios (como o de Tofik Habib, proprietário da firma "A Boneca") e doações. Além de escrever folhetos com poesias e enviá-los a conhecidos, em troca de contribuição financeira, o Major recolhia donativos em festas e chegou a tomar empréstimo para sustentar as ações⁵². Em agosto de 1942, por exemplo, lançou na Associação Baiana de Imprensa a “campanha tostão”, com o objetivo de arrecadar verba para a criação de dez mil escolas no país⁵³, meta que nunca foi alcançada.

Em 1967, ainda sob efeito da derrota na eleição para deputado estadual, o Major disse que quase nunca havia contado com ajuda governamental. Somente nas gestões dos governadores José Joaquim Seabra e Antônio Moniz de Aragão, na Primeira República, teria recebido verba pública para desenvolver ações no Estado⁵⁴. Ele afirmou em entrevista sobre a cooperação do então governador Antônio Lomanto Júnior: “Lomanto nunca me deu nada, só faz dizer quando encontra comigo: ‘Como vai o velho patriota?’”⁵⁵. A historiadora Consuelo Pondé de Sena, em *Cosme de Farias e a Liga Baiana*, informa que concedeu-lhe “todo apoio o governador José Joaquim Seabra tendo-se iniciado de imediato os trabalhos para a construção de escolas nos bairros proletários e distribuição gratuita de materiais escolares aos pobres”⁵⁶. Entretanto, a seção da Câmara Municipal de Salvador do Diário Oficial anunciava o repasse de subsídio pela Prefeitura para a Liga, que, em 1951, por exemplo, foi de \$ 5.000,00 (dos \$ 2.238.000,00 destinados a organizações sociais naquele ano)⁵⁷.

Ainda na educação, o rábula teve participação ativa no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, fundado em 20 de outubro de 1872, para amenizar o drama sócio-econômico pós-abolição na cidade. Com didática calcada na relação entre o mestre e o aprendiz, a organização promovia cursos de capacitação e qualificação de mão-de-obra, em áreas como marcenaria e tipografia, e propiciava debates e exposições, o que teria originado inclusive as discussões para implantação da Escola de Belas Artes (hoje anexada à Universidade Federal da Bahia)⁵⁸.

Com sede no Paço do Saldanha, no Centro, o Liceu recebia ajuda financeira do Major e, por vezes, presenteava os melhores alunos de cada ano⁵⁹. Há notícia⁶⁰ sobre o chamado Prêmio Cosme de Farias de 1919, quando Agostinho Alves de Almeida foi laureado e recebeu abotoaduras pelo seu desempenho. Pelo trabalho, ele foi eleito e reeleito presidente da entidade, na década de 1910⁶¹. Quando deputado estadual, defendeu os interesses do Liceu, solici-

tando subvenção do governo da Bahia⁶². Apesar de ser privada, a instituição mantinha relações com os governos e, em determinadas fases, demonstrou sua fidelidade a governadores como J. J. Seabra, a quem prestou homenagens no final da sua primeira gestão em 1916.

No segmento da educação, Cosme de Farias preferiu atirar-se na luta, combatendo a ignorância principalmente com ações assistencialistas e a mobilização popular, a despeito da obrigação do poder público em fazê-lo. Em algumas fases, a Liga parecia reduzir-se ao próprio Cosme. Ele redigia a cartilha, providenciava a verba para custear a impressão, fazia a distribuição e saía para encontros corpo a corpo com a população, visando conquistar adesões de voluntários para inserir analfabetos no mundo das letras. Assim como no campo da justiça, buscou abater uma chaga nacional com o que estava ao seu alcance, ainda que a causa tivesse raízes profundas e dependesse de uma aliança sistemática da sociedade civil com o governo para ter solução definitiva. Talvez, esta apropriação da causa por ele e a falta de parceiros que verdadeiramente fizessem o mesmo tenham sido determinantes para a suspensão das atividades, após sua morte.

2.3 – Contra carestia

Enquanto seu trabalho social ainda estava em fase embrionária, com a prestação de assistência jurídica gratuita e a campanha contra o analfabetismo, por exemplo, Cosme de Farias já se envolvia com o movimento de trabalhadores por melhores condições de vida. O primeiro registro dele nesta frente é de 1901, quando o Centro Operário da Bahia (COB) se reuniu para discutir o desemprego e o Major se pronunciou acerca da temática, mas resguardou o governador Severino Vieira (1900-1904)⁶³. Entidade baiana do gênero de maior influência na Primeira República, o COB priorizava ações pela instrução do operariado, oferecia auxílio material aos seus filiados e reivindicava melhoria das condições de trabalho, mas obedecendo aos limites da lei. Sobre o assunto, Mário Augusto da S. Santos, em *A República do Povo – Sobrevivência e Tensão*, afirma:

*“Ao contrário das mutuais, o Centro, além de amparar materialmente seus filiados, propunha-se a reivindicar em nome do operariado contra abusos de toda ordem, dentro dos limites institucionais. Por isso mesmo, ele estaria fadado a nada mais ser do que um núcleo de arregimentação de adeptos do jogo oligárquico”*⁶⁴.

A história evidencia tal posicionamento. O Centro foi criado em 1894 como uma espécie de sucessor do Partido Operário. Fundada em julho de 1890, por personalidades como Manuel Querino, a legenda operária reunia artesãos, operários e industriais sob o lema “Or-

dem, firmeza e trabalho”. Como estratégia para alcançar os objetivos de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores através do acesso à educação, de melhores salários e da política fiscal de desoneração do consumidor, o Partido pregava inicialmente a eleição de representantes próprios para órgãos parlamentares, visando o combate ao regime que beneficiava a um grupo específico. Sob pressão de grupos dominantes e os efeitos da divisão em grupos do operariado, ele não elegeu nenhum dos seus candidatos na estréia em pleitos e, depois disto, ainda tentou desvincular-se de candidaturas específicas, porém acabou sendo extinto. Assim, deu espaço para a criação do Centro Operário⁶⁵. A nova entidade surgiu por iniciativa do parlamentar governista Antônio Bahia da Silva Araújo, com apoio de remanescentes da legenda.

Por sua estreita ligação com o poder instituído até os anos 1930, o COB ganhou o rótulo de pelego. Para a oligarquia, a relação era benéfica porque evitava a eclosão de um movimento oposicionista autônomo. Já em 1895, o governador Rodrigues Lima participou do lançamento oficial da entidade. Ao longo dos anos, ela obteve empréstimos e subvenção anual, graças à intervenção de autoridades políticas, ofereceu apoio a candidatos governistas, manteve relações com governadores como Severino Vieira e José Marcelino (1904-1908), e até teve nomes de seus líderes incorporados a chapas da situação em períodos eleitorais. Após breve aproximação da oposição em 1919 e da derrota nas eleições municipais, voltou ao seio do governo. Acomodou-se tanto ao seabrismo quanto ao calmonismo, correntes políticas lideradas pelos governadores José Joaquim Seabra e Góes Calmon, respectivamente, deflagradas na República Velha, mas com influência no Estado até meado do século passado. Mário Augusto da S. Santos explora o assunto:

“Durante o domínio seabrista, manifestou-se claramente o controle oligárquico sobre esta organização. O relacionamento entre o seabrismo e o Centro não abalou nem mesmo em face do movimento do Comitê Popular contra a Carestia de Vida: quando este começou a mostrar-se mais radical, fecharam-se-lhe as portas do Centro, onde inicialmente se faziam as reuniões. Em 1916, ao término do primeiro mandato no Executivo, Seabra foi alvo de homenagens da entidade (...) Assim como acomodara o seabrismo, o Centro amoldou igualmente ao calmonismo. Em 1924, Góes Calmon – um dos muitos governadores que colaboraram com Artur Bernardes no combate ao tenentismo – obteve apoio da organização operária para a formação de um batalhão patriótico, para a ‘defesa da legalidade’”⁶⁶.

A postura pacificadora e a priorização da educação dos trabalhadores, em consonância com o comportamento e os objetivos particulares de Cosme de Farias, podem justificar a a-

proximação e o duradouro vínculo do Major com o Centro Operário da Bahia. A sua afeição pelo líder J.J. Seabra também pode ter surgido em decorrência de sua participação na entidade, mas não foi possível comprovar se o primeiro contato entre os dois ocorreu através do Centro. Como presidente da Assembléia Geral da instituição, em 19 de março de 1916, o rábula dirigiu uma sessão em homenagem a Seabra - que concluía sua primeira gestão (1912-1916) - e, assim, justificou o tributo, conforme notícia do jornal *Gazeta do Povo*:

“um homem que por todos os títulos tinha feito jus a estima da classe operária, ele que sempre foi amigo do povo como nenhum outro, ele que pela primeira vez nesta terra tinha feito respeitar a vontade do operariado reconhecendo - deputado a ele orador, que fora verdadeiramente eleito. Que ainda, quando se expulsou daquela casa o fundador benemérito (Domingos Silva), os drs. José Joaquim Seabra e Álvaro Cova (então delegado) tomaram o compromisso formal de reconciliar o elemento operário (...) por isso, ninguém visse nessa outra homenagem uma bajulação; ela era filha da gratidão do pobre, da gratidão do homem que vive do seu trabalho honesto, porque o dr. José Joaquim Seabra, benemérito governador do Estado, dentre os puros e honestos, poderia colocar-se em primeiro lugar: ninguém na Bahia ultrapassou-o em honradez santa a do baiano duas vezes ministro e governador, mas sempre de mãos limpas e unhas curtas”⁶⁷.

No ano seguinte, em 1917, chegou a recepcionar os então deputados federais Seabra e tenente Mario Hermes da Fonseca na sede da instituição, então localizada no Maciel de Baixo⁶⁸. Sócios-beneméritos do Centro Operário, eles foram agradecer o apoio recebido da organização e, após discursos aplaudidos pelo público e visita às instalações, beberam champagne. Antes, na campanha de 1911, o rábula até discursou em praça pública em favor de Seabra, candidato a governador vitorioso⁶⁹.

Dono de um estilo mediador na defesa de causas sociais, junto a quem detinha o poder, o Major conquistou credibilidade entre os trabalhadores, mantendo contato direto com diversas categorias, mesmo sem ser operário ou artesão e pertencendo ao que poderia chamar de intelectualidade. Consolidou-se como um dos oradores com maior capacidade de mobilização popular, da sua época. Em 1907, envolveu-se na greve dos operários da fábrica de cigarros Martins Fernandes & Cia - uma das quatro manifestações ocorridas naquele ano em Salvador -, mediou a negociação entre patrões e empregados e, em reconhecimento pelo resultado positivo, até foi alçado pelo grupo operário como candidato a uma vaga no Conselho Municipal, mas foi derrotado⁷⁰. Em fevereiro de 1909, novamente mediou a relação entre trabalhadores e proprietários da Companhia União Fabril, estabelecimento ameaçado de depredação e que

enfrentava protesto pelo fechamento das unidades fabris e pela conseqüente geração de desemprego.

A moderação de Cosme de Farias sobressaiu-se a partir de 1913, quando ele foi eleito por aclamação como presidente do Comitê Popular Contra a Carestia de Vida⁷¹. Embora tenha registrado momentos de combate nas ruas com ‘fecha-fechas’ de casas comerciais e ‘quebra-quebras’ no Centro, o movimento foi dominado principalmente pela linha comedida adotada pela facção ligada a Cosme. De início, em 1913, evitou a acusação direta ao governador Seabra, tática evidenciada com a atribuição do aumento dos preços à política fiscal da União⁷². Depois, passou a atribuir responsabilidade a ele e aos comerciantes, a quem chamava de “exploradores do povo”, mas, neste cenário, Cosme e outros militantes (como Gomes Vinhas, Antinas Sento-Sé, Miguel Paranhos, Artur Soares da Silva) também se destacaram pregando sempre a prudência e o respeito à lei. O lema do Major era “União, prudência, critério e perseverança”. Em contraposição, estava um grupo mais exaltado, que tinha como expoentes nomes como o alfaiate Cipriano Luis de Melo, o operário Paulo José Reis, o pintor Alexandre Borges de Barros e o professor José Maria de Bittencourt.

A década de 1910 foi marcada pela mobilização contra o custo de vida desencadeado pelo quadro econômico do país, pela redução do poder aquisitivo devido à incompatibilidade dos valores salariais com os preços em geral, e pelas dificuldades de abastecimento em decorrência da Primeira Guerra Mundial. Os manifestantes priorizavam a baixa dos preços de alimentos, mas também pleiteavam redução nos valores cobrados por aluguel e transportes.

Assim como em toda Primeira República, a economia baiana⁷³ adotava o modelo agro-exportador. Mantinha-se o sistema de compra antecipada de safras, com pagamento em dinheiro e em artefatos utilizados na agricultura como enxadas e foices; a indústria restringia-se principalmente à produção de alguns tipos de tecidos (os finos eram importados), açúcar e derivados; nove dos onze principais itens exportados pela Bahia eram primários, com baixo valor agregado; os produtos manufaturados em geral vinha de fora do Estado; e os estrangeiros (alemães, ingleses, franceses etc.) dominavam o comércio exterior. Com a Guerra, as empresas alemãs ou ligadas àquele povo deixaram de operar no Estado, em decorrência do posicionamento do Brasil em apoio à Inglaterra, França e Estados Unidos, em detrimento da Alemanha e Áustria. Apesar dos brasileiros serem maioria no comércio interno, inicialmente havia uma subordinação aos exportadores, porque os produtos manufaturados vinham quase sempre do exterior, e a precariedade das vias de transporte e comunicação atrapalhavam as incursões no interior do Estado.

Já no início da década, em 19 de outubro de 1911, o rábula atuou em passeata e comício, seguido da entrega de pedido de intervenção da Intendência contra a carestia⁷⁴. Mas as manifestações mais intensas ocorreram entre março e abril de 1913⁷⁵, pela queda dos preços e em protesto contra a destruição de casas pelo serviço de Higiene Pública, sem a construção de imóveis substitutos. Entre as ações dos manifestantes, incluía-se a organização de comícios e passeatas, além da mobilização de empresários, parlamentares e líderes do poder executivo municipal e estadual através de documentos entregues diretamente ou publicados pela imprensa. As atividades eram dirigidas principalmente a artistas, operários, empregados dos bondes, carregadores de trapiches, saveiristas, vendedores de frutas, pão e carne, carroceiros, carvoeiros, marinheiros, remadores, praças do Exército, Regimento Policial e Corpo de Bombeiros, guardas civis e municipais, funcionários públicos, caixeiros e até comerciantes que não estavam entre os “exploradores”. Em *A República do Povo – sobrevivência e tensão*, Mário Augusto Santos sintetiza este momento histórico⁷⁶:

“Chegou-se a algumas propostas para solucionar a carestia geral: um projeto de construção de casas proletárias; redução das tarifas das ferrovias, das companhias de navegação costeira e do São Francisco; isenção de taxas municipais para os vendedores de gêneros vindos de localidades vizinhas. Dirigiram-se ofícios à Linha Circular e ao secretário Geral do Estado a respeito do preço de transportes urbanos e interurbanos. Criticou-se a derrubada de casas pela Higiene Pública e foi solicitado que não se continuasse a operação enquanto outras não fossem concluídas. (...) De 3 a 16 de março realizaram-se comícios em vários pontos da cidade, logradouros centrais para onde afluía a população trabalhadora, ou áreas residenciais populares (Garcia e Baixa da Soledade). O movimento de rua culminou em um ‘comício mostro’ na Calçada (zona residencial popular, comercial e onde se localizava o terminal ferroviário). Depois do comício, formou-se uma passeata rumo ao Palácio do Governo, levando-se cartazes onde se lia: ‘O povo tem fome’ e ‘Abaixo a exploração’. Recebidos pelo governador, os manifestantes entregaram uma mensagem, na qual se analisavam as causas do encarecimento dos gêneros e se indicavam medidas a tomar. Depois, o Comitê passou a agir em reuniões no Centro Operário e, em seguida, no Montepio dos Artistas. Só voltou à rua no dia 20 de abril, quando Cosme de Farias leu um manifesto do Comitê Popular ao País, que narrava o movimento, as esperanças iniciais e as decepções finais diante de promessas não cumpridas pelo Governo”.

Após esta fase aguda e combativa, o Comitê Popular adotou estratégias diferenciadas⁷⁷, quando chegou a ter uma comissão com atuação junto ao Conselho Municipal e a negociar com o líder da bancada seabrista na Câmara Federal, Mário Hermes, a inserção da carestia entre os temas prioritários dos parlamentares. A coexistência de facções diversas enfraqueceu o Comitê e uma fase de apatia foi desencadeada ainda em 1913, após exoneração dos mais

exaltados da direção do grupo, a repressão policial e o repúdio do Centro Operário às ações exasperadas. No final deste ano, na raia do movimento contra carestia, Cosme de Farias e outros membros do Comitê, engajaram-se na campanha da Liga Popular Pró-Rui Barbosa, recomendando a candidatura do jurista baiano para a presidência da República. Depois de apoiar a candidatura do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca contra a Campanha Civilista liderada por Rui em 1910, Seabra acabou aderindo ao nome do conterrâneo em 1913, no único e curto período de entendimento entre ambos na história política do Brasil⁷⁸.

Os ânimos acalmaram-se. O movimento organizado permaneceu arrefecido até 1917, apesar da ocorrência neste íterim de ações pontuais e/ou individuais, sobretudo contra comerciantes varejistas. Registrou-se, neste lapso, inclusive a imposição da retomada de preços antigos e a aquisição de mercadorias por manifestantes, sem pagamento, porque se desconfiava que os negociantes estavam fazendo especulação. Os protestos ocorriam mais por receio dos efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) do que por aumento real dos preços. Surgiu, então, a Comissão Popular, coordenada por Cosme e Targino de Matos, que apenas enviou petições ao intendente e ao governador. De novo, inicialmente o grupo resguardou as autoridades, mas, depois, passou a atacar os governantes e comerciantes, ocorrendo a divisão entre moderados e exaltados. Em 1914, o Major elegeu-se como deputado estadual pelo Partido Democrata, que tinha entre os seus expoentes o governador Seabra. Portanto, galgou o seu primeiro mandato político, integrando a bancada situacionista.

Com a economia estagnada e a redução do poder de compra da população, motivada também por novos aumentos de preços, Salvador voltou a viver dias de intensa mobilização contra a carestia protagonizada principalmente por trabalhadores braçais e manuais em 1917, ano em que greves de várias categorias eclodiram no país. Em julho, o custo do pão tornou-se alvo dos manifestantes, que solicitaram ao Conselho Municipal a extinção dos intermediários entre a padaria e o consumidor final, e clamaram por medidas ao governador seabrista Antônio Moniz. Foram realizados comícios e passeatas, onde se discutia a majoração dos preços e se criticava a administração pública. Houve tiroteio, quebra-quebra, suspensão das atividades do comércio em algumas localidades e até mortes, durante as manifestações de agosto. A polícia e o Exército intervieram, evocaram a ordem e efetuaram prisões. Em 9 de agosto, a polícia proibiu novos comícios.

Diante da repressão, as atividades se tornaram escassas e, em 1918, o Major presidiu sessão no Centro Operário, quando foi definido o pedido de intervenção do governador Antônio Ferrão Moniz de Aragão junto ao Comissariado da Alimentação. Em 1919, enquanto de-

flagraram-se greves de várias categorias profissionais em Salvador e no resto do país, ainda houve uma série de ações, embora sem a organização de outrora. Entre os exemplos, estão a incineração de carne, a ameaça a abatedores e seus empregados e familiares, a depredação de bonde e a suspensão do funcionamento de casas comerciais em decorrência dos protestos.

Verificou-se, em seguida, um novo período com apenas manifestações pontuais e espontâneas contra a carestia. Em 1927, a super-lotação dos bondes ocasionou tentativa de incêndio e agressão a um policial. Ainda em 1927 e em 1928, o aumento do preço da carne verde desencadeou uma série de comícios e manifestações junto ao intendente municipal e ao governador Góes Calmon, inclusive patrocinados pelo jornal *A Noite*. O veículo era dirigido pelo Major, que vinha de uma sucessão de derrotas eleitorais e concorria ao cargo de deputado estadual em oposição ao calmonismo, mas terminou desistindo da candidatura⁷⁹. Entre 1915 e 1923, Cosme de Farias foi deputado, porém perdeu todas os pleitos posteriores. Em seu livro, Mário Augusto Santos afirma:

“Ao findar o ano de 1928, a alta pronunciada da carne verde levou o jornal oposicionista A Noite a promover comícios. O primeiro deveria realizar-se na praça do Mercado Modelo, mas por imposição do Chefe de Polícia fez-se no Terreiro, no dia 4 de dezembro. Nos dias seguintes, houve mais dois e, em todos, falou o Major Cosme de Farias, diretor da folha e candidato a deputado estadual. Dos comícios resultou uma comissão encarregada de declarar perante o Intendente que o ‘proletariado’ não aceitaria o rebaixamento irrisório de 2.000 para 1.900 réis por quilo, concedido após conferência entre o Executivo Municipal e representante da Sociedade Defensora dos Pobres. Mas, segundo respondeu a autoridade, não havia força legal que obrigasse os abatedores a cederem. Finalmente, os comícios foram proibidos pela polícia”⁸⁰.

Novamente, houve o abrandamento das ações até que, em 1930, recomeçaram as investidas contra o sistema de transportes e energia, culminando com a mobilização Quebrabondes⁸¹. A Companhia Linha Circular de Carris Urbanos e a Energia Elétrica da Bahia, subsidiárias da Eletric Bond and Share Company, no início do ano, elevaram as tarifas por energia e os preços das passagens dos bondes, do Elevador Lacerda e dos planos inclinados Gonçalves e do Pilar, com a promessa de incrementar a oferta de veículos que faziam a ligação entre as cidades alta e baixa. Entretanto, descumpriu o acordo, o que gerou insatisfação e desencadeou a depredação do patrimônio das empresas.

Na noite de 4 de outubro, um grupo provocou um prejuízo à organização estrangeira estimado em 20.000 contos de réis ao destruir 83 bondes (2/3 do total), oficinas e edifícios e obstruir linhas pela cidade, utilizando como pretexto o uso desrespeitoso da Bandeira Nacio-

nal como tapume nas obras do Plano Inclinado Gonçalves. A real motivação, entretanto, possivelmente era a insatisfação com a majoração e os serviços. A recém-construída sede do jornal *A Tarde*, então localizada no Centro, também foi atacada em retaliação ao apoio do periódico à Circular. Parte do maquinário, importado do exterior, foi danificado. Os prédios da Prefeitura Municipal e da Chefia de Polícia sofreram apedrejamento.

Foram cerca de seis horas de convulsão. Com a dispersão da multidão por vários pontos da cidade, a Polícia Militar conseguiu reprimir o grupo, mas não evitou o registro de quatro mortes e vários ferimentos. A “Revolução de 1930” crescia em estados como o Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, mas não há comprovação de que os protestantes tenham ligação com os “revolucionários” e, até hoje, seus líderes não são conhecidos. Somente no dia 5 de outubro, um dia depois, o movimento nacional alcançou oficialmente o Estado, com a nomeação do general Santa Cruz Pereira de Abreu como responsável pela execução do estado de sítio na Bahia.

Depois de longo período de arrefecimento, o alto custo de vida e o combate à carestia voltaram à agenda da cidade. Em 1951, foi criada a Liga Popular Contra a Carestia. Cosme, então, retomou suas ações neste segmento. O então vereador discursou na Câmara sobre o tema⁸² quando ocorriam protestos de trabalhadores em jornais e locais públicos contra a majoração dos preços de alimentos e transporte coletivo, havia o clamor popular pelo reajuste de salários, na Bahia e no resto do país, e havia a ameaça de aumento dos impostos municipais pelo prefeito Hélio Machado.

Em 1963, por exemplo, ele sub-escreveu requerimento do vereador Ebert de Castro para que a Câmara Municipal de Salvador encaminhasse pedido ao presidente João Goulart, para evitar que os gêneros alimentícios de primeira necessidade fossem “diariamente majorados”, o que estava “causando desespero e fome” entre os assalariados e facilitando a geração de fortunas por “negociantes inescrupulosos”⁸³. Em plenário, criticou “a alta vertiginosa do custo de vida”, concluindo ser imprescindível solicitar providências das autoridades para conter a “desenfreada exploração de que é vítima o povo baiano”⁸⁴. Naquele momento, o país estava assolado por uma série de protestos como aumentos de combustíveis e outros produtos.

2.4 – Pelo trabalho digno e pela democracia

Ainda na defesa de trabalhadores, Cosme de Farias participou de outras entidades, ligadas ou não à sua atuação profissional, a exemplo das associações dos Funcionários Públicos da Bahia, Tipográfica da Bahia, Baiana de Imprensa (ABI) e dos Empregados no Comércio da

Bahia⁸⁵. Com as duas primeiras, tinha laços estreitos por trabalhar em jornais locais e na Imprensa Oficial, onde era servidor público estadual do ramo gráfico. A Associação dos Funcionários Públicos era uma organização classista, de defesa dos interesses de servidores de repartições do poder público. Já a Associação Tipográfica da Bahia, lançada em outubro de 1870 e inaugurada por 68 operários em abril de 1871, no Paço Municipal, era uma agremiação classista, beneficente, artística e de instrução (tinha aulas especialmente de português, matemática, e corte e costura), com associados brasileiros e estrangeiros de atuação no ramo gráfico e da imprensa, a exemplo do sócio honorário Ruy Barbosa⁸⁶.

Sua relação com a ABI⁸⁷ decorreu do exercício do jornalismo em cerca de uma dezena de veículos da imprensa local. Desta instituição, foi membro-fundador em 1930, sendo o 14º sócio inscrito oficialmente, e membro do comitê fiscal e de rendas por seguidas gestões. Era atuante e até propôs aos sócios a criação da bandeira da Associação⁸⁸. A idéia foi rechaçada e, em seu lugar, foi instituído um escudo, mais funcional e que serviria inclusive para a autenticação de documentos. Quando preso, só foi libertado após interferência desta Associação, conforme cita o capítulo anterior.

Por iniciativa do farmacêutico e assíduo colaborador de jornais Tales de Freitas, 73 jornalistas - entre os quais Cosme de Farias - reuniram-se em 17 de agosto de 1930, na sede da Associação Tipográfica da Bahia, e criaram a entidade. Neste dia, também foi eleita a primeira diretoria, tendo como presidente o próprio Tales de Freitas, e foi determinado o 10 de setembro como Dia do Jornalista, em uma referência à data do início da circulação do primeiro periódico editado no Brasil – a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Em várias ocasiões, a ABI recebeu auxílio financeiro da Prefeitura, com aprovação da Câmara de Vereadores, inclusive durante as gestões parlamentares do Major. O mesmo benefício foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, instituição que em 1961 chegou a quitar as dívidas de aluguel da Associação. Também em 1961, depois da direção da Associação requerer isenção de taxas municipais e imposto predial junto ao prefeito Heitor Dias, o rúbula apresentou projeto de lei à Câmara Municipal para isentar a entidade do pagamento dos tributos municipais relativos à sua sede, na Praça da Sé.

O Major esteve filiado também à Associação dos Empregados do Comércio da Bahia, apesar de só haver notícias sobre sua relação com o comércio no que tange à sua parca experiência na adolescência como auxiliar nos negócios do pai e às manifestações contra a carestia. Ele se tornou sócio-benemérito da instituição em decorrência do vínculo firmado com seus associados, nos constantes debates promovidos na sede da organização, na Rua do Tira Cha-

péu, no Centro. Outras personalidades costumavam fazer visitas ao local, como os governadores José Joaquim Seabra e Juracy Magalhães, o deputado e depois senador Josaphat Marinho e o prefeito Heitor Dias⁸⁹. A entidade foi criada no primeiro quarto do século XX, para representação dos interesses da categoria nas relações do mercado, atuação beneficente, fomento cultural e profissionalização.

Envolvido nas ações pela melhoria das condições de trabalho, Cosme de Farias flertou até com o socialismo, mas não se pode classificá-lo como um socialista como se irá constatar posteriormente nesta dissertação. Em 1902, ele compôs a Comissão Executiva da Federação Socialista Baiana⁹⁰, que estava em formação em Salvador, ao lado de outros dois ativistas - os conselheiros de Salvador, Prediliano Pitta e Manuel Querino. O organismo não teve o desempenho esperado entre os trabalhadores, apesar da sua possível influência na criação de associações de classe (com denominação de sindicato ou união, sem a qualificação de beneficente e o caráter com ênfase mutualista) a partir da sanção da lei sindical de 1907.

Entre 1907 e 1908, o órgão reunia pelo menos oito associações profissionais⁹¹, porém tinha atuação restrita. Em 1913, por exemplo, apesar da intensa movimentação na cidade na luta contra a carestia, a Confederação Operária Brasileira – que contava com associações da Bahia – não organizou manifestações ligadas à causa. As entidades de resistência só se tornariam atuantes em Salvador em 1919, quando ocorreu uma greve geral. As reivindicações socialistas neste momento pareciam centradas na formulação pelo Estado de uma legislação protetora das relações de trabalho e na concessão de benefícios assistencialistas.

A Federação Socialista⁹² pode ter sido dissolvida ou substituída pela Federação Operária, responsável, em 1908, pela publicação do jornal *A Voz do Trabalhador*. Ela e muitos dos seus filiados participaram do Congresso Operário da Bahia de 1907, cujas diretrizes teriam se afastado dos princípios marxistas e anarquistas dos congressos nacionais Socialista de 1902 e Operário de 1906 respectivamente. Havia um distanciamento das lideranças locais dos confrades do Centro-Sul do país, situação que só começou a ser atenuada em 1919, por mediação do líder Agripino Nazareth⁹³, o editor do jornal *O Germinal*. No ano seguinte, 15 representantes de agremiações baianas e Nazaré participaram do Congresso Operário e inúmeras organizações de resistência, que haviam atuado em greves, foram reativadas.

Em 1925, foi fundado o Partido Socialista Brasileiro (PSB), com atuação também na Bahia, sob a liderança de Nazaré. O PSB, entretanto, tinha duvidosa penetração entre o operariado, em parte graças ao desempenho do Centro Operário da Bahia com suas atividades assistenciais. Não se encontrou registro da participação do Major na legenda. Nesta fase, após a

experiência como deputado estadual entre 1915 e 1923 e a militância no Centro e em outras frentes, ele já havia firmado laços com o seabrismo. Sobre ele, afirma Mário Augusto Santos:

“Do ‘socialismo’ de Cosme de Farias só há duas indicações: sua presença na Federação Socialista Baiana e uma citação de Magalhães Lima em 1917, o mesmo inspirador de Prediliano Pitta. Dizia Cosme na Assembléia Legislativa do Estado: ‘O capitalismo explora, e a guerra mata e aniquila. O operário encontra-se em frente deste dois inimigos; e ele, que representa o trabalho e a produção, combate os exploradores; e ele, que significa paz, amor e concórdia, detesta e odeia a guerra. Reivindicar para a coletividade os benefícios do trabalho e da paz – eis a aspiração do proletariado moderno. A essas aspirações chamamos nós de socialismo...’”⁹⁴.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Major se voltou para os movimentos populares de grande repercussão. Retomou, então, a sua postura parcimoniosa durante as campanhas patrióticas e antifascistas que se firmaram no Estado, sobretudo, após a morte de 600 brasileiros em bombardeios de submarinos alemães a navios mercantes. Organizações de vários centros urbanos, inclusive Salvador, exigiam do presidente Getúlio Vargas participação efetiva do país no conflito, ao lado dos aliados (Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética, França livre e China) e contra Alemanha, Itália e Japão. Em comícios e passeatas, oradores de grupos sociais diversos, incluindo o rábula, que falava “pelas camadas pobres da população”, suscitavam o civismo e condenavam o autoritarismo⁹⁵. O Brasil, finalmente, declarou guerra ao Eixo em 20 de agosto de 1942, mas somente no ano seguinte começaram as negociações para o ingresso brasileiro nas batalhas, sob pressão da população a favor da adesão. Em 2 de abril de 1943, houve manifestação política⁹⁶ pró-aliados, reunindo antigos juracisistas, autonomistas e estadonovistas, quando discursaram Cosme de Farias e outros. Consuelo Novais Sampaio, em *A Bahia na Segunda Guerra Mundial*, afirma:

“Estimulados por mecanismos diversos e submetidos aos meios de propaganda da época, os baianos foram-se aproximando do palco da guerra. Ninguém melhor para estabelecer essa aproximação que os estudantes. Possuíam o entusiasmo próprio da juventude e conhecimento suficiente para defender com ardor a causa que se desejava fosse defendida. Tornaram-se alvo preferido das autoridades. Mas estas pareciam haver esquecido que, atrás dos estudantes, estavam professores, médicos, advogados, engenheiros e outros profissionais de formação liberal, que abraçaram com entusiasmo a causa dos aliados. Entre muitos deram o melhor de si, em defesa da liberdade e da democracia, nas praças públicas ou nos jornais, lembramos: Nestor Duarte (...). Ainda merecem destaque Cosme de Farias, rábula a serviço dos pobres e fundador da Liga Baiana Contra o Analfabetismo, e Edite da Gama e Abreu, líder feminista e membro da Academia de Letras da Bahia (sic)”⁹⁷.

Somente em maio de 1944, cerca de 600 voluntários foram incorporados à Força Expedicionária Brasileira (FEB) para irem ao front. Em seguida, começou a ser efetuada a convocação compulsória. Neste momento, os baianos já viviam dias de grande aflição⁹⁸, abalados pelo aumento do custo de vida, racionamento da gasolina, “obrigações de guerra” (tributo compulsório baseado no imposto de renda) e “black out” parcial (medida preventiva adotada pelo governo, por temor de bombardeio à costa brasileira). O alívio só chegou em maio de 1945, com a “queda de Berlim” (principal reduto dos países do eixo), indício mais forte da proximidade do fim da Guerra.

O êxito da frente única contra o nazifascismo trouxe alento e provocou o reinício da luta pelo retorno do regime político republicano democrático representativo no Brasil. Liberais inimigos da ditadura varguista e esquerdistas⁹⁹, incluindo os do Partido Comunista Brasileiro, iniciaram um ciclo de pressão sobre o governo pela anistia para presos políticos, convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e elaboração de uma nova Constituição. Eles tinham divergências acerca das estratégias, mas os objetivos eram comuns. As manifestações multiplicaram-se pelo país e, em Salvador, um dos exemplos da mobilização foi a série de discursos proferidos no sepultamento do ex-governador J. J. Seabra, que meses antes de morrer declarou-se liberal-democrata e pregou a retomada da democracia em entrevista à imprensa. Cosme também era a favor da redemocratização do país, processo que seria concretizado a partir de 1945.

Mais tarde, o país viu-se de novo em meio a uma crise política, que culminou com a instalação de nova ditadura. Os militares chegaram ao poder em 31 de março de 1964, oficialmente. O velho Major, então, posicionou-se contrário ao regime democrático pós-golpe de 1964 e defendeu as eleições diretas para todos os cargos públicos, mas sempre com tom amistoso. Uma das manifestações mais evidentes do seu posicionamento foi o discurso que proferiu durante sua posse como deputado oposicionista¹⁰⁰:

“Se a generosa Princesa Isabel assinou a Lei Áurea e de cuja festa eu participei, com muita alegria, é porque já sentia que esse povo não pode ser escravo de ninguém. Vi cair o Império e nascer a República com Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant. (...) Tenho vivido todos os lances libertários da nossa Pátria e o comportamento democrático dos nossos militares que nunca demonstraram desejo de perpetuarem-se no poder, nem implantar ditaduras. Se a nossa Constituição afirma que todo o poder emana do povo é porque a ele deve ser dada a decisão do seu destino político, escolhendo os seus governantes, desde o Presidente ao prefeito de todos os municípios. Por duas eleições seguidas ficou o povo privado desta realidade democrática e a Constituição virou papel sem valor. (...) Não morrerei satisfeito se não vir o meu Brasil trilhando o caminho amplo do Direito e da

Democracia e o seu povo feliz. Quero ser o primeiro a depositar nas urnas em 74 o voto para escolher o meu governador”

A defesa pela democratização do país foi a derradeira causa do rábula, que, por sua atuação como assistencialista e militante de causas sociais e políticas, consolidou-se como uma das personalidades mais populares da Bahia, no século XX. Pode-se identificar algumas das características dele neste campo: apego às causas para melhoria da qualidade de vida de grupos sociais marginalizados, formados sobretudo por pessoas de baixa renda e crianças mas independente de cor, gênero, orientação sexual, história de vida (infratores recebiam tratamento idêntico ao conferido aos cidadãos sem antecedentes criminais) ou grau de instrução; atuação simultânea em frentes diversas pela defesa pública e gratuita de réus, pela educação, pelo combate à carestia, pela garantia de direitos básicos como alimentação, saúde e moradia, e por melhores salários e condições de trabalho.

Outras características são: alternância entre o assistencialismo, a fiscalização e a pressão das autoridades constituídas para instigar a mobilização e/ou minorar as implicações de uma distorção social, inclusive através do exercício do jornalismo e da eleição para vagas nos parlamentos estadual e municipal; carisma que favorecia ao exercício da liderança durante os movimentos; predominância do estilo moderado na mediação de processos conflituosos, mas com adoção de estratégias mais agressivas como protestos em logradouros públicos e greves, a depender da necessidade; e adoção da estratégia “os fins justificam os meios”, revelada, por exemplo, no envio de pedidos de favores até para políticos com postura ideológica contrária à sua (como o governador Antonio Carlos Magalhães), embora agisse lastreado por princípios morais evidenciados a partir da inobservância de quaisquer tentativas de obtenção de dividendos pessoais a partir destas suas relações.

Em seu discurso¹⁰¹ de posse na Assembléia Legislativa, em 17 de maio de 1971, pode-se interpretar a sua posição a respeito da justiça social:

“Tenho dedicado toda minha existência à causa dos pobres e dos que sofrem, mas a minha atenção especial tem sido para as crianças humildes de nossa terra a quem, se não posso dar fortuna, pelo menos tenho dado o calor de meu afeto e a solidariedade da minha pobreza. A todas elas, crianças e adultos, tenho procurado colocar nas mãos uma cartilha do ABC como instrumento maior da liberdade”.

Enfim, o Major era um homem de bandeiras: pela alfabetização, contra carestia etc. Suas ações atendiam ao interesse amplo da população. No material pesquisado, não foram loca-

lizados indicativos de que ele tenha tido participação em movimentos específicos. Não há indícios de sua atuação ativa de Cosme, por exemplo, no movimento organizado contra o preconceito de cor e pela igualdade no tratamento de negros e brancos, apesar da sua condição de mulato. Ele preferiu ações que propiciassem melhores dias para a população em geral, sobretudo através do acesso à educação de qualidade e do trabalho e da garantia de direitos básicos como a alimentação, o que conseqüentemente beneficiaria à maioria afrodescendente moradora de Salvador e à época discriminada diante da inexistência de políticas públicas reparadoras dos efeitos da escravidão por três séculos.

A análise dos dados dele permite inferir algumas possíveis justificativas para o seu investimento em ações voltadas para o bem-comum com tal envergadura e continuidade. Primeiro, seu passado de criança pobre, nascida no Subúrbio e mulata, convivendo com uma sociedade pontuada pela discriminação. Segundo, a influência de filantropos e idealistas com quem conviveu por força das suas atividades sociais, sua militância ou seu trabalho, como o jornalista Lelis Piedade – que desenvolvia trabalho social voltado para viúvas e órfãos – e o advogado socialista Agripino Nazareth. Terceiro, o contexto de convulsão social da Bahia e do país, com mobilizações de diversos segmentos geradas por fatores como a fragilidade da economia baseada no modelo agro-exportador, o regime político, as ditaduras, as guerras.

Cosme de Farias conviveu, negociou e, em certos momentos, cedeu à estrutura sócio-política, econômica e cultural vigente na Bahia e no Brasil, sobretudo durante o ápice do seu ativismo político entre as décadas de 1920 e 1930, quando ele se declarou adversário do governador Góes Calmon e posteriormente manteve-se em oposição aos interventores “pós-revolução de 1930”. Seu *modus operandi* moderado, com ações agressivas como as greves ou a manifestação do Quebra-bondes em momentos pontuais, foi determinado por esta conjuntura.

Neste período, era crescente no país a ingerência do estado sobre associações e sindicatos, política impressa principalmente na Era Vargas, através de medidas como a adoção de deputados classistas no legislativo estadual e a concessão de direitos trabalhistas; os líderes sindicais eram cooptados pelo governo – o próprio Agripino Nazareth, na década de 1930, tornou-se procurador do recém-criado Ministério do Trabalho, e o Centro Operário da Bahia aderiu ao calmonismo –; o país permaneceu em estado de sítio, limitando o direito de ir e vir das pessoas; e houve censura da livre expressão da opinião.

Na Bahia, houve aperfeiçoamento dos sistemas de medidas repressivas contra manifestantes, em especial a partir da gestão de Calmon, com o fortalecimento da polícia; instau-

rou-se o controle precoce das atividades sindicais, através da infiltração de agentes do governo dentro das instituições; coexistiram facções com orientações ideológicas diversas nas organizações, gerando uma intensa disputa interna; havia a cultura de seguimento de um chefe político; e havia a dificuldade dos militantes em fazer uma intervenção positiva direta no cotidiano das pessoas, já que não conseguiam compor maioria no legislativo para pressionar o governo ou eleger os governantes da oposição.

Os manifestantes baianos, inclusive o Major, agiam também sob forte pressão das oligarquias, divididas em facções mas com o objetivo comum de preservar a estrutura política e econômica que assegurava a alternância de poder entre os integrantes deste mesmo grupo e mantinha seu status social. Tal ambição pode ser comprovada com o resgate da aproximação após a “Revolução” de J. J. Seabra com Octavio Mangabeira, antes adversários.

Portanto, a postura do rábula resulta da sua experiência pessoal, da indignação com a ausência de garantia de direitos mínimos como alimentação, da repressão, das estratégias de cooptação, do cerceamento da liberdade de ir e vir e de expressão, da convivência com as oligarquias. Por esta ótica, pode-se compreender sua fidedigna ligação com J. J. Seabra, por mais que o estilo seabrista fosse diverso dos procedimentos de Cosme. O perfil centralizador do líder republicano e sua visão modernizadora da cidade, no entanto, serão discutidos posteriormente. Já a imbricada relação entre a popularidade, as atividades assistencialistas, a militância e a trajetória parlamentar do jornalista serão foco do próximo capítulo da dissertação.

¹ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. In: Revista Realidade. Abril de 1971, ano VI, nº 61. p. 129; A TARDE, 18 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de março de 1971.

² COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 124

³ TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 17 de março de 1972.

⁴ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos – Guia de ruas e mistérios**. Ilustrações de Carlos Bastos. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1977. p. 199

⁵ Pintor, decorador, designer, projetista, político, jornalista e escritor, Manuel Querino foi um negro autodidata que conquistou respeito através de suas pesquisas antropológicas sobre cultura e religião afrobrasileira. Estudou no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e, depois, na Academia de Belas Artes. Na Guerra do Paraguai, atuou como escritor do batalhão, graças à sua boa caligrafia. Abolicionista, participou da Sociedade Protetora dos Desvalidos, que comprava alforria de escravos. Ainda criou dois jornais e atuou na causa trabalhista, participando da criação do Partido Operário e da Liga Operária Baiana. Foi um dos primeiros socialistas da Bahia. Atuou como conselheiro municipal de Salvador. MARIANO, Agnes. **Galeria de Notáveis**. In: Memórias da Bahia. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002; e SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)**. Salvador, BA: Edufba, 2001.

-
- ⁶ TEIXEIRA, Cid. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.
- ⁷ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 02 de abril de 1971.
- ⁸ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 25 de dezembro de 1970.
- ⁹ CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. In: Memórias da Bahia. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002, p. 23
- ¹⁰ TORRES, Carlos. **Vultos, Fatos e Coisas da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950. p.189.
- ¹¹ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 124
- ¹² COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 129
- ¹³ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 16 de março de 1916.
- ¹⁴ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 30 de março de 1916.
- ¹⁵ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 1º de março de 1916; A TARDE. Salvador, edição de 15 de março de 1976; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador, edição de 07 de maio de 1959; CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. Op. cit. p. 18-20.
- ¹⁶ A TARDE. Salvador, edição de 15 de março de 1976.
- ¹⁷ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 124
- ¹⁸ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 02 de abril de 1965.
- ¹⁹ BARRETO, Luciana. **Vida à deriva – Jeito de Tratar Maluco**. In: Correio da Bahia. Salvador, BA, 16 de março de 2004. Caderno Correio Repórter.
- ²⁰ FARIAS, Cosme de. **Minhas últimas vontades**. Salvador, 02 de abril de 1964. Mimeografado (cópia no Museu da Associação Baiana de Imprensa).
- ²¹ CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. Op. cit. p.14
- ²² BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Salvador, BA: Assembléia Legislativa, 1996. p. 152
- ²³ A TARDE. Salvador, edições de 09 de março de 1963 e 05 de abril de 1963.
- ²⁴ FARIAS, Cosme de. **Minhas últimas vontades**. Op. cit.
- ²⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de maio de 1959, ano XLIII, nº 5466, p. 1817. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ²⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de julho de 1959, ano XLIII; e BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 212
- ²⁷ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 236
- ²⁸ A TARDE. Salvador, edição de 09 de outubro de 1968.
- ²⁹ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 129
- ³⁰ TEIXEIRA, Cid. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.
- ³¹ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 02 de abril de 1965.
- ³² JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 20 de maio de 1971.
- ³³ FARIAS, Cosme. **Carta do ABC**. Salvador, Bahia. [s.e] [s.d]
- ³⁴ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 de março de 1972 (2º clichê)
- ³⁵ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 02 de abril de 1965; A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1976; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 03 de abril de 1975.
- ³⁶ CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. Op. cit. p.14-16
- ³⁷ FARIAS, Cosme de. **Minhas últimas vontades**. Salvador, 02 de abril de 1964. Mimeografado (cópia no Museu da Associação Baiana de Imprensa).
- ³⁸ A TARDE. Salvador, edição de 18 de março de 1972. COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 124
- ³⁹ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 (2º clichê) e 17 de março de 1972.
- ⁴⁰ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 03 de agosto de 1971; e A TARDE. Salvador, edição de 08 de março de 1954.
- ⁴¹ A TARDE. Salvador, edições de 08 de dezembro de 1938, 04 e 07 de dezembro de 1939, e 04 de abril de 1963; O IMPARCIAL. Salvador, edições de 06 de abril, 28 de novembro e 29 de dezembro de 1937.
- ⁴² A TARDE. Salvador, edição de 07 de dezembro de 1939.
- ⁴³ A TARDE. Salvador, edição de 22 de março de 1963.
- ⁴⁴ O IMPARCIAL. Salvador, edições de 13 e 14 de maio de 1936 e 28 de novembro de 1937.
- ⁴⁵ O IMPARCIAL. Salvador, edição de 18 de abril de 1936.

- ⁴⁶ A obra traz ensinamentos de Benjamim Franklin para a vida cotidiana, que foram publicados originalmente em um almanaque no ano de 1733. Ver FRANKLIN, Benjamin. **A Ciência do Bom Homem Ricardo**. [s.e], 1914.
- ⁴⁷ CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. Op. cit. p. 14-16; e JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de outubro de 1971.
- ⁴⁸ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. Op. cit. p. 124
- ⁴⁹ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 90, 158; O IMPARCIAL. Salvador, edição de 06 de abril de 1937.
- ⁵⁰ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 90
- ⁵¹ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 158, 169, 174, 178
- ⁵² CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. Op. cit. p. 14-16; e JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de outubro de 1971.
- ⁵³ CADENA, Nelson Varon. **Associação Bahiana de Imprensa 1930-1980, 50 anos**. Salvador: ABI, 1980. p. 39
- ⁵⁴ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de outubro de 1971.
- ⁵⁵ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 29 de março de 1967.
- ⁵⁶ SENA, Consuelo Pondé de. **Cosme de Farias e a Liga Baiana**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, [sd]. Mimeografado.
- ⁵⁷ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 30 de novembro de 1951, ano XXXV.
- ⁵⁸ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA. História. Site www.liceu.org.br/portugues/, acesso em 20 de julho de 2004.
- ⁵⁹ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 03 de agosto de 1971.
- ⁶⁰ O DEMOCRATA. Salvador, edição de 14 de abril de 1920.
- ⁶¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 17 de dezembro de 1915, anno I.
- ⁶² GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 05 de março de 1916.
- ⁶³ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)**. Salvador, BA: Edufba, 2001. p. 120, 130-131
- ⁶⁴ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 106
- ⁶⁵ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 106, 125-130
- ⁶⁶ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 128-129
- ⁶⁷ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 21 de março de 1916.
- ⁶⁸ DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 08 de fevereiro de 1917, anno III, p. 1612.
- ⁶⁹ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 131
- ⁷⁰ “Ele não se saiu bem neste primeiro embate nas urnas, e o motivo básico da derrota, em um pleito que não era nenhum teste de popularidade, reside no fato de se ter apresentado como candidato ‘avulso’, isto é, não recomendado por nenhuma das duas chapas concorrentes: a situacionista marcelinista e a oposicionista severinista. Dos ‘avulsos’ foi o mais votado”. SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 131, 144
- ⁷¹ Ver também em SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 147-183
- ⁷² SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 163-174
- ⁷³ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001. p. 362-365
- ⁷⁴ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 153
- ⁷⁵ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 153-154, 164-165
- ⁷⁶ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 153-154
- ⁷⁷ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 172
- ⁷⁸ Ver melhor informações de contexto em TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 321-334
- ⁷⁹ A NOITE. Salvador, edições entre 08 de novembro e 05 de dezembro de 1928.
- ⁸⁰ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 161
- ⁸¹ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação – o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1992. p. 42-44; SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 161-162; TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 381-382.
- ⁸² A TARDE. Salvador, edição de 24 de novembro de 1962.
- ⁸³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 06 de fevereiro de 1963, ano XLVII.
- ⁸⁴ A TARDE. Salvador, edição de 19 de janeiro de 1963.
- ⁸⁵ A TARDE. Salvador, edição de 15 de janeiro de 1972.

- ⁸⁶ CARVALHO, Kátia de. e outros. **As Práticas Editoriais do Século XIX e Início do Século XX e o Papel da Associação Tipográfica da Bahia**. Site <http://www.intercom.org.br/papers/2002/np04/NP4CARVALHO.pdf>, acesso em 20 de julho de 2004.
- ⁸⁷ CADENA, Nelson Varon. **Associação Bahiana de Imprensa 1930-1980, 50 anos**. Op. cit. p. 01-19, 49, 51, 53, 54, 56, 62-64, 66, 69, 72, 74, 77, 79, 81, 83, 84, 87-90, 93, 97.
- ⁸⁸ CADENA, Nelson Varon. **Associação Bahiana de Imprensa 1930-1980, 50 anos**. Op. cit. p. 28
- ⁸⁹ REIS, Pablo. **Em Algum Lugar do Passado**. Site <http://www.correiodabahia.com.br/2002/09/25/noticia.asp?link=not000062538.xml>, acesso em 20 de julho de 2004.
- ⁹⁰ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 106-107, 110, 112, 115-116
- ⁹¹ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 121
- ⁹² SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 106-107
- ⁹³ O jornalista e advogado baiano Agripino Nazareth tornou-se referência socialista na Bahia e no Rio de Janeiro, após a Conspiração dos Sargentos, em 1915, ocorrida na capital da República, que pretendia instituir uma República parlamentarista no Brasil. Em 1917, ele reapareceu como colaborador do jornal de divulgação da Revolução Russa, *O Debate*. Um ano depois, em 1918, participou de um movimento para instaurar a anarquia no Brasil, o que gerou sua deportação para a Bahia. Sua conversão definitiva para o socialismo, entretanto, ocorreu em 1919. Já na sua terra natal, ele começou a prestar serviços como advogado a associações de trabalhadores e sindicatos, e liderou a greve geral de 1919. Grupos de várias profissões reivindicaram jornada de trabalho de oito horas diárias, reajuste salarial, equiparação salarial entre homens e mulheres, e nenhuma punição para os manifestantes ao final daquela que se tornaria uma das maiores greves já vistas no Estado. E obtiveram, em parte, suas reivindicações atendidas pelo empresariado, o que fortaleceu a liderança de Nazaré. Em 1921, entretanto, ele foi expulso do Estado, regressando para o Rio, de onde só voltaria em 1936, mas na condição de preposto do Ministério do Trabalho recém-lançado pelo presidente Getúlio Vargas. RISÉRIO, Antônio. **Uma História da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004, 2ª ed. p. 469-474
- ⁹⁴ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 120
- ⁹⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais. **A Bahia na Segunda Guerra Mundial**. In: Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador, BA: Academia de Letras da Bahia, 1996. Separata. p. 139-140
- ⁹⁶ O comício foi preparado pela Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-aliados, a Legião dos Médicos para a Vitória, a União dos Estudantes da Bahia (UEB) e outras organizações, e ocorreu na Praça da Sé com apoio prévio da 6ª Região Militar (Exército) e da interventoria. Discursaram o ex-deputado federal Juracysista Manuel Novais; o médico e professor autonomista Luís Rogério de Sousa, o diretor do jornal *O Imparcial*, jornalista Wilson Lins, e o presidente da UEB, Álvaro Rubim de Pinho, além de Cosme. TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit.. p. 431-433
- ⁹⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. **A Bahia na Segunda Guerra Mundial**. Op. cit. p. 138
- ⁹⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais. **A Bahia na Segunda Guerra Mundial**. Op. cit. p. 150-155
- ⁹⁹ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 433-436
- ¹⁰⁰ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 20 de maio de 1971.
- ¹⁰¹ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 20 de maio de 1971.

Capítulo III

De ativista político a deputado

3.1 - O parlamentar da República Velha

Cosme de Farias começou a disputar cargos públicos, enquanto desenvolvia atividades como rábula e jornalista e atuava nos movimentos políticos, sociais e de trabalhadores. Primeiro, em 1907, foi alçado como candidato avulso a uma vaga no Conselho Municipal – o que corresponde hoje à vereança – em meio à repercussão da sua negociação com representantes da fábrica de cigarros Martins Fernandes & Cia para assegurar os direitos de operários grevistas da indústria. Havia atuado como membro do Centro Operário da Bahia. Neste ano, em Salvador, ocorreu até uma manifestação popular em homenagem ao repórter “defensor dos pobres e dos desprotegidos”¹.

Apesar de ser o nome mais votado entre os avulsos, ele obteve apenas a 26ª colocação na eleição de 10 de novembro de 1907, com 453 sufrágios a seu favor, ficando fora do Conselho². O candidato com melhor performance, Carlos Freire, conseguiu seis vezes mais votos do que ele. Sua candidatura avulsa, ou seja independente de partidos políticos³, pode ter determinado a sua derrota, já que popularidade, naquele momento, não assegurava a diplomação. O Major não foi recomendado por nenhuma das duas facções concorrentes: a situacionista ligada do governador José Marcelino de Sousa (1904-1908), e a oposicionista vinculada ao seu antecessor no governo, Severino Vieira (1900-1904).

Todos os quinze candidatos⁴ com melhor desempenho - inclusive Prediliano Pitta, outro “candidato do operariado” - eram do Partido Republicano da Bahia (PRB). A legenda situacionista também alçou como intendente o conselheiro A. Carneiro da Rocha com 4.103 votos, cujo principal concorrente era Pacheco Mendes (1.028 votos). Vieira e seus correligionários protestaram, alegando ter ocorrido fraude no processo eleitoral, porém o resultado foi mantido.

A tabela 01 dá um panorama do resultado final:

TABELA 01 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A CONSELHEIRO MUNICIPAL - 1907

Candidato	Votação
Carlos Freire	3.123
Antônio Rocha	2.884
Octavio Mangabeira	2.869
Manoel Drummond	2.775
Guilherme Costa	2.729
João Lopes Carvalho	2.713
Silvano Queiroz	2.613
Guilherme Rebello	2.537
José Allioni	2.352
Prediliano P. Pitta	2.347
Victal H. Soares	2.302
João Azevedo Fernandes	2.255
João Germano	2.189
Francisco João Fernandes	2.151
Antonio Machado	2.065
Ernesto Carneiro	1.312
A. Barreira	1.136
Pedro Gordilho	1.075
R. Magalhães	1.062
Antonio Francisco Brandão	1.004
João Ribeiro de Lacerda	961
Eng. Lino Meirelles da Silva	950
Lourenço Costa	950
T. T. Gomes	897
Silvino Marques	890
Cosme de Farias	453
E outros menos votados	

Fonte: A BAHIA. Salvador, edições de 09 e 16 de novembro de 1907.

A Bahia passava por uma crise⁵ em 1907. Os funcionários públicos ficaram, pelo menos, dez meses sem receber salários; a carga tributária sobre a produção e comercialização era considerada alta e originou manifestações de varejistas; os preços de gêneros alimentícios e de saneamento básico geravam protestos da população; a peste bubônica e a tuberculose assolavam o Estado; e a mendicância crescia. Eram deflagradas greves de trabalhadores em vários segmentos, sendo uma das de maior repercussão aquela ocorrida em setembro de 1907 entre os operários das fábricas de fiação Empório Industrial do Norte, na Cidade Baixa, e São Brás, em Plataforma⁶. Pelo menos na primeira, o conselho executivo do Centro Operário da Bahia, ao qual pertencia o rábula Cosme de Farias, interveio em favor dos trabalhadores na negociação com o patronato.

Severino Vieira⁷ havia deixado o governo sob intensa reprovação popular, mas elegeu seu candidato, José Marcelino de Sousa (PRB). Proprietário de terras e engenho de açúcar em São Felipe e ex-deputado na Assembléia Geral Legislativa do Império, com atuação política em Nazaré das Farinhas e circunvizinhança, Marcelino teve uma administração marcada pelo incremento do transporte marítimo e fluvial entre Salvador, a Ilha de Itaparica e o Recôncavo e no Rio São Francisco. Ele indicou seu antecessor para a presidência do partido – cargo que

lhe era franqueado -, em cumprimento ao acordo firmado antes da eleição, gerando protestos de republicanos como J. J. Seabra, cuja atuação no cenário político foi ofuscada por Vieira. Neste momento, o ex-governador estava fortalecido tanto pela liderança no PRB quanto por ter conquistado uma cadeira no Senado Federal.

Seabra aproximou-se de José Marcelino na campanha sucessória, em apoio à candidatura do bacharel em direito e proprietário de terras e engenho João Ferreira de Araújo Pinho (1908-1911), nome escolhido pelo presidente Afonso Pena na tentativa de compor um quadro de governadores fiéis à sua política. Ao mesmo tempo, buscava assegurar maioria no legislativo federal. Eclodiam manifestações contra o quadro político e econômico no país, motivadas por problemas como a queda dos preços de produtos primários de exportação (em especial, o café) no mercado internacional, o acúmulo de dívidas de empréstimos internacionais e a inflação. Vieira preferiu indicar como candidato Joaquim Inácio Tosta, que saiu derrotado do pleito (foram 49.417 votos contra 12.102). O Partido Republicano da Bahia se dividiu, mas a maioria preferiu aderir a Marcelino. Após manobra dos marcelinistas e seabristas, o Senado proclamou o resultado.

A gestão de Araújo Pinho culminou com sua renúncia e o bombardeio de Salvador em 10 de janeiro de 1912, durante um processo conturbado da política baiana⁸. Instalada a crise, J. J. Seabra concorreu no pleito como candidato único – Domingos Guimarães teve sua candidatura retirada pelos partidos de José Marcelino e Severino Vieira - e foi eleito em 28 de janeiro para governar a Bahia entre 1912 e 1916⁹. Ele exerceu, simultaneamente, a liderança do Partido Republicano Democrático – sua nova legenda - de forma centralizadora, tendo unificado todas as secretarias de Estado na Secretaria Geral, estabelecido que seria a única pessoa a falar pelo PRD e conquistado a maioria dos votantes da Câmara dos Deputados do Estado da Bahia. A partir de 1915, os pleiteantes à cadeira de intendente passaram a ter seus nomes submetidos à aprovação do governador.

Nesta administração, ele consagrou-se como um governante moderno. Pioneiro na realização de comícios em locais públicos, estreitando o contato com a população, ele também implantou o Tribunal de Contas e começou a dar uma nova feição a Salvador, com a reforma urbana, o aterro do mar para a construção do porto e a criação de sedes para a Imprensa Oficial, a Biblioteca Pública, o Fórum, a Secretaria da Fazenda (Tesouro) e o Hospício João de Deus, destinado a pessoas com transtorno ou distúrbio mental. Para custear os trabalhos, o executivo tomou empréstimo internacional e emitiu apólices. Enfrentou manifestações contra

o alto custo de vida e o atraso no pagamento dos salários dos funcionários públicos civis, policiais e bombeiros, por exemplo.

Para seu sucessor, Seabra indicou Antônio Ferrão Moniz de Aragão¹⁰ (1916-1920), também do PRD, como estratégia para que pudesse retornar ao governo posteriormente, já que era proibida a reeleição. Sem o perfil personalista do líder Seabra, Moniz de Aragão elegeu-se, mas viu a crise agravar-se, com o crescimento do custo de vida em decorrência da escassez de produtos durante a Primeira Guerra Mundial e da dependência da economia agro-exportadora – a Bahia dependia de produtos manufaturados vindos de outros estados e países, a produção de açúcar já não atendia nem ao consumo interno e os valores pagos pelo cacau no mercado externo caíram bruscamente a partir de 1915 -, o surgimento de manifestações nas ruas contra a carestia – como destacado no capítulo anterior -, a intensificação da resistência dos coronéis da Chapada Diamantina (Horácio de Matos) e do São Francisco (Franklin Lins de Albuquerque) à imposição dos intendentess e autoridades dos municípios localizados em áreas de seu domínio, o protesto de Ruy Barbosa no Senado Federal contra o empastelamento do jornal *A Hora* e a violência policial. Foram anos de manifestações trabalhistas, que culminaram com a greve geral de 1919.

Apesar da crise, a estratégia seabrista logrou êxito: Seabra elegeu-se para seu segundo governo (1920-1924). Neste período, deu continuidade às obras do porto e à reforma urbana da cidade - com a conclusão do trecho da Avenida Oceânica entre a Barra e o Cristo -, assinou acordos para delimitação do Estado, e privatizou os serviços de transporte marítimo e fluvial. Entretanto, continuou investindo na sua carreira federal e candidatou-se a vice-presidente na chapa Reação Republicana, liderada pelo ex-presidente Nilo Peçanha (1909-1910), ganhando a partir de então a antipatia do presidente eleito Arthur Bernardes (1922-1926). O governador baiano venceu a concorrência presidencial na Bahia, mas perdeu no computo geral do país. Esta sua gestão não teve o brilho da anterior, sendo pontuada tanto pela falta de apoio de políticos locais quanto pelas restrições de Bernardes. Registrava-se o agravamento do quadro sócio-econômico do Estado, a divisão do seabrismo e a insatisfação popular ocasionada por suas constantes viagens.

Neste ínterim, Cosme de Farias tornou-se seabrista, participando inclusive da campanha de Seabra em 1911 e da Liga Popular Pró-Ruy Barbosa como candidato à presidência da República, apoiada pelo líder baiano em 1913. Manteve-se envolvido com os movimentos sociais e continuou seu trabalho assistencialista, mas afastou-se da concorrência por cargos públi-

cos¹¹. Ele não disputou vagas para o Conselho Municipal da Intendência nem para a Câmara dos Deputados do Estado da Bahia, em 1911 e 1913 respectivamente.

Em 1911, o PRB, desta vez aliado aos severinistas, elegeu todos os conselheiros e o intendente, João Pedro dos Santos. Em 1913, o Major presidia o Comitê Popular contra a Carestia, condição que o levou a abandonar momentaneamente a postura moderada e protestar contra Seabra, depois que o governador disse que os líderes do movimento fugiriam “às balas da ordem, deixando o povo sosinho, no momento da reacção, para desfructar os proventos adquiridos”. Em discurso na assembléia do Comitê, que teve cobertura do jornal *Diario da Bahia*¹², ele ainda assegurou não concorrer a cadeiras no legislativo ou executivo:

“O orador (...) disse que nunca pensou que nesta terra houvesse alguém capaz de fazer aos chefes do movimento na defeza do povo uma injustiça tão clamorosa, tanto mais quando, elle, orador, tem a consciencia tranquila de que, batendo-se há 15 annos, na imprensa e na tribuna, modestamente, é certo, porém, com muita sinceridade, outra coisa não tem feito, senão deffender os fracos, os pequeninos, os infelizes, as victimas de politicagem desarmada, os desgraçados loucos, firmado sempre na verdade, na justiça e por fim na lei, sem jamais nutrir a esperanza de ser deputado, ministro ou governador”.

A promessa de não concorrer a cargos dos poderes executivo e legislativo foi apenas um recurso persuasivo. Em 1915, ele descumpriu o juramento e candidatou-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados do Estado da Bahia. Protagonizou, então, sua primeira vitória eleitoral, no ano em que fundou, junto com amigos, a Liga Baiana contra o Analfabetismo (LBA), organização que institucionalizou sua campanha pela alfabetização. Na época atuante no diário *Gazeta do Povo*, o jornalista ficou em quinto lugar, entre os sete diplomados no primeiro distrito, com 2.782 sufrágios, à frente de Jonathas Benjamin Requião (2.696) e Argeu de Freitas (2.520)¹³. Formada por seabristas do PRD, inclusive por Cosme, a situação arrebatou todas as vagas do primeiro distrito, que envolvia Salvador, Matta de São João, Pojuca, Sant’Anna do Catú, Abrantes, Itaparica e Villa de São Francisco. A eleição era distrital, ou seja cada uma das seis áreas do Estado elegia seus próprios representantes (sete).

Abaixo, estão os resultados finais publicados pelo periódico seabrista *Gazeta do Povo*, de acordo com a diplomação e a posse:

TABELA 02 – DESEMPENHO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS NO PRIMEIRO DISTRITO – 1915/1917

Candidato	Votação
-----------	---------

1º distrito	
Pedro Frederico Rodrigues da Costa	4.157
Cel. Carlos Pinto	3.585
Dr. Francisco Xavier Marques	3.413
Bel. João Luiz Pimenta	3.365
Major Cosme de Farias	2.782
Jonathas Benjamin Requião	2.696
Dr. Argeu Antonio de Freitas	2.520
E outros menos votados	

Fonte: GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 06 de abril de 1915.

Além de Cosme, tomaram posse efetivamente no dia 08 de abril de 1915: Antero Francisco de Assis, Angelo Dourado, Cezar Cabral, Ramiro Pimentel, Eusébio Cardozo, Octaviano Saback, Ramiro Villas-Bôas, Pamphilo de Carvalho, Carlos Pinto, Candido Villas-Bôas, Dias Lima, João Ramos, Celso Spínola, Bráulio Lima, Armando Frágoso, Pedro Ramos, Argeu de Freitas, Jonathas Requião, Pedro Costa, João Luiz Pimenta, Gileno Amado, Archimedes Pessoa, Antonio Sampaio, Pereira Moacyr, Correia de Lacerda, Liberato Leão, Rafael Spinola, Demetrio Urpia, Xavier Marques, Alfredo Rocha, Alves Pereira, José Basílio, João Marques, Fiel Fontes, Souza Carneiro, João Ruy e Theotonio Martins.

Mas surgiram denúncias de manipulação do processo eleitoral pelo governador J. J. Seabra, sobretudo no primeiro distrito, reduto de Cosme. Conforme os divulgados pela oposição (composta por severinistas, vianistas e marcelinistas), através do jornal *Diario da Bahia*¹⁴, o rábula havia ficado em nono lugar, com 1.522 votos, enquanto o mais bem-sucedido, Armando de Campos Pereira, teria com 2.132. Dos sete considerados eleitos por este grupo, apenas um foi efetivamente diplomado (Pedro Frederico Rodrigues da Costa), após análise da apuração realizada pela Primeira Comissão de Verificação dos Poderes, designada pela própria Câmara. O relator do caso, deputado Antônio Sampaio¹⁵, informou em plenário, em sessão do dia 05 de abril de 1915, que nenhum protesto oficial foi encaminhado à Comissão. Porém, o *Diario da Bahia* chegou a noticiar a diplomação dos nomes da sua lista, em episódio não confirmado posteriormente.

A tabela 03 apresenta os dados computados pela oposição:

TABELA 03 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL, CONFORME OPOSIÇÃO – 1915/1917

Candidato	Votação
1º distrito	
Dr. Armando Campos Pereira	2.132
Dr. Pedro Emilio de Cerqueira Lima	1.932
Dr. Fernando de Castro Rebello Koch	1.846
Dr. José Espinheira da Costa Pinto	1.839
Pedro Frederico Rodrigues da Costa	1.850
Dr. Eduardo Diniz Gonçalves	1.723
Dr. Francisco Xavier Pereira Marques	1.713
Bel. João Luiz Pimenta	1.536
Major Cosme de Farias	1.522
Cel. Carlos Pinto	1.520

Jonathas Requião	980
Dr. Argeu Antonio de Freitas	949
Dr. Pedro Bastos de Seixas	875
E outros menos votados	

Fonte: DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, edição de 16 de janeiro de 1915.

A despeito da balbúrdia em torno dos resultados, Cosme de Farias comemorou o resultado¹⁶. Houve missa em ação de graças pelo feito, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, com participação da banda do II Corpo do Regimento Policial; manifestação de apreço dos correligionários em sua casa, no Cruzeiro de São Francisco (Centro); e recepção de amigos como o chefe de polícia, Álvaro Cova, e o presidente do Tribunal de Apelação e Revista, Bráulio Xavier, à noite, em sua residência. Logo depois da posse na Câmara, “amigos de Cosme de Farias” foram ao Palácio Rio Branco, sede do governo, para saudar, homenagear e agradecer ao governador Seabra pela lisura do processo eleitoral. Em discurso, o velho político elogiou o rábula e declarou que ele e seu partido não seriam dignos, caso não acolhessem o “advogado da pobreza” como seu representante.

Aquele era o primeiro capítulo da história dos seus mandatos. Sempre ancorado no seu trabalho assistencialista e de defesa dos direitos da população, o rábula foi reconduzido em sucessivas consultas, realizadas a cada dois anos, permanecendo no cargo de deputado até 1923. Tinha como base eleitoral o primeiro distrito¹⁷, principalmente em Itaparica e Salvador, comuna onde morava e podia ser encontrado por populares em busca de auxílio para resolver problemas que variavam da falta de alimentos e medicamentos à prisão de um ente querido. Mais tarde, o próprio Cosme atribuiu seu ingresso nesta seara a Álvaro Cova, um dos seus confrades na LBA, seabrista, chefe de polícia de prestígio na gestão de J. J. Seabra e responsável pela indicação de seu nome para a Assembléia Estadual¹⁸.

Em seguida, entre 1917-1919, o Major exerceu seu segundo mandato parlamentar, depois de atingir 3.308 votos no primeiro distrito¹⁹, em uma consulta para composição da Câmara e do Senado do Estado da Bahia com alto índice de abstenções em decorrência da realização do pleito no dia da festa do Senhor do Bonfim. Neste distrito, entre os sete eleitos, ele foi o sétimo e último colocado. Ficou aquém de Pedro Frederico Rodrigues da Costa, Carlos Pinto, João de Teive e Argollo, Francisco Xavier Pereira Marques, João Luiz Pimenta e Carlos Fernandes Ribeiro, com 1.399 sufrágios a menos do que aquele com melhor performance. Enquanto no primeiro distrito a média de votos dos sete melhores foi de 3.925 – maior do que a votação de Cosme -, nos demais foi de 8.282 (segundo), 9.179 (terceiro), 8.847 (quarto), 9.622 (quinto) e 9.537 (sexto). Único candidato ao Senado Federal, o baiano Seabra elegeu-se

em substituição ao recém-falecido José Marcelino, passando a disputar prestígio nacional com o jurista baiano Ruy Barbosa. O Major elegeu-se pelo seabrista Partido Republicano Democrata²⁰.

Segue abaixo tabela de desempenho elaborada especialmente para este trabalho:

TABELA 04 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL – 1917/1919

Candidato	Votação
1º distrito	
Pedro Frederico Rodrigues da Costa	4.707
Cel. Carlos Pinto	4.533
Cel. João de Teive Argollo	4.215
Xavier Marques	3.724
João Luiz Pimenta	3.673
Dr. Carlos Fernandes Ribeiro	3.316
Major Cosme de Farias	3.308
Dr. Armando Campos Pereira	1.646
Cel. Antonio Freitas da Silva	1.575
Dr. Argeu de Freitas	1.455
Dr. Pedro Emilio de Cerqueira Lima	1.017
Dr. Fernando de Castro Rebello Koch	825
Dr. José Espinheira da Costa Pinto	753
Luiz Pacheco Pereira	637
E outros menos votados	

Fonte: DIÁRIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 18 de fevereiro de 1917, ano II, nº 87, p. 1817.

Dois anos depois, Cosme conquistou o direito de prosseguir no Congresso do Estado entre 1919 e 1921²¹. Desta vez, obteve 3.333 votos, 25 a mais do que da vez anterior, sendo o quinto mais votado no primeiro distrito. Novamente, apenas os sete com melhor desempenho foram diplomados. Ele foi reeleito no ano em que firmava sua adesão ao líder democrata José Joaquim Seabra, que protagonizava uma acirrada disputa para votar ao executivo estadual. Neste distrito, também foram eleitos para a Câmara Estadual Francisco Xavier Pereira Marques, Pedro Pacheco de Oliveira Junior, Monsenhor Ildefonso Nunes de Oliveira, João de Teive e Argollo, Virgílio Pereira da Silva e Carlos Pinto. O rábula teve 728 sufrágios a menos do que Xavier Marques, o primeiro colocado. Neste colégio, a média de votos dos sete diplomados caiu de 3.925 para 3.418, enquanto nos demais as taxas foram de 5.349 (segundo distrito), 5.995 (terceiro), 6.805 (quarto), 3.415 (quinto) e 4.295 (sexto). Apesar da queda da média de votação dos diplomados em todos os distritos e da disputa mais intensa, o Major obteve resultado mais positivo do que a vez anterior, aproximando-se da média daqueles com melhor atuação.

O primeiro distrito ainda era composto²² por Salvador, Abrantes, Itaparica, Mata de São João, Pojuca, Sant'Anna de Catú e Villa de São Francisco. O segundo, por Baixa Grande, Coração de Maria, Cachoeira, Conceição do Almeida, Camisão, Cruz das Almas, Capivary, Feira de Sant'Anna, Itaberaba, Maragogipe, Mundo Novo, Monte Alegre, Morro do Chapéo,

Orobó, Riachão de Jacuhype, São Felipe, Santo Amaro, São Felix, São Gonçalo dos Campos, Wagner. Já o terceiro, por Aratuhy, Amargosa, Areia, Barra do Rio de Contas, Cayrú, Camamú, Caravellas, Igrapiúna, Ilheós, Itabuna, Jaguaripe, Jequiriçá, Jequié, Lage, Monte Cruzeiro, Marahú, Nazareth, Prado, S. Miguel, Santo Antonio de Jesus, Santarém, Santa Cruz, São José de Porto Alegre, Taperoá, Villa Viçosa e Alcobaça. Alagoinhas, Abbadia, Aracy, Amparo, Barracão, Bom Concelho, Bomfim, Conde, Cumbe, Cipó Formoso, Curaçá, Entre-rios, Geremoabo, Inhambupe, Irará, Itapicurú, Jacobina, Juazeiro, Monte Santo, Patrocínio do Coité, Pombal, Queimadas, Serrinha, Soure, Santo Antonio da Glória, Saúde, Sento Sé, Tucano e Villa Rica formavam o quarto distrito eleitoral. Enquanto o quinto abrigava Andarahy, Bom Jesus dos Meiras, Conquista, Candeúba, Caetité, Dr. Seabra, Ituassú, Jussiape, Lençóis, Mucugê, Minas do Rio de Contas, Maracás, Monte Alto, Poções, Paramirim, Riacho de Sant'Anna, Villa Bella dos Palmeiras, Urandy, Guaracy e Jacaracy. Por fim, o sexto era constituído por Angical, Barra do rio Grande, Barreira, Brotas de Macahubas, Barra do Mendes, Bom Jesus da Lapa, Carinhonha, Gamelleira do Assuruá, Macahubas, Pilão Arcado, Remanso, Remédios, Rio Branco, São José da Casa Nova, Santa Rita do Rio Preto, Santa Maria da Victoria, Sant'Anna dos Brejos e Oliveira do Brejinho.

Segue abaixo tabela elaborada especialmente para este estudo:

TABELA 05 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL – 1919-21

Candidato	Votação
1º distrito	
Francisco Xavier Pereira Marques	4.061
Dr. João Pacheco de Oliveira Junior	3.701
Monsenhor Ildefonso Nunes de Oliveira	3.534
Cel. João de Teive e Argollo	3.450
Major Cosme de Farias	3.333
Dr. Virgilio Pereira da Silva	2.931
Cel. Carlos Pinto	2.920
Dr. Archimedes P. Muniz de Carva	2.200
Dr. José Gabriel de Lemos Britto	2.032
Dr. Augusto César de Oliveira	1.893
Dr. Edgard Ferreira de Barros	1.862
Pharm. Armando Muniz Silvany	1.598
Dr. Bemvenuto Carneiro	48
Dr. Carlos Ribeiro	11
Dr. Eutychio Bahia	08
E outros menos votados	

Fonte: DIARIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 19 de fevereiro de 1919, ano IV, nº 86, p. 1669.

Após intensa concorrência, Cosme foi reeleito²³ para o exercício entre 1921-1923, com 3.896 sufrágios, sagrando-se, de novo, como o sétimo mais votado no primeiro distrito quando apenas os sete melhores tomavam posse. Houve uma grande renovação nesta região e somente ele e o coronel João de Teive Argollo permaneceram na Câmara como parlamentares. Além deles, foram diplomados Odilon Alves Peixoto de Athayde, Álvaro Augusto da Silva,

Edgard Ferreira de Barros, Carlos Gonçalves Fernandes Ribeiro e Egas Moniz Barreto de Aragão. O Major galgou mais votos do que em 1919 (563 a mais), mas seu desempenho era preocupante porque o resultado o afastava do mais votado (2.115 votos de diferença) e a média alcançada pelos sete eleitos no distrito havia crescido de 3.925 para 4.800, totalizando 904 sufrágios a mais do que o conseguido por Cosme. As demais médias dos sete melhores por distrito foram de 7.103 (segundo), 8.781 (terceiro), 8.422 (quarto), 5.082 (quinto) e 6.231 (sexto).

Elaborada especialmente para esta dissertação, a tabela 06 traz os principais resultados.

TABELA 06 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL – 1921/1923

Candidato	Votação
1º distrito	
Cel. Odilon Alves Peixoto de Athayde	6.011
Dr. Álvaro Augusto da Silva	5.034
Dr. Edgard Ferreira de Barros	5.024
Cel. João de Teive e Argollo	4.587
Dr. Carlos Gonçalves Fernandes Ribeiro	4.553
Egas Moniz Barreto de Aragão	4.495
Major Cosme de Farias	3.896
Oscar Pereira da Cunha	3.609
Mons. Ildelso Nunes de Oliveira	2.271
Pharm. Emmanuel de Sant'Ánna	1.909
Eng. Euclides Nunes Seabra	1.687
Dr. Arthur Emilio Ferreira	1.536
Dr. Tharcyllo Chastinet Guimarães	1.218
Dr. Constantino José de Souza	852
Capitão tenente Plínio Justiniano da Rocha	203
E outros menos votados	

Fonte: DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 01 de março de 1921, ano VI, nº 90, p. 2218.

Aquela fase foi pontuada por eleições tumultuadas e de baixa participação da população nas consultas, sobretudo das pessoas de camadas intermediárias e populares, e pela vulnerabilidade das instituições, inclusive dos partidos. Somente em 1916, o presidente da República Wenceslau Brás (1914-1918) sancionou a Lei 3.139, que designou o Poder Judiciário para preparar o alistamento eleitoral e dar maior transparência ao processo, e em 1932 o presidente Getúlio Vargas criou a Justiça Eleitoral²⁴. A maioria da população – menores de 21 anos, analfabetos, mulheres, praças de pré, mendigos e religiosos de ordem monástica – sequer tinha direito a participar dos pleitos. Em 1920, 81,6% dos baianos eram analfabetos, sem, portanto, direito a voto. No período de 1910 a 1930, a média de participação na eleição presidencial foi de apenas 2,7%²⁵.

Calcada no modelo agro-exportador em crise e ancorada pela multiplicidade de núcleos produtores desarticulados e dependentes de intermediação externa, a frágil economia baiana exerceu influência sobre a formação de uma oligarquia não-hegemônica e a “debilidade e

conseqüente instabilidade das instituições, permitindo que a competição política revestisse-se de uma feição tumultuada e cruenta”²⁶. “Para tanto também contribuiu a dubiedade, ou mesmo a ausência de normas legais voltadas para a ordenação do processo político”, conforme expõe Consuelo Sampaio, em *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*²⁷.

Integrados por grandes proprietários de terras, comerciantes, bacharéis e aristocratas do Império, os partidos²⁸ eram criados em torno de chefes políticos para atender a interesses pessoais, o que explica a identificação dos grupos por derivações do nome dos líderes (severinistas, seabristas, marcelinistas) em detrimento do título da legenda. Havia fidelidade ao líder; não, ao partido. As siglas surgiam e atuavam somente no período eleitoral, tendo como meta principal os cargos federais. E ter o nome adotado pelo governo praticamente implicava na vitória, a exceção, é claro, dos momentos de desentendimento por conflito de interesses e de rompimento da estrutura vigente como em 1923, quando o calmonismo chegou ao poder.

Aquele momento do país foi marcado pela “política dos governadores”. Inaugurado pelo presidente Campos Sales (1898-1902), tal jogo político consistia na oferta de apoio do presidente da República aos candidatos aliados dos governadores nas eleições para os parlamentos estadual e federal, em troca de suporte ao nome indicado pelo chefe da Nação para a sucessão presidencial e de garantia de aprovação pelos parlamentares das propostas presidenciais. Para assegurar a posse dos governistas, Sales também instituiu a Comissão de Verificação de Poderes, composta por grupos de confiança da situação e responsável pela validação ou não do resultado de um pleito.

O sucesso disso dependia, entretanto, da atuação dos coronéis de cada região, que detinham o controle do eleitorado – muitas vezes, em decorrência da dependência financeira, da troca de favores ou da violência -, promoviam campanha para os candidatos oficiais e ainda fiscalizavam o voto aberto e a apuração. O governo, por sua vez, tinha domínio sobre a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso, responsável pela divulgação dos resultados finais e pela diplomação dos eleitos. Em *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*, Sampaio²⁹ afirma que:

“A autonomia política dos estados variou em função do seu poder econômico, e também em função da capacidade das suas forças armadas. (...) Ao tempo em que atendia às aspirações federalistas dos estados, a política dos governadores também se constituiu em eficiente instrumento de centralização ao preconizar um esforço de cooperação recíproca entre os diferentes níveis de poder: federal, estadual e municipal. Consistia, essencialmente, na outorga, pelo presidente aos executivos estaduais, do direito de conduzir independentemente a política dos seus estados. Em contrapartida, os governadores hipotecavam completa lealdade ao presidente, inclusive através de suas bancadas no Congresso Nacional. Esses laços de lealdade recípro-

ca eram reproduzidos na esfera estadual, entre governadores e chefes municipais. Através do controle que exercia sobre o eleitorado rural e analfabeto, o coronel garantia ao governador a vitória eleitoral da sua área de influência, tornando-se credor dos favores do governador”.

Tal política obteve mais sucessos nos estados mais fortes. Na Bahia – Estado considerado de médio porte, apesar de deter a segunda maior bancada da Federação no Congresso -, logrou-se êxito parcial nos pleitos da chamada República Velha³⁰. Na campanha para o governo de 1919-20, houve um impasse entre situação e oposição. O presidente Epitácio Pessoa sugeriu, então, que J.J. Seabra renunciasse em favor de um candidato de consenso, o que desencadeou a ira do baiano. Seabra insistiu em seu nome e passou a acusar o presidente de ter descumprido as regras do acordo, já que havia assegurado apoio da Bahia a ele na eleição presidencial em detrimento de Ruy Barbosa.

Durante a campanha de 1919, no rescaldo da greve geral ocorrida em junho daquele ano, o Major empenhou-se em persuadir eleitores a votarem em Seabra³¹. Foi orador a favor da “patriótica candidatura” em *meetings* (comícios), organizados pelo Comitê de Propaganda Pró-Seabra; foi vaiado em comício por defender o candidato; e escreveu textos publicados em jornais, como o que segue em fac-simile:

“Às urnas, concidadãos!

Votar no dr. José Joaquim Seabra, para governador da Bahia, no proximo quadriennio, é dever de consciencia de todos os cidadãos, que desejam a felicidade, o progresso e a grandeza deste Estado.

Patriota fervoroso, espírito combativo e sempre voltado para as formosas avançadas do Bem, é justo e nobre que o s. ex. torne a dirigir os destinos da sua adorada terra, afim de que posas melhormente provar o quanto deseja vel-a gloriosa, respeitada e bella.

Às urnas, pois, meus senhores, pela Victoria do nome do verdadeiro candidato do Povo, o honrado senador Seabra, no memoravel pleito de 29 do corrente mez!

Bahia, 10 de dezembro de 1919.

COSME DE FARIAS”³²

A essa altura, Cosme de Farias já era um aliado de J.J. Seabra e participe desta forma de fazer política, tendo conquistado a confiança dos seabristas. Sua ligação com o líder baiano³³ teria começado ainda em 1911, em meio aos atritos com Araújo Pinho, quando discursou em praça pública por sua candidatura ao governo do Estado. Em 23 de março de 1916, ele esteve na assembléia geral do Partido Republicano Democrata da Bahia (PRDB), fundado por J.J. Seabra, quando foram eleitos os dirigentes da legenda e o Major foi indicado como represen-

tante do diretório partidário do distrito da Sé, na capital. Seis dias depois, foi à posse de Antônio Moniz, o candidato democrata.

A relação entre ambos ficou evidente no discurso do rábula no Centro Operário da Bahia, em 19 de março de 1916, durante uma homenagem ao líder. Conforme relatado pelo jornal *Gazeta do Povo*, o Major disse que ele “sempre foi amigo do povo como nenhum outro” e respeitou a vontade do operariado reconhecendo-o como deputado, em episódio singular na Bahia, e ainda afirmou que a homenagem não era “uma bajulação, ela era filha da gratidão do pobre, da gratidão do homem que vive do seu trabalho honesto, porque o dr. J.J. Seabra, benemérito governador do Estado, dentre os puros e honestos, poderia colocar-se em primeiro lugar (...), de mãos limpas e unhas curtas”³⁴.

Houve outras demonstrações públicas da sua afinidade, ao longo da história. Certo dia, uma multidão foi às docas para esperar o navio que traria José Joaquim Seabra do Rio de Janeiro³⁵, onde estava localizada a sede do governo federal. Para driblar a balbúrdia daqueles que se acotovelavam e aproximar-se do seu ídolo político, Cosme teria gritado: “Baianos, de joelhos, vai passar J. J. Seabra, o supremo sacerdote da democracia”. Em atenção ao pedido, as pessoas afastaram-se e ele, livre, abraçou o político. O rábula era um daqueles que mantinham lealdade incondicional ao chefe. Sua fidelidade ao líder perduraria até sua morte, sendo nutrida mesmo em momentos de perseguição dos adversários. Sua postura demonstra seu apego ao modo de fazer política característico da República Velha, quando a organização política ocorria ao redor de um chefe carismático e não, de um partido.

3.2 – Um seabrista contra Góes Calmon

A partir de 1923, Cosme de Farias teve uma sucessão de derrotas nas eleições para o parlamento estadual. Concorreu mas não conquistou vaga para cumprir os exercícios de 1923-1925, 1925-1927, 1927-1929 e 1929-1931. Nestes pleitos, eram diplomados deputados os sete primeiros colocados em cada distrito eleitoral, de acordo com a legislação em vigor. Pairavam suspeitas de fraudes no processo eleitoral, ainda regido pela “política dos governadores”. Os resultados geraram recursos e foram alvos de protestos.

A primeira grande derrota deste ciclo ocorreu em 1923. Era o final da gestão de Seabra e, embora os seabristas estivessem apresentando resultados eleitorais diversos daqueles dos calmonistas, o rábula fez protesto oficial sobre a apuração da consulta para deputado em tom brando. Ele encaminhou à Junta Apuradora, então presidida pelo cel. Frederico Costa, correspondência datilografada e corrigida a caneta. O documento foi publicado em ata, no dia 09 de

março de 1923. Abaixo, versão fac-símile³⁶ publicada posteriormente no Diário Oficial em edital com resultado da votação:

“Exmo. Snr. Coronel Presidente da Junta Apuradora da Capital

Cosme de Farias, candidato a deputado estadual pelo primeiro districto, vem protestar, como protestado tem, contra as eleições procedidas a 4 de fevereiro ultimo, para deputados e o terço do senado, nos districtos dos Mares, da Penha e de Sto. Antônio, desta capital, assim como em todos os districtos das Villas de São Francisco e Matta de São João, devido as irregularidades verificadas no decorrer das mesmas, conforme, em tempo, provará, pelo que requer para V. Exa. haja por bem mandar que seja este protesto consignado em ata da sessão de hoje, para os fins de direito.

*Pede deferimento.
Bahia, 6/03/1923
Cosme de Farias”*

Oficialmente, o Major alcançou a 12ª posição entre os candidatos a deputado estadual no seu distrito, colocação que gerou estranheza devido à brusca redução de votos amealhados por ele. O saldo interrompeu uma história de êxito. Desta vez, somou só 2.569 votos, ao invés dos 3.896 obtidos no pleito anterior, amargando uma queda de 34,1%. Como a média dos eleitos pelo primeiro distrito também havia subido de 4.800 para 5.085 - quase o dobro do obtido por Cosme – e o abismo entre ele e o deputado de melhor desempenho – neste ano, Odilon Alves Peixoto de Athayde (6.514 votos) – era ainda maior, com 3.945 votos de diferença entre ambos, constata-se que Cosme perdeu espaço justamente quando havia necessidade de maior adesão para conquistar a vaga na Assembléia. As médias dos sete melhores por distrito foram de 9.865 (segundo), 7.025 (terceiro), 9.246 (quarto), 5.599 (quinto) e 8.313 (sexto).

A tabela 07 apresenta o resultado completo:

TABELA 07 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL – 1923/1925

Candidato	Votação
1º distrito	
Cel. Odilon Alves Peixoto de Athayde	6.514
Manoel Duarte de Oliveira Junior	5.854
Dr. Edgard Ferreira de Barros	5.171
Dr. Álvaro Augusto da Silva	5.099
Dr. Carlos Gonçalves Fernandes Ribeiro	4.893
Cel. João de Teive Argollo	4.626
Cel. Arthur Gomes de Carvalho	3.440
Dr. Annibal Muniz Silvany	3.355
Dr. Octaviano Rodrigues Pimenta	3.014
Dr. Homero Pires	2.971
Pharm. Emmanuel de Sant'Ánna	2.723
Major Cosme de Farias	2.569
Prof. Cincinato Augusto Franca	2.569

Dr. Ernesto Simões Filho	2.468
Dr. Eutychio da Paz Bahia	2.445
Dr. Rogerio Gordilho de Faria	2.187
Dr. Arthur Victorino Pereira	2.030
Dr. Constantino de Souza	49
Dr. Arthur Emilio Ferreira	47
E outros menos votados	

Fonte: ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1238 – 1871/1929. Ata de 09/03/1923

Em 1925, a história foi diferente: Cosme de Farias galgou a sétima melhor votação entre os candidatos à Câmara de Deputados estadual do primeiro distrito, com 2.277 votos, e foi considerado eleito à luz da legislação que previa diplomação dos sete primeiros colocados de cada distrito, entretanto não tomou posse. O Estado já estava sob a administração do governador Góes Calmon, naquele momento considerado adversário político de J.J. Seabra e constante alvo de ataques do Major. Como a divulgação dos resultados finais e a proclamação dos eleitos eram realizadas pela Comissão de Verificação de Poderes do Congresso, então submissa ao governo, o rábula pode ter sido prejudicado por inferência calmonista. Ressalte-se que, nesta fase, os periódicos elencavam denúncias de suspeitas de fraude na votação e apuração.

Desta vez, o saldo do jornalista foi ainda menor do que os 2.569 votos somados por ele na consulta anterior e do que a média obtida pelos sete melhores do primeiro distrito, que saltou de 5.085 para 8.478 sufrágios. O candidato com melhor desempenho, Octaviano Rodrigues Pimenta, teve mais de quatro vezes o número de adesões do rábula (10.406). As médias dos sete mais bem votados por distrito foram de 10.542 (segundo), 10.042 (terceiro) – neste caso, só havia dados na ata referentes aos quatro primeiros colocados –, 12.065 (quarto), 6.049 (quinto) e 11.601 (sexto). As votações eram as maiores desde 1915, evidenciando uma concentração. Neste ano, nenhum deputado foi reeleito no terceiro distrito; no quarto, apenas três deputados foram reeleitos, sendo ofuscados por novatos, e Carlos Seabra - o campeão de votos no pleito anterior – amargou o último lugar; no quinto, somente dois foram reeleitos, ainda assim em antepenúltimo e último lugar; e somente Francisco de Magalhães Flôres foi reeleito no sexto.

Abaixo, apresenta-se tabela com o resultado completo:

TABELA 08 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL – 1925-1927

Candidato	Votação
1º distrito	
Dr. Octaviano Rodrigues Pimenta	10.406
João Velloso de Lima Gordilho	9.647
Dr. Eutychio da Paz Bahia	9.606
Dr. Oscar Tantú	9.297
Cel. Manoel Duarte de Oliveira Junior	9.297
Cel. Silvano Ramos de Queiroz	8.817
Major Cosme de Farias	2.277
Dr. Arthur Lustosa de Aragão	997
Cel. João de Teive e Argollo	268
Dr. Álvaro Augusto da Silva	727
Dr. Carlos Gonçalves Fernandes Ribeiro	724
Dr. Antonio Navarro de Andrade	540
Pe. João de Barros	458
E outros menos votados	

Fonte: ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1237 – 1923/1936. Ata de 01/02/1925.

Diante do quadro desfavorável, Cosme adotou um discurso mais contundente e levantou suspeita de fraude no processo eleitoral, através de carta com pedido de recurso escrita a punho por terceiro e corrigida por ele próprio, conforme se avalia a partir da grafia e das canetas utilizadas. O documento trazia como anexo um texto publicado no jornal *Diario de Noticias*, na página um do dia 2 de fevereiro de 1925³⁷, onde se descrevia uma série de ações ilegais. No artigo, afirma-se que “não houve eleições na Bahia” e que, sob o domínio dos ex-governadores J. J. Seabra e Antônio Moniz, cunhados como oligarcas e opressores do voto livre, nunca havia ocorrido episódio similar porque os portões do Palácio do Rio Branco eram abertos e os resultados dos boletins eram fixados nas suas paredes e publicados em Diário Oficial. Por fim, a matéria concluiu: “O Major Cosme de Farias, que não lavrou actas, por não ser candidato de partido algum, não foi ‘eleito’ (sic)”. Segue abaixo, em versão fac-simile, o recurso encaminhado ao presidente da Junta Apuradora, Baptista Márquez³⁸, e também lavrado em ata inserida no Diário Oficial em edital com resultado da votação:

“Exmo. Snr. Coronel Presidente da Junta Apuradora da Capital

Cosme de Farias, candidato avulso a deputado pelo 1º districto, vem protestar perante a esta illustrada Junta como protestado tem contra as actas referentes as eleições de 1º de fevereiro do corrente anno e relativas a 2ª, 3ª, 4ª e 5ª sessões da Sé, todas sessões de São Pedro, Sant’Anna, Rua do Paço, Santo Antonio, Pilar, Mares, Penha, Conceição da Praia, Victoria, Brotas, Itapoan, Pirajá, Maré, Passe, Matoim, Categipe, Aratú, Periperi e Plataforma, assim como as actas que dizem respeito ao pleito em todas as sessões dos municipios de Itaparica, Villa de São Francisco, Sant’Anna de Catú, Pojuca, Abrantes e Matta de São João, porque infelizmente nenhuma d’ellas traduz a expressão sincera da verdade, sendo as mesmas no seu conjuncto o produto vergonhoso e deprimente de uma farsa tristissima, que vai de encontro ao mais leve principio de moralidade política, e esmaga estupidamente a soberania do voto popular.

Em todas as referidas sessões, Exmo. Sr., como é publico e notório, impe-rou apenas o desgraçado e criminoso regime do bico da penna, e como bem disse o conceituado e independente Diário de Noticias, em sua edição de 2 do referido mez, conforme V. Ex. poderá verificar ao exemplar que vai junto a este protesto.

Batendo, pois, às portas d’esta Junta Apuradora, serenamente excudado na Lei, peço que V. ex. se digne mandar tornar publicopor intermédio do Diário Official do estado, os nomes dos eleitores que dizem ter votado a 1º de fevereiro ultimo, para que melhormente fique patentiada a innominavel bandalheira de que foi theatro a Bahia, em pleno arvorecer do 35º aniversario da proclamação da República Brasileira.

Nestas condições, portanto, o infra assignado confiante no critério e na honestidade de V. ex. pede que este seu protesto seja tomado em consideração para os fins de direito uma vez que patentemente verificado está que não houve em absoluto eleições, para senadores e deputados no 1º districto da Bahia, em 1º de Fevereiro de 1925, tendo apenas funcionado a 1ª sessão da Sé, onde votaram 50 eleitores.

Nos demais collegios, conforme acima ficou dito, foi tudo uma inqualificável bombochada, nunca vista neste Estado.

Pede, ainda, que V. Ex. faça inserir, nos termos da Lei que trata da espécie, na acta da reunião da sessão de hoje, d'esta Junta, este pallido protesto, para salvaguardo dos direitos do infra assignado, pelo que espera, tranquillo o pronunciamento da Justiça sereníssima de V. Ex.

*Bahia, 3/3/1925
Cosme de Farias”*

A maior derrota de Cosme de Farias em número de votos, na década de 1920, no entanto, foi registrada em 1927, quando ele obteve apenas 624 adesões e foi o 12º colocado entre os candidatos do primeiro distrito quando apenas os sete melhores eram diplomados e tomavam posse. De acordo com as atas, o Major teve apenas 27,4% dos seus votos em 1925 (1.653 a menos) e 24,2% dos de 1923 (1.945 a menos), enquanto o mais votado do seu distrito, Pedro Calmon Muniz Bittencourt, obteve 12.970 e a média alcançada pelos sete eleitos subiu de 8.478 para 11.284. Apenas quatro dos sete eleitos no pleito anterior conseguiram repetir o êxito (João Velloso de Lima Gordilho, Eutychio da Paz Bahia, Manoel Duarte de Oliveira Junior, Silvano Ramos de Queiroz). As médias dos sete melhores por distrito foram de 8.121 (segundo), 10.518 (terceiro), 7.647 (quarto), 8.784 (quinto) e 9.859 (sexto).

Novamente, a situação era preocupante porque Cosme perdia eleitores, quando a conjuntura exigia mais votos para assegurar vaga na Assembléia. Para lograr sucesso, era preciso incrementar a quantidade de votos, mas, a partir dos dados oficiais, verifica-se que ocorreu o inverso com o jornalista. Fazer assertivas acerca do quadro de 1927 é difícil, porém há indícios que podem indicar que este saldo final não corresponde aos votos depositados nas urnas, porque ainda pairavam suspeitas sobre a idoneidade e transparência do processo eleitoral e o Major habitualmente não tinha o suporte de legendas eleitorais nem contava com o respaldo do governador para garantir sua vitória, em caso de manipulação dos dados. Pelo contrário, ele mostrava-se como um voraz adversário do governador Góes Calmon.

A tabela 09, formulada a partir da ata, traz os principais resultados:

TABELA 09 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL – 1927-1929

Candidato	Votação
1º distrito	
Dr. Pedro Calmon Muniz Bittencourt	12.970
Dr. Antonio do Amaral Ferrão Muniz	12.059
Dr. Mario de Castro Rabello	11.432
Dr. Eutychio da Paz Bahia	11.187
Dr. João de Lima Velloso Gordilho	10.853
Cel. Silvano Ramos de Queiroz	10.680
Cel. Manoel Duarte de Oliveira Junior	9.812
Dr. José Corbiniano Gomes	2.242
Dr. Gastão Florêncio Chastinet Guimarães	1.084
Dr. Arthur Lustosa de Aragão	1.065
Cel. Álvaro Ramos	656
Major Cosme de Farias	624
Cel. Odilon Alves Peixoto de Athayde	337
Cel. Francisco dos Reis	298
Cel. João de Teive e Argollo	240
Dr. Ponciano Ferreira da Fonseca	121
Dr. Cantidio Teixeira	86
Capitão Wanderlino Nogueira	53
Cel. Ângelo Caldeira	20
Dr. Leopoldo Amaral	17
Teodoro Bomfim	07
E outros menos votados	

Fonte: ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1237 – 1923/1936. Ata de 11/03/1927.

Como seus recursos não surtiram efeito, o Major permaneceu aliado do parlamento durante a década de 1920. Os episódios políticos daquela fase atiçaram sua ira contra o governador. Neste recesso, o combateu de forma nunca mais registrada na sua biografia, evidenciando ser Góes Calmon seu principal inimigo. Utilizou como tribuna a imprensa, cuja seleção de artigos foi depois publicada na obra *Lama & Sangue*, e participou de manifestações públicas. O livro de 124 páginas traz, como foi dito em capítulo anterior desta dissertação, denúncias contra a forma como o "voluntarioso bacharel" chegou ao poder, a perseguição contra a oposição e as condições sócio-econômicas do Estado, além de sugerir corrupção no governo, tentar mobilizar a sociedade e prestar homenagens a personalidades. Por sua audácia, foi punido. Conforme o capítulo anterior, teria sido preso, sempre por questões políticas, em 1924, 1925 e 1930.

Na maior parte desta fase de derrotas para Cosme, o Estado estava sob o comando do governador Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928)³⁹, cuja candidatura havia sido lançada e posteriormente abandonada por J.J. Seabra. Com o apoio do presidente da República Arthur Bernardes, Calmon foi eleito como governador, mas Seabra envidou esforços para impedir a sua posse, levando Salvador a viver em clima de guerra. A cidade passou a ser patrulhada por tropas do Exército e vigiada por marinheiros, enquanto a polícia local foi organizada para um possível conflito e passou a exercer vigilância sobre os parlamentares estaduais

que compunham a Comissão de Verificação do Poder Legislativo, encarregados de proclamar os resultados eleitorais após 1889.

A oposição oficializou a vitória de Calmon, alegando haver 87.757 votos para ele contra 11.479 do adversário, porém os governistas anunciaram Arlindo Baptista Leoni como governador, com 46.686 sufrágios contra 26.714, em sessão secreta presidida pelo seabrista Antônio Moniz. Por despacho, o presidente proclamou que Calmon era o novo chefe do executivo, decisão ratificada pelo Supremo Tribunal em resposta a um recurso. Bernardes decretou estado de sítio por trinta dias, para assegurar a posse do governador eleito e o funcionamento da Assembléia.

Bacharel em direito e banqueiro, Calmon teve sua gestão marcada pela reforma da educação, coordenada pelo jovem bacharel designado inspetor de Instrução Pública Anísio Spínola Teixeira, mas também concluiu a estrada Salvador-Feira de Santana, levou a via férrea de Nazaré a Jequié, e trouxe de volta e recuperou a Companhia de Navegação Baiana e a Viação do São Francisco. Fiel ao presidente Arthur Bernardes, ele enviou tropas a São Paulo, para sufocar a tentativa de Revolução de 1924, e a Sergipe, para coibir o levante organizado pelo tenente Augusto Maynard Gomes. Mais tarde, sem perceber o crescimento da insatisfação política no Brasil, apoiou a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e do ex-governador da Bahia Vital Henriques Batista Soares à vice-presidência. Apesar da Coluna Prestes ter apenas passado pela Bahia, líderes políticos e coronéis do interior foram convocados pelo presidente Bernardes, em 1926, para combatê-la.

Acredita-se que J.J Seabra tenha lançado Francisco Góes Calmon - um homem sem posição declaradamente definida em relação ao seabrismo - como candidato por estratégia para sua aproximação do presidente da República. O irmão dele, o engenheiro Miguel Calmon du Pin Almeida, havia sido nomeado ministro da Agricultura, Indústria e Comércio e despontava como provável sucessor de Seabra, que estava enfraquecido pela falta de apoio do governo central e por manifestações contra o custo de vida e por melhores condições de trabalho e salários. A imprensa também havia denunciado uma série de aposentadorias, promoções e nomeações imorais no final de sua gestão. Então, a indicação seria uma estratégia para busca de coalizão no futuro, que falhou. Derrotado, ele pediu hábeas corpus à justiça federal e exilou-se no exterior até 1926, tendo permanecido por longo período no ostracismo.

3.3 – Às vésperas da “Revolução”

Após o encerramento do mandato de Góes Calmon, em 1929, o Major mudou de estratégia, candidatando-se a deputado estadual em oposição ao calmonismo pelos primeiro e segundo distritos simultaneamente⁴⁰. Fez campanha baseada, em especial, nas atividades do movimento de combate à carestia e até contou com o apoio da primeira eleitora do sexo feminino da Bahia. Entretanto, terminou desistindo da candidatura em favor de Moniz Sodré, às vésperas das eleições, sob argumento de respeito à “disciplina partidária”. Ainda assim, obteve 346 sufrágios no total, menos do que galgou da vez anterior (624). Ficou em 11º colocado entre os candidatos do primeiro distrito (136 votos) e em 10º entre os concorrentes do segundo (210). Os mais votados nas duas regiões, Pedro Calmon Muniz Bittencourt e Alfredo Pereira de Mascarenhas, alcançaram 11.426 e 9.463, respectivamente. As médias dos sete eleitos por distrito foram de 9.857 (primeiro), 8.454 (segundo), 11.392 (terceiro), 11.986 (quarto), 7.606 (quinto) e 11.022 (sexto). A maioria dos eleitos no primeiro distrito era do Partido Republicano da Bahia.

Os principais resultados estão na tabela 10:

TABELA 10 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL – 1929-1931

Candidato	Votação
1º distrito	
Dr. Pedro Calmon Muniz Bittencourt	11.426
Dr. Antonio do Amaral Ferrão Muniz	11.285
Dr. Mario de Castro Rabello	10.810
Dr. João de Lima Velloso Gordilho	10.352
Dr. Eutychio da Paz Bahia	9.815
Cel. Manoel Duarte de Oliveira Junior	9.712
Dr. Victorino da Silva Tosta	5.604
Dr. Antonio Muniz Sodré de Aragão	2.325
Prof. Francelino de Andrade	2.018
Dr. Pedro Emilio de Cerqueira Lima	1.328
Major Cosme de Farias	136
E outros menos votados	
2º distrito	
Dr. Alfredo Pereira de Mascarenhas	9.463
Cel. Fabio Augusto Rodrigues da Costa	9.228
Dr. João Ferreira de Araújo Pinho	9.107
Cel. Manoel Caetano da Rocha Passos	8.309
Dr. Elmano Borja de Macedo	8.142
Dr. Jayme Baleeiro	8.012
Dr. Manoel Muniz Ferreira	6.923
Cel. Ceciliano da Silveira Gusmão	6.745
Cel. José Presídio de Figueiredo	994
Major Cosme de Farias	210
Cel. Álvaro Ramos	167
E outros menos votados	

Fonte: ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1237 – 1923/1936. Ata de 07/03/1929.

Aqueles eram anos de ebulição instabilidade econômica, porque o Estado estava descapitalizado e mantinha um sistema tributário ultrapassado, e também política. Em 1928, a Ba-

hia passou a ser administrada pelo governador Vital Henriques Batista Soares (1928-1930), posteriormente lançado candidato a vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo governador de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque. A despeito da crescente insatisfação e sucessão de manifestações no país, a oligarquia dominante baiana fez oposição à Aliança Liberal e à candidatura do gaúcho Getúlio Vargas, que trouxe o ex-governador J.J. Seabra de volta à cena política estadual.

Denominado de autonomista, o grupo formado por jovens como Octavio Mangabeira, irmãos Calmon e Ernesto Simões Filho, unidos a partir de 1927, defendia a candidatura de Júlio Prestes, combatia os “revolucionários”, congregava forças oposicionistas e exigia a independência estadual em relação ao governo federal. A campanha aliancista passou quase despercebida no Estado, em decorrência do apoio dado a Júlio Prestes-Batista Vital pelos Calmon, ex-seabristas, severinistas e pelo ministro do Exterior, o baiano Octavio Mangabeira. Mas as fraudes constatadas em outros pleitos do país repetiram-se.

Em seguida, eclodiu a “Revolução” de 1930, deflagrando o início da Era Vargas no país. Neste período, foram dissolvidos a Câmara e o Senado, encerradas as atividades partidárias, suspensas eleições. Na Bahia, a população protagonizou uma das manifestações mais violentas da Primeira República, conhecida como Quebra-bondes, cujo propósito seria protestar contra as empresas de transportes e energia, como discutido no capítulo II. O Estado passou a ser administrado por interventores. As primeiras experiências foram mal-sucedidas, até que o então tenente cearense Juracy Magalhães, de 26 anos, assumiu o governo em 1931.

O projeto getulista de construção da nacionalidade, através da centralização do poder, também foi alvo de resistência de políticos baianos porque ele subtraía privilégios de alguns grupos e terminou proporcionando as condições para superação, pelo menos temporariamente, das divergências entre facções locais⁴¹. Inspirados pelo regionalismo, eles defendiam a autonomia das unidades da federação e formaram um bloco para fazer oposição ao governo federal. Inicialmente, Seabra e o seu grupo tentaram aderir à “Revolução”, através da publicação de artigos n’*O Jornal* e de comícios, porém, como o ex-governador foi preterido por Vargas na escolha do interventor para a Bahia, terminaram unindo-se à oposição⁴².

No livro *Âncoras da Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia* (1930-1949), Paulo Santos Silva⁴³ afirma que esta bandeira foi capaz de aproximar antigos adversários, para recuperar a autonomia política do Estado. Somente entre 1932 e 1933, acenou-se a possibilidade de abertura, com a deflagração de uma sucessão de mudanças: o país ganhava um novo Código Eleitoral em fevereiro de 1932, gerando a expec-

tativa de convocação de eleições; a revolução paulista terminou em novembro de 1933; e Vargas nomeou uma comissão para elaborar o projeto de uma nova Constituição.

A historiadora Consuelo Novais Sampaio, em *Poder & Representação – o legislativo da Bahia na Segunda República – 1930-1937*, analisa que:

“(...) A Revolução de 1930 não destruiu a velha ordem oligárquica. Num primeiro momento, a revolução significou, ao nível da organização do Estado, a suspensão do sistema de representação política, o fechamento do Congresso, o fim dos partidos políticos. Em seguida, se desdobrou num processo de acomodação, que envolveu os ideais de renovação e de mobilização do sistema político defendido pelos tenentes, e a prática oligárquica que impregnava esse sistema. Deste modo, quando o jogo político-partidário foi reaberto, com as eleições de maio de 1933 para a Constituinte Nacional, as forças oligárquicas vieram à tona e se reorganizaram em torno dos velhos partidos políticos, ou dos novos que criaram”⁴⁴.

A partir de 1932, os grupos⁴⁵ procuravam organizar-se como corrente política, enquanto o interventor Juracy Magalhães constituía um partido para concorrer e vencer as eleições (o Partido Social Democrático, PSD). Os autonomistas criaram a Liga de Ação Social e Política (Lasp), que tinha o regionalismo como lema e exigia a retomada da direção política de Estado por um baiano e civil. Instalaram-se na Bahia a Ação Integralista Brasileira (AIB), com crescimento rápido no Sudoeste, Recôncavo e Sul; a Aliança Nacional Libertadora (ANL), rotulada de instrumento comunista pela AIB e com atuação pontual e de pequena repercussão no Estado; e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, na época, congregaria no máximo duas dezenas de ativistas. Surgiu ainda o oposicionista Partido Republicano Liberal (PRL), uma reedição do Partido Democrata que abrigou os discípulos de Seabra, foi presidido por Xavier Marques e desapareceu após as eleições para a Constituinte Nacional de 1933⁴⁶.

A oposição carecia de uma liderança, que superasse as dissidências internas e agisse pelo fortalecimento da resistência ao governo Vargas e ao interventor. As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 1933, se constituíram como um momento crucial para as forças oposicionistas. Então, novas e antigas lideranças uniram-se na campanha da chapa “A Bahia ainda é Bahia”, revelando o ressentimento contra os interventores “invasores” e a busca de revanche, mas saíram derrotados pelo partido juracista. Enquanto o PSD conseguiu eleger 20 constituintes, a oposição fez apenas dois (o professor de direito penal Aloísio de Carvalho Filho e o ex-governador J.J. Seabra). O resultado tornou-se motivo de orgulho para Juracy Magalhães, pela quantidade e expressividade dos “intelectuais” eleitos por sua legenda.

As eleições legislativas estaduais e para novas cadeiras na Câmara Federal, previstas para 24 de outubro de 1934, criaram nova oportunidade para a oposição ocupar postos decisórios, aproximando antigos rivais. Para fortalecer o autonomismo, o então deputado J.J. Seabra foi saudar Octavio Mangabeira, na Praça Cairu, em Salvador, em 10 de agosto de 1934, que retornava de longo exílio. Assim, o oligarca da República Velha juntava-se ao nome que daria coesão aos jovens oposicionistas. Em torno da liderança de Mangabeira, surgiu a Concentração Autonomista da Bahia, com o objetivo de resistir à “invasão dos forasteiros” na disputa pela composição da bancada legislativa estadual.

O PSD dos juracistas conquistou 30 vagas na Assembléia na consulta de outubro de 1934, contra apenas dez da oposição⁴⁷. Naquele ano, Octavio Mangabeira foi eleito para a Câmara Federal, ao lado de outros seis oposicionistas. Os resultados obtidos pelos autonomistas foram avaliados em assembléia geral presidida por J.J. Seabra, quando também elegeram Mangabeira como presidente do conglomerado⁴⁸. Foi uma eleição com baixa participação popular: só 3,4% da população (142.258 pessoas) foram às urnas⁴⁹. O fraco desempenho autonomista anulou suas chances de vitória na eleição indireta para governador de abril de 1935, quando a Assembléia Constituinte da Bahia concedeu a Juracy Magalhães o direito de administrar o Estado no quadriênio 1935-1939. Ele, porém, não concluiria o mandato, afastando-se em 1937.

Cosme de Farias não aparece entre os candidatos a deputado constituinte em 1934, nem entre os eleitos para vereança pela Concentração em janeiro de 1936⁵⁰. Sob estado de sítio, o PSD dos juracistas obteve duas vezes mais votos (15.527, ao todo) do que a soma das demais denominações (Concentração Autonomista, 2.936; Fidelidade à Bahia, 1.786; Integralismo, 1.639)⁵¹. Houve intensa suspeita de fraudes. No processo de apuração, foram proibidos os acessos de candidatos, fiscais e delegados da oposição à junta apuradora e as urnas ficaram guardadas em um antigo prédio conjugado com o Palácio Rio Branco (sede do governo), onde funcionou antes a Delegacia Fiscal. Fechado por risco de desabamento, o edifício foi repentinamente reativado nas eleições, atinando a atenção dos oposicionistas por receio da existência de uma manobra para facilitar o acesso de prepostos do governo às urnas para manipular os resultados⁵². O vereador autonomista Octavio Barretto requereu à Justiça apuração do caso, tendo arrolado entre as testemunhas o Major. A partir de então, a população passaria dez anos sem direito a voto. O Brasil só teria novo pleito após o processo de redemocratização em 1945.

O abandono da designação de partido evidenciava que a Concentração Autonomista era um aglomerado de facções capitaneadas por “chefes”. Nascida sob estímulo eleitoral, quase de improviso, ela tendia a se dispersar e fragmentar em subfacções. As eleições de 1938, que desencadearia novas alianças, seriam um teste de coesão, mas o pleito foi suspenso. Nesta fase, intensificou-se a repressão e dezenas de prisões foram efetuadas, mas o grupo manteve-se em atuação. O interregno ditatorial, porém, paralisou suas ações eleitorais por quase uma década.

Parcialmente derrotados, os autonomistas tenderiam a estreitar laços com o interventor Juracy Magalhães, que evitou medidas radicais e sempre procurou aproximar-se das lideranças locais visando assegurar a estabilidade a seu governo. A junção seria facilitada pelo rompimento de Juracy com Vargas, após o estabelecimento do regime ditatorial nacionalista do Estado Novo, em novembro de 1937. O abandono da interventoria ocorreu após pregações “democráticas”, em sucessivos discursos realizados a partir de 1935. Novos interventores assumiram o comando do território baiano. Em meio à convulsão de 1937, a Justiça Eleitoral deixou de atuar, as eleições foram suspensas, deputados federais tiveram seus mandatos interrompidos, a Câmara Municipal acabou extinta pelo governo federal.

O autonomismo só reapareceu com a convocação de eleições em 02 de dezembro de 1945, tendo como objetivos vencer o pleito e combater o governo e seu modelo centralizador. Sob a nova conjuntura e delineando-se como liberais, o grupo de Mangabeira juntou-se ao do “capitão forasteiro” Juracy Magalhães, em uma espécie de pacto contra o Estado Novo, na tentativa de reafirmar o Estado de direito no país. Isso implicava em ter Constituição promulgada, autonomia dos poderes da República (particularmente, do Judiciário), eleições livres, sufrágio universal, liberdade de organização e manifestação político-partidária dentro das normas constitucionais, além de liberdade de pensamento. Liberais e comunistas tinham objetivos e estratégias de atuação divergentes, porém também se uniram contra o nazifascismo e o Estado Novo e em prol da anistia dos presos políticos e da convocação de nova Assembléia Nacional Constituinte.

Uma das principais bandeiras neste momento era a anistia de Mangabeira⁵³, novamente exilado entre 1937 e 1945, mas consolidado como líder autonomista com notável poder de aglutinação de tendências e facções locais. Seu retorno do exílio, em 1945, parecia consistir no elemento que faltava para que a oposição triunfasse no Estado. Seu retorno representava a possibilidade de elevar a Bahia à posição de destaque no cenário nacional, perdida na “Revolução” de 1930. Tal expectativa confirmou-se com o regresso e a eleição de Mangabeira, em

18 de julho, para a presidência do Diretório da União Democrática Nacional (UDN), que passou a ter representação do autonomismo. A unidade obtida neste processo colaborou para a coesão e homogeneidade das lideranças baianas.

Enquanto travavam manifestações pela anistia, o presidente Getúlio Vargas preparava as eleições presidenciais⁵⁴. Apesar da tentativa do governo de adiar a discussão para depois do pleito, a pressão aumentou e foi concedida a suspensão das punições de cunho político aplicadas a partir de julho de 1936. O decreto-lei 7.474, entretanto, não restituía patentes aos militares e cargos públicos aos servidores anistiados. A decisão abriu perspectivas para o fim da censura aos veículos de comunicação e a organização de partidos políticos. Permaneceu, entretanto, o aparato ditatorial preconizado pela Constituição de 1937, que cerceava a liberdade da população. São desta época, entre outros, a UDN, que reunia opositores do presidente; o Partido Social Democrático (PSD), que abrigava interventores, seus auxiliares diretos e varguistas; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que aglutinou os remanescentes do PSD e representantes do sindicalismo criado pelo Estado Novo e comandado pelo Ministério do Trabalho; e o PCB, que pela primeira vez ganhou status legal.

A despeito das manifestações queremistas pela manutenção de Vargas no poder, UDN e PSD alinhavaram mais um acordo conspirativo na história do país, que culminou com a deposição do presidente. Em dezembro de 1945, foram realizadas eleições para a presidência da República e a Assembléia Nacional Constituinte. Candidataram-se ao cargo de presidente: o brigadeiro e participante do levante do Forte de Copacabana Eduardo Gomes (UDN), o general e ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (PSD) e o engenheiro Iêdo Fiúza (PCB). Na Bahia, Gomes foi apoiado por juracistas, autonomistas e pelo futuro Partido Socialista, então chamado de Esquerda Democrática. Dutra venceu. Foram eleitos 320 constituintes federais do PSD, UDN, PTB, PCB, Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL), Partido Social Progresista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Popular Sindicalista (PPS). A nova Constituição foi promulgada em setembro de 1946.

Cosme de Farias não figurou na lista dos delegados fundadores de partidos na Bahia, conforme registro de partidos no Tribunal Regional Eleitoral⁵⁵, e atravessou esta fase longe do parlamento. Mesmo após a breve abertura política e a convocação de nova assembléia constituinte, ele se manteve afastado. O mesmo ocorreu na eleição indireta para deputados classistas representantes de associações profissionais, em abril de 1936. Ele não estava entre os oito indicados para a bancada na Assembléia do Estado, apesar da sua intensa atuação em defesa do trabalhador – através de entidades como as associações dos Funcionários Públicos

da Bahia, Tipográfica da Bahia, Baiana de Imprensa (ABI) e dos Empregados no Comércio da Bahia - e na luta contra o analfabetismo e a carestia. Foram indicados os nomes patrocinados pelo governador⁵⁶.

3.4 – Vitórias e derrotas

O Major, neste período, atuou como militante e assistencialista, além de desempenhar as funções de funcionário público, jornalista e escritor. Em detrimento do volume e da grandeza de seus serviços sociais prestados à população de Salvador e municípios do interior, Cosme de Farias nunca assistiu sua popularidade reverter-se em quantidade de votos depositados em seu nome, durante as eleições para deputado estadual, entre 1907 e 1945. A totalização dos votos sempre revelava certa incompatibilidade entre o número de sufrágios para ele e sua popularidade, naquele momento incontestavelmente a maior alcançada entre os protagonistas dos movimentos políticos e sociais.

Até a ascensão do seu inimigo Góes Calmon ao poder, a exceção de 1907 e 1915, ele obtinha apenas o necessário para conquistar o mandato. Embora fosse registrado crescimento quantitativo de uma votação para outra, na maioria das vezes, seu desempenho estava aquém do desejado porque a média de sufrágios destinados aos seus concorrentes sofria incremento superior a dele. A partir de 1923, ele sucumbiu em meio aos tumultuados processos de eleição e apuração -ainda hoje, pairam dúvidas sobre a licitude dos resultados desta fase, sobretudo de 1927 -, à fragilidade das instituições, às restrições de direito à participação popular nos pleitos e ao controle calmonista sobre elementos com relevante influência na composição de forças eleitorais daquela fase, como o Centro Operário da Bahia. Fazer oposição, naquele momento, implicava na exclusão do círculo do poder no Estado.

Constatou-se que sua campanha era baseada principalmente nas atividades do movimento de combate à carestia, do qual fazia parte desde a década de 1910; nas demais ações desenvolvidas como ativista político e social; e no seu trabalho cotidiano de prestação de assistência social e jurídica a quem lhe procurava. Em paralelo, ele sempre manteve o apego ao modo de fazer política característico da República Velha, quando a organização política ocorria em torno de um chefe carismático, em detrimento de partidos. Assim, ele guardou fidelidade por todo o tempo ao líder J. J. Seabra, seguindo as suas orientações e apoiando suas decisões. Então, foi da bancada da situação quando Seabra e seus correligionários estiveram no poder. Outra prova desta sua postura foi a insistência em concorrer às eleições como candidato avulso, mesmo quando reconhecidamente suas chances de vitória eram reduzidas em de-

corrência da opção, já que, em geral, logravam êxito aquelas pessoas indicadas por personalidades de renome no Estado.

Naquele momento, sua forma de operar era compreensível, adequava-se ao contexto baiano. Nelson de Souza Sampaio, em *Meio Século de Política Bahiana*⁵⁷, tenta configurar “de que modo fatores demográficos, técnicos, econômicos, educacionais e sobretudo institucionais” influenciaram na política baiana nas quatro primeiras Repúblicas:

“Pensamos que as tendências mais salientes se resumiram nos seguintes: a) crescente desoligarquização do regime; 2) declínio do patriarcado rural; 3) maior respeito à autonomia do Estado, no plano político; 4) maior autonomia municipal; 5) maior participação política do interior do Estado; 6) debilitação do poder executivo do Estado e do município; 7) maior independência do legislativo do Estado e dos municípios; 8) marcha para o populismo; 9) crescente conscientização dos interesses do Estado, no debate político. É claro que as tendências enumeradas não são peculiares a Bahia. Há apenas uma diferença de ritmo destas mudanças em nosso Estado em comparação a outros. Em comparação a algumas unidades da federação, as mais industrializadas, temos andado mais lentamente para as direções apontadas. Mas, em compensação, avançamos com mais rapidez de que os Estados de estrutura agrária ainda mais tradicional que a nossa”.

Até a década de 1930, a Bahia vivia sob estrutura oligárquica, onde líderes políticos ofereciam seu apoio ao governador do Estado e, como contrapartida, recebiam apoio dele, em um processo arbitrado, quando preciso, pelo próprio presidente da República. Os estados tinham autonomia para elaborar suas legislações civil, comercial e eleitoral, mas, na prática, o presidente podia prestigiar um grupo em detrimento de outro, influenciar diretamente nesta “pseudo-soberania”. O quadro reproduziu-se até 1945 nas relações entre estados e municípios, devido à dependência financeira destes últimos junto ao Estado e à União. Havia fraude eleitoral: “a contagem (...) baseava-se em atas falsas (...). Os membros de muitas mesas receptoras, por vezes, sem reunir-se, pois o trabalho podia ser feito em casa, eram os únicos eleitores, votando por vivos e mortos. (...) As eleições para os postos legislativos pouco diferiam das demais”⁵⁸. Ao analisar os resultados acima, os governos faziam suas bancadas, assegurando quase a unanimidade de votos nos parlamentos, a exceção do governador Juracy Magalhães que administrou sem contar com a maioria na Câmara Estadual. Antes de 1947, todos os governadores fizeram seus sucessores.

O ano de 1937 foi de crise: predominava na Bahia o modelo oligárquico, a economia era frágil em decorrência da economia ser baseada no vulnerável sistema agro-mercantil, as organizações estavam abaladas pela instabilidade política agravada após o golpe de 1937 e as mo-

dificações na legislação. A primeira⁵⁹ delas foi a uniformização nacional da legislação eleitoral, antes determinada pelos estados e mais susceptíveis às ingerências do “chefe” local.

A segunda e a terceira foram respectivamente a institucionalização do voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral em 1932, que intimidaram as práticas da compra de votos, da apuração partidária e da retaliação das comissões verificadoras de poderes da Assembléia Geral à oposição. Na Primeira República, ocorria a negociação de sufrágios, a intimidação do eleitor em favor de um candidato específico, a manipulação das atas e a exclusão dos opositoristas da lista dos parlamentares eleitos pelas comissões de verificação, independente da quantidade de votos obtida.

A quarta foi a exigência de documento de identidade com retrato para votar e a obrigatoriedade de comparecimento em seção pré-estabelecida pela Justiça. A quinta foi a adoção da representação proporcional, que assegura mais chances a candidatos com eleitores dispersos pelo Estado, e o fim da inscrição de candidato avulso e a obrigatoriedade de filiação a partidos nacionais (antes, havia legendas estaduais). A sexta, a ampliação do universo do eleitorado, com a garantia do voto para mulheres. Assim, ampliou-se a necessidade de propaganda e de investimento financeiro em propaganda e fiscalização do processo eleitoral.

O rúbula negligenciou este processo novo e optou por manter sua forma de atuar, com a campanha baseada nas manifestações dos movimentos contra carestia, a favor da alfabetização etc., sobretudo na capital. Obrigado, ele apenas aderiu aos partidos, alternando passagens pela oposição e situação, como se vê no próximo capítulo.

¹ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1996. p. 62

² A BAHIA. Salvador, edições de 09 e 16 de novembro de 1907; SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)**. Salvador, BA: Edufba, 2001. Op. cit. p. 131

³ Em 1945, durante o processo de redemocratização do país, o presidente Getúlio Vargas restabeleceu a Justiça Eleitoral - depois da instância permanecer por cerca de oito anos com atividades suspensas - e determinou a exclusividade dos partidos políticos na apresentação de candidatos a cargos eleitorais. Até então, os candidatos independiam de legenda para concorrer à eleição.

⁴ A BAHIA. Salvador, edições de 09 e 16 de novembro de 1907.

⁵ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 62-63

⁶ A BAHIA. Salvador, edições de 17 e 24 de setembro de 1907.

⁷ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001. p.314-321

⁸ Ver melhor em TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 318-327

⁹ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p.330-334; e BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 75-91

¹⁰ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p.334-337

- ¹¹ A BAHIA. Salvador, edição de 18 de novembro de 1911; e DIARIO DA BAHIA. Salvador, edição de 01 de abril de 1913.
- ¹² DIARIO DA BAHIA. Salvador, edição de 01 de abril de 1913.
- ¹³ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 06 de abril de 1915.
- ¹⁴ DIARIO DA BAHIA. Salvador, edições de janeiro a abril de 1915; e A TARDE. Salvador, edições de janeiro a abril de 1915.
- ¹⁵ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 06 de abril de 1915.
- ¹⁶ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 09 e 10 de abril de 1915.
- ¹⁷ DIARIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 18 de fevereiro de 1917, ano II, nº 87, p. 1817; DIARIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 19 de fevereiro de 1919, ano IV, nº 86, p. 1669; e DIARIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 01 de março de 1921, ano VI, nº 90, p. 2218.
- ¹⁸ O IMPARCIAL. Salvador, edição de 03 de abril de 1937.
- ¹⁹ DIARIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 18 de fevereiro de 1917, ano II, nº 87, p. 1817.
- ²⁰ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)**. Salvador, BA: Edufba, 2001. Op. cit. p. 132
- ²¹ DIARIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 19 de fevereiro de 1919, ano IV, nº 86, p. 1669.
- ²² Os nomes das localidades são grafados como na época. Ver DIARIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 19 de fevereiro de 1919, ano IV, nº 86, p. 1669.
- ²³ DIARIO OFFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 01 de março de 1921, ano VI, nº 90, p. 2218.
- ²⁴ As atividades da Justiça Eleitoral seriam suspensas em 1937, sendo retomadas apenas no processo de redemocratização do país em 1945.
- ²⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: Edufba, 1998. p. 42-54
- ²⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Op. cit. p. 46
- ²⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Op. cit. p. 46
- ²⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Op. cit. p. 46-50
- ²⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Op. cit. p. 42-43
- ³⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Op. cit. p. 43-44
- ³¹ O TEMPO. Salvador, edições de 09, 10, 12 e 15 de dezembro de 1919.
- ³² O TEMPO. Salvador, edição de 10 de dezembro de 1919.
- ³³ DIARIO DE NOTICIAS. Salvador, edição de 12 de agosto de 1911.
- ³⁴ GAZETA DO POVO. Salvador, ano XI, nº 3160, edição de 21 de março de 1916.
- ³⁵ CAMPOS, Newton M. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.
- ³⁶ ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1238 – 1871/1929.
- ³⁷ DIARIO DE NOTICIAS. Salvador, edição de 02 de fevereiro de 1925.
- ³⁸ ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1238 – 1871/1929.
- ³⁹ BAHIA DE TODOS OS FATOS - Cenas da Vida Republicana 1889-1991. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1996. p. 114-119
- ⁴⁰ SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo**. Op. cit. p. 166; e ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1237 – 1923/1936. Ata de 07/03/1929.
- ⁴¹ Aprofundar em SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: Edufba, 2000.
- ⁴² SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação – o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1992. p. 57-80; TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 378-392
- ⁴³ SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição**. Op. cit. p.25-43
- ⁴⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação**. Op. cit. p. XXIII
- ⁴⁵ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 378-445
- ⁴⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação**. Op. cit. p. 82, 119-120; TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p.403-404
- ⁴⁷ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p.393-397
- ⁴⁸ A TARDE. Salvador, edições de 07 de fevereiro de 1935 e 29 de janeiro de 1936.
- ⁴⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação**. Op. cit. p. 134

⁵⁰ A TARDE. Salvador, edições de 31 de janeiro, 28 e 29 de fevereiro de 1936.

⁵¹ A TARDE. Salvador, edição de 29 de janeiro de 1936.

⁵² A TARDE. Salvador, edição de 31 de janeiro de 1936.

⁵³ Aprofundar leitura em ARINOS, Afonso; SIMAS FILHO, Américo e outros. **Um Praticante da Democracia: Octavio Mangabeira**. Salvador, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980; e LINS, Wilson. **Octavio Mangabeira e sua Circunstância**. Salvador, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, [sd].

⁵⁴ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 378-445

⁵⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. In: Boletim Eleitoral, ano I, nº 134. Salvador: Governo da Bahia, 01 de dezembro de 1945. p. 2337-2340 (Ver em Arquivo Público do Estado da Bahia-APEB, Seção Biblioteca).

⁵⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edições de 14 e 21 de fevereiro e 17 de abril de 1936.

⁵⁷ SAMPAIO, Nelson de Souza. **Meio Século de Política Bahiana**. In: A TARDE. Salvador, edição de 15 de outubro de 1962. p. 23

⁵⁸ SAMPAIO, Nelson de Souza. **Meio Século de Política Bahiana**. Op. cit.

⁵⁹ SAMPAIO, Nelson de Souza. **Meio Século de Política Bahiana**. Op. cit.

Capítulo IV

De deputado a deputado

4.1 – Derrota na abertura política

Forçado pela conjuntura política, o Brasil permaneceu em recesso eleitoral por dez anos. A Bahia seguia administrada, primeiro, pelo baiano Landulpho Alves (até 1942) e depois pelo coronel Renato Onofre Pinto Aleixo, liderança varguista responsável pela articulação política para as eleições de 1945. Nesta fase, entretanto, configurou-se uma nova aliança política na Bahia, inimaginável no início dos anos 1930¹. Após o afastamento voluntário de Juracy Magalhães da interventoria da Bahia, os mangabeiristas - que o rotularam de “forasteiro” no início da intervenção e disputaram contra ele a liderança política do Estado, em 1933, na composição da Assembléia Constituinte e, em 1935, na eleição indireta para o governo - se aproximaram dele.

Os laços firmados entre autonomistas e juracistas perdurariam por todo o processo de redemocratização iniciado em 1942, a partir do enfraquecimento do Estado Novo. Somente o projeto de construção da nacionalidade, mediante a centralização do poder, proporcionou a superação, embora temporária, das divergências políticas entre grupos locais, permitindo a formação de um bloco oposicionista coeso e capaz enfrentar o presidente Vargas. Assim, o autonomismo como partido surgiu de um estímulo eleitoral, porque a centralização das decisões políticas não interessava aos grupos regionais².

Distante do poder central, a oposição, sob o comando dos autonomistas, desdobrou-se em frentes diversas para esvaziar o Estado Novo e levar o país ao Estado de direito. Jornalistas, estudantes e professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, membros do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia elaboravam manifestos, propostas, moções e palavras de ordem. Comunistas, ex-comunistas, socialistas e principalmente liberais vinculados aos autonomistas faziam manifestações em locais públicos, onde proferiam discursos contra a situação política do país. Neste grupo, destacavam-se Aloísio de Carvalho Filho, Aliomar Barbeiro, João Mangabeira, Luís Caiana Filho, Nelson Carneiro, Nestor Duarte, Orlando Gomes, Wanderley Pinho e outros.

O cerne das reivindicações autonomistas era, entretanto, a anistia de Octavio Mangabeira, exilado desde 1937, mas que mantinha comunicação com seus pares na Bahia e preservava conseqüentemente seu poder no cenário local. Sua presença era considerada o elemento que faltava para assegurar a tomada do poder pela oposição. Em processo conjunto, Mangabeira, Aumando Sales Oliveira e Paulo Nogueira Filho foram acusados de crime de opinião por publicar manifestos contra o governo, mesmo do exílio.

Como não havia base legal para garantir a anistia naquele período e as perspectivas do “perdão” eram mínimas porque isso representaria uma derrota para o presidente Vargas, o retorno de Octavio Mangabeira ocorreu a partir de uma estratégia de cunho jurídico e político. Correligionários impetraram habeas-corpus em favor dos exilados, o que poderia significar tanto o retorno dos condenados quanto demonstrar a independência do Judiciário em relação ao Executivo e, portanto, se constituir como passo inicial em direção à “redemocratização”. Em 03 de abril de 1945, Nelson Carneiro comunicou por telegrama ao presidente do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia, Gilberto Valente, que haviam assinado favorável e coletivamente o recurso. O respeitado jurista João Mangabeira, o irmão socialista de Octavio, também esboçou em público seu protesto e sua solidariedade. Enquanto o pedido tramitava no Supremo Tribunal Federal, Otávio Mangabeira desafiava Vargas através de artigos, publicados em especial no jornal liberal *A Tarde*³.

O STF concedeu o habeas-corpus a Mangabeira em 11 de abril de 1945. Um mês depois, em 10 de maio, ele chegou a Barreiras, no Oeste baiano, onde foi saudado por autonomistas, e deslocou-se para a sede do governo, no Rio de Janeiro. Recebido por lideranças da União Democrática Nacional – como Eduardo Gomes, Homero Pires, José Américo de Almeida, Pedro Lago e Wanderley Pinho - e por populares, ele seguiu até o Centro da cidade e fez, no Teatro Municipal, seu primeiro discurso pós-exílio, posicionando-se contrário à ditadura e favorável à candidatura de Eduardo Gomes para a presidência da República. Depois, envidou esforços para demonstrar como Vargas tentava evitar a realização de eleições. Eleito como secretário da UDN e, depois, como presidente, o baiano passou a ser considerado como a principal possibilidade concreta de elevar a Bahia a uma posição de destaque no cenário nacional, condição perdida desde a “Revolução de 1930”.

Sob pressão, houve a retomada de funcionamento da Justiça Eleitoral, a regulamentação dos partidos políticos e a organização de pleitos para o executivo e o legislativo. A representação seria proporcional, ao invés de distrital. Simultaneamente, os autonomistas se empenharam na campanha por adesões à candidatura de Eduardo Gomes e ao autonomismo no interior

baiano e também por alianças para a formação do núcleo estadual da UDN. Uniram-se as “oposições coligadas”, incluindo juracistas remanescentes do antigo Partido Social Democrático (PSD) e autonomistas. Apesar do apelo oposicionista, a maioria dos prefeitos interioranos aderiu a Dutra, que venceu a disputa. A UDN, entretanto, conseguiu fazer maioria no legislativo, elegendo 12 deputados contra nove do PSD.

Simpaticizante de autonomistas mas mantendo restrições a Juracy Magalhães, Cosme de Farias continuou, neste ínterim, atuando em várias frentes humanitárias e em lutas políticas e sociais, como aquelas contra carestia e a favor do posicionamento do governo Vargas em relação à Segunda Guerra Mundial. Também prestava atendimento jurídico gratuito, como a assistência à cangaceira Dadá em 1942 quando requereu seu habeas-corpus à justiça - e promovia ações assistencialista.

Em janeiro de 1947, os baianos foram às urnas para escolher o governador, 60 constituintes estaduais, um deputado federal e um senador. Na Bahia, habilitaram-se junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para inscrever candidatos no pleito o progressista Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Republicano Democrático (PRD); o Partido Popular Sindicalista (PPS); o Partido Comunista do Brasil (PC do B); a Esquerda Democrática; e os conservadores Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido de Representação Popular (o integralista PRP), além do Partido Republicano (PR), ao qual se filiaria o Major Cosme de Farias.

Atenderam a convocação da Justiça eleitoral 67,6% dos 478.109 eleitores (ao todo, 322.240 pessoas). A população escolheu o autonomista Octavio Mangabeira como governador com 211.121 votos, contra 92.629 concedidos ao candidato do PTB, Medeiros Neto. Ele perdeu apenas em Alcobaça, Lage, Mata de São João e Salvador, onde saiu vitorioso o petebista. Sua candidatura surgiu a partir da aliança interpartidária encabeçada pela UDN e consolidada por seu empenho pessoal, como estratégia para consolidar o novo grupo no país e galgar popularidade para ele próprio concorrer à presidência em 1950. Aliou-se com PR, PRP (integralistas) e até com o PCB (comunistas, motivados pelos efeitos da Segunda Guerra e pela ameaça de cassação da licença do partido).

Vitoriosa, a aliança mangabeirista elegeu ainda 53 dos 60 deputados. Para a Assembléia Constituinte baiana⁴, foram eleitos 27 parlamentares pela UDN, 20 pelo PSD, sete pelo PTB, três pelo PR, dois pelo PCB e um pelo PRP. Apesar da redemocratização do país e da expectativa de mudanças na configuração política da Bahia, o Major Cosme de Farias continuou alijado do parlamento estadual⁵. Dono do título 650, estava alocado na quarta zona eleitoral.

Como candidato do PR, ele obteve apenas 565 votos nas eleições regular e suplementar e classificou-se apenas como sétimo suplente da legenda, entre os mais de 50 candidatos republicanos. O eleito com pior desempenho foi Antonino Fontes Mascarenhas, do PR, com 1.059 sufrágios a seu favor.

Além de Antonino, outros dois candidatos do PR (Humberto Hugo de Alencar, 1.092 votos; Manoel Cícero de Magalhães, 1.075) foram eleitos, enquanto a Esquerda Democrática e o PRD, com 2.119 e 1.245 votos respectivamente, não atingiram o coeficiente eleitoral de 5.199 adesões (resultado da divisão do total de votos pelo número de vagas disponíveis). O deputado mais bem votado foi Carlos Fernando de Souza Dantas, do PSD, com 4.708 sufrágios. Desta vez, os parlamentares foram diplomados e empossados antes da realização das eleições suplementares. Edson Ribeiro, da UDN, depois do resultado geral, cedeu a vaga a Nathan Coutinho.

Até então, a Bahia estava estagnada, devido aos parques investimentos federais repassados pelos getulistas para obras como a estância hidromineral de Cipó, a Escola Agrônômica e a ferrovia. Como governador, Mangabeira reuniu um secretariado com especialistas, mesmo tendo feito negociações para constituir a coligação. Estavam lá Anísio Teixeira, na Educação e Saúde (extra-oficialmente, Anísio cuidava do ensino e o próprio Mangabeira coordenava a pasta de saúde); Nestor Duarte, na Agricultura; Albérico Fraga, no Interior e Justiça; e o historiador Wanderley de Pinho, na Prefeitura de Salvador. Ele também imprimiu um modelo administrativo mais próximo da população, ao promover audiências públicas para discutir os rumos do governo.

Sua gestão destacou-se, sobretudo, nas áreas da saúde (ampliação do Hospital Santa Teresinha, reforma do Hospital Juliano Moreira, modernização do Hospital Couto Maia, intensificação das ações sanitárias pelo interior em parceria com o governo federal etc.), educação (construção da Escola Parque e de novas escolas de 2º grau, criação do Conselho Estadual de Educação), ciência (criação da Fundação para o Desenvolvimento das Ciências), cultura (apoio estadual para criação da Universidade Federal da Bahia, organização de atividades como o Salão de Belas Artes e o Clube de Cinema) e urbanização (pavimentação da Liberdade, consolidação da invasão do Corta-Braço, construção do Fórum Rui Barbosa, do Hotel da Bahia e da Fonte Nova). Enfim, ele atuou sobretudo na capital, com ênfase no controle dos sintomas dos problemas, mas também trabalhou preventivamente ao estender a Orla até o Aeroporto, criar a Avenida Centenário e contratar projeção da cidade para facilitar o planejamento urbano, por exemplo.

Apesar do sucesso como administrador, Mangabeira enfrentou restrições dos próprios colegas autonomistas, sob acusação de que estava afastando-se dos princípios do grupo por estreitar laços com o governo federal - principalmente através do ministro baiano Clemente Mariani - para a implementação de projetos na Bahia. As ações conjuntas se concentravam em especial nas áreas de educação e saúde, mas o investimento em pesquisas no ramo petrolífero também seria avaliado como um sinal da aproximação de Mangabeira com o governo federal.

Desapontado por não ter sido indicado para concorrer à presidência da República em 1950 e frustrado por não conseguir fazer na Bahia as mudanças políticas que desejava, ele preferiu ficar fora da disputa também para outros cargos e nem sequer indicou um candidato para sucedê-lo no governo estadual, mesmo gozando de aprovação da maioria dos baianos. Sua frustração foi analisada por ele próprio no famoso discurso de despedida, quando contou o seu espanto com as condições reais da Bahia vistas na sua posse, em 1947, e descreveu o que seria o chamado “enigma baiano”. Sobre o tema, diz Nelson Sampaio⁶:

“O cenário sócio-econômico de sua terra fê-lo cunhar a expressão ‘enigma baiano’, que adquiriu voga. Afirmava não compreender como um Estado potencialmente rico, com terras propícias às mais diversas culturas, com grande rebanho bovino, de clima ameno e de povo inteligente, jazia para tal estagnação econômica. Esquecia-se, da ausência de um ‘espírito empresarial’ a que aludira, com outras palavras, em certa ocasião. Aliás, como já comentamos, essa ausência era efeito das condições reinantes. Esse ‘povo inteligente’ possuía uma das maiores cifras de analfabetos do país. (...) Todas as regiões subdesenvolvidas, ressaltadas certas peculiaridades históricas, apresentam os mesmo sintomas: baixa renda per capita, alto índice de analfabetismo, maior população rural do que urbana, baixa duração média de vida, grande desemprego, regime demográfico caracterizado por altas taxas de natalidade e mortalidade. Não se esqueça também da influência da escravidão, que continuava atuando sobre nossa mentalidade, pela proximidade da herança histórica. (...) A escravidão faz os homens livres considerarem aviltante não só o trabalho manual mas até o trabalho técnico”.

Além disso, o governador ainda indicou entre os fatores a perda da competitividade agrícola para o eixo Sul-Sudeste, por mais de um século, a medida em que o café começava a pesar mais do que o açúcar na exportação de produtos primários⁷. E apontou que as duas alternativas para a Bahia seriam o municipalismo, com a transferência de verbas da União para as prefeituras, e a melhoria da distribuição de renda e facilitação do acesso à educação, o que, de certa forma, explica a escolha das prioridades do seu governo. Durante seu mandato, a nova Constituição havia determinado a realização de eleições municipais diretas, para escolha

de prefeito e vereadores, a cada quatro anos, além de estabelecer a quantidade de parlamentares por número de habitantes.

A decepção também se manifestou durante a corrida pelo governo: apesar da base desgastada, os autonomistas consideravam ideal lançar um nome como o do banqueiro e ministro da educação Clemente Mariani, capaz de associar a candidatura de governador à de presidente da República, encabeçada por Eduardo Gomes, entretanto Mangabeira preferiu manter-se neutro na campanha, liberou seus correligionários para decidir em quem votar e distanciou-se de cargos públicos por quatro anos, retornando à Câmara de Deputados apenas em 1955, como deputado federal pela Bahia.

Juracistas e autonomistas cabalaram sufrágios para Gomes, mas disputaram o governo estadual com pretendentes distintos. O processo culminou com duas candidaturas. Uma do ex-interventor Juracy Magalhães pela UDN, apoiada pela maioria dos udenistas mas rechaçada pelos autonomistas abrigados pela legenda; e outra do engenheiro e diretor geral da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro Lauro Farani Pedreira de Freitas pelo PSD, amparada principalmente pelo jornalista e político Ernesto Simões Filho. O primeiro articulou a Aliança Democrática que uniu a UDN com PR, PTN, PSP e PSB, enquanto o segundo compôs a Coligação Democrática Baiana, formada pelo seu PSD com o PRP, o PST e o PTB de Vargas.

Com a morte de Freitas em acidente aéreo registrado dias antes do pleito, a chapa passou a ser liderada pelo deputado federal e ex-autonomista Luís Régis Pacheco, de acordo com decisão em convenção extraordinária do PSD. Com 321.168 sufrágios a seu favor, Pacheco venceu a consulta popular e geriu o Estado no período 1951-55. Mais uma vez, o brigadeiro Eduardo Gomes foi candidato, porém o pleito legitimou (com 48% dos votos) o retorno de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, de onde só sairia morto em agosto de 1954. Na Bahia, Vargas obteve 307.621 votos, contra 165.771 conferidos a Gomes, 109.054 a Cristiano Machado (PSD) e apenas 241 ao socialista baiano João Mangabeira.

Régis Pacheco⁸ criou o Departamento de Colonização e Imigração, e a Escola de Medicina Veterinária da Bahia, na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, como estratégia para desenvolver este segmento econômico no Estado. Ele também inaugurou o Estádio da Bahia (depois chamado de Octavio Mangabeira e popularizado como Fonte Nova), cuja edificação foi iniciada na gestão anterior, e começou a obra da hidrelétrica do Funil, beneficiando 12 municípios e dando seqüência ao plano de eletrificação da Bahia, e de pavimentação da rodovia Salvador-Feira de Santana. Na sua administração, foi realizada a obra de ampliação

da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, e implementada a construção de portos no Estado.

O mandato, entretanto, foi desgastante. O presidente da Assembléia Legislativa, Augusto Púlio, em nome da casa, impetrou mandato de segurança contra o governador, questionando a legalidade da nomeação de juízes para o Estado, e também ameaçou invalidar os atos do Executivo, porque ele estaria desrespeitando a independência do Poder Legislativo e ferindo a Constituição. Mais tarde, um novo escândalo foi deflagrado diante da acusação de desvio de Cr\$ 10 milhões do empréstimo para a construção da Estrada de Ferro de Nazaré, além de favorecimento à Navegação Baiana e Viação São Francisco na área de exploração de transporte. Já no final, em 1954, Salvador foi liberada da condição de base militar pelo presidente da República, Getúlio Vargas; resgatou sua autonomia político-administrativa; e retomou o direito de eleger por voto direto seu prefeito. Neste ano, Pacheco exonerou a pedido o prefeito Osvaldo Gordilho e nomeou Aristóteles Góes para substituí-lo.

4.2 – Experiência na Câmara

Animado pela informação de que teve seus votos para deputado estadual concentrados em Salvador, Cosme de Farias concorreu a uma vaga na vereança da capital em dezembro de 1947, também pelo Partido Republicano. Finalmente, pela primeira vez, o Major chegou ao cargo de vereador⁹. Entre os eleitos, foi o último colocado na classificação geral, com apenas 553 votos, enquanto o mais votado foi Almir Magalhães Matos (PTN) com mais do que o dobro dos seus sufrágios (1.202). Único diplomado da sua legenda, ele conquistou a cadeira graças ao coeficiente eleitoral do seu partido. A votação foi dominada pela UDN, cuja banca foi composta por dez parlamentares. Em seguida, vieram o PTB com três vereadores, o PTN e PSD com dois cada e o PR com um. Ao todo, 40.778 pessoas atenderam à convocação da Justiça Eleitoral, originando 39.726 votos válidos, 681 em branco e 1.052 nulos.

A vitória de Cosme de Farias foi comemorada até na Assembléia Legislativa. O deputado Aloísio Short (UDN), da Coligação Democrática Autonomista, mencionou em plenário a crônica do escritor Pedro Calmon sobre “o ato de justiça do eleitorado do município de Salvador, elegendo-o seu vereador (...), pela sua prestimosidade, pela sua dedicação à causa dos desamparados”, publicada no jornal *A Tarde* de 30 de janeiro de 1948, e leu o texto, incluído posteriormente nos anais da casa¹⁰.

Quase não houve divulgação de boletins parciais. Foi uma eleição com recursos para revisão da contagem de votos impetrados¹¹ por partidos como UDN, PSD, PTB e o próprio PR,

mas a Comissão Apuradora decidiu “não ser permitido conceder vista aos candidatos e delegados de partidos das atas e mapas já revistos pela Comissão Apuradora, facultando-se, porém, fornecer certidão daqueles documentos”, em atenção à resolução 1.527 do Tribunal Superior Eleitoral de 06 de fevereiro de 1947.

Os resultados dos candidatos eleitos estão na tabela 10:

TABELA 11 – DESEMPENHO DOS VEREADORES ELEITOS – 1948-1951

Candidato	Votação
PTN – Partido Trabalhista Nacional	
Almir Magalhães Matos	1.202
Jaime da S. Maciel	1.000
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro	
Otávio Augusto Dumond	1.000
Américo Nogueira Lisboa	975
Abelardo Fortuna Andréa dos Santos	967
PSD – Partido Social Democrático	
Isidoro Bispo dos Santos	897
Arnaldo Rodrigues da Silveira	672
UDN – União Democrática Nacional	
Artur Guimarães Cova	988
Álvaro Franca Rocha	869
Carlos de Góes Mascarenhas	820
Manoel Duarte de Oliveira Junior	802
Eduardo Diniz Gonçalves	790
Genebaldo Sampaio Figueiredo	760
João Batista Caribe	721
Heráclito Pires de Carvalho	713
Athalidio Caldeira da Costa	625
Hermogenes Príncipe de Oliveira	601
PR – Partido Republicano	
Major Cosme de Farias	553

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de março de 1948, ano II, nº 1070. Seção Boletim Eleitoral.

O final da gestão de Octavio Mangabeira foi conturbado, como já se discutiu acima. Fiel aos princípios do antigo seabrismo, Cosme de Farias liderou¹² em 1950 uma dissidência do Partido Republicano, em protesto contra a aliança da legenda com o ex-interventor Juracy Magalhães na concorrência pelo governo. Na época, o maior expoente republicano era o deputado Manoel Novais, defensor da região do Rio São Francisco. Ao invés de romper irmanar-se com Juracy como definido pelo PR, o Major preferiu juntar-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do presidente Getúlio Vargas e alinha-se à Coligação Democrática Baiana, em torno da candidatura de Lauro de Freitas e, depois, do seu substituto Régis Pacheco. Como seus candidatos conquistaram os postos de governador e presidente, Cosme tornou-se um parlamentar da situação.

Após mudança de sigla, o Major foi reeleito pelo PTB para cumprimento do mandato de vereador entre 1951 e 1955¹³. Nesta oportunidade, recebeu 1.060 sufrágios (quase o dobro do pleito passado), alcançando a terceira vaga dentre as quatro que couberam ao seu partido. A bancada petebista foi formada por ele, Humberto Câmara, Izidro Franca Monteiro e Rosalvo Barbosa Romeu. Neste ano, Osório Vilas Boas obteve o melhor desempenho, com 1.713 adesões. A UDN conquistou no total 14.037 adesões e enfraqueceu, tendo sua representação reduzida de dez para quatro parlamentares, enquanto a Coligação Baiana, com 18.734, e o PTB de Cosme de Farias, com 14.777, incrementaram suas bancadas e conseqüentemente fortaleceram-se. Também asseguraram vagas o PST (8.451 sufrágios), o PR (6.796) e o PSP (5.306).

Ficaram sem representantes o PTN, o PRP, PSB e o Partido Democrata Cristão (PDC), que tiveram, no total, respectivamente 4.414, 8.435, 3.388 e 3.347 votos.

Desta vez, ocorreram eleições regular em toda capital e, depois, suplementar somente naquelas seções com suspeita de manipulação dos votos¹⁴. Na primeira vez, em outubro de 1950, 88.015 pessoas foram às urnas, dentre as quais 3.540 deixaram a cédula em branco e 3.632 preferiram anular o voto. Na segunda, em fevereiro de 1951, foram 1.910 votantes, sendo registradas 38 abstenções e nenhuma anulação. O coeficiente eleitoral final (soma dos votos válidos e dos em branco dividido pelo número de vagas) foi de 4.792 votos.

A tabela 12 apresenta o desempenho dos eleitos nas duas votações:

TABELA 12 – DESEMPENHO DOS VEREADORES ELEITOS – 1951-1955

Candidato	Votação
Coligação Bahiana	
Osório Vilas Boas	1.713
Carlos de Góes Mascarenhas	1.355
Arthur Guimarães Cova	1.353
Isidoro Bispo dos Santos	1.332
Antônio Queiroz Muniz	1.324
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro	
Humberto Câmara	1.421
Izidro Franca Monteiro	1.086
Major Cosme de Farias	1.060
Rosalvo Barbosa Romeu	987
UDN – União Democrática Nacional	
Jaime Loureiro da Costa	1.165
Álvaro Franca Rocha	1.112
Genebaldo Sampaio Figueiredo	1.048
Laurentina Pugas Tavares	1.039
PST – Partido Social Trabalhista	
Samuel Figueira	806
Paulo Fabio Dantas	782
PR – Partido Republicano	
Demostenes de F. Paranhos	1.006
José Ferreira Dias	742
PSP – Partido Social Progressista	
Hermes Oliveira	551

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 18 de janeiro de 1951 e 30 de março de 1951, ano III, nº 1767 e 1828 respectivamente. Seção Boletim Eleitoral.

Depois de dois resultados favoráveis consecutivos e de exercer a vereança entre 1948 e 1955, Cosme de Farias entrou forçosamente em recesso, em decorrência do saldo negativo nas consultas de outubro de 1954 e fevereiro de 1955. O rábula concorreu à vaga como vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), conforme ata do Tribunal Regional Eleitoral de 01 de março de 1955¹⁵. Havia trocado o situacionista PTB pela legenda que, em 1951, somou apenas 3.345 votos e não elegeu representante para a Câmara Municipal de Salvador. Era, portanto, um partido “nanico”, que, naquele momento, apoiava a candidatura ao cargo de prefeito do engenheiro Hélio Ferreira Machado.

Entretanto, “o PDC conseguiu, no âmbito do legislativo federal, tornar-se o partido que mais cresceu percentualmente entre as legislaturas 1955-59 e 1963-67, pulando de duas para vinte cadeiras na Câmara dos Deputados, e ainda conquistando uma no Senado Federal”¹⁶. O próprio Machado conquistou uma vaga na Câmara Federal pelo PDC, em 1959. Na disputa pelo governo da Bahia, foi derrotado em 1954. O concorrente da coligação PSD/PR/PL/PDC/PSP, historiador e professor universitário Pedro Calmon, perdeu o pleito para o advogado, professor universitário e deputado Antônio Balbino, da Frente Democrática Popular constituída por UDN, PTB e PST.

Foram promovidas duas votações, a regular e a suplementar, entre 1954 e 1955. Na primeira¹⁷, realizada em 3 de outubro, o total de votantes da capital foi de 104.514. Nesta oportunidade, o Major contou com apenas 610 adesões, ficando como primeiro suplente do PDC, atrás de Lutgardes Macedo (1.008) e Dionizio Azevedo (688) e à frente de Aberlard Rodrigues Santos (578) e Luiz Viana (526). Cerca de 1.500 votos de três urnas foram renovados nas suplementares da capital¹⁸, em fevereiro de 1955, quando o prefeito e os vereadores considerados eleitos na primeira consulta já haviam sido até diplomados. Entre os candidatos, tinham oportunidades de reverter o quadro e vir a compor o parlamento municipal: Cosme de Farias, Barbosa Romeu, Milton Neves, Leôncio Farani, Carlos Mascarenhas, entre outros. Um manifesto pró-major foi encaminhado a jornais por amigos dele, incluindo um dos seus confrades na Liga Baiana contra o Analfabetismo, professor Valdir Oliveira. Diz um trecho do documento divulgado pelo jornal *A Tarde*¹⁹:

“Aos dignos votantes das Urnas Suplementares.

O Comitê Cívico, instituído especialmente para pugnar pela vitória da candidatura do major Cosme de Farias, para Vereador, pelo município de Salvador, (...) pede a todos os eleitores das urnas da Liberdade, Pirajá e Água Comprida que vão ser renovadas em 27 do corrente mês, que sufraguem o seu festejado nome, dando assim, uma prova eloqüente de nobreza dos seus sentimentos.

Cosme de Farias é um homem que, há 56 anos, sem interrupção, defende, aqui, os infelizes, os desamparados, os desvalidos, e os desprotegidos da sorte.

E, também, neste Estado o pioneiro patriótico e audaz d’A Campanha contra o Analfabetismo’.

Às urnas, pois, dignos e conscienciosos votantes com o nome do incansável Cosme de Farias.

Salvador, 23 de fevereiro de 1955.

Prof. Valdir Oliveira, Claudionor Ribeiro Sanches, Antonio Luiz Franco, Benedito Ribeiro Caldas, Manoel Abilio de Jesus, Adolpho Ribeiro Sanches, Heraclio Cardoso de Melo, João de Barros Barbosa, Paulino Jovini-

ano Caribe, Cassiano Cardoso da Silva, Ponciano Pereira da Fonseca, Antonio de Matos, Joaquim de Jesus, Florisvaldo Atalico de Assunção, Fabio Trindade, Arnaldo Francelino Pereira, José Joaquim de Carvalho, Leônidas da Cunha, professora Elza Ferraro de Melo, Oto Brandão Filho e Edmundo de Almeida”.

A cabala dos amigos para o Major não adiantou²⁰. Com a apuração e nova impugnação da sessão de Pirajá, os candidatos Josenita Dias e Leôncio Farani, do PR e PST respectivamente, conquistaram as vagas antes destinadas a Rocha Lira e Amir Macedo. A disputa foi equilibrada, com bancadas formadas, em geral, por apenas dois ou três parlamentares. Elegeram duplas o Partido Libertador, Partido Democrata Cristão, Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Trabalhista e Partido Social Progressista. Somente a União Democrática Nacional e o Partido Republicano formaram trios. O médico Lutgard Macedo e Dionizio Azevedo tomaram posse pelo PDC de Cosme. Nenhum dos candidatos alcançou o coeficiente eleitoral, que ultrapassou 5.500 votos, sendo diplomados aqueles que obtiveram o coeficiente partidário. Não foram localizados boletins com nome dos suplentes nesta suplementar.

Segue a enumeração dos vereadores eleitos na tabela 13:

TABELA 13 – DESEMPENHO DOS VEREADORES ELEITOS – 1955-1959

Candidato	Votação
PL – Partido Libertador	
Arthur Guimarães Cova	1.199
Augusto D’Almeida Monteiro	937
PDC - Partido Democrata Cristão	
Lutgard Macedo	1.012
Dionizio Azevedo	713
PSD - Partido Social Democrático	
Ozorio Cardoso Vilas Boas	1.494
Antonino Batista dos Anjos Casais	1.153
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	
Rosalvo Barbosa Romeu	1.266
Adroaldo Albergaria	1.256
UDN – União Democrática Nacional	
Heitor Dias Pereira	1.569
Laurentina Pugas Tavares	1.231
Jaime Loureiro Costa	1.032
PST – Partido Social Trabalhista	
Carlos Góes Mascarenhas	945
Amir Macedo	906
PR – Partido Republicano	
Maria Nemur do Vale Laffite	1.013
José da Rocha Lyra	802
Josenita Ferreira Dias/ Ájax Baleeiro	795
PSP – Partido Social Progressista	
Armando Honorio Ulm da Silva	1.287
Gustavo Gomes da Fonseca	1.176

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 29 de março de 1955, ano XXXVII, nº 3620.

A derrota no pleito de 1954 abateu o rábula. Nos dias que sucederam as suplementares, ele reduziu sua frequência no plenário da Câmara e, antes mesmo da realização da segunda rodada das eleições, como se estivesse prevendo o resultado final negativo, escreveu e publicou na imprensa alguns versos como desabafo²¹:

*“Cheguei, também, à vossa companhia,
defendendo o Amor e a Liberdade.
Lutando alto contra a tirania
Eu gastei toda a minha mocidade.*

*Trago o peito repleto de alegria
Porque não foi aos bródios de maldade.
Tangi por terra muita vilania!
Salvei do lobo muita virgindade!*

*Estou pobre e sozinho, e sem futuro...
Porém soldado de tudo quanto é puro,
E desprezando sempre o egoísmo...*

*Dai-me, pois, um braço, ó camarada!
Quando os infames jogam-me pedras,
Brilha mais alto o meu idealismo!”*

Em 1954, exatamente 679.606 pessoas participaram da escolha de governador, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos e vereadores na Bahia²². Este foi um ano de acentuada abstenção eleitoral²³: somente 62,35% das pessoas habilitadas para votar compareceram às sessões. Candidato preferido do governador Régis Pacheco, Antônio Balbino de Carvalho Filho (PSD) sagrou-se vitorioso na corrida pelo governo do Estado, com 354.197 votos, contra os 298.140 destinados ao seu adversário, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, ligado à maioria pessedista, a UDN juracisista e ao PTB.

Balbino administrou a Bahia entre 1955 e 1959²⁴ e implementou ações sociais como a construção de lavanderias públicas na periferia de Salvador; a inauguração do sistema de abastecimento de água em Feira de Santana, durante intensa seca na região; e a retomada das obras do Teatro Castro Alves (que seria incendiado cinco dias da inauguração). Ele pregou a pacificação política no país como atenuante da crise econômica e foi aclamado no Sul do Estado por sua atuação em favor da cultura do cacau, que havia se beneficiado com a criação pelo presidente Juscelino Kubitschek do Fundo de Recuperação da Lavoura Cacaueira e pela adoção do preço mínimo do cacau. Por outro lado, também enfrentou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), constituída para apurar possíveis irregularidades em sua gestão. Sobre esta fase, diz Tavares²⁵:

“O ponto alto do governo de Antônio Balbino foi a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), coordenada pelo economista Rômulo Almeida, um dos responsáveis pelo projeto da Petrobras. Conseguiu reunir jovens economistas e estudiosos dos problemas baianos e preparou projetos que todavia não se concretizaram em sua administração. Preocupou-se também em oferecer melhores condições de vida aos bairros populares da cidade do Salvador construindo centros sociais que forneciam assistência médica. (...) Deixou de atender a um compromisso eleitoral da campanha de 1954, que era o de apoiar a candidatura de Juracy Magalhães ao governo da Bahia. Preferiu um candidato apolítico, o engenheiro José Pedreira de Freitas”.

No final do seu mandato, Antônio Balbino descumpriu um acordo firmado na campanha eleitoral de 1954 e desistiu de apoiar o candidato da coalizão entre a nova legenda autonomista – o Partido Libertador (PL) – e o PR, o capitão udenista Juracy Magalhães, preferindo atuar em prol do engenheiro José Pedreira de Freitas (PSD). O PDC lançou o nome de Tarcilo Vieira de Melo. Ainda assim, o ex-interventor elegeu-se²⁶ para administrar a Bahia entre 1959 e 1963. Sua gestão foi marcada pela elaboração de um plano de desenvolvimento para a Bahia, sob a coordenação do economista Rômulo Almeida. Os objetivos eram promover a industrialização, propiciar a geração de emprego, assegurar a valorização dos salários através de farto abastecimento e garantia dos direitos básicos como educação e saúde para a população, além do aproveitamento dos recursos naturais, humanos e industriais do Estado e do investimento em infra-estrutura (transporte, comunicação etc.).

Isso seria viabilizado com a captação de recursos privados e públicos de fora do Estado, inclusive dos cofres da União ou assegurados através dela, para aplicação em projetos agrícolas e industriais. A idéia inicial era de implementação do plano entre 1960 e 1963, mas a conjuntura política nacional entre 1961 e 1962 - cujo ápice foi a renúncia do presidente Jânio Quadros e a disputa pelo cargo entre militares e o vice-presidente eleito João Goulart - e as dificuldades econômicas da Bahia inviabilizaram sua concretização. O plano sequer foi aprovado pela Assembléia Legislativa.

4.3 – Recuperação de mandato

Cosme de Farias recuperou a cadeira na Câmara Municipal de Salvador durante o pleito realizado em 1958, ainda pelo PDC²⁷. Com 1.545 votos – mais do que o dobro da vez anterior, quando teve apenas 610 -, ele foi o mais votado do seu partido e obteve o sexto melhor desempenho entre todos os candidatos à vereança. Neste ano, Pacheco Filho, do PSP, somou

2.913 sufrágios, quase o dobro de Cosme, e foi o primeiro colocado na classificação geral. Major e Carlos Barbosa Romeu compunham a bancada pedecista.

Aquela foi uma eleição concorrida e equilibrada, com nove partidos ocupando duas vagas cada. A UDN e o PR conquistaram no total 15.139 e 13.271 votos respectivamente, mas ainda assim tiveram suas bancadas reduzidas de três para dois parlamentares cada. O PTN, que não tinha representante, passou a ocupar duas cadeiras, graças aos 11.381 sufrágios destinados a candidatos da legenda. Também garantiram vagas no parlamento municipal o PDC (14.770 votos, no total), o PSP (14.231), o PTB (11.164), o PL (10.966), o PSD (10.220) e o PST (10.163). Ficaram sem representantes o PSB (6.980), o PRP (5.450), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (4.948), entre outros, por não alcançarem o coeficiente partidário. Ao todo, 589.747 pessoas estavam habilitadas para votar no Estado. O rábula tomou posse em cerimônia com a presença do prefeito eleito Heitor Dias, em março de 1959.

Os resultados estão na tabela 14, elaborada a partir do cruzamento de dados publicados no Diário Oficial, seção Câmara Municipal de Salvador:

TABELA 14 – DESEMPENHO DOS VEREADORES ELEITOS – 1959-1963

Candidato	Votação
PL - Partido Libertador	
Paulo Magalhães Dantas	1.995
Arthur Guimarães Cova	1.299
PDC - Partido Democrata Cristão	
Cosme de Farias	1.545
Carlos Barbosa Romeu	1.337
PSD - Partido Social Democrático	
Osório Vilas Boas	1.613
Paulo Moreira de Souza	1.044
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	
Adroaldo Albergaria	1.652
Álvaro Augusto da Silveira	1.153
UDN – União Democrática Nacional	
Jayme Loureiro Costa	1.641
Antônio Bichara	1.328
PST – Partido Social Trabalhista	
Aurélio Lisboa	937
Paulo Fábio Dantas	882
PR – Partido Republicano	
José Rocha Lyra	1.435
Demóstenes de Freitas Paranhos	1.137
PSP – Partido Social Progressista	
Pacheco Filho	2.913
Ebert de Castro	1.275
PTN – Partido Trabalhista Nacional	
João Martins da Costa Neto	1.494
Agnaldo Uripia Câmara	1.184

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril e 05 de maio de 1959, ano XLIII, nº 5459 e 5464 respectivamente; A TARDE. Salvador, edição de 11 de novembro de 1958.

Ainda filiado ao Partido Democrata Cristão, Cosme de Farias candidatou-se nas eleições de 07 de outubro de 1962 e conquistou o direito de permanecer na Câmara Municipal por mais uma legislatura (1963-1967)²⁸. Registrou-se um incremento no somatório de votos do Major (1.737) em relação ao pleito anterior, quando ele teve 1.545 adesões ao seu nome. Pela segunda vez consecutiva, foi o mais votado do seu partido e galgou o quarto melhor desempenho entre todos os candidatos à vereança, atrás apenas de Luiz Sampaio (PST), Paulo Sack (UDN) e Antonino Casaes (PSD). Sampaio teve o melhor resultado, somando 2.320 sufrágios a seu favor, o que significa que houve uma redução da diferença entre o melhor colocado e Cosme. Mas, ainda assim, o quadro era preocupante porque ele mantinha-se distante do coeficiente eleitoral (7.005 sufrágios). Ao todo, foram apurados²⁹ 140.495 votos válidos e brancos e abstenção de 27,9% em Salvador. Os brancos somaram precisamente 7.958 e os nulos, 10.005.

A eleição³⁰ foi concorrida e houve renovação parcial do parlamento, porque somente sete vereadores reelegeram-se. Contudo, registrou-se pouca variação da composição partidária. A 18ª vaga foi disputada a partir de julgamento sobre a validade dos votos da urna de Paranaíba, que estava sob suspeita de fraude, mas, nos jornais pesquisados, não foi localizada a decisão final da Justiça Eleitoral com o total de votos destinados ao candidato diplomado Rubem Amorim (PST), cujo mandato estava ameaçado.

Pelo resultado apresentado antes desta decisão judicial, observou-se o seguinte cenário: o UDN, o PR, o PSP, o PL, o PST e o PDC mantiveram duas cadeiras cada; o PTB perdeu uma; o PSD e o PRT ganharam uma cada, sendo que este último passou a ter representação; e o PTN perdeu suas duas e, conseqüentemente, a representação. A bancada do PDC foi formada pelo Major e por Adroaldo Albergaria, que havia migrado do PTB para esta legenda. O pedecista Barbosa Romeu, que havia acompanhado o rúbula na gestão anterior, ficou apenas como primeiro suplente.

Nesta época, houve evasão de políticos dos partidos de grande e médio porte para outros menores, o que originou uma composição partidária atípica na Assembléia Legislativa pois partidos pequenos tiveram suas bancadas incrementadas (PDC, PST, PSP e PRP), enquanto o PSD, por exemplo, teve sua representação reduzida de 20 para apenas oito deputados. A sigla de Cosme ficou com seis cadeiras, dobrando sua representação na Assembléia. Dentre aqueles de mais expressão, destacaram-se Cristóvão Ferreira, Menandro Minahim, Vasco Neto, Alberto Barreto, Osvaldo Bruno, Walfredo Gonçalves e Bião Cerqueira. Derrotado na concorrência pela Prefeitura da capital, o deputado federal Hélio Machado³¹ regressou a Brasília,

após recomendar aos seus correligionários que mantivesse a unidade da legenda até que pudesse posicionar-se em relação ao novo governo.

Os resultados da eleição para vereança estão na tabela abaixo:

TABELA 15 – DESEMPENHO DOS VEREADORES ELEITOS – 1963-1967

Candidato	Votação
PL - Partido Libertador	
Arthur Guimarães Cova	1.145
Paulo Magalhães Dantas	1.134
PDC - Partido Democrata Cristão	
Cosme de Farias	1.737
Adroaldo Albergaria	1.435
PSD - Partido Social Democrático	
Antonino Casaes	1.818
Arnoldo Mattos	1.710
Luiz Leal	1.456
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	
Ebert de Castro	1.324
UDN – União Democrática Nacional	
Paulo Saback	1.978
Antônio Bichara	1.657
PST – Partido Social Trabalhista	
Luiz Sampaio	2.320
Aurélio Lisboa	1.346
Rubem Amorim	****
PR – Partido Republicano	
Fernando Bohana	1.241
José Rocha Lyra	1.172
PSP – Partido Social Progressista	
Tenente Claudionor Nuno	1.143
Walson Alves	987
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores	
Armando Ulm da Silva	1.234

Fonte: A TARDE. Salvador, edições de 20 e 24 de outubro de 1962, e 26 de janeiro de 1963; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 10 de novembro de 1962.

Observação: A 18ª vaga foi disputada a partir de julgamento sobre a validade dos votos da urna de Paranema, que estava sob suspeita de fraude, tendo sido diplomado Rubem Amorim (PST), mas, nos jornais pesquisados, não foi localizada a decisão final da Justiça Eleitoral com o total de votos destinados a ele. O resultado, entretanto, não interferiria na posição de Cosme de Farias.

Na disputa pelo executivo municipal³², o vereador Osório Vilas Bôas (39.492 votos) foi preterido em favor do engenheiro Virgildásio Sena (45.201), que assumiu o cargo de prefeito prometendo gerar empregos em Salvador, implementar um processo de industrialização no município e atuar em parceria com o governador eleito Antônio Lomanto Júnior. Vilas Boas atribuiu sua derrota à “indústria do anticomunismo” estimulada por parte do clero baiano, mas o candidato ao governo Waldir Pires – também acusado genericamente de “comunista” – venceu na capital baiana com 86.778 votos (contra 61.100 destinados a Lomanto) e analisou que sua derrota no interior deveu-se ao clientelismo predominante nestas áreas e também à influência de setores da Igreja Católica.

A candidatura do prefeito de Jequié, Antônio Lomanto Júnior, havia sido uma surpresa, porque se imaginava que o candidato da aliança dos udenistas com os autonomistas (PL) seria

o advogado, professor de direito e ex-secretário da Fazenda da gestão juracisista, Josaphat Marinho. Favorável ao retorno do presidencialismo e depositário de confiança na atuação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), Lomanto conquistou o direito de administrar a Bahia entre 1963 e 1967³³. Ele havia recebido o apoio da Secretaria da Aliança Eleitoral pela Família, organização ligada à Igreja Católica, e participou com sua esposa da Marcha da Família com Deus pela Democracia. Sua plataforma dava ênfase ao investimento no setor social, inclusive na reforma agrária, que, efetivamente, foi iniciada neste mandato.

O país havia saído de um plebiscito que aprovou o retorno do sistema presidencialista e vivia em clima de conspiração para retirar o presidente João Goulart do poder, em protesto contra a sua suposta afinidade com o comunismo manifestada através das reformas de base. As ações eram planejadas com apoio de comerciantes, industriais e banqueiros. Em 31 de março de 1964, militares instalaram em Minas Gerais um movimento que exigia a deposição do presidente. No dia 1º de abril, as tropas amanheceram guardando as principais cidades do país, inclusive Salvador. Em poucos dias, a Câmara Federal aprovou a vacância da presidência e legitimou o golpe militar.

O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência da República. Começou uma fase de perseguição política. Deputados tiveram seus mandatos cassados, dezenas de pessoas foram presas e a manutenção do governador Lomanto Junior no cargo foi garantida após intervenção do arcebispo primaz do Brasil, cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva, junto aos militares. Diante do novo momento político do país, ele reorganizou seu secretariado e passou a dedicar-se à reforma administrativa. Era o início de mais de 20 anos de ditadura, encerrada em 1985 com a eleição indireta do mineiro Tancredo Neves como presidente.

No ano de 1965, uma série de medidas indicava que o quadro perduraria. Foram dissolvidos os partidos em atuação e instalado o bipartidarismo, definida a realização de eleições indiretas para presidente e governador, e ampliado o poder do presidente, que passava a ter o direito de emitir decretos-lei e atos complementares, decretar estado de sítio, intervir nos estados e ainda suspender o funcionamento dos órgãos legislativos do país. Em substituição aos partidos fundados após a abertura de 1945-1946, somente duas legendas foram constituídas para forjar um ambiente de normalidade: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), a partir, sobretudo, dos partidários da UDN e do PSD, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reunindo os políticos remanescentes do PSD e PTB.

Depois disto, o professor de direito e história do Brasil e escritor Luiz Viana Filho foi o primeiro governador eleito por voto indireto no período “pós-golpe” militar. Escolhido para gerir o Estado entre 1967 e 1970, ele³⁴ deflagrou um processo de substituição da prioridade à economia agrário-mercantil pela economia industrial, com a instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA), da Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba), entre outros investimentos, e a garantia da Presidência da República de que o Pólo Petroquímico da Bahia seria implantado no município de Camaçari.

4.4 – Retorno à Assembléia Legislativa

Após esta nova reestruturação política do país, Cosme de Farias filiou-se ao MDB. No entanto, quando buscou seu retorno à Assembléia Legislativa do Estado pela nova legenda, na eleição de 1966 para a legislatura de 1967-1970, ele sofreu mais uma derrota na sua carreira política. Os 4.690 votos recebidos lhe asseguraram apenas a terceira suplência³⁵. O candidato eleito com menor número de votos pelo Movimento foi Luís Sampaio da Costa, que obteve 5.727 sufrágios a seu favor.

A Arena havia vencido confortavelmente o seu primeiro teste, desde que foi criada e ce-deu apoio aos militares. Para deputado estadual, a Justiça Eleitoral registrou na Bahia 676.227 votos para a Arena e 180.621 para o MDB, além de 73.452 votos em branco e 30.926 nulos. A Aliança elegeu os 48 com melhor desempenho e o Movimento apenas 12, dado que evidencia a fragilidade da oposição neste período ditatorial. O coeficiente eleitoral foi de 15.505 sufrágios, mas as bancadas foram definidas pelo coeficiente partidário, porque poucos candidatos alcançaram tal votação.

Nesta oportunidade, ocorreu a maior renovação da história da casa: dos 60 deputados estaduais eleitos, 33 não tinham mandatos antes. Também se constatou uma série de suspeitas quanto à licitude do processo eleitoral na Bahia, infladas principalmente pelas constatações de que os mais votados eram parentes de renomados políticos do cenário estadual e que candidatos com bom desempenho em anos anteriores haviam registrado queda brusca de votos. Entre aqueles com melhor desempenho, estavam Valter Lomanto, irmão do governador Antônio Lomanto Júnior; Francisco Benjamim, “irmão de criação” do então deputado Jutahy Borges de Magalhães; e Angelo Mario Peixoto de Magalhães, irmão do presidente da Arena na Bahia, Antonio Carlos Magalhães. Por outro lado, o empresário assistencialista Cristóvão Ferreira, sagrado como o deputado de melhor performance eleitoral em 1962, ficou apenas em 30º lugar em 1966.

Mesmo com o resultado de 1967, Cosme de Farias regressou à Assembléia por ser suplente do deputado Walson Lopes e permaneceu no cargo interinamente, entre 05 de outubro de 1967 e 29 de junho de 1968, enquanto o titular estava em licença médica. A enfermidade pode ter sido apenas um álibi, para dar prosseguimento a uma prática comum adotada pela oposição. Na época, havia um revezamento do mandato entre emedebistas, tática que propiciava que tanto o deputado eleito quanto os seus suplentes defendessem suas causas no parlamento estadual.

A posse do Major foi marcada por uma quebra de protocolo, sem precedentes. Conduzido por um grupo de amigos e parlamentares, ele entrou em plenário segurando duas rosas brancas. No discurso, surpreendeu a audiência ao oferecer as flores às deputadas Ana Oliveira – a primeira mulher a presidir aquela casa - e Araguaci Gonçalves, e ao afirmar que gostava mesmo era de mulheres e a elas rendia aquela homenagem³⁶.

Os resultados obtidos neste ano estão tabulados abaixo:

TABELA 16 – DESEMPENHO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL – 1967-1970

Candidato	Votação
Arena - Aliança Renovadora Nacional	
Valter Lomanto	24.091
Francisco Benjamim	16.088
Ângelo Mário Peixoto de Magalhães	15.542
Paulo Nunes	15.210
Wilson Lins	14.020
Horácio de Matos Júnior	13.801
Ana Oliveira	13.782
Dílson de Souza Nogueira	13.433
Félix Mendonça	13.280
Hamilton Cohim	13.002
Juarez Hortêlio	12.857
Eujácio Simões Viana	12.310
Honorato Vianna de Castro	12.249
Rui Bacelar	11.036
Sacramento Neto	10.883
Orlando Ferreira Spínola	10.817
Rodolfo Teixeira	10.788
Urbano Neto	10.145
Joir Brasileiro	9.992
Henrique Brito	9.666
Ivo Braga	9.561
Nelson David Ribeiro	9.493
Antonio Brito	8.864
Vilobaldo Freitas	8.811
Augusto Carneiro	8.809
Cristóvão Ferreira	8.638
Menandro Minahim	8.446
Manoelito Teixeira	8.363
Adão Souza	8.064
Djalma Bessa	8.043
Jairo Azi	8.003
Aloisio Short	7.990

José Lobo	7.971
Edvaldo Correia	7.970
Osvaldo Bruno	7.674
Áureo Filho	7.533
Clerio Correia	7.515
Raulino de Queiroz	7.180
Araguaci Gonçalves	7.179
José Eloi	6.988
Edvaldo Valois	6.972
Rocha Pires	6.888
Durval Gama	6.870
Bião Cerqueira	6.812
Accioly Vieira	6.794
Raimundo Rocha Pires	6.671
José Carlos Faço	6.459
Humberto Guedes da Silva	6.431
E outros	
MDB - Movimento Democrático Brasileiro	
Clodoaldo de Oliveira Campos	11.564
Marcelo Duarte	11.331
Osório Vilas Boas	10.890
Abelardo Veloso	9.870
Walson Lopes	9.459
Gabino Krusckewsky	8.268
Oldack Neves	7.417
Henrique Cardoso	7.173
Oscar Marques	6.986
Batista Neves	6.765
Walter Brandão	5.751
Luis Sampaio da Costa	5.727
Luís Leal	5.332
Juarez de Souza	5.116
Cosme de Farias	4.690
Newton Macedo Campos	3.990
E outros	

Fonte: A TARDE. Salvador, edição de 26 de dezembro de 1966.

No cenário nacional, o regime militar firmava-se. O presidente Castelo Branco decretou recesso do Congresso Nacional e vários deputados federais tiveram seus mandatos cassados, por desobediência ou “ameaça” à governabilidade. O parlamento federal discutia, em especial, uma nova Constituição e a Lei da Imprensa, que estabeleceria limites para atuação dos veículos de comunicação. Elegeram-se indiretamente o presidente Arthur da Costa e Silva e o vice-presidente Pedro Aleixo, além do governador da Bahia Luís Viana Filho. Aliada do governo, a Arena saiu da consulta eleitoral vitoriosa, inclusive na Bahia, onde 26 dos deputados federais eleitos eram da Aliança contra apenas seis do Movimento.

Já a eleição de 15 de novembro de 1970 foi marcada pela apatia do eleitorado em todo o país, inclusive na Bahia, graças à conjuntura política e econômica e social. Em um Estado com cerca de 7,58 milhões de habitantes, somente cerca de 1,9 milhões de pessoas tornaram-se aptas a votar no pleito que compôs as bancadas do Estado na Câmara Federal (22 vagas) e da Assembléia Legislativa (44 vagas). A maioria da população não se habilitou principalmente porque estava desmotivada para o pleito ou porque não preenchia os requisitos (por determinação da Constituição Federal vigente na época, só as pessoas alfabetizadas poderiam votar

e quase metade dos baianos eram analfabetos). Dos habilitados, apenas 1.362.073 compareceram à zona eleitoral, 359.597 votaram em branco e outros 123.652 anularam seu voto³⁷. Em Salvador e nos principais centros urbanos do Estado, onde estavam radicados 25,2% do eleitorado estadual, o quadro se repetiu.

O contexto era desanimador³⁸; a consulta popular só foi realizada após adiamento por cerca de um ano, através do Ato Institucional nº 7 do presidente Arthur da Costa e Silva; e o governo ditatorial militar representava um alento na área econômica, mas havia enfraquecido o legislativo com cassações, intimidava o governador baiano Luís Viana Filho e praticava a repressão aos movimentos populares e de oposição por meio do Ato Institucional nº 5.

Uma série de fatores justificaria tamanha abstenção, segundo Ari Guimarães, em As Eleições Baianas de 1970³⁹. Entre eles, estão: a) a falta de votação direta para escolha de governador (Antonio Carlos Magalhães havia sido indicado pelo presidente da República e foi confirmado pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em outubro de 1970, para assumir o cargo) e prefeito da capital (apenas os gestores municipais do interior eram escolhidos diretamente pelo povo durante este período do regime militar); b) o esvaziamento do poder legislativo, diante das poucas possibilidades de intervenção nas decisões do executivo em plena ditadura; c) a animação do brasileiro e baiano com o desenvolvimento promovido pelo governo militar (era a fase do “milagre econômico” alardeado pelo governo na mídia, fortalecido pela falta de análise técnica da oposição); d) a atuação da Arena e do MDB quase sem apelo popular, num regime de bipartidarismo que forçava a união de facções políticas diversas; e e) o pacifismo do baiano, que, com exceção de grupos específicos como estudantes e sindicalistas, já não tinha tido participação maciça em movimentos ou acontecimentos políticos decisivos para o destino do país como a renúncia do presidente Jânio Quadros e o golpe de 1964, ao contrário da população das regiões Sul e Sudeste, por exemplo.

A Bahia manteve-se acomodada, havendo focos de resistência ao golpe e regime militar no Estado pontuais. Militantes baianos engrossaram inclusive as fileiras da luta armada e guerrilha urbana no país como Carlos Marighela⁴⁰. Outros elementos interferiram no pleito: a) a população teve os ânimos para o exercício político arrefecidos também pelo cancelamento do pleito que seria em 1969; e b) os fatos levavam as pessoas a confiarem no prometido desenvolvimento econômico da Bahia⁴¹ através da industrialização - nesta fase, concluiu-se positivamente as negociações para a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, inaugurou-se o Centro Industrial de Aratu e criou-se a Usina Siderúrgica da Bahia e a Carafba Metais S/A, para beneficiamento de cobre no município de Senhor do Bonfim - e do incremento agrícola –

o Estado registrou em 1969 a sua maior safra de cacau dos últimos dez anos (3 milhões de sacas).

Com os atos Institucional nº 2 e Complementar nº 4⁴², de 1965, os partidos políticos constituídos na abertura democrática de 1945/46 foram dissolvidos e surgiram apenas as legendas MDB e Arena. O Movimento Democrático reuniu os filiados do PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que sobraram do processo de cassações, enquanto a Aliança abrigou os conservadores da UDN (União Democrática Nacional) e também do PSD. Estes mesmos atos permitiam que o presidente decretasse estado de sítio, interviesse em estados e colocasse o Congresso Nacional e as assembleias legislativas estaduais em recesso, ampliando o seu controle no país.

Abalada pela imposição do bipartidarismo e pelo contexto da época, a oposição representada pelo MDB definhava enquanto assistia ao fortalecimento da Arena, que agregava as forças ligadas ao governo. Em todo o país, a legenda oposicionista recebeu⁴³ cerca de 4,940 milhões de votos para as assembleias estaduais (30,1% dos válidos), 4,777 milhões para a Câmara de Deputados (30,5%) e 6,224 milhões (38,6%) para o Senado Federal, contra respectivamente 11,442 milhões (69,8%), 10.867 milhões (69,4%) e 9,898 milhões dados ao partido da situação. Na Bahia, o Movimento Democrático praticamente estava segregado na capital e em cidades como Feira de Santana, enquanto a Arena já tinha representações na maioria dos 336 municípios baianos, contava com lideranças a exemplo de ex-governadores (Juracy Magalhães, Luís Viana Filho e Lomanto Júnior) e obtinha o apoio dos governos federal e estadual. O MDB elegeu apenas seis dos 46 deputados estaduais na Bahia, contra 40 do seu adversário. A Aliança alcançou ainda as dez melhores votações no Estado, sendo o melhor desempenho atribuído a Ângelo Mário Peixoto de Magalhães, irmão do governador eleito Antonio Carlos Magalhães. Clodoaldo Campos teve a melhor performance entre os oposicionistas, com 15.356 votos.

O melhor desempenho emedebista na capital foi de Cosme de Farias, com 7.812 sufrágios obtidos em Salvador e apenas 1.000 no interior. No Estado, ele teve o quarto melhor resultado do MDB, menor do que os auferidos por Clodoaldo Campos, Oscar Marques e Abelardo Velloso. Esta foi a maior votação da história do Major, então considerado o deputado mais velho do mundo. Apesar da debilidade física gerada pela idade (95 anos), ele recusou o título de deputado honorário ofertado pelos colegas do MDB – que o dispensaria da obrigatoriedade de comparecer à Assembleia, mas asseguraria pensão no valor do seu subsídio como

membro efetivo da casa legislativa – e tomou posse em 1971⁴⁴, afastando-se definitivamente da vida pública um ano depois, por sua morte.

Os resultados conquistados pelo Major surpreendem. Primeiro, pela conjuntura complexa, especialmente considerando-se a sua condição de oposicionista. Depois, porque líderes políticos, inclusive ex-governadores, não haviam conseguido eleger seus correligionários para compor a bancada da Assembléia em 1970. E, em terceiro lugar, por seu passado recente, considerando-se a derrota no pleito anterior em 1967, quando ficou apenas como suplente de deputado estadual. Apesar do carisma do Cosme de Farias, esse elemento não é suficiente para explicar seu desempenho e a própria situação do fragilizado MDB merece análise. A eleição de 1970 dimensionou, em números, o quadro agudo da crise. Tomamos como amostra para análise o parlamento estadual.

A seguir, os resultados alcançados pelos diplomados:

TABELA 17 – DESEMPENHO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS – 1970-1974

Candidato	Votação		
	Salvador	Interior	Total
Arena - Aliança Renovadora Nacional			
Ângelo Mário Peixoto de Magalhães	7.663	29.537	37.200
Afrísio Vieira Lima	2.131	23.664	25.795
Accioly Vieira de Andrade	1.377	10.767	12.144
Ana Oliveira	951	11.676	12.627
Agostinho Cardoso Pinheiro	760	11.013	11.773
Augusto Matias da Silva	529	15.024	15.553
Áureo de Oliveira Filho	832	10.418	11.250
Bento A. Fonseca de Carvalho	1.051	10.230	11.281
Clemenceau Teixeira	2.115	12.763	14.878
Cristóvão Ferreira	22.947	6.507	29.454
Dílson de Souza Nogueira	633	9.421	10.054
Edwaldo Brandão Correia	1.354	8.003	9.357
Edvaldo Valois Coutinho	763	13.657	14.330
Eliseu Cabral Leal	869	13.244	14.113
Eujácio Simões Viana	283	13.435	13.718
Eutácio Carlos de Araújo	389	11.806	12.195
Firmo Pinheiro Matos Filho	835	21.373	22.208
Francisco Rocha Pires	241	11.687	11.928
Hélio Correia de Melo	284	10.282	10.566
Henrique Brito Filho	431	10.258	10.689
Honorato Vianna de Castro	928	16.186	17.114
Horácio de Matos Júnior	860	22.559	23.419
Jairo Azi	568	11.639	12.207
Jairo Sento Sé	543	11.940	12.483
João Bião de Cerqueira e Sousa	5.539	9.751	15.290
José Eloy de Carvalho	683	8.586	9.269
José Lourenço Moraes da Silva	1.298	16.857	18.155
Jutahy Borges de Magalhães	2.550	21.325	23.884
Manoelito Ribeiro Teixeira	2.940	6.437	9.377
Mário Oscar Martins Cardoso	1.205	10.347	11.552
Orlando Ferreira Spinola	2.007	10.750	12.757
Paulo da Silva Nunes	1.752	13.477	15.229
Plínio Carneiro da Silva	417	13.056	13.473
Raimundo Rocha Pires	3.366	7.851	11.217
Renato R. Medeiros Neto	1.917	10.601	12.518
Rodolfo Queiroz Filho	976	13.576	14.552
Deoclides Gonçalves Sacramento Neto	797	14.288	15.085

Stoessel de Oliveira Dourado	751	8.807	9.558
Urbano de Almeida Neto	182	16.194	16.376
Vilobaldo Neves Freitas	317	12.725	13.096
MDB - Movimento Democrático Brasileiro			
Abelardo Veloso	3.353	9.570	12.923
Antônio José Sá Nascimento	214	6.023	6.237
Clodoaldo de Oliveira Campos	2.584	12.772	15.356
Cosme de Farias	7.812	1.000	8.812
Newton Macedo Campos	2.983	2.753	5.736
Oscar Marques	1.931	11.682	13.613

Fontes: JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 01 de janeiro de 1971; GUIMARÃES, Ari. *As Eleições Baianas de 1970*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, 1973. Tese apresentada em concurso para professor titular com tabela elaborada a partir de dados do DIÁRIO OFICIAL/DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA, ano LV, nº 8774, de 02 de fevereiro de 1971, p. 55; e do Tribunal Regional Eleitoral.

O fracasso emedebista deve-se principalmente à conjuntura, que fortalecia os candidatos da situação, e à estratégia adotada pelos oposicionistas. Entre as possíveis razões do insucesso⁴⁵, estão as que seguem aqui sem ordem de importância. Primeiro, houve perda de lideranças: o principal líder do Movimento e dono de redutos no interior, Tarcilo Vieira de Melo, morreu no Rio de Janeiro; o deputado Oliveira Brito transferiu-se para a Arena e, depois, terminou cassado; e as cassações de mandatos inviabilizaram a atuação de nomes de expressão e inibiram a atuação de outros tantos por receio de nova retaliação. Segundo, o partido não tinha representatividade em toda a Bahia: mantinha diretórios em apenas 150 dos 336 municípios baianos e não havia concorrido em pleitos municipais de inúmeras cidades, por falta de lideranças locais. Terceiro, só disputaram as eleições 22 candidatos do MDB, contra 68 concorrentes da Aliança, para preenchimento das 46 vagas, o que, de imediato, já condenava o partido a ter minoria na Assembleia Legislativa (AL).

Entre as causas do infortúnio, está ainda a pífia campanha: quase não houve comícios, por receio de retaliações devido ao Ato Institucional 5 (de restrições à liberdade de expressão, sancionado pelos militares), pela escassez de lideranças e pelo desânimo devido à ausência de perspectivas de que o MDB tomaria as rédeas do poder. Também o próprio foco da campanha – a luta pela redemocratização do país – era um tema com penetração e aceitação de intelectuais e da classe alta, mas sem apelo entre as classes média e baixa, influenciadas por assuntos ligados mais diretamente ao seu cotidiano como a industrialização e o crescimento econômico (ambos motivados pelos militares e por seus “representantes regionais”). Por fim, a utilização da abertura política como saldo positivo das investidas da legenda foi inviabilizada porque a presidência da República não deu início ao processo antes da eleição, como o Movimento planejava, e ainda acentuou a repressão.

Este pleito foi atípico para lideranças, inclusive da Arena. Houve perda de poder para personalidades como o ex-governador Lomanto Júnior, que se elegeu deputado federal, porém viu todos os candidatos do seu grupo para a Assembleia estadual serem derrotados, e como o

deputado Manoel Novais, líder interiorano defensor do Rio São Francisco que praticamente ficou sem representantes na mesma casa. Quem triunfou foi o governador Antonio Carlos Magalhães, que saiu fortalecido depois de passar pelo desgastante processo de eleição indireta que o conduziu ao cargo. Ele cumpriu a promessa de consolidar a sua liderança política pessoal, com o domínio da maior parte da bancada da Arena na câmara estadual, apesar da disputa com pelo menos três adversários internos no partido (Juracy Magalhães, Luís Viana Filho e Lomanto Júnior).

Os candidatos foram eleitos principalmente nos municípios do interior, onde se concentrava cerca de 80% do eleitorado e predominavam currais eleitorais e o mandonismo⁴⁶ local com adesão ao governo para salvaguardar a própria sobrevivência, mas ACM também emprestou seu prestígio para sagrar seu irmão Ângelo Magalhães entre os parlamentares da AL mais bem votados de Salvador, com 7.663 sufrágios (20% do total obtidos na cidade), e com melhor performance no Estado (37.200 votos, no total).

Aquele êxito de ACM marcou o início de uma fase política na Bahia, em que seu grupo mantém a hegemonia no poder⁴⁷, com breves interrupções como a registrada com a ascensão de Waldir Pires ao Palácio do Governo em 1987. Após esta gestão “da mudança”, como dizia seu slogan, houve a retomada com a primeira eleição por voto direto de ACM (1991-94), sucedido por Paulo Souto (1995-98, 2003-06), geólogo e ex-secretário da terceira administração carlista, e César Borges (1999-2002), político com base eleitoral na região de Jequié. A partir da promulgação da Constituição de 1946, houve alternância até o período em que os militares e seus aliados passaram a indicar os governadores e prefeitos das capitais, alcunhados de “biônicos”. Sobre isso, diz Ari Guimarães⁴⁸:

“Não se trata, apenas, da liderança que naturalmente exercem os governantes, em todas as partes do mundo, a qual, aliás, não era tão grande, no Brasil de antes de 1964. Até então, devido às condições do país subdesenvolvido e submetido a um processo de inflação que criavam, somados, a insatisfação popular, era comum a oposição vencer os pleitos. Na Bahia foi freqüente os governadores não conseguirem fazer seus substitutos. Assim, Régis Pacheco, que se seguiu a Octavio Mangabeira, não foi seu candidato oficial (só nos últimos momentos da campanha o governador Mangabeira mostrou uma tímida preferência por seu nome) e representava o PSD, que não era o partido do eminente político baiano. No quadriênio seguinte, cindido o PSD, Antônio Balbino foi eleito pela facção contrária ao governador Régis Pacheco. O governador Balbino, igualmente, viu seu candidato derrotado nas urnas, enquanto Juracy Magalhães, da UDN, vencia o pleito. E Lomanto Júnior impôs ao governador Juracy Magalhães, que preferiria outro nome, da UDN ou mesmo do PL, partido do qual Lomanto Júnior se filiava”.

Sem representação na maior parte do interior, o Movimento Democrático teve votação concentrada em Salvador e em localidades como Feira de Santana, no Sertão baiano. Pertenciam à legenda três (Cosme de Farias, Abelardo Veloso e Newton Macedo Campos) dos cinco deputados eleitos predominantemente com sufrágios da capital (os dois da Arena foram Cristóvão Ferreira e Ângelo Magalhães). Juntos, os seis emedebistas que conquistaram uma vaga na Assembléia tiveram 18.877 votos em Salvador (mais de um terço destinados somente a Cosme de Farias), mas ainda assim o total foi menor do que os 22.947 atingidos apenas pelo situacionista Cristóvão Ferreira através de assistencialismo (doação de enterros, transporte gratuito etc.) e da sua proximidade e seu apoio do governo estadual, que o coloca em posição privilegiada na disputa por votos. Dos três com maiores percentuais, apenas Newton Macedo Campos foi escolhido por opção ideológica afirmativa, apoio popular à sua luta oposicionista e passado político como militante do Partido Socialista Brasileiro (extinto em 1965). Os dados são relevantes, considerando-se que a capital já era o maior município baiano e reunia apenas dois em cada dez eleitores do Estado, e também são representativos para análise do mau-desempenho do partido.

O Major alcançou a melhor votação do MDB em Salvador, em termos percentuais, entre os deputados eleitos. Ele obteve 88% dos seus 8.812 votos em Salvador, contra o colega Newton Campos que conquistou 50,8% dos seus 5.736 votos na cidade. Entre ambos estava Cristóvão Ferreira (com 77,8% dos seus 29.454 votos), único candidato da Arena que seria eleito apenas com os votos da população de Salvador. Isso demonstra quem tinha reduto no município. Apesar da sua atuação assistencialista e militância em defesa dos direitos do cidadão, é uma atitude simplista atribuir seu desempenho apenas à gratidão do povo e ao protesto contra o cenário político nacional e regional, como faz Ari Guimarães⁴⁹.

Uma série de fatores evidencia que outros elementos influenciaram nos resultados galgados pelo rábula. Primeiro, havia outros assistencialistas concorrendo. Segundo, ele costumava implementar uma tímida campanha com panfletos doados e visita a bairros populares patrocinada por amigos. Terceiro, a despeito da sua longa trajetória no assistencialismo, ele já havia sido derrotado em pleitos anteriores como o de 1967 (ficou apenas como suplente de deputado estadual) e o de 1954 (quando tentou se reeleger vereador de Salvador pelo Partido Democrático Cristão).

Quarto, com saúde debilitada pela idade avançada (94 anos), ele já não exercia o mesmo volume de atividades de outrora: diminuiu o volume de pedidos de habeas-corpus, em benefício de réus que não podiam pagar pela defesa, por exemplo. Quinto, seu trabalho social era

subsidiado com recursos advindos apenas do seu soldo como funcionário público, da venda de livretos e de doações de amigos, transeuntes do Centro Histórico (onde mantinha seu escritório de rábula) e até de adversários políticos (como ACM), ao contrário daquele mantido por políticos como Cristóvão Ferreira, que era um empresário de sucesso no ramo dos transportes, dispunha de verba própria para financiar sua ação social e contava com o apoio do governo estadual.

O desempenho de Cosme de Farias, que conseqüentemente deu fôlego na capital ao MDB, pode ter sido determinado por aspectos como o seu comprometimento durante os mandatos, só ausentando-se por motivo de doença; o seu livre trânsito entre esquerda e direita (principal elemento facilitador da sua prática assistencialista); a sua postura classificada como “oposicionista pacificadora” durante quase toda a vida; e a sua atuação pragmática voltada para o bem-estar imediato da população do que para o debate ideológico. O rábula não era um político convencional. Ele reconhecia investir preferencialmente na oposição, independente da legenda, para reivindicar com certa autonomia; transitava entre todas as bancadas; e pleiteava benefícios para seus “afilhados” junto a políticos, jornalistas, administradores públicos, empresários de qualquer orientação ideológica e partidária, a exemplo de Juracy Magalhães e ACM⁵⁰. Assim, tornou-se uma opção para quem rejeitava a Arena, mas desconfiava do discurso da oposição, inclusive por temer a perda das conquistas alcançadas com o incremento da economia.

Seu feito em 1970 também pode ser atribuído à sua credibilidade conquistada ao longo dos anos; ao seu carisma pessoal; e a uma espécie de comoção provocada pelo próprio Cosme, quando alardeou a sua decepção com a derrota de 1966. Tal sentimento e a sua popularidade podem ser comprovados pelos registros da presença de cerca de 100 mil pessoas em seu enterro. A expressividade da sua votação pode ainda ter ligação com seu passado pessoal - mulato empobrecido após a perda do pai, nascido no Subúrbio em 1875 -, mesmo que numa proporção menor do que com outros fatores já citados. Sua memória, por fim, ainda ajudou a erguer o seu filho adotivo, Antônio Pinto, como vereador da capital, na década de 1980.

4.5 – Instabilidade eleitoral

Durante e após o período de democratização do país, os cenários baiano e nacional passavam por transformações: a legislação privilegiava candidatos com eleitorado disperso por áreas cada vez maiores, devido ao sistema de votação proporcional ao invés do distrital; os avanços dos sistemas de comunicação (com a consolidação do rádio e chegada da TV) e

transportes facilitavam a difusão das idéias; havia uma vagarosa mas real modernização da economia com o início do processo de industrialização; e reduzia-se a ingerência dos titulares do executivo na votação de parlamentares, o que era positivo para Cosme de Farias porque ele não costumava contar com apoio de governadores e prefeitos.

O Major, no entanto, manteve-se firme na forma de conduzir sua vida pessoal e operar no campo da política. Continuou portando-se como no passado, voltado para causas humanitárias, baseado em ações assistencialistas e difundindo suas idéias através do jornalismo. Nas campanhas, era um homem de discursos na praça, de campanha boca a boca a partir de suas ações beneficentes.

Com a morte do J. J. Seabra em 1942, Cosme perdeu seu principal referencial político e passou a agir com independência. Apesar da lei, a partir de 1945, exigir a filiação partidária para participar de pleitos e conseqüentemente o compromisso do associado com sua proposta, o Major agiu com independência porque nunca se prendeu a legendas - passou por quatro, entre 1947 e 1972. Era um homem preso a um líder; não, a uma sigla. Até simpatizou com outros “chefes” locais, como Octavio Mangabeira, mas não há indícios que comprovem seu vínculo sistemático com o autonomismo, por exemplo.

Contudo, ao contrário do que dizia, não permaneceu somente na oposição. Esteve na situação, por exemplo, na década de 1950 quando apoiou a vitoriosa Coligação Democrática Baiana, em torno da candidatura ao governo estadual de Lauro de Freitas e, depois, do seu substituto Régis Pacheco. Aliás, ele já havia experimentado esta condição, entre os anos 1910 e 1920, período em que se manteve leal ao seabrismo.

Na fase pós-democratização e nos primeiros anos da ditadura militar, como na Primeira República, a exceção de 1954, ano em que teve sôfrega derrota na disputa para o parlamento estadual, o Major obteve votação ascendente entre 1947 e 1970, em eleições para deputado estadual – quando concentrava seus votos na capital – e para vereador. Houve um salto de 553 votos em 1947 (para vereador) para 8.812 (para deputado), sem que destes últimos apenas 1.000 foram concedidos por eleitores de fora de Salvador. Entretanto, ele amargou derrotas e nunca obteve votações capazes de refletir a sua popularidade nas ruas, ainda hoje comprovada pela memória daqueles que conviveram com ele.

De lá até aqui, a quantidade de sufrágios depositados nas urnas em seu nome cresceu - no caso de deputado, de 2.782 em 1915 para 8.812 em 1970 -, porém não acompanhou o incremento do número de eleitores sentido em decorrência do aumento populacional e da universalização do direito ao voto – de 100 mil eleitores em 1910 para 1,9 milhão em 1970. Por-

tanto, os quase seis décadas de serviços prestados à população não se reverteram em votos, em quantidade compatível com a de outros candidatos também populares quanto ele. Basta utilizar, de novo, como exemplo o desempenho do empresário Cristóvão Ferreira em 1970.

Sua derrota já no primeiro pleito após o fim da ditadura estado-novista, em 1947, indicava que sua performance era incompatível com a exigida naquele momento. A própria legislação eleitoral, que estabeleceu a eleição proporcional para os cargos legislativos, colocava o rábula em situação de desigualdade porque seus votantes historicamente se concentravam em Salvador, Itaparica e adjacências, área onde vive a minoria do eleitorado. Era imperativa a penetração do seu nome no interior, vislumbrando a conquista de adesões suficientes para garantia de uma vaga na Assembléia Legislativa nos pleitos posteriores, porém suas atividades assistencialistas, sobretudo jurídica, e o trabalho da Liga Baiana contra o Analfabetismo alcançavam no interior baiano, mas de forma pontual e sem a difusão suficiente para assegurar uma vitória. Diante do quadro, ele preferiu concorrer à vereança na capital, onde estava a maioria do seu eleitorado.

Embora sob pressão, também nesta nova fase da República, atuou com originalidade, coerente com seus princípios. No próximo capítulo, faz-se uma reflexão sobre as singulares estratégias adotadas por ele, ao longo de sua carreira.

¹ Ver melhor sobre esta fase em SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: Edufba, 2000.

² SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição**. Op. cit. p. 72

³ SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição**. Op. cit. p. 50

⁴ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001. p. 456-457

⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 01 de junho de 1947, ano I, nº 44. Seção Diário da Assembléia; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 01 de abril de 1947 e 04 de junho de 1947, ano I, nº 503 e 551 respectivamente. Seção Boletim Eleitoral.

⁶ ARINOS, Afonso; SIMAS FILHO, Américo e outros. **Um Praticante da Democracia: Octavio Mangabeira**. Salvador, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980. p. 124

⁷ ARINOS, Afonso; SIMAS FILHO, Américo e outros. **Um Praticante da Democracia: Octavio Mangabeira**. Op. cit. p. 124

⁸ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1996. p. 211-222

⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de março de 1948, ano II, nº 1070. Seção Boletim Eleitoral.

¹⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 05 de fevereiro de 1948, ano II, nº 228, p. 2180. Seção Diário da Assembléia.

¹¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 09 de fevereiro de 1948 e 28 de março de 1948, ano II, nº 1071 e 1080 respectivamente. Seção Boletim Eleitoral.

- ¹² CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. In: Memórias da Bahia. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002, p. 18-20
- ¹³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 18 de janeiro de 1951 e 30 de março de 1951, ano III, nº 1767 e 1828 respectivamente. Seção Boletim Eleitoral.
- ¹⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 18 de janeiro de 1951 e 30 de março de 1951, ano III, nº 1767 e 1828 respectivamente. Seção Boletim Eleitoral.
- ¹⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 04 de março de 1955, ano VII, nº 15563. Seção Diário da Justiça.
- ¹⁶ COELHO, Sandro Anselmo. **O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)**. In: Revista Brasileira de História, vol. 23, nº46, São Paulo, 2003. Site http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200009&script=sci_arttext&tlng=pt, acesso em 06 de junho de 2005.
- ¹⁷ A TARDE. Salvador, edição de 19 de janeiro de 1955.
- ¹⁸ A TARDE. Salvador, edição de 19 de janeiro de 1955.
- ¹⁹ A TARDE. Salvador, edição de 24 de fevereiro de 1955.
- ²⁰ A TARDE. Salvador, edição de 02 de março de 1955.
- ²¹ A TARDE. Salvador, edição de 01 de dezembro de 1954; BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p.220
- ²² BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 220; TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 470-471
- ²³ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p.225
- ²⁴ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 222-237
- ²⁵ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 471
- ²⁶ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p.471-472; BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p.234
- ²⁷ A TARDE. Salvador, edição de 11 de novembro de 1958.
- ²⁸ Resultados finais computados antes do julgamento da denúncia de fraude na urna de Paranema, cujo resultado não influenciaria na posição daqueles candidatos com maior votação, como Cosme de Farias. Ver A TARDE. Salvador, edições de 20 e 24 de outubro de 1962; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 10 de novembro de 1962.
- ²⁹ A TARDE, Salvador, edições de 01 e 07 de novembro de 1962.
- ³⁰ A TARDE. Salvador, edições de 20 e 24 de outubro de 1962, e 26 de janeiro de 1963; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 10 de novembro de 1962.
- ³¹ A TARDE. Salvador, edição de 07 de novembro de 1962.
- ³² DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 20 de novembro de 1962; DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, edição de 27 de outubro de 1962; A TARDE. Salvador, edições de 31 de outubro de 1962, 15 de novembro de 1962 e 03 de janeiro de 1963.
- ³³ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p.472-477; BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 251
- ³⁴ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 484-488
- ³⁵ A TARDE. Salvador, 26 de dezembro de 1966.
- ³⁶ BAHIA DE TODOS OS FATOS – cenas da vida republicana, 1889-1991. Op. cit. p. 272
- ³⁷ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 01 de janeiro de 1971.
- ³⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989. 5ª edição. p. 141-224; TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. Cit. p. 282-290.
- ³⁹ GUIMARÃES, Ari. **As Eleições Baianas de 1970**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Federal da Bahia, 1973. Tese apresentada em concurso para professor titular. p. 1-18, 140-189, 265-299.
- ⁴⁰ Citado em BAHIA DE TODOS OS FATOS - Cenas da Vida Republicana 1889-1991. Op. cit. p. 282.
- ⁴¹ BAHIA DE TODOS OS FATOS - Cenas da Vida Republicana 1889-1991. Op. cit. p. 282-295
- ⁴² TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Op. cit. p. 476
- ⁴³ Ver resultados tabulados a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral em ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Op. cit. p. 189.
- ⁴⁴ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edições de 16 de outubro de 1971 e 12 de março de 1971.
- ⁴⁵ GUIMARÃES, Ari. **As Eleições Baianas de 1970**. Op. cit. P. 1-18, 140-189, 265-299.
- ⁴⁶ Faz-se aqui uma interpretação dos conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo à luz da realidade baiana, a partir das considerações de José Murilo de Carvalho, em *Pontos e Bordados – escritos de história e*

política. Acredita-se, entretanto, que, ao contrário do que considera Carvalho, o coronelismo político é um sistema que ainda sobrevive e o mandonismo permanece fortalecido em regiões específicas como na Bahia. Ver CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados – escritos de história e política**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999. Coleção Humanitas. p. 130-153

⁴⁷ Luís Viana Filho (1967-1971), Antonio Carlos Magalhães (1971-1975); Roberto Santos (1975-1979); Antonio Carlos Magalhães (1979-1983); e João Durval Carneiro (1983-1986).

⁴⁸ GUIMARÃES, Ari. **As Eleições Baianas de 1970**. Op. cit. p. 6

⁴⁹ GUIMARÃES, Ari. **As Eleições Baianas de 1970**. Op. cit. p. 160

⁵⁰ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quintandeiro da Liberdade**. In: Revista Realidade. Edição de abril de 1971, nº 61.

Capítulo V

Da eleição à tribuna do plenário

5.1 – Apego ao seabrismo

Em 65 anos de participação em eleições, o Major Cosme de Farias obteve quatro vitórias e três derrotas quando concorreu a vagas de conselheiro municipal e vereador, e cinco vitórias e seis derrotas quando tentou eleger-se deputado estadual. Com relação a isso, até ele enganava-se na totalização, informando aos jornalistas, no final de sua vida, que teve quatro mandatos de deputado e três de vereador¹. O legislativo era uma das suas paixões. Depois de eleito em 1970, ele recusou o título de deputado honorário com remuneração, ofertado pelos colegas emedebistas, e preferiu honrar o mandato freqüentando as sessões até a doença se agravar e morrer em 1972, sendo substituído pelo suplente Hildérico Oliveira. Está na memória coletiva principalmente sua atuação na Câmara Municipal de Salvador, mas houve mais mandatos na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Como quatro dos cinco ocorreram nas décadas de 1910 e 1920, está mais distante da realidade da maioria daqueles que ainda vivem hoje.

A análise quantitativa da história das suas incursões eleitorais, pontuada por nove triunfos e nove desfechos negativos, evidencia certa instabilidade neste percurso do rábula, cujas campanhas eram feitas sobretudo a partir da sua militância em movimentos sociais e políticos e da sua obra assistencial diuturna, durante todo o ano, de comícios e da acanhada cabala patrocinada por amigos que mandavam imprimir folhetos com sua chapa. Mesmo nos anos em que se sagrou vencedor, suas votações eram tímidas, quando confrontadas com os resultados dos demais concorrentes. Assim, a apuração dos dados, eleição a eleição, indicou que Geraldo da Costa Leal, em *Pergunte ao seu avô... Histórias de Salvador – Cidade da Bahia*, estava equivocado ao afirmar que ele “não gastava um tostão em campanhas políticas mas estava sempre colocado entre os primeiros eleitos”².

As votações estão no quadro a seguir:

TABELA 18 - PANORAMA ELEITORAL DE COSME DE FARIAS NO SÉCULO XX

ANO DO PLEITO	VIGÊNCIA DA GESTÃO	CARGO	DESEMPENHO NO PLEITO	VOTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1907	1907-....	Conselheiro municipal	Derrota	-	27º no cômputo geral
1915	1915-1917	Deputado estadual	Vitória	2.782	5º do distrito
1917	1917-1919	Deputado estadual	Vitória	3.308	7º do distrito
1919	1919-1921	Deputado estadual	Vitória	3.333	5º do distrito
1921	1921-1923	Deputado estadual	Vitória	3.896	7º do distrito
1923	1923-1925	Deputado estadual	Derrota	2.569	12º do distrito
1925	1925-1927	Deputado estadual	Derrota	2.277	7º do distrito
1927	1927-1929	Deputado estadual	Derrota	624	12º do distrito
1929	1929-1931 (interrompido pela “Revolução de 1930”)	Deputado estadual	Derrota	136 (1º distrito) 210 (2º distrito)	11º do 1º distrito 10º do 2º distrito
1936	1936-1940	Vereador	Derrota	-	-
1947	1947-1951	Deputado estadual	Derrota	565	7º suplente do PR
1947	1948-1951	Vereador	Vitória	553	18º e último entre eleitos 1º e único do PR
1950	1951-1955	Vereador	Vitória	1.060	9º entre eleitos 3º do PTB
1954	1955-1959	Vereador	Derrota	610	Suplente
1958	1959-1963	Vereador	Vitória	1.545	6º entre eleitos 1º do PDC
1962	1963-1967	Vereador	Vitória	1.737	4º entre eleitos 1º do PDC
1966	1967-1970	Deputado estadual	Derrota	4.690	3º suplente do MDB (assumiu interinamente o cargo)
1970	1970-1974	Deputado estadual	Vitória	8.812	43º entre eleitos 4º do MDB na Bahia

Fontes: ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1238 – 1871/1929 (ata de 09/03/1923) e livro 1237 – 1923/1936 (atas de 01/02/1925, 11/03/1927, 07/03/1929); A BAHIA. Salvador, edições de 09 e 16 de novembro de 1907; A TARDE. Salvador, edições de 11 de novembro de 1958, 20 e 24 de outubro de 1962, 26 de janeiro de 1963 e 26 de dezembro de 1966; DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, edição de 16 de janeiro de 1915; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 10 de novembro de 1962; GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 06 de abril de 1915; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 01 de janeiro de 1971; DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 18 de fevereiro de 1917, ano II, nº 87, p. 1817; DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 19 de fevereiro de 1919, ano IV, nº 86, p. 1669; DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 01 de março de 1921, ano VI, nº 90, p. 2218; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de março de 1948, ano II, nº 1070. Seção Boletim Eleitoral; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 18 de janeiro de 1951 e 30 de março de 1951, ano III, nº 1767 e 1828 respectivamente. Seção Boletim Eleitoral; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 29 de março de 1955, ano XXXVII, nº 3620; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril e 05 de maio de 1959, ano XLIII, nº 5459 e 5464 respectivamente; GUIMARÃES, Ari. *As Eleições Baianas de 1970*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, 1973. Tese apresentada em concurso para professor titular com tabela elaborada a partir de dados do DIÁRIO OFICIAL, ano LV, nº 8774, de 02 de fevereiro de 1971, p. 55; e do Tribunal Regional Eleitoral.

O desempenho, entretanto, deve ser interpretado a partir de um contexto mais amplo, considerando-se principalmente que nem sempre os candidatos mais votados nas urnas correspondiam àqueles diplomados e empossados, sobretudo antes da implantação definitiva da Justiça Eleitoral durante o processo de retomada da democracia dos anos 1940. A manipulação das atas e, além dela, o chamado “voto de cabresto” afiançavam a partilha das vagas nos parlamentos municipal e estadual entre aqueles que contavam com a simpatia do prefeito, do governador ou simplesmente do chefe político local. A eleição concretamente era apenas um mecanismo para legitimação do desejo do governante, valendo como exercício para uma futura prática democrática.

Tanto a Carta Magna do Estado quanto a Constituição da República asseguravam a representação da minoria nos congressos federal e estadual, porém isso não se efetivava. A opo-

sição elegia poucos deputados pelo voto cumulativo, enquanto o governo fazia bancada majoritária. Houve oportunidades em que ela sequer conseguiu encaminhar representante para as Câmaras Federal e Estadual. Uma das poucas exceções foi a eleição de 1911 para a Câmara de Deputados do Estado, quando a minoria garantiu representação após acordo firmado entre o governador Araújo Pinho e o então ministro J. J. Seabra. A oposição na Assembleia Legislativa do Estado, em geral, se constituía no período pós-eleitoral, formada por parlamentares descontentes com sua relação com os governantes³.

Tal conjuntura pode, a princípio, explicar o desempenho de Cosme de Farias, ao menos na Primeira e Segunda Repúblicas. Enquanto esteve sob os auspícios da grei de Seabra e durante o auge do seabrismo, nos anos 1910 e 1920, ele teve garantida sua permanência no cargo de deputado estadual. Com a ascensão calmonista a partir de 1923, foi alijado do parlamento baiano e assim permaneceu, mesmo quando conquistou sufrágios suficientes para a retomada do mandato. Em 1925, ele obteve os votos necessários (2.277), mas teve seu nome rechaçado pela comissão de verificação de poderes, constituída pelo poder legislativo. Então, só voltaria a ter cargo político em 1947, elegendo-se vereador pela primeira vez.

O Major manteve-se leal a J. J. Seabra até a morte do democrata, em 1942. Conservou sua fidelidade inclusive nas fases em que o seabrismo perdeu força no Estado e a maioria dos correligionários afastou-se do líder [“Naquela época, ele era seabrista ferrenho. (...) Ele me falou que um dia Seabra chamou a esposa e disse: ‘Bela, enquanto os milionários me traíram, o mendigo – o mendigo era Cosme – ficou comigo’”]⁴. Em maio de 1929, Cosme estava entre os poucos seabristas históricos que reorganizaram o Partido Republicano Democrático (PRD) e prepararam a estrutura necessária para a campanha da Aliança Liberal na Bahia, a favor da ascensão de Getúlio Vargas ao poder⁵, enquanto Seabra experimentava longo período de ostracismo político. Em dezembro deste ano, ao lado de personalidades políticas como Leopoldo do Amaral, Joel Presídio, Pedro Ribeiro e Manoel Novais, ele recepcionou Seabra e comitiva rio-grandense para a realização de uma caravana aliancista no Estado, que teve como ponto de partida um comício no Largo do Cruzeiro, em Salvador, e seguiu para a região cacaueira⁶. No mês seguinte, em janeiro de 1930, o próprio Seabra presidiu na Bahia a reunião eleitoral na capital⁷.

Apesar do franco apoio conquistado em estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os aliancistas obtiveram poucas adesões na Bahia, porém entre as filiações consolidadas estão as de Leopoldo Amaral – depois elevado à condição de interventor da Bahia –, do jornalista Joel Presídio, do ex-governador Antônio Moniz e de Cosme de Farias. Para difusão dos

ideais da Aliança, eles criaram o diário *O Jornal*⁸, onde o rábula viria atuar como jornalista. Estes poucos estavam seduzidos pela campanha liberal de combate às oligarquias que haviam tomado o poder desde a Proclamação da República e de defesa do voto universal e secreto, da regulação das relações trabalhistas e da implantação gradual da reforma agrária⁹. Portanto, posicionavam contrários à candidatura do governador de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque, e do baiano Vital Henriques Batista Soares, como presidente e vice-presidente respectivamente. Na Bahia, o ex-governador Francisco de Góes Calmon, seu irmão e ex-ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, calmonistas, severinistas, ex-seabristas e mangabeiristas aderiram a esta chapa, principalmente porque vislumbravam a possibilidade de um baiano ascender nacionalmente e passar a ocupar lugar de destaque junto ao poder central. Em um pleito com registros de fraudes, a AL foi derrotada. Militares e políticos, então, retomaram a idéia da Revolução que, a princípio, contou com o apoio dos seabristas mas foi rechaçada pelo grupo, a posteriori.

A estima e fidelidade de Cosme ao seu chefe político podem ser percebidas no poema de exaltação *Avé*, assinado por ele e incluído no seu livreto *Estrophes*, publicado em 1933¹⁰, durante intensa campanha pela abertura política do país:

*“Avé
(ao Dr. J. J. seabra no dia do seu aniversário natalício)*

*Paladino da Justiça,
Coração cheio de fé,
Ainda, mesmo, no exílio
Tu permaneces de pé!
‘Da tua mente scintilla
Uma luz que não vacilla’,
- Santelmo que te conduz...
Patriota valioso
O teu vulto magestoso
Tem as bênçãos de Jesus!*

*Parlamentar e tribuno,
Distincto chefe do Povo,
O teu prestígio não morre,
Será sempre bello e novo,
Sacerdote do Direito
Esmagas o preconceito
E abates a tyrania...*

*Benemérito estadista
A tua fama conquista
Loureiros para a Bahia!*

Batalhador invencível,

*Homem das grandes acções
Quando tu soltas o verbo
Dominas as multidões!
'Parece que, por encanto,
Seccam-se as gottas do pranto
Nascidas do coração...'
Colhes as flores da Gloria,
Os abraços da Victoria
E Deus aperta-te a mão!*

*A tua pobreza honrada,
(Oh! Que pobreza sublime!)
Não tem o grito dos órfãos
Não tem a lama do crime!
Podes, portanto, na vida,
Altivo e da fronde erguida
Fallar perante a Nação!*

*Salve, eleito da Bondade,
'Aguia – sem rapacidade,
Grande heroe sem ambição!'*

Bahia, 21 de agosto de 1929”

Os primeiros registros de aproximação entre ambos são matérias jornalísticas sobre a participação do rábula na campanha de Seabra ao governo do Estado, em 1911, e na Liga Popular Pró-Ruy Barbosa, que defendia a candidatura do baiano à presidência da República com apoio seabrista em 1913. Em meio à disputa pelo poder com o governador Araújo Pinho e às vésperas do bombardeio da cidade de Salvador, Cosme discursou em praça pública pela candidatura oposicionista de Seabra ao governo do Estado, utilizando sua fama de advogado provisionado e sua imagem positiva junto ao operariado. Em 23 de março de 1916, foi indicado como representante da nova legenda seabrista - o Partido Republicano Democrata da Bahia (PRDB) - no distrito da Sé, na capital. Naquele momento, já era situacionista, condição em que se manteve até o final da segunda gestão de Seabra.

Possivelmente os dois foram aproximados por amigos em comum, como o seabrista, chefe de polícia e um dos fundadores da Liga Baiana contra o Analfabetismo Álvaro Cova, e também graças à atuação do Major no movimento contra a carestia e no Centro Operário da Bahia, organização na qual o democrata foi homenageado em 1916. Naquela oportunidade, Cosme proclamou sua admiração pelo líder, justificando que ele era “amigo do povo como nenhum outro”, tinha reconhecido sua vitória como deputado estadual e era honesto¹¹.

O apreço pessoal explica melhor a relação entre eles do que a afinidade ideológica. Para indicar o rábula como candidato a deputado estadual, em 1915, Cova deveria ter o aval do chefe político, o que pode ter despertado a eterna gratidão do Major ao então governador. E

os dois eram abnegados. Apesar de ter sido a personalidade de maior poder na Bahia na década de 1910 e início dos anos 1920, Seabra¹² morreu quando morava sozinho em um quarto de hotel, no Rio de Janeiro, e sustentava-se apenas com sua aposentadoria como professor da Faculdade de Direito de Recife (PE), comprovando seu desapego a bens materiais. Um quadro similar ao de Cosme, que também não fez fortuna durante sua vida pública.

Ideologicamente, o discurso democrático do ex-governador, por vezes, distanciava-se da prática. Antes da morte, em reportagem da *Revista Diretrizes*¹³, ele se declarou liberal, o que significa que postulava a livre atuação das forças econômicas, a participação da sociedade na direção do Estado e a igualdade dos indivíduos perante a lei. Porém, no auge da sua carreira, centralizou as decisões da administração estadual e do seu partido em si e foi, primeiro, a favor da Revolução de 1930 e do getulismo e, somente depois, voltou-se contra a ditadura, defendendo a retomada da democracia. Como líder político, aproximou-se da população através de ações como os comícios, mas governou junto às oligarquias baianas, inclusive como estratégia para manter-se no poder. Foi também um governante moderno, tendo investido na modernização de Salvador principalmente.

Ao contrário, Cosme de Farias nunca se proclamou liberal ou pertencente a qualquer outra corrente ideológica, mas na prática demonstrou proximidade até com o socialismo nas frentes de defesa dos trabalhadores, embora nunca tenha sido socialista. Crítico do capitalismo e da atuação das forças produtivas com ingerência sobre o mercado, principalmente no que tangia aos preços, ele desejava a presença firme do estado para assegurar a igualdade dos direitos aos cidadãos e a melhoria da qualidade de vida – chegou a clamar por isso na Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa - e paralelamente buscava responsabilizar e incentivar a sociedade civil a contribuir com este processo, através dos movimentos políticos e sociais. Posicionava-se favorável à soberania popular, embora mantivesse uma forma conservadora de perceber o exercício democrático, expressa através do apoio a Seabra durante sua gestão centralista.

Durante sua trajetória, o Major manteve-se coerente somente com o seabrismo e com suas bandeiras pela melhoria da qualidade de vida da população. Ele tinha um modo de fazer política característico da República Velha, quando a organização política ocorria ao redor de um chefe carismático e não, de um partido. Escolheu como líder Seabra e permaneceu no seu séquito. Com a morte do velho Seabra em dezembro de 1942 e o fim do seabrismo histórico, ele perdeu seu principal referencial político e passou a agir com independência, embora a legislação eleitoral pós-1945 exigisse a filiação partidária e conseqüentemente o compromisso

do associado com sua proposta para participação em pleitos. A partir de então, buscou um novo referencial, mas nunca mais se prendeu a legendas - passou por quatro, entre 1947 e 1972 - ou a um líder político. Até simpatizou com outros “chefes” locais, como Octavio Mangabeira [“Ele admirava Mangabeira. Foi ele quem lançou a última campanha de Mangabeira ao Senado, no Comitê do Centro Operário da Bahia, no Comitê pela Liberdade. Quando Mangabeira desapropriou a invasão (na região do Corta-Braço) foi a pedido de Cosme. (...) Mangabeira sempre ia visitar ele”]¹⁴, mas não há indícios que comprovem seu vínculo sistemático com o autonomismo, por exemplo. Atuou em frentes junto com autonomistas e manteve amigos em comum com alguns militantes do grupo, porém não era essencialmente um autonomista, talvez porque percebia que nesta corrente nem todos compreendiam sua essência, seu modo de viver desprendido e seu trabalho.

5.2 – “Caminho mais difícil da oposição”

Cosme de Farias se auto-definia como um homem de oposição. E ele pertenceu a bancadas oposicionistas nos últimos anos de sua trajetória política. Sobre isso, disse em discurso na Assembléia Legislativa no dia de sua posse, em maio de 1971:

“Para um homem público, na minha idade, mais cômodo seria ficar ao lado do Governo, recebendo homenagens que uma velhice honrada impõe. Eu preferi o caminho mais difícil da oposição porque aprendi com Ruy [Barbosa], que fora da lei não há salvação. Prefери o lado mais fraco para defender um ideal mais forte: a liberdade”¹⁵.

Entretanto, ele esteve na situação em vários momentos da sua história. Na pesquisa para esta dissertação, constatarem-se alguns deles: a) entre os anos 1910 e 1920, durante a campanha eleitoral e o exercício do cargo de deputado estadual, prestou apoio aos governos de J.J. Seabra (1912-1916; 1920-1924) e de Antônio Moniz Aragão (1916-1920); b) na gestão de Octavio Mangabeira (1947-1951), quando sua legenda – o Partido Republicano – pertencia à base aliada; c) na administração de Régis Pacheco (1951-1955), depois de romper com o PR e liderar uma dissidência anti-juracisista e favorável à campanha da Coligação Democrática Baiana, em torno da candidatura de Lauro de Freitas e seu substituto, Pacheco.

Ele reservou-se à oposição por mais tempo: a) na gestão do governador João Ferreira de Araújo Pinho (1908-1911), tendo realizado *meetings* em prol do oposicionista J. J. Seabra; b) no mandato de Francisco de Góes Calmon (1924-1928), quando liderou intensa campanha anticalmonista através de jornais e comícios; c) no período pós-Revolução de 1930, principalmente na intervenção de Juracy Magalhães, a quem atribuiu o assassinato do general La-

vénere Wanderley, na Paraíba, em outubro de 1930 [“Ele dizia que Juracy matou o comandante dele”]¹⁶; d) nas intervenções estado-novista; e) no governo Antônio Balbino (1955-1959), quando se filiou ao Partido Democrata Cristão (PDC) e sua nova legenda apoiou o candidato derrotado, o historiador Pedro Calmon, mas elegeu como prefeito Hélio Machado; f) nas gestões de Juracy Montenegro Magalhães (1959-1963) e Antônio Lomanto Júnior (1963-1967); g) nas administrações dos governadores eleitos pelo voto indireto, durante a ditadura militar, Luis Viana Filho (1967-1971) e Antonio Carlos Magalhães (1971-1975).

Na sua vida política, Cosme pertenceu ao seabrista Partido Republicano Democrático (PRD) nos anos 1910 e ajudou a reconstituir a legenda em 1929, tendo se candidatado como “avulso” durante a perseguição aos correligionários democratas. Durante o processo de abertura política e após a morte de Seabra, filiou-se ao Partido Republicano (PR), sigla minoritária conservadora que reunia forças oligárquicas e se notabilizou pela atuação de um dos seus associados, o deputado Manoel Novais, em defesa do Rio São Francisco. Na Bahia, o PR esteve quase sempre ao lado da União Democrática Nacional (UDN).

Já em 1950, ele participou de um movimento dissidente republicano, em retaliação à adesão do partido à candidatura do ex-interventor Juracy Magalhães ao governo estadual através da Aliança Democrática (formada pelo PR, União Democrática Nacional, Partido Trabalhista Nacional, Partido Social Progressista e Partido Socialista Brasileiro). Na ocasião, preferiu filiar-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do presidente Getúlio Vargas, mesmo tendo combatido o getulismo por anos. A desavença local suplantou a falta de afinidade com o político gaúcho. Depois de uma única eleição, ele migrou de novo e, em seguida, concorreu em três pleitos pelo Partido Democrata Cristão (PDC), sigla anticomunista de oposição ao Partido Social Democrático e PTB que buscava intervenção do estado na economia e também se aproximava da UDN. O jornalista só deixou o PDC com a extinção dos partidos e a instituição do bipartidarismo no país. Então, entrosou-se com o grupo oposicionista e associou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde permaneceu até sua morte.

A tabela 19 apresenta a filiação partidária e o posicionamento político de Cosme nos pleitos:

TABELA 19 - PANORAMA PARTIDÁRIO DE COSME DE FARIAS NO SÉCULO XX

ANO DO PLEITO	CARGO	DESEMPENHO NO PLEITO	PARTIDO	POSIÇÃO
1907	Conselheiro municipal	Derrota	Avulso	-
1915	Deputado estadual	Vitória	Partido Republicano Democrata (PRD)	Seabrista. Partido do governador J. J. Seabra.
1917	Deputado estadual	Vitória	-	Seabrista. Partido do governador Antônio Moniz.
1919	Deputado estadual	Vitória	-	Seabrista. Partido do governador Antônio Moniz.
1921	Deputado estadual	Vitória	-	Seabrista. Partido do governador J. J. Seabra.
1923	Deputado estadual	Derrota	-	Seabrista Partido do governador J. J. Seabra.
1925	Deputado estadual	Derrota	Avulso	Seabrista.
1927	Deputado estadual	Derrota	-	Seabrista
1929	Deputado estadual	Derrota	Partido Republicano Democrata (PRD)	Seabrista. Partido que iria apoiar a Aliança Liberal pró Getúlio Vargas e, portanto, apunha-se aos partidários da candidatura do baiano Vital Soares à vice-presidência.
1936	Vereador	Derrota	-	Seabrista
1947	Deputado estadual	Derrota	Partido Republicano (PR)	PR era conservador, reunia forças oligárquicas e esteve quase sempre ao lado da União Democrática Nacional (UDN). Pequeno partido. Legenda da base aliada do governador eleito Octavio Mangabeira.
1947	Vereador	Vitória	Partido Republicano (PR)	PR era conservador, reunia forças oligárquicas e esteve quase sempre ao lado da União Democrática Nacional (UDN). Pequeno partido. Legenda da base aliada do governador eleito Octavio Mangabeira.
1950	Vereador	Vitória	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	PTB foi criado pelo presidente Getúlio Vargas e acolheu dissidentes do PR que se opunham à adesão da legenda à candidatura de Juracy Magalhães. Legenda da base aliada do governador eleito Régis Pacheco.
1954	Vereador	Derrota	Partido Democrata Cristão (PDC)	PDC era anticomunista, nacionalmente fazia oposição ao PSD/PTB e buscava intervenção do estado na economia, aproximava-se da UDN. Pequeno partido. Legenda do prefeito eleito Hélio Machado e do grupo oposicionista ao governador eleito Antônio Balbino.
1958	Vereador	Vitória	Partido Democrata Cristão (PDC)	PDC era anticomunista, nacionalmente fazia oposição ao PSD/PTB e buscava intervenção do estado na economia, aproximava-se da UDN. Pequeno partido. Legenda de oposição ao governador eleito Juracy Magalhães.
1962	Vereador	Vitória	Partido Democrata Cristão (PDC)	PDC era anticomunista, nacionalmente fazia oposição ao PSD/PTB e buscava intervenção do estado na economia, aproximava-se da UDN. Pequeno partido. Legenda de oposição ao governador eleito Antônio Lomanto Júnior.
1966	Deputado estadual	Derrota	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	Legenda oposicionista pós-1964.
1970	Deputado estadual	Vitória	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	Legenda oposicionista pós-1964.

Fontes: ATAS DAS ELEIÇÕES – CAPITAL E INTERIOR – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativo, Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, livro 1238 – 1871/1929 (ata de 09/03/1923) e livro 1237 – 1923/1936 (atas de 01/02/1925, 11/03/1927, 07/03/1929); A BAHIA. Salvador, edições de 09 e 16 de novembro de 1907; A TARDE. Salvador, edições de 11 de novembro de 1958, 20 e 24 de outubro de 1962, 26 de janeiro de 1963 e 26 de dezembro de 1966; DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, edição de 16 de janeiro de 1915; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, edição de 10 de novembro de 1962; GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 06 de abril de 1915; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 01 de janeiro de 1971; DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 18 de fevereiro de 1917, ano II, nº 87, p. 1817; DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 19 de fevereiro de 1919, ano IV, nº 86, p. 1669; DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 01 de março de 1921, ano VI, nº 90, p. 2218; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de março de 1948, ano II, nº 1070. Seção Boletim Eleitoral; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 18 de janeiro de 1951 e 30 de março de 1951, ano III, nº 1767 e 1828 respectivamente. Seção Boletim Eleitoral; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 29 de março de 1955, ano XXXVII, nº 3620; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril e 05 de maio de 1959, ano XLIII, nº 5459 e 5464 respectivamente; GUIMARÃES, Ari. *As Eleições Baianas de 1970*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, 1973. Tese apresentada em concurso para professor titular com tabela elaborada a partir de dados do DIÁRIO OFICIAL, ano LV, nº 8774, de 02 de fevereiro de 1971, p. 55, e do Tribunal Regional Eleitoral; SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira. *J.J. Seabra, sua vida, suas obras*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

As pontuais participações de Cosme nas bancadas governistas podem ser atribuídas a fatores diversos: seu apego a J. J. Seabra e sua fidelidade ao seabrismo; a perda de seu principal referencial político no período da democratização e a conseqüente adesão àqueles a quem tinha maior afinidade – no primeiro momento, ao grupo autonomista -, mesmo sem que houvesse relação profunda; e a sua rejeição histórica ao ex-interventor Juracy Magalhães, ocasionando seu apoio à candidatura vitoriosa de Régis Pacheco. Portanto, pode-se dizer que apenas no início do século XX, quando apoiou J. J. Seabra e Antônio Moniz, esteve atrelado ao governo por afinidade. Nas demais vezes, as circunstâncias determinaram a aproximação.

Para os líderes populares como Cosme de Farias, a melhor – ou única – alternativa viável para o alcance de cargos públicos na Bahia, principalmente nas duas primeiras Repúblicas, era a adesão a uma liderança oligárquica que o credenciasse. Conforme exposto, na Primeira e na Segunda República, estar na oposição significava estar alijado do círculo do poder no Estado. Mais tarde, os métodos para assegurar a vitória da situação mudaram, contudo os resultados ainda garantiram por décadas a supremacia da bancada governista. Cosme apegou-se a J. J. Seabra. Depois de “órfão”, buscou sem êxito um novo referencial até determinar que a oposição lhe serviria como parâmetro. Além da sua linha política, o Major tinha um outro forte componente de rejeição: seu estilo de vida mundano, ligado ao consumo exagerado de bebidas alcoólicas e próximo da escória da sociedade da sua época, entre bicheiros, homicidas, prostitutas. Embora reconhecessem o mérito do seu trabalho e o seu talento de tribuno, os bem-nascidos – a exemplo dos autonomistas - preferiam manter com ele apenas relações sociais cordiais, para evitar maior associação dos seus nomes ao dele.

Ser oposicionista exigia uma postura mais aguerrida e maior habilidade do parlamentar para negociação, em relação aos situacionistas, mas obviamente tais elementos nem sempre eram suficientes para asseverar a aprovação em plenário e implementação de iniciativas da minoria. Como oposicionista, Cosme evitava o confronto direto e o rompimento de relações. Ele conservava aberta a possibilidade de diálogo, dirigia aos governantes requerimentos com conteúdos diversos e até chegou a remeter aos adversários pedidos para concessão de emprego a terceiros etc. e presentes. Enviou sabonete de lembrança até ao então governador ACM¹⁷, personalidade baiana que apoiava o regime militar e havia sido eleito por voto indireto para o governo, sob oposição da legenda de Cosme, o MDB. A exceção foi o período de domínio calmonista, em que o rábula acusava sistematicamente o governador de traidor por ele ter sido lançado como candidato por J.J. Seabra e ter se mantido na disputa pelo cargo mesmo depois do líder democrata ter indicado a substituição de seu nome.

Neste momento histórico, havia iniciativas reformistas isoladas, mas que, sem sustentação numa consciência de classe capaz de efetivar a reforma, terminavam sucumbindo às oligarquias. Vislumbrando suplantar esta complexa estrutura, independente de estar na oposição ou na situação, o rábula transitava entre as diversas alas políticas pleiteando benefícios para os seus afilhados¹⁸. Ou seja, negligenciando sua filiação partidária e o comprometimento com os princípios da legenda inerente às associações desta natureza, Cosme considerava que a falta de vínculos públicos e formais com um determinado grupo lhe conferia independência para lutar por suas bandeiras, formular pedidos a terceiros e angariar adesões de autoridades de qualquer facção para seus projetos.

O sucesso desta sua estratégia deve-se, em grande parte, ao fato do Major não representar ameaça à manutenção do *status quo* e não colocar em risco os clãs que dominavam a Bahia. Afinal, embora o rábula fosse polivalente e tivesse penetração em áreas diversas, suas ações assistencialistas tinham alcance pontual, principalmente devido aos poucos recursos disponíveis, e seus projetos como parlamentar se concentravam nesta linha assistencial. Não se constituíam como ameaça. Além disso, ele era considerado um ébrio por muitos políticos e não demonstrava cobiça de ascensão na carreira política - não teve cargos na mesa diretora do legislativo, exceto em caráter interino, e nunca sequer concorreu a postos do poder executivo. Nem as greves ameaçavam. Em 1919, por exemplo, o empresariado concedeu benefícios aos trabalhadores, mas depois recuou e restringiu o que já havia oferecido. O trabalho de Cosme melhorava as condições de vida de um e outro, mas não garantia sequer sua eleição tranqüila nos pleitos em que concorreu.

5.3 – Entre moções e projetos de lei

O Major Cosme de Farias elegia-se baseado em dois pilares básicos: sua atuação como advogado dos pobres e sua militância na campanha pela alfabetização de crianças, jovens e adultos, a partir do funcionamento da Liga Baiana contra o Analfabetismo¹⁹. A análise²⁰ dos projetos de lei, pronunciamentos e moções impetrados ou subscritos por ele, em diferentes mandatos nos legislativos estadual e municipal, evidencia sua concentração em atividades assistenciais, na defesa de causas humanitárias e de grupos em situação de desigualdade como crianças e idosos, na homenagem a instituições e pessoas de destaque social, e na fiscalização e cobrança da prestação de serviço público pelos órgãos competentes.

Quase todos os dias, havia informações relacionadas a ele no *Diário Oficial do Estado da Bahia* e nos jornais locais. Eram clamores²¹ pela criação de patronatos agrícolas infantis e

abrigos de idosos (a Casa da Paz) em todos os municípios baianos e pela intervenção dos parlamentares junto ao Governo a favor de 400 desabrigados pelas chuvas, cujas casas-embrião cedidas pelo Estado não contavam com cozinha, água, energia nem policiamento, por exemplo. Entretanto, a Assembléia Legislativa, em decorrência de incêndios que destruíram parte do seu acervo, só tem registro em arquivo de sete requerimentos impetrados por ele entre 1967 e 1971, obrigando os pesquisadores a recorrerem ao *Diário Oficial* e aos periódicos. Entre estes estão pedidos para o reconhecimento da utilidade pública da Hora da Criança, atividade educacional promovida pelo educador Adroaldo Ribeiro Costa, e do Orfanato Mansão do Caminho; para a concessão de pensão a um menino; para a retomada do Departamento Estadual da Criança; e para a edificação pelo governo de casas destinadas a juizes, promotores e professores primários.

Uma das suas principais frentes de atuação, pela estreita relação com seu perfil assistencialista, foi a busca da oferta e ampliação dos serviços sociais oferecidos pelo poder público à população. Já no seu primeiro mandato, em 1916, enviou requerimento à mesa diretora da Assembléia Geral, pedindo que a capacidade do Asylo da Mendicidade dobrasse de 10 para 20 leitos destinados a homens e mulheres com mais de 60 anos²² e solicitou aos colegas a concessão de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado Almeida Júnior²³. Neste segmento, também estavam projetos de cunho eminentemente assistencialistas como o pedido de concessão pela Prefeitura de pensão aos trigêmeos Wilson, Antônio Wilson e Maria Alice Gomes até seus 18 anos, no valor de Cr\$ 2.000, porque seus pais tinham baixo poder aquisitivo e dificuldade em educá-los²⁴, e de recolhimento pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia de quatro tuberculosos abandonados nas ruas Nilton Prado e da Independência, no Centro²⁵.

Sua vocação social também determinou como prioritárias a melhoria das condições de funcionamento e a garantia de manutenção de obras sociais. Isso foi evidenciado através dos requerimentos de subsídios, parcerias e anistia para organizações da sociedade civil. Já no início de sua carreira, em 1916, havia solicitado subvenção para entidades em que tinha vínculo²⁶:

“Uma obra meritória

Nosso distincto collega Cosme de Farias justificou brilhantemente hontem da tribuna da Camara, onde representa de maneira mais digna o elemento proletario, um projecto de lei autorisando o governo a subvencionar com seis contos de reis o ‘Centro Operario’, o ‘Lyceu de Artes e Officios’ e a ‘Associação Typographica Bahiana’, em troca de matricula de 15 alumnos nos cursos de cada um destes estabelecimentos.

Esse gesto nobre e ao mesmo tempo útil do disticto confrade veio ainda mais cercal-o de sympathia e admiração”.

Em 1959, o Major atuou pelo pagamento dos subsídios devidos pela União ao Abrigo do Salvador²⁷; agenciou subvenção para a Associação Bahiana de Imprensa (ABI) para conclusão das obras da Casa do Jornalista da Bahia²⁸; denunciou o fechamento por “descaso das autoridades” do Abrigo São Geraldo, voltado para o acolhimento de crianças sem lar²⁹; e clamou na tribuna que os baianos apoiassem a “meritória atividade de Irmã Dulce que se empenha em ajudar aos humildes de nossa cidade”³⁰. Ele também solicitou o reconhecimento como entidade de utilidade pública do Instituto Santo Antônio³¹, em 1954, e da Associação de Jornalismo Periodista da Bahia³², em 1962. E subscreveu um projeto do deputado estadual Rafael Spinola para que o Grêmio Literário da Bahia, do qual participava, fosse considerado como estabelecimento de utilidade pública, em 1917³³, e um outro do deputado Firmo Pinheiro para que a Associação das Senhoras de Caridade de Itapetinga tivesse o mesmo benefício, em 1971³⁴.

Os temas humanitários, a atuação da Justiça, as atividades policiais e o sistema prisional tinham primazia no cotidiano parlamentar de Cosme de Farias, demonstrando fidelidade à defesa de quem estava marginalizado na sociedade e atenção aos tratados mundiais de direitos humanos, que começavam a surgir a partir sobretudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foi de sua larva o pedido para que a Câmara Municipal intercedesse junto ao então governador do Estado, Juracy Magalhães, pela extinção do “bárbaro uso de algemas e de espancamento de presos na Secretaria de Segurança Pública (SSP) e na Colônia de Pedra Preta (antiga Penitenciária do Estado), por tratar-se de fatos que atenta(va)m gritantemente contra os sentimentos Cristãos da nossa ‘Boa Gente’ e do elevado grau de civilidade da Bahia” e pelo respeito às decisões judiciais pela SSP, porque o órgão estaria “impressionando a opinião pública desta cidade e até de outros lugares” devido a falta de garantias, seus atos de violência e seus desmandos”³⁵.

Outro exemplo foi o requerimento para que o secretário do Interior e Justiça, Josaphat Marinho, visitasse a Casa de Detenção da capital para verificar sua deterioração por falta de recursos financeiros para manutenção³⁶. Em abril de 1959, ele também foi à tribuna da Câmara advogar a favor do jogo do bicho e em defesa das mulheres que se prostituíam em Salvador, no momento em que a SSP ameaçava transferir o meretrício de uma área para outra da cidade³⁷. Em 1962, pediu uma intervenção do Governo do Estado na Casa de Detenção de Salvador, para amenizar a “tremenda crise de fome” pela qual passavam os encarcerados³⁸.

Outra frente relevante na vida política do Major foi a fiscalização e cobrança para que os órgãos municipais e estaduais assegurassem o acesso irrestrito a serviços públicos elementares como saneamento básico, asfaltamento, limpeza urbana, transportes, policiamento, iluminação, saúde e habitação. Em 1917, como deputado, conclamou o então governador Antônio Moniz e o líder da bancada baiana no Congresso Federal, J. J. Seabra, a intercederem junto ao Ministério da Viação para acelerar o início das obras de construção da Avenida Jequitaia, no Comércio, onde ocorriam na época inúmeros acidentes de bonde³⁹. Anos depois, em 1954⁴⁰, requereu como vereador calçamento para a Rua Cosme de Farias, água potável para o Calabar, sistema de contensão da maré na Rua Araújo Bulcão, nos Mares⁴¹, e instalação de mictórios públicos em vários pontos da cidade de Salvador⁴², além de defender a habitação popular na tribuna da casa⁴³. Mais tarde, solicitou à Prefeitura a pavimentação da Rua Eufrosina Miranda⁴⁴, do sub-distrito de Santo Antônio, e o calçamento da Rua Teixeira Leal⁴⁵, na Vitória. Em 1963, reclamou novo prédio para a Escola Primária José Joaquim Seabra, na Liberdade, cuja sede estava em más condições de uso⁴⁶.

Os requerimentos, muitas vezes, ultrapassavam os limites de atuação da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa, constituindo-se apenas como recomendação aos órgãos responsáveis pelas atividades. No máximo, geravam constrangimento e conseqüentemente pressionavam o poder executivo para implementação do que fora pedido ou poderiam ser instrumentos na barganha política. Portanto, eles poderiam não ter efeito prático no cotidiano da população, servindo apenas como recurso retórico para delineamento da imagem positiva do parlamentar. O mecanismo adotado por Cosme, e usual nos parlamentos estadual e municipal, consistia em solicitar que a mesa diretora da casa pleiteasse junto a terceiros a execução de determinado serviço.

São volumosos os exemplos. Em 1962, ele requisitou que a Câmara intercedesse junto à Diretoria Geral de Trânsito e Secretaria de Viação e Obras Públicas, para o restabelecimento de pontos de parada de ônibus e lotações na Rua da Ajuda; junto ao Departamento de Iluminação Pública, para que substituísse as lâmpadas danificadas da Rua Lopes Trovão, em Massaranduba; junto à Capitania dos Portos, para seleção de canoas que fizessem o transporte de pessoas entre Plataforma e Itapagipe/Ribeira; e, junto à 3ª Delegacia de Polícia, para manutenção de policiamento até a meia-noite no Convento da Penha, em Itapagipe, “para acabar com a turma de desordeiros que ali continuamente perturba(va) o sossego público praticando distúrbios, proferindo obscenidades, jogando bola e fazendo exercícios de capoeiragem”⁴⁷.

No ano seguinte, o então vereador buscou que a Secretaria de Viação e Obras Públicas da cidade melhorasse as condições de uso da via entre a Rua da Favela, na Liberdade, e a Rua Nilo Peçanha, no Pilar, que estava “em petição de miséria fazendo vergonha e nôjo”⁴⁸, e providenciasse calçamento para a Rua Mont Alverne (Rua do Bispo), no Centro, porque por ali passavam “turistas e outras pessoas de procedência de vários Estados da República que fica(va)m com péssimas impressões”⁴⁹. E ainda que a Diretoria de Limpeza Pública fizesse o asseio da Rua Conselheiro Zacarias e Vasconcelos, nos Mares⁵⁰; e o então governador Juracy Magalhães mandasse reforçar o policiamento no Centro e na periferia⁵¹ e visitasse o Hospital Santa Teresinha, especializado no tratamento de doenças no aparelho respiratório, para verificar *in loco* as péssimas condições da unidade e a má remuneração dos médicos⁵².

Com esta estratégia, abordou também a preservação do patrimônio histórico e cultural da Bahia, sobretudo aquele de propriedade da Igreja Católica. Assim, requereu que a mesa da Câmara solicitasse à Diretoria do Patrimônio Nacional a restauração da Igreja de São José de Ribamar⁵³; o conserto da Igreja de São José, no Santo Antônio, e a reforma da sua sacristia para abrigar uma nova escola primária⁵⁴; a limpeza das fachadas das igrejas de São Pedro dos Clérigos e do Paço, do Convento dos Perdões e do Palácio do Arcebispo, todos em Salvador⁵⁵. Junto com o vereador Arthur Guimarães Cova, representou a Câmara na Grande Comissão Organizadora e Executiva dos Festejos de Dois de Julho, composta por delegados de órgãos públicos e estabelecimentos privados sob a coordenação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia⁵⁶.

Outra luta recorrente na vida do rábula e abordada por ele no parlamento foi o combate aos altos preços de gêneros alimentícios e produtos de primeira necessidade. Em 1963, ele criticou em discursos a elevação do custo de vida⁵⁷ e assinalou que a Câmara Municipal e a Prefeitura deveriam se engajar “ao lado do povo na luta contra a carestia, e, especialmente, a alta do preço do pão, atitude criminosa dos donos das padarias”⁵⁸. No ano anterior, havia se posicionado contra a proposta de incremento dos impostos para a concessão de reajuste salarial aos funcionários públicos, proposta pelo prefeito Heitor Dias⁵⁹. Registrava-se uma onda de protestos contra a majoração dos preços e em prol do incremento dos salários no país, inclusive na Bahia.

Sua posição destoava da sua postura em relação ao serviço público, por causa da conjuntura. Em geral, ele defendia os interesses dos servidores públicos, categoria a qual pertencia por ser funcionário da Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Em 1959, por exemplo, recomendou que a mesa da Câmara encaminhasse à Assembléia Legislativa pedido para a concessão

do benefício por perigo de vida àqueles trabalhadores que atuavam no cemitério Quinta dos Lázaros, tal como foi ofertado àqueles lotados no Instituto Médico-legal Nina Rodrigues⁶⁰. Mais tarde, em 1962, requereu que a Câmara de Vereadores encaminhasse ao presidente da República, João Goulart, a construção em Salvador de um hospital para atendimento aos funcionários da União e subscreveu o projeto que previa o reajuste de 40% dos vencimentos do pessoal ativo e inativo da Secretaria da Câmara Municipal e a equiparação salarial do secretário com o procurador do município⁶¹.

A regularidade na apresentação de requerimentos e sua persistência são características marcantes dos seus mandatos. No material analisado para esta dissertação, muitos pleitos apareceram mais de uma vez, evidenciando que o Major reapresentava os pedidos reprovados em plenário ou negligenciados pelo órgão público responsável pela atividade. Em março de 1963, ele pediu quatro vezes consecutivas que o prefeito Heitor Dias Pereira providenciasse a demolição de ruínas localizadas entre as ruas Padre Vieira e Saldanha da Gama, no Centro, para melhorar as condições de tráfego pelo local⁶². Inspirado nas obras da Irmã Dulce, protocolou na Câmara, em 1963, projeto de lei para a construção pela Prefeitura de um albergue noturno na área dos Mares, para pessoas de baixa renda procedentes do interior⁶³. Projeto similar, entretanto, já havia sido remetido à Assembléia Legislativa, na primeira fase da sua carreira parlamentar: em 1917, ele propôs ao Governo do Estado a construção de dois albergues noturnos para pessoas desamparadas⁶⁴.

Nas suas legislaturas, Cosme de Farias também cuidava das relações políticas, com domínio do tom moderado. Fez até *lobby*: em 1963, ele subscreveu requerimento para que a Câmara Municipal solicitasse à Presidência da República a manutenção do professor baiano Manuel Pinto de Aguiar no posto de diretor da Petrobras, estatal brasileira do ramo de petróleo⁶⁵. Entre os principais recursos utilizados pelo Major, estavam cortesias demonstrações de respeito e carinho a personalidades políticas e pessoas de destaque na sociedade, como professores e intelectuais, através de moções e homenagens. Oficialmente, elas serviam para parabenizar pelo aniversário de nascimento, para expressar solidariedade ou pesar em caso de morte e felicitar por conquista de prêmios, promoções funcionais, desempenho profissional, vitórias eleitorais, entre outros. Porém, na prática, poderiam exercer três papéis: simplesmente cativar o beneficiário e seus familiares, contribuindo para constituição/consolidação da imagem positiva do político; agendar socialmente um assunto; ou indicar a disposição do parlamentar para diálogo sobre assuntos de interesse comum.

Os exemplos são ilustrativos. No centenário de nascimento do professor Antonio Alexandre Borges Reis, em 1959, o Major propôs que uma mensagem fosse remetida aos seus herdeiros como homenagem póstuma⁶⁶. Em 1962, ele pediu a inserção em ata de voto de pesar pela morte do ex-vereador Izidoro Bispo dos Santos e, depois, o envio de condolências à família dele e à Superintendência da Leste Brasileiro⁶⁷. No mesmo ano, solicitou que a Câmara felicitasse a diretoria do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia pelo 90º aniversário de fundação da entidade e pela inauguração na sua galeria de notáveis do retrato do coronel Heráclio Cardoso de Mello, presidente da assembléia geral da Liga Bahiana contra o Analfabetismo, assim como encaminhasse notificações sobre a iniciativa à instituição e ao homenageado⁶⁸.

Em 1963, incitou a Câmara Municipal a se congratular com o presidente da República, João Goulart, por sua determinação de não cortar recursos orçamentários da União destinados à educação, através de requerimento apresentado após pronunciamento sobre sua luta frente à Liga Baiana contra o Analfabetismo⁶⁹. Neste ano, subscreveu moções a Walter Drumond de Carvalho por sua posse no cargo de presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, posto que já havia ocupado antes, e ao professor universitário e jornalista Zitelmann de Oliva pelo lançamento do livro *Um Homem e sua Sombra*⁷⁰; requereu moção ao médico Pedro Seixas, por ele ter deixado a Diretoria de Assistência Médica do Hospital da Prefeitura de Salvador⁷¹; e agradeceu em público ao Banco da Bahia por ter feito doação à Liga contra a Mortalidade Infantil⁷².

Uma outra maneira de prestar homenagem era a denominação de edifícios e logradouros públicos com o nome da pessoa laureada. O rábula buscou esta forma de reconhecimento muitas vezes. São dele projetos para nomeação de uma via da Vitória como Rua Viscondessa de Barral⁷³ e outra no Jardim Santa Mônica como Rua Cesário de Oliveira⁷⁴; e requerimento para que o legislativo recomendasse à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia a nomeação de uma unidade de ensino primário do município de Brotas de Macaúbas como Escola Isabel Miranda Amorim, em reverência a uma professora nascida naquela localidade que lecionou por 42 anos⁷⁵.

Também eram proferidos discursos em plenário com os mesmos objetivos. Um deles ocorreu na Câmara durante os festejos do cinquentenário do jornal *A Tarde*, em 1962⁷⁶. Já em 1917 usou a tribuna para se congratular com a Pátria, pela passagem do cinquentenário da Batalha do Riachuelo, e requereu envio de congratulações ao Ministério da Marinha e designação de comissão para cumprimentar pessoalmente o capitão do Porto de Salvador⁷⁷. Nem as decisões da alta cúpula da Igreja Católica passaram incólumes por Cosme de Farias. Ele posi-

cionou-se favorável e conquistou adesões dos seus confrades na Câmara de Vereadores, em 1963, à encíclica Paz na Terra, assinada pelo Papa João XXIII, que desejava dias de paz a todas as pessoas do mundo independente de opção política, religião, classe⁷⁸.

Há registros de pronunciamentos com cunho eminentemente político e/ou eleitoral, servindo inclusive para cabalar votos. Em um aparte, às vésperas da eleição de 1954, ele declarou em plenário que mantinha “vida humilde e sempre dedicada à causa dos menos afortunados” e concluiu prometendo manter sua linha de conduta no mandato subsequente. Cinco anos depois, quando assumia a vereança, agradeceu ao eleitorado e se comprometeu a corresponder às expectativas⁷⁹:

“Esta Casa (...) tem sobre seus ombros a grave responsabilidade de zelar pelos interesses do povo que de há muito tempo passa as piores privações sem que as autoridades constituídas o socorra. Cumpre, pois, a esta Câmara, combater a carestia ora reinante a menos que o povo resolva fazer justiça com suas próprias mãos”.

Em 1950, posicionou-se contrário à diplomação de candidatos a cargos executivos que obtivessem a maioria absoluta de votos, em substituição do princípio da maioria simples, e depois apresentou o pedido de aprovação da seguinte moção fac-simile⁸⁰:

“A Câmara dos Vereadores do Município de Salvador, legítima representante do povo da Capital da Bahia, depois de apreciar zelosamente a tese de maioria absoluta de votos, prova o reconhecimento do Presidente da República Brasileira, declarando desde agora, contrario a mesma, porque sob o assunto, á Carta Magna do País, é claríssima e diz apenas que será proclamado vencedor o candidato que obtiver maioria de sufrágios eleitorais.

Resolve também dar conhecimento desta sua atitude aos Exmos. Srs. Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal assim como aos Exmos. Srs. Presidentes do Senado e da Camara de Deputados da Bahia.

*Sala das sessões, em 5 de dezembro de 1950.
Cosme de Farias”*

Escritor e jornalista, Cosme de Farias também expressou seu posicionamento acerca de temas agendados ou não por escrito. Escapando à tônica moderada de suas ações, ele repudiou em 1971 o ataque do governador de então, Antonio Carlos Magalhães, ao poder judiciário [“Reprovava os métodos de ACM, porque ACM era truculento. Dizia que ACM era ingrato. Ele dizia que Juracy fez ACM e ACM nunca fez nada por Juracy, por isso era ingrato”]⁸¹. O *Jornal da Bahia* publicou o pronunciamento enviado à mesa da Assembléia Legislativa e a jornalistas⁸²:

“Sr. presidente, srs. Deputados

Não temos interesse em reviver fatos que não engrandessem a Bahia, mas não podemos ficar omissos quando a dignidade de uma instituição se sente atingida e seu conceito perante a sociedade, é posto em dúvida, injustamente.

Não se analisam comportamentos pelas exceções, não se condenam atitudes sem personalizar responsáveis.

A militância de anos no foro baiano em defesa dos que têm sede de justiça me dão razões bastante para defender a justiça baiana. Jamais selecionei entre os que me procuravam, ricos ou pobres, fracos ou poderosos, porque o direito não distingue classes nem castas; todos são iguais perante a lei. Ninguém é criminoso se a lei não o define como tal e a Justiça, o condena pelo crime cometido.

Esta no entanto só se pronuncia dentro dos limites da lei e das provas do processo judiciário.

Exigir-se que a justiça condene ou salve sob impactos emocionais sem provas e sem processo é querer o arbítrio como norma jurídica e a violência como fundamento legal.

Prefiro ficar com a justiça a 10Km do que com o arbítrio e a violência a 100.

Com as exceções que justificam a regra, a justiça baiana tem merecido até hoje o respeito e a confiança de todos nós e não hão de ser fatos isolados, invocados maldosamente, que hão de macular o seu conceito, a sua correção e o seu prestígio perante a Bahia toda.

Devo à Justiça a minha solidariedade.(sic)

Cosme de Farias”.

O rábula, contudo, ultrapassou o âmbito do discurso e dos projetos e manifestou suas idéias e posições por meio de ações. Um caso é emblemático: no auge da polêmica quanto o aumento dos subsídios dos vereadores no final do mandato, em 1963, ele resolveu doar a organizações sociais o montante recebido da Câmara Municipal. Em carta enviada ao jornal *A Tarde*, o Major posicionou-se contrário ao aumento, devido às precárias condições das finanças da comuna⁸³. Como o reajuste foi aprovado, ele passou a encaminhar à gerência do periódico⁸⁴ o valor que foi acrescido aos seus vencimentos - cerca de Cr\$ 150.000,00 por mês – e determinou que, pela felicidade dos seus eleitores, o montante fosse distribuído entre entidades como o Instituto Alberto de Assis, o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a Vila Vicentina da Bahia, o Orfanato Ruth Aleixo, o Grupo Espírita Santo Agostinho, a Igreja do Tororó (que precisava ser reconstruída), o Grêmio Machado de Assis, o Asilo Bom Pastor, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, o Abrigo Santo Antônio, a Escola Cosme de Farias, o Hospital Santa Luzia, a Escola Eutiquio Bahia, o Abrigo Salvador, o Orfanato Medalha Milagrosa, a Escola Osvaldo Gordilho, a Escola São Francisco Xavier, as Obras Sociais Franciscanas e a Escola Milton Barbosa.

Para além dos seus efeitos práticos no cotidiano das entidades, aquela era uma ação midiática, que demonstrava seus interesses e surtia efeito positivo sobre sua imagem. E não foi um ato isolado: a doação de sua renda era habitual. Em entrevista ao *Jornal da Bahia*, em março de 1971, ele informou que nos seus mandatos como deputado e vereador costumava destinar metade dos rendimentos a casas pias e escolas primárias, porque não era “banco para guardar dinheiro”⁸⁵. Sobre o tema, atestou *A Tarde*: “Vereador à Câmara Municipal de Salvador, e agora reeleito, destina sempre parte considerável de seus subsídios a instituições de caridade e assistência social”⁸⁶.

5.4 – *Modus operandi* do Major

A despeito da sua vasta experiência como parlamentar, Cosme de Farias não se debruçava sobre políticas públicas, destacando-se pela atenção às demandas mais imediatistas. Sua pauta era o assistencialismo, principalmente. A análise dos pronunciamentos no plenário, projetos de lei e moções impetrados ou subscritos por ele comprova a linearidade e coerência entre sua plataforma e suas realizações, dentro e fora das casas legislativas. Suas prioridades nos parlamentos do Estado e municipal estavam em total consonância com sua vida pessoal e profissional e militância.

Com parcimônia, ele foi constituindo o seu *modus operandi*, calcado no exercício do jornalismo, na sua participação em movimentos sociais e políticos e no trabalho como parlamentar, com o objetivo de favorecer suas atividades assistenciais na defesa de réus perante a Justiça, no incremento do alcance da Liga Baiana contra o Analfabetismo e na oferta de doativos a quem lhe procurava. Como já explorado no capítulo II, na sua atuação como militante de movimentos como aquele contra a carestia ou na organização de grevistas, o Major adotava na maior parte do tempo o tom moderado e chegou a negociar com o patronato em defesa de operários, sendo legitimado como mediador tanto pelos trabalhadores quanto pelos empregadores. As ações dos movimentos, como os comícios em praça pública, também propiciavam visibilidade a ele e às suas idéias e ainda asseguravam a conquista de empatia, porque era um orador com linguagem simples facilmente apreendida pela população.

Na época, era incomum a dedicação exclusiva à política principalmente porque os subsídios não asseguravam o sustento da família. O ensino superior e o jornalismo eram instrumentos de prestígio e promoção social e, sobretudo este último, se constituía como um mecanismo de inserção de jovens na vida pública e conseqüentemente na política partidária por facilitar o contato com causas diversas e propiciar o exercício da oralidade e da escrita⁸⁷. No

caso de Cosme, o jornalismo propiciou sua iniciação no assistencialismo e na política e também alimentou estes trabalhos.

O jornalismo e a literatura serviam como mecanismo de difusão das suas idéias e principalmente das suas ações; como instrumento de mobilização da sociedade e de sensibilização ou constrangimento e pressão das autoridades municipais e até estaduais, empresários e intelectuais, para determinadas causas; e ainda como ferramenta para construção/consolidação da sua imagem carismática através de homenagens a terceiros. Através de artigos e de notas informativas, ele costumava suscitar temas que estavam fora da agenda social e política daquele momento e protestar sobre temas sociais, políticos e econômicos.

Como habitualmente os jornais da época, não costumavam noticiar ações individuais pontuais - como a intervenção pessoal para o recolhimento de um louco ao hospital psiquiátrico ou o pedido de um habeas-corpus para uma pessoa detida por um crime sem repercussão social - mas publicavam notas com este conteúdo quando o protagonista era Cosme de Farias, é possível afirmar que ele utilizava sua condição de jornalista e do seu prestígio para assegurar tais inserções inclusive nos períodos em que não estava empregado em redações. Os textos evidenciavam esta relação: “O nosso colega Cosme de Farias pediu no Conselho Municipal o aumento da lotação de indigentes no Asylo de Mendicidade, á Boa Viagem”⁸⁸ e “A pedido do nosso collega Cosme de Farias, o dr. Alvaro Cova benemerito chefe de policia do Estado, mandou recolher, hontem, no Hospicio S. João de Deus, o alienado Cyrillo de Lemos. Esse doente se acha furioso”⁸⁹.

Embora na época a comunicação institucional e o marketing pessoal não tivessem se consolidado no país enquanto campo de atuação, o rábula atuava com estratégias comunicacionais para atingir seus objetivos, explorando principalmente seu carisma. Explorou as mídias disponíveis – jornal, livros, rádio -; criou uma identidade ao vestir-se como um homem do Império, com seus punhos gomados, sua indefectível gola alta e seus pedidos acompanhados por mimos como sabonetes e bolachinhas de goma; produziu eventos sociais para reunir amigos, colegiais, transeuntes e ganhar cobertura jornalística sobre seu trabalho, como os discursos proferidos ao pé do monumento ao poeta Castro Alves, no Centro, e os festejos do seu aniversário, todo mês de abril; fez campanha corpo a corpo nos *meetings* em prol de uma causa ou de um político; e participou de manifestações públicas e greves, que também congregavam grandes grupos e mereciam cobertura dos periódicos. Seu aniversário natalício pode ser tomado como exemplo. Neste período, os jornais publicavam notas em que uma comissão de

amigos e admiradores do Major convidava a população para os festejos em homenagem ao rábula. A primeira delas data de março de 1916⁹⁰.

Por sua atuação como assistencialista, jornalista e militante, ele se firmou como uma das personalidades mais populares da Bahia, no século XX, mantendo como características o apego às causas para melhoria da qualidade de vida de grupos sociais marginalizados; a atuação simultânea em frentes pela defesa pública e gratuita de réus, pela educação, pelo combate à carestia, pela garantia de direitos básicos como alimentação, saúde e moradia, e por melhores salários e condições de trabalho; a alternância entre o assistencialismo, a fiscalização e a pressão das autoridades constituídas para instigar a mobilização e/ou minorar as implicações de uma distorção social; o carisma; a predominância do estilo moderado na mediação de conflitos; e a busca do diálogo e da cooperação inclusive juntos aos seus oponentes, pautada por princípios morais sólidos evidenciados a partir da inobservância de quaisquer tentativas de conquista de benefício pessoal a partir destas suas relações.

A esta sua forma característica de atuar tão singular pode-se chamar de *Estilo Cosme*. Havia uma retro-alimentação entre as vertentes de sua atuação, configurando uma espécie de círculo virtuoso em favor do bem comum. O jornalismo, a literatura, a defesa de réus perante a Justiça, o engajamento social e político e a atividade parlamentar de Cosme alimentavam uns aos outros, tendo como principal meta favorecer a um indivíduo ou a um grupo. Do ponto de vista eleitoral, ora seu método funcionou e ora, não. Suas votações nem sempre traduziam seu empenho durante os mandatos, sua experiência em atividades sociais e políticas voltadas para o bem-estar imediato da população, sua transparente relação entre oposição e situação, sua postura quase sempre pacificadora, sua credibilidade, seu carisma pessoal e também, principalmente, o contexto da época. Ao longo da vida, o Major adotou uma estratégia que não ameaçava o espaço e o poder daqueles que dominavam a estrutura sócio-política da Bahia, durante o período republicano, mas se prestava bem às suas metas. Com ela, sobreviveu à disputa de poder travada pela oligarquia ancorada na obediência aos “chefes” políticos e no clientelismo e ao atraso do modelo econômico, enquanto, embora muitas vezes somente no campo das aparências, os demais líderes apostavam na modernização das suas práticas.

¹ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de março de 1971.

-
- ² LEAL, Geraldo da Costa. **Pergunte ao seu avô... Histórias de Salvador – Cidade da Bahia**. Salvador, BA: [s. e], 1996. Verbete Cosme de Farias.
- ³ SAMPAIO, Nelson de Souza. **Meio Século de Política Bahiana**. In: A Tarde. Salvador, edição de 15 de outubro de 1962, p. 23.
- ⁴ PINTO, Antônio Fernandes. Entrevista concedida à autora no dia 21 de outubro de 2005, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia.
- ⁵ DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, edição de 14 de maio de 1929.
- ⁶ NEVES DA FONTOURA, João. **Memórias. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930**, Porto Alegre, RS: Editora Globo, 2ª edição, 1963, vol. II. p. 292 apud SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira. **J.J. Seabra, sua vida, suas obras**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990. p. 104
- ⁷ SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira. **J.J. Seabra, sua vida, suas obras**. Op. cit. p. 104
- ⁸ O JORNAL. Salvador, edição de 28 de setembro de 1929; SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira. **J.J. Seabra, sua vida, suas obras**. Op. cit. p. 103
- ⁹ TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador, BA: Edufba, 2001. p. 378
- ¹⁰ FARIAS, Cosme. **Estrophes**. Salvador, BA: Oficinas Graphics d'A Luva, 1933.
- ¹¹ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 21 de março de 1916.
- ¹² Ver SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira. **J.J. Seabra, sua vida, suas obras**. Op. cit. 148p.
- ¹³ REVISTA DIRETRIZES. Rio de Janeiro, nº 94, edição de 16 de abril de 1942.
- ¹⁴ PINTO, Antônio Fernandes. Op. cit.
- ¹⁵ TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 15 de março de 1972.
- ¹⁶ PINTO, Antônio Fernandes. Op. cit.
- ¹⁷ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. In: Revista Realidade. Abril de 1971, ano VI, nº 61. p. 124
- ¹⁸ CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. In: Memórias da Bahia. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002, p. 18-20.
- ¹⁹ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 04 de setembro de 1971.
- ²⁰ Com o objetivo de identificar o conteúdo dos projetos de lei, pronunciamentos e moções escritas ou subscritas pelo parlamentar Cosme de Farias, foram analisadas as seções Diário da Assembléia (ou Diário da Assembléia Geral) e Câmara Municipal de Salvador do Diário Oficial do Estado da Bahia e edições dos jornais *A Tarde*, *Gazeta do Povo* e *Jornal da Bahia*, com amostragem aleatória mas concentrada sobretudo nos meses de campanha, em que eram realizadas eleições (janeiro, fevereiro, outubro e novembro, a depender do período) e em que eram divulgados os resultados dos pleitos e também nos meses dos preparativos e da promoção dos festejos de seu aniversário natalício (março e abril). Nestes períodos, potencialmente ocorriam as disputas por votos em plenário, através de discursos e de apresentação de projetos, e eventos com possibilidade de cobertura pelos diários (comícios, missas etc.). Para propiciar a identificação de eventuais alterações no direcionamento do trabalho parlamentar do Major, o estudo concentrou-se em anos diversos de mandatos diferentes na Câmara Municipal de Vereadores e na Assembléia Legislativa (1916, 1917, 1950, 1954, 1959, 1962, 1963 e 1971), escolhidos aleatoriamente. Para ajustar os objetivos desta dissertação ao tempo disponível para a pesquisa, decidiu-se analisar os requerimentos, independente dos resultados das votações. Os focos foram, portanto, suas iniciativas e idéias, em detrimento do resultado material alcançado, que pode ser tema de um novo trabalho no futuro. Ver material no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Biblioteca, e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Seções Periódicos e Periódicos Raros.
- ²¹ A TARDE. Salvador, edição de 21 de dezembro de 1970; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 08 de outubro de 1971.
- ²² GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 01 de março de 1916.
- ²³ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 12 de março de 1916.
- ²⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 23 de outubro de 1962, ano XLVI, nº 6441. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ²⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 23 de outubro de 1962, ano XLVI, nº 6441. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ²⁶ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 16 de março de 1916.
- ²⁷ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ²⁸ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de maio de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ²⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 16 de maio de 1959, ano XLIII, nº 5473. Seção Câmara Municipal de Salvador.

-
- ³⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de maio de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ³¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 23 de novembro de 1954, ano XXXVIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ³² DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 13 de dezembro de 1962, ano XLVI, nº 6674. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ³³ DIÁRIO OFICIAL. Salvador: Governo da Bahia, 14 de junho de 1917, ano II, nº 176. Diário da Assembléia Geral.
- ³⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 01 de dezembro de 1971, ano LV, nº 9021. Diário da Assembléia.
- ³⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 06 de fevereiro de 1963, ano XLVII, nº 6510. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ³⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ³⁷ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ³⁸ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 23 de outubro de 1962, ano XLVI, nº 6441. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ³⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 09 de junho de 1917, ano II, nº 172. Diário da Assembléia Geral.
- ⁴⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 14 e 23 de novembro de 1954, ano XXXVIII, nº 992 e 996. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 21 de dezembro de 1954, ano XXXVIII, nº 1015. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴² DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 21 de dezembro de 1954, ano XXXVIII, nº 1015. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 08 de outubro de 1954, ano XXXVIII, nº 967. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 13 de dezembro de 1962, ano XLVI, nº 6674. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 02 e 03 de março de 1963. ano XLVII, nº 6526. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴⁷ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 23 e 27 e 28 de outubro de 1962, ano XLVI, nº 6441 e 6445. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴⁸ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 06 de fevereiro de 1963, ano XLVII, nº 6510. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁴⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de março de 1963, ano XLVII, nº 6530. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁵⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de fevereiro de 1963, ano XLVII, nº 6511. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁵¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 14 de fevereiro de 1963, ano XLVII, nº 6516. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁵² A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1963.
- ⁵³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 28 de abril de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁵⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 02 e 03 de março de 1963, ano XLVII, nº 6526. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁵⁵ A TARDE. Salvador, edição de 26 de abril de 1963.
- ⁵⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 27 de maio de 1959, ano XLIII, nº 5482. Seção Prefeitura Municipal de Salvador.
- ⁵⁷ A TARDE. Salvador, edição de 19 de janeiro de 1963.
- ⁵⁸ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 02 e 03 de março de 1963, ano XLVII, nº 6526. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁵⁹ A TARDE. Salvador, edição de 24 de novembro de 1962.
- ⁶⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 30 de abril de 1959, ano XLIII. Seção Diário da Assembléia Legislativa.

-
- ⁶¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 08 e 09 de dezembro de 1962, ano XLVI, nº 6671. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁶² DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 15 de março de 1963, ano XLVII, nº 6537. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁶³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de maio de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁶⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 17 de junho de 1917, ano II, nº 179. Diário da Assembléia Geral.
- ⁶⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 02 e 03 de março de 1963, ano XLVII, nº 6526. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁶⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 07 de maio de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁶⁷ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 08 e 09 de dezembro de 1962, ano XLVI, nº 6671. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁶⁸ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 23 de outubro de 1962, ano XLVI, nº 6441. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁶⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 02 e 03 de março de 1963, ano XLVII, nº 6526. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁷⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 02 e 03 de março de 1963, ano XLVII, nº 6526. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁷¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 02 e 03 de março de 1963, ano XLVII, nº 6526. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁷² A TARDE. Salvador, edição de 20 de março de 1963.
- ⁷³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 14 e 23 de novembro de 1954, ano XXXVIII, nº 992 e 996. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁷⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 02 e 03 de março de 1963, ano XLVII, nº 6526. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁷⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 23 de outubro de 1962, ano XLVI, nº 6441. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁷⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 23 de outubro de 1962, ano XLVI, nº 6441. Seção Câmara Municipal de Salvador; A TARDE. Salvador, edição de 17 de outubro de 1962. Coluna Da Bancada da Imprensa.
- ⁷⁷ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 12 de junho de 1917, ano II, nº 174. Diário da Assembléia Geral.
- ⁷⁸ A TARDE. Salvador, edição de 16 de abril de 1963.
- ⁷⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 05 de maio de 1959, ano XLIII. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁸⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 06 de dezembro de 1950, ano XXXIV. Seção Câmara Municipal de Salvador.
- ⁸¹ PINTO, Antônio Fernandes. Op. cit.
- ⁸² JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 20 de novembro de 1971.
- ⁸³ A TARDE. Salvador, edição de 23 de janeiro de 1963.
- ⁸⁴ A TARDE. Salvador, edições de 09 de março de 1963 e 05 de abril de 1963.
- ⁸⁵ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de março de 1971.
- ⁸⁶ A TARDE. Salvador, edição de 01 de abril de 1963.
- ⁸⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação – o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1992. p. 205
- ⁸⁸ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 01 de março de 1916.
- ⁸⁹ GAZETA DO POVO. Salvador, edição de 16 de março de 1916.
- ⁹⁰ GAZETA DO POVO. Salvador, edições de 17 e 31 de março de 1916.

Conclusão

Magérrimo, vestido com seu terno claro, engessado por uma gola alta e punhos engomados, desfilando pelas ruas do Centro Histórico de Salvador com destino a seu antigo reduto – o bar – ou a caminho de mais uma audiência no velho Fórum da Misericórdia, para defesa de mais um desgraçado na vida. Um ébrio ou boêmio, um benemérito extemporâneo com comportamento característico do Império em pleno século XX, um ingênuo rábula sempre crédulo na recuperação dos mais terríveis marginais. A imagem quixotesca descrita acima permeia a memória daqueles que conviveram, viram ou simplesmente ouviram contar algo sobre o Major Cosme de Farias, mais de três décadas depois de sua morte.

Os capítulos da biografia histórica *Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major - a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador* oferecem ao leitor elementos para a constituição de uma imagem menos simplista acerca da personagem, considerada um dos “símbolos” da capital baiana durante anos. Nunca se pretendeu, obviamente, esgotar as possibilidades de abordagem sobre alguém com tanto tempo de vida produtiva – mais de 70 anos – e incursões por múltiplas frentes, a exemplo do jornalismo, do assistencialismo, da política. Entretanto, abre-se portas para uma compreensão maior do seu comportamento, das suas opções, do seu universo, daquilo que aqui a autora chama de *Cosmismo*.

O estudo também pretende contribuir para a reflexão do valor da biografia histórica enquanto instrumento para compreensão de uma personagem e do contexto em que ela está inserida e da responsabilidade do biógrafo ao elaborá-la. E ainda representa mais uma colaboração para a história sobre Salvador, a partir da lógica de quem não tinha poder decisório mas participou ativamente do cotidiano social e político local. As obras sobre a história política da Bahia, em geral, trabalham com a perspectiva das lideranças oligárquicas, com representatividade nacional e lastro financeiro¹, em detrimento do olhar das e sobre as lideranças subalternas, que dão sustentabilidade ao jogo político e, por vezes, mediam as relações com as bases eleitorais.

Ao contrário, esta pesquisa investiga o *modus operandi* de Cosme de Farias (1875-1972), vereador e deputado estadual mulato, sem escolaridade e filho de um pequeno comerciante dos arrabaldes de Salvador que conciliou por sete décadas a vida política ativa com ações assistencialistas (sobretudo, nas áreas da justiça e educação) e militância nos movimentos sociais pela melhoria da qualidade de vida da população (contra a carestia, por melhores salários e condições de trabalho, contra o analfabetismo). Nesta dissertação, estão apresentados elementos sobre sua origem, sua passagem pela Guarda Nacional, seu patriotismo, sua trajetória na literatura e no jornalismo, sua atuação como rábula, suas ações assistenciais, sua participação em movimentos sociais e políticos, suas campanhas, seu desempenho nas eleições e seu trabalho na Câmara Municipal de Salvador e na Assembléia Legislativa, e das ligações destas atividades com o contexto históricos local e nacional.

A despeito do seu jeito de ser e viver, Cosme pode ser classificado como um visionário, por exemplo, com relação às questões humanitárias, ao promover a defensoria pública décadas antes da sua institucionalização e ao agir pela universalização da alfabetização no século XIX. Ciente da estrutura oligárquica na qual a Bahia estava imersa, manteve um círculo virtuoso em favor do bem comum, no qual o jornalismo, a literatura, a defesa de réus perante a Justiça, o engajamento social e político e a atividade parlamentar de Cosme alimentavam uns aos outros, sem ameaçar o espaço e o poder daqueles que dominavam a Bahia. Possivelmente, ele tinha consciência plena dos seus atos. Aquela era uma estratégia para superar as limitações da estrutura sócio-política vigente.

A longa carreira política do Major é instigante, principalmente considerando-se que a Bahia tinha características políticas, econômicas e sociais singulares, e que o rábula não se inseria na elite política e dialogava com diversas facções de sua época. Um complexo sistema perdurou no Estado no século passado, quando as tentativas de implantação de um processo desenvolvimentista capaz de alavancar a economia e recolocar a Bahia em local de destaque nacional neste segmento foram frustradas, mesmo quando baianos gozavam de poder político junto ao governo central. Este era um fenômeno histórico característico da sociedade baiana², cujas estruturas de poder se fundamentam nas ciências políticas, na história e em matrizes de ordem psicológica, midiática, sociológica e cultural. Diferente de demais regiões do país, na Bahia, coronelismo, clientelismo, conservadorismo e os elementos ligados a esta tríade - como o mandonismo e uma espécie de servidão institucionalizada

- eram intrínsecos à lógica das relações entre governantes e governados, maiorias e minorias, fortes e fracos, patrões e empregados, desde os tempos coloniais³.

Na comuna, a troca de favores, a tradição e a irrestrita obediência ao líder político (por conformismo ou medo de arriscar) perpassaram por dois séculos e sobreviveram ao liberalismo, ao estreitamento das distâncias de tempo e espaço promovido pelos meios de comunicação e transportes e a competitividade internacional. Ainda não há estudos que comprovem as causas de uma Bahia tão singular, nem cabe nesta dissertação trazer proposições acerca dos seus elementos fundantes. Entretanto, esse perfil acentua os méritos e atenua os erros de Cosme de Farias. Ele não mudou o Estado, mas, mesmo diante da adversidade, deu um novo rumo à vida de inúmeras pessoas.

¹ A exemplo dos governadores Juracy Magalhães (ver MAGALHÃES, Juracy M. **Minhas Memórias Provisórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; e MAGALHÃES, Juracy M. **O Último Tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996), Antonio Carlos Magalhães (ver MAGALHÃES, Antonio Carlos. **Política é Paixão**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1995; e GOMES, João Carlos Teixeira. **Memória das Trevas**. São Paulo), Otávio Mangabeira (ver OLIVEIRA, Ives. **Otávio Mangabeira: alma e voz da República**. Rio de Janeiro: Saga, 1971; ARINOS, Afonso; SIMAS FILHO, Américo e outros. **Um Praticante da Democracia: Otávio Mangabeira**. Salvador, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980; e LINS, Wilson. **Otávio Mangabeira e sua Circunstância**. Salvador, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, [sd].) etc.

² TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001.

³ Ver conceitos em CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados – escritos de história e política**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999. Coleção Humanitas. p. 130-153

Iconografia



Cosme em um dos seus poucos retratos coloridos, com sua indefectível gravata verde-amarela

Fonte: REALIDADE. São Paulo, edição de abril de 1971. Crédito: Amâncio Chiodi



Cosme ainda jovem

Fonte: REALIDADE. São Paulo, edição de abril de 1971. Crédito: Amâncio Chiodi



O Major nos seus últimos dias.

Fonte: TRIBUNA DA BAHIA, edição de 15 de março de 1972. Sem crédito.



Cosme já alquebrado, com seu terno branco e chapéu panamá

Fonte: VEJA. São Paulo, edição de 29 de julho de 1970. Crédito: Tribuna da Bahia



Cosme com seu terno e chapéu panamá.

Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Anísio Carvalho. Sem data.



O Major fazendo juramento na posse como deputado, em 1970.
Fonte: TRIBUNA DA BAHIA, edição de 15 de março de 1972. Sem crédito.



O Major manifestando seu catolicismo em solenidade na Basílica da Conceição da Praia.
Fonte: TRIBUNA DA BAHIA, edição de 15 de março de 1972. Sem crédito.



Cosme entre jornalistas.

Fonte: Museu da Associação Baiana de Imprensa. Sem data. Sem crédito.



Campanha da Liga Baiana contra o Analfabetismo

Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Anísio Carvalho. Sem data.



Aos pés da estátua do poeta Castro Alves, em dia de evento contra o analfabetismo.
 Fonte: TRIBUNA DA BAHIA, edição de 15 de março de 1972. Sem crédito.



O rábula na sacristia da Igreja de São Domingos Gusmão, onde atendia à população em um
 escritório improvisado
 Fonte: Realidade. São Paulo, edição de abril de 1971. Crédito: Amâncio Chiodi



O rábula na porta da Igreja de São Domingos Gusmão, onde atendia à população
 Fonte: REALIDADE. São Paulo, edição de abril de 1971. Crédito: Amâncio Chiodi



O rábula na porta da Igreja de São Domingos Gusmão, onde atendia à população
 Fonte: REALIDADE. São Paulo, edição de abril de 1971. Crédito: Amâncio Chiodi



Velório de Cosme de Farias, em março de 1972.

Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Anísio Carvalho. Sem data.



Saída do cortejo fúnebre, Terreiro de Jesus

Fonte: Não identificada. Sem crédito.



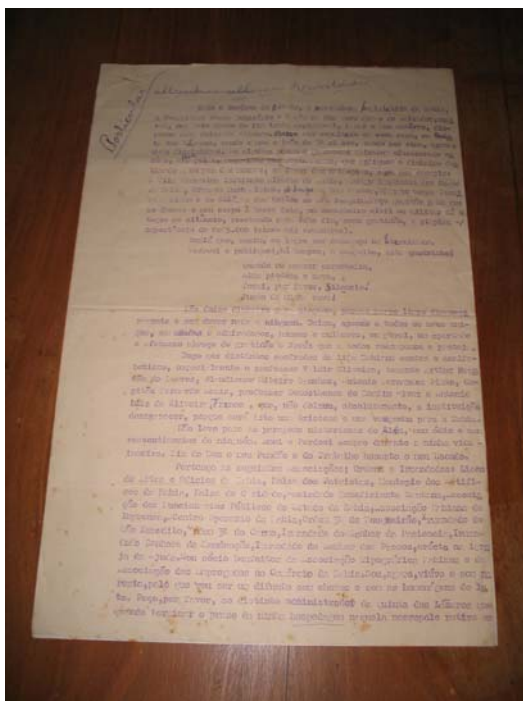
Féretro carregado por populares e coberto pela bandeira da Bahia.

Fonte: JORNAL DA BAHIA, edição de 16 de março de 1972. Sem crédito.

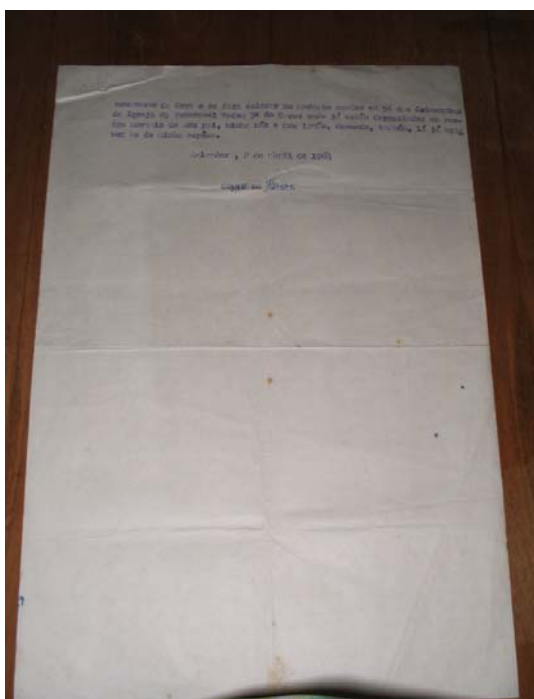


Ao centro, o carro fúnebre que foi dispensado porque a população preferiu levar o corpo nos braços

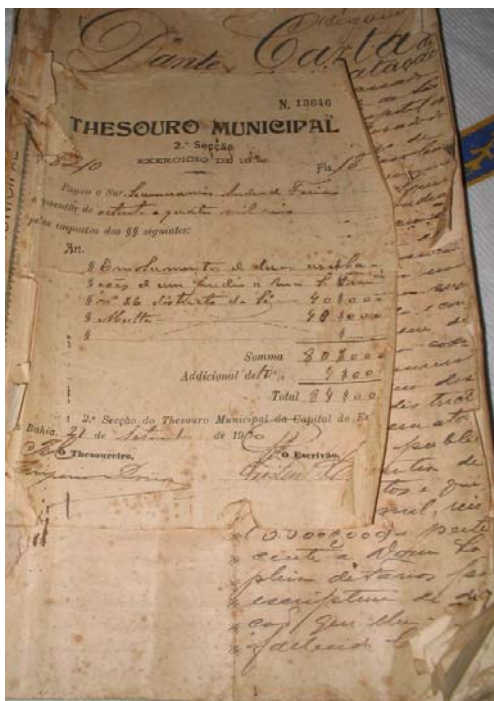
Fonte: Não identificada. Sem crédito



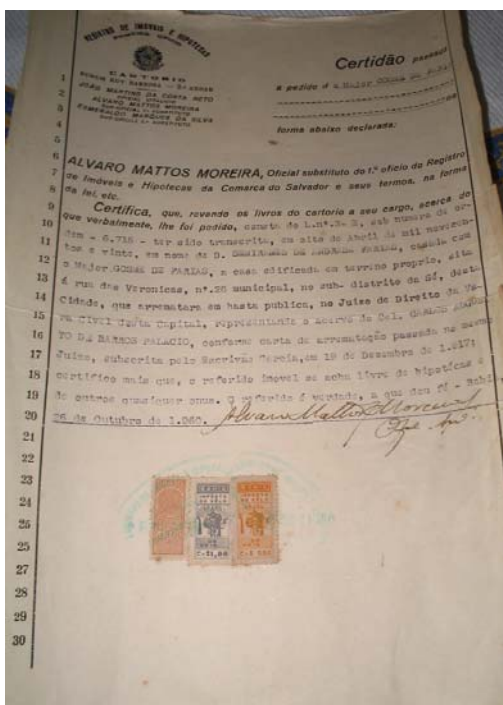
Fac-simile de Minhas Últimas Vontades p. 1
 Fonte: Museu da Associação Baiana de Imprensa
 Crédito: Mônica Celestino



Fac-simile de Minhas Últimas Vontades p. 2
 Fonte: Museu da Associação Baiana de Imprensa
 Crédito: Mônica Celestino



Fac-simile do recibo de compra em nome de D. Semírames Farias, esposa do Major.
 Fonte: Acervo particular de Sandra Marisa da Silva Costa
 Crédito: Mônica Celestino



Fac-simile da escritura emitida pelo cartório.
 Fonte: Acervo particular de Sandra Marisa da Silva Costa
 Crédito: Mônica Celestino



Casa onde morou Cosme, na Rua das Verônicas.
Sem data. Crédito: Mônica Celestino



Entrando neste portão lateral, chega-se às lojas, transformadas em abrigo gratuito por
Cosme para pessoas sem lar.
Sem data. Crédito: Mônica Celestino

Referências

Documentação escrita:

Local: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Documentos da Secretaria do Interior e Justiça, Seção Republicana

DOCUMENTO	NOTAÇÃO	UNIDADE
Decretos de designações de eleições, cargos, instalação de comarcas e outros (1905-38)	3446/69	31
Manifesto do eleitorado do 4º distrito – 1924	3452/107	01
Abaixo assinados sobre defesa contra prefeito, condenação por problemas políticos, transferência de comarcas etc. – 1943-47	3469/222	06
Atas de eleições de deputados da capital – 1944	3469/224	01
Ata da reunião da comemoração pela redemocratização do país – 1948	3469/224	01
Atas de eleições e apuração geral dos municípios – 1900-07	3499/378	02
Processo solicitando comutação de pena (assinado por Cosme de Farias)	3509-1/413-1	01

Documentos da Câmara dos Deputados do Estado da Bahia, Seção Legislativa

SÉRIE	LIVRO
Atas de eleições – 1861/1923	1236
Atas de eleições - 1923/1936	1237
Diplomas – 1923/1935	1237

Documentos da Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, Seção Legislativa

SÉRIE	LIVRO
Atas de eleições – capital e interior Salvador 1900/20	1227
Atas de eleições – capital e interior Salvador 1921/28	1228
Atas de eleições – capital e interior Salvador 1871/1929	1238

Documentos da Assembléia Legislativa Provincial do Estado da Bahia, Seção Legislativa

SÉRIE	LIVRO
Atas de eleições – capital e interior Salvador 1830/1962	1230
Atas de eleições – capital e interior Salvador 1963/1989	1231

Documentos do Senado do Estado da Bahia, Seção Legislativa

SÉRIE	LIVRO
Atas de eleições – capital e interior Salvador 1881/1928	1239

Correspondências, Seção Judiciária

DOCUMENTO	CAIXA	PACOTE
Correspondências expedidas e recebidas – Cosme de Farias/menor. – 1940	44 (fl. 03)	01

Habeas-corpus, Seção Judiciária

CLASSIFICAÇÃO	ESTANTE	CAIXA	DOCUMENTO
Habeas-corpus	219	128	27, 55, 54, 53, 39, 02, 42, 28, 10, 08, 09, 01
Habeas-corpus	40	1440	02, 03, 06, 13, 14, 20, 24, 01, 22
Habeas-corpus	40	1441	04, 05, 06, 07
Habeas-corpus	216	15	14, 12, 07, 19, 18, 33, 30, 24
Habeas-corpus	93	14	10, 07, 06, 21, 20, 17, 26, 30, 23, 31, 15, 14
Habeas-corpus	93	13	23

Reclamação, Seção Judiciária

CLASSIFICAÇÃO	ESTANTE	CAIXA	DOCUMENTO
Reclamação	120	17	11
Reclamação	120	07	20

Documentos cíveis, Seção Judiciária, Série Cível 1

CLASSIFICAÇÃO	ESTANTE	CAIXA	DOCUMENTO
Documentos cíveis	115	19	11
Documentos cíveis	115	14	42 e 09
Documentos cíveis	115	11	09
Documentos cíveis	115	18	04 e 11
Documentos cíveis	115	26	18
Documentos cíveis	115	20	04
Documentos cíveis	115	25	34
Documentos cíveis	115	31	06
Documentos cíveis	115	29	27
Documentos cíveis	115	17	32 e 20
Documentos cíveis	115	28	12
Documentos cíveis	116	47	10
Documentos cíveis	120	17	11
Documentos cíveis	120	07	20
Documentos cíveis	136	27	11

Documentos cíveis, Seção Judiciária, Série Depósito

CLASSIFICAÇÃO	ESTANTE	CAIXA	DOCUMENTO
Documentos cíveis	136	27	11

Local: Museu da Associação Baiana de Imprensa

FARIAS, Cosme de. **Cartão**. Salvador. Manuscrito.

FARIAS, Cosme de. **Minhas últimas vontades**. Salvador, 02 de abril de 1964.

Mimeografado.

Local: Biblioteca da Associação Baiana de Imprensa

Livros de atas da ABI, nº 01

Livros de atas da ABI, nº 02

Livros de atas da ABI, nº 03

Local: Acervo particular de Sandra Marisa da Silva Costa

ESCRITURA DE COMPRA E VENDA. Juízo de Direito da Vara Civil, número 6.715, livro 3-E. Salvador, 08 de abril de 1920. Documento original.

ESCRITURA DE COMPRA E VENDA. Cartório do Terceiro Ofício, livro 46, fl. 135. Salvador, 25 de novembro de 1960. Documento original.

Periódicos:

A BAHIA (setembro, outubro e novembro de 1907; setembro, outubro e novembro de 1911)

A COISA (fevereiro de 1900)

A NOITE (novembro e dezembro de 1928)

A TARDE (de janeiro a abril e de setembro a dezembro de 1915; de janeiro a abril e junho de 1917; de janeiro a abril de 1919; de janeiro a abril de 1921; de janeiro a abril de 1934; de janeiro a abril de 1935; de janeiro a abril de 1936; dezembro de 1938; dezembro de 1939; dezembro de 1942; de janeiro a abril e junho de 1947; de janeiro a abril de 1948; de janeiro a abril de 1950; de janeiro a abril e novembro de 1951; março e de outubro a dezembro de 1954; de janeiro a maio de 1955; de setembro a novembro de 1958; de janeiro a abril de 1959; de setembro a dezembro de 1962; de janeiro a abril de 1963; de outubro a dezembro de 1966; de outubro a dezembro de 1970; de janeiro a abril de 1972; fevereiro e abril de 1973; março de 1976; novembro de 1987; janeiro de 1998)

DIÁRIO DA BAHIA (abril de 1913; de janeiro a abril de 1915; julho de 1924; maio de 1929; outubro de 1962)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (de janeiro a abril de 1925; de janeiro a abril de 1936; de setembro a novembro de 1962; março de 1973; abril de 1975; agosto de 1911; novembro de 1962)

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA (de janeiro a abril e de setembro a dezembro de 1915; de janeiro a abril e junho de 1917; de janeiro a abril de 1919; de janeiro a abril de 1921; de janeiro a abril de 1934; de janeiro a abril de 1935; dezembro de 1945; de janeiro a abril e junho de 1947; de janeiro a abril de 1948; de janeiro a abril e dezembro de 1950; de janeiro a abril e novembro de 1951; de outubro a dezembro de 1954; março de 1955; de janeiro a maio e julho de 1959; de outubro a dezembro de 1962; de janeiro a abril de 1963; de outubro a dezembro de 1970; fevereiro e dezembro de 1971; março e abril de 1972)

GAZETA DO POVO (março de 1916, abril de 1915)

JORNAL DA BAHIA (de janeiro a abril, maio e de agosto a novembro de 1971; abril de 1965; março e abril de 1972; março de 1967; dezembro de 1970)

JORNAL DE NOTÍCIAS (março e abril e outubro de 1899)

O DEMOCRATA (julho e agosto de 1924, abril de 1920)

O IMPARCIAL (abril, outubro, novembro e dezembro de 1937; janeiro de 1935; abril e maio de 1936)

O JORNAL (de setembro a dezembro de 1929; de janeiro a março de 1930)

O TEMPO (dezembro de 1919)

REVISTA DIRETRIZES. Rio de Janeiro, nº 94, edição de 16 de abril de 1942.

TRIBUNA DA BAHIA (fevereiro de 1970; setembro de 1971; março, abril e outubro de 1972; fevereiro de 1973)

VEJA. São Paulo: Editora Abril, nº 99, 29 de julho de 1970. Revista.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, nº 142, 26 de maio de 1971. Revista.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, nº 185, 22 de março de 1972. Revista.

Artigos em periódicos:

BARRETO, Luciana. **Júri do povo**. In: Correio da Bahia. Salvador, BA, 04 de novembro de 2003. Caderno Repórter.

CABRAL, Mário. **A Bahia de Luto**. In: A Tarde. Salvador, BA, 16 de março de 1972.

CELESTINO, Mônica. **Advogado dos Pobres**. In: Memórias da Bahia. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002.

CELESTINO, Samuel. **Uma crise, o telefone e o major Cosme**. In: A Tarde. Salvador, BA, 05 de julho de 2003.

COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. **O Quitandeiro da Liberdade**. In: Revista Realidade. Abril de 1971, ano VI, nº 61.

COSTA, Adroaldo Ribeiro. **O Major foi à Hora da Criança**. In: A Tarde. Salvador, 14 de março de 1970, página infantil.

MARIANO, Agnes. **Galeria de Notáveis**. In: Memórias da Bahia. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002.

PARADAS da Guarda Nacional. In: Annaes do Archivo Publico da Bahia. Alfredo Vieira Pimentel (direção). Salvador: Imprensa Official do Estado, v. 25, 1937.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **A Bahia na Segunda Guerra Mundial**. In: Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador, BA: Academia de Letras da Bahia, 1996. Separata.

SAMPAIO, Nelson de Souza. **Meio Século de Política Bahiana**. In: A Tarde. Salvador, edição de 15 de outubro de 1962.

Livros:

- ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989. 5ª edição.
- AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos – Guia de ruas e mistérios**. Ilustrações de Carlos Bastos. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Martins, 1969.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Traduzido por Roberto Raposo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. **O Que é Política?** Traduzido por Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- ARINOS, Afonso; SIMAS FILHO, Américo e outros. **Um Praticante da Democracia: Octavio Mangabeira**. Salvador, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.
- BAHIA DE TODOS OS FATOS - Cenas da Vida Republicana 1889-1991. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1996.
- BACELAR, Jeferson Afonso. **Mário Gusmão: um príncipe negro na terra dos dragões da maldade**. Salvador: Jeferson Bacelar, 2003. 414 f.il. Tese de doutorado em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Orientador: Ordep Serra.
- CADENA, Nelson Varon. **Associação Bahiana de Imprensa 1930-1980, 50 anos**. Salvador: ABI, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados – escritos de história e política**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999. Coleção Humanitas.
- CRUZ, Gutemberg. **Gente da Bahia**. Salvador: Editora P&A, 1997.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Espelhos na Penumbra: o enigma soteropolitano (1947-58)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996 (dissertação).
- FARIAS, Cosme. **Carta do ABC**. Salvador, Bahia. [s.e] [s.d]
- FARIAS, Cosme. **Estrophes**. Salvador, BA: Oficinas Graphics d'A Luva, 1933.
- FARIAS, Cosme. **Lama & Sangue**. Salvador, BA, s.e., 1926.

- FARIAS, Cosme. **Trovas & Quadras**. In: Saudades do Velho Cosme de Farias. Salvador: Academia de Letras da Bahia. [s.a] [s.d] mimeografado.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.
- FONTES, J. R. **Manifestações Operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, 1982 (dissertação).
- GUIMARÃES, Ari. **As Eleições Baianas de 1970**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Federal da Bahia, 1973. Tese apresentada em concurso para professor titular.
- LEAL, Geraldo da Costa. **Pergunte Ao Seu Avô... Histórias de Salvador – Cidade da Bahia**. Salvador: [s. e], 1996. Verbete Cosme de Farias.
- LE GOFF, Jacques. **São Luís. Biografia**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.
- LINS, Wilson. **Octavio Mangabeira e sua Circunstância**. Salvador, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, [sd].
- MARTINS, Ezequiel da Silva. **A Bahia, Suas Tradições e Encantos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Funceb, Egba, 2000. Verbete Cosme de Farias.
- MELLO, Agenor B. BATALHA, Silvio. **Cartilha Histórica da Bahia**. 5ª ed. Salvador, 1990.
- MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. **História das Doutrinas Políticas desde a Antiguidade**. Traduzido por Marco Aurélio de Moura Matos. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- NERY, Sebastião. **Pais e Padrastos da Pátria**. Recife, PE: Editora Guararapes, 1980.
- ORLANDI, Eni. **A Linguagem e o seu Funcionamento – as formas do discurso**. 2ª ed. rev. e aum. Campinas, São Paulo: Fontes, 1987. Coleção Linguagem e Crítica.
- _____. **As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos**. Campinas, SP: Unicamp, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Traduzido e organizado por Eni Orlandi. Campinas, SP: Unicamp, 1988.
- RISÉRIO, Antônio. **Uma História da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004, 2ª edição.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República – Uma política de acomodação**. Salvador, Edufba, 1998.

- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação – o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1992.
- SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira. **J.J. Seabra, sua vida, suas obras**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.
- SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)**. Salvador, BA: Edufba, 2001.
- SENA, Consuelo Pondé de. **Cosme de Farias e a Liga Baiana**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, [sd]. Mimeografado.
- SERRA, Sônia. **O Momento. A História de um Jornal Militante**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA, 1987. Dissertação de Mestrado. mimeo.
- SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: Edufba, 2000.
- SOUZA, Antônio Loureiro de. **Baianos Ilustres – 1567-1925**. 3ª ed. ver. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1979.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001.
- TORRES, Carlos. **Vultos, Fatos e Coisas da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.
- TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo – análise e texto da Teoria do Agendamento**. Coimbra (Portugal): Minerva, 2000.

Documentos on-line:

- ASCENSÃO E QUEDA do coronelismo. Disponível em educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/coronelismo.htm, acesso em 04 de abril de 2005.
- CARVALHO, Kátia de. e outros. **As Práticas Editoriais do Século XIX e Início do Século XX e o Papel da Associação Tipográfica da Bahia**. Site <http://www.intercom.org.br/papers/2002/np04/NP4CARVALHO.pdf>, acesso em 20 de julho de 2004.
- COELHO, Sandro Anselmo. **O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)**. In: Revista Brasileira de História, vol. 23, nº46, São Paulo, 2003. Site http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200009&script=sci_arttext&tlng=pt, acesso em 06 de junho de 2005.
- EVOLUÇÃO DA estrutura organizacional. In: **Revista Verde-Oliva**, nº 170. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Artigos/0021405.htm>, acesso em 10 de

novembro de 2005.

HAYES, Robert Ames. **Nação Armada - A Mística Militar Brasileira**; tradução de Delcy G. Doubrawa, Rio de Janeiro, BiBliEx, 1991. Disponível em <http://cadete.aman.ensino.eb.br/histgeo/HistMildoBrasil/GdNac.htm>, acesso em 04 de abril de 2005.

LICEU de Artes e Ofícios da Bahia. **História**. Site www.liceu.org.br/portugues/, acesso em 20 de julho de 2004.

NERY, Sebastião. **A Retórica do Ibope**. Site <http://www.tribuna.inf.br/antiores/2004/julho/03-04/coluna.asp?coluna=nery>, acesso em 27/07/2004.

O'DWEYR, Edson. **Advogados Criminais**. Site http://ool.adv.br/pdfs/advogados_criminais.pdf, acesso em 27 de julho de 2004.

REIS, Pablo. **Em Algum Lugar do Passado**. Site <http://www.correiodabahia.com.br/2002/09/25/noticia.asp?link=not000062538.xml>, acesso em 20 de julho de 2004.

SANTANA, Andréia. **Verbos da justiça**. Site <http://www.correiodabahia.com.br/2004/09/30/noticia.asp?link=not000098979.xml>, acesso em 30 de setembro de 2004.

Documento audiovisual:

ESPINHEIRA, Tuna. **Major Cosme de Farias - o último deus da mitologia baiana**.
Salvador, 1971. (Filme)

Documentos visuais:

Local: Acervo particular de Anísio de Carvalho
Coleção de fotografias dos anos 1950, 1960 e 1970

Local: Museu da Associação Baiana de Imprensa
Fotografias avulsas

Fontes orais:

Anísio de Carvalho (fotógrafo e admirador de Cosme, dono de acervo iconográfico sobre ele)

Antônio Fernandes Pinto (filho adotivo)

Cid Teixeira (historiador contemporâneo de Cosme, conviveu com ele)

Elizabete de Jesus (vizinha, entrou na escola e se alimentou na infância com auxílio do Major)

Heleno Medeiros (substituto de Cosme na presidência da Liga Baiana contra o Analfabetismo)

João de Melo Cruz (advogado contemporâneo)

José Souza de Oliveira (vizinho, foi indicado por Cosme para emprego na Construtora Nacional)

Lourdes Silva (professora e uma das muitas crianças alfabetizadas através da Carta)

Maria José do Nascimento (participante da campanha contra analfabetismo por cerca de 40 anos) ou familiares

Milton Moreira Gonçalves (escrivão há 25 anos na Vara do Júri e 45 anos na Justiça)

Newton Macedo Campos (deputado contemporâneo de Cosme, pelo MDB, e pesquisador sobre a trajetória política dele)

Nivaldo Reis (porteiro do Liceu de Artes e Ofícios, menino alimentado e com ofício de marceneiro aprendido através de Cosme de Farias)

Terezinha da Silva (professora e diretora-fundadora da Escola São Roque, parceira da Liga, montada no bairro da Federação)

Tuna Espinheira (autor do premiado documentário "Major Cosme de Farias - o último deus da mitologia baiana", 1971, que conviveu com Cosme para fazer o filme).

Zilah Moreira (jornalista, advogada, amiga pessoal e neta de professores de Cosme de Farias)